



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**ENTRE CASAS, RUAS E IGREJAS: crianças abandonadas na
cidade da Paraíba oitocentista**

LUIZA IOLANDA PEGADO CORTEZ DE OLIVEIRA

Orientadora: Profa. Dra. Solange Pereira da Rocha
Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA-PB
AGOSTO - 2014

**ENTRE CASAS, RUAS E IGREJAS: crianças abandonadas na
cidade da Paraíba oitocentista**

Luiza Iolanda Pegado Cortez de Oliveira

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciência Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, em cumprimento às exigências para obtenção do título de Mestre em História, Área de Concentração em História e Cultura Histórica.

Orientadora: Professora Doutora Solange Pereira da Rocha

Linha de Pesquisa: História Regional

JOÃO PESSOA – PB

2014

O48e *Oliveira, Luiza Iolanda Pegado Cortez de.*
Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da
Paraíba oitocentista / Luiza Iolanda Pegado Cortez de Oliveira. --
João Pessoa, 2014.
193f. : il.

Orientadora: Solange Pereira da Rocha
Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCHLA

1. História regional. 2. Crianças abandonadas - Paraíba
oitocentista. 3. Santa Casa de Misericórdia - responsabilidade -
crianças abandonadas. 4. Política de planejamento.

UFPB/BC

CDU: 981.422(043)

**ENTRE CASAS, RUAS E IGREJAS: crianças abandonadas na
cidade da Paraíba oitocentista**

Luiza Iolanda Pegado Cortez de Oliveira

Dissertação de Mestrado avaliada em ___/___/___ com conceito _____

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Solange Pereira da Rocha
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Orientadora

Professora Doutora Alcileide Cabral do Nascimento
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Examinadora Externa

Professora Doutora Serioja Rodrigues Cordeiro Mariano
Programa de Pós-Graduação em História – Universidade Federal da Paraíba
Examinadora Interna

Agradecimentos

À minha família, em especial às mulheres do meu coração real e metafórico: minha mãe, Iaponira, e minha avó, Iraci. Ao meu pai, Júlio César, por ter me ensinado o gosto pela leitura; ao meu irmão, Júlio, por ser não apenas meu irmão, mas meu melhor amigo. Obrigada pelo amor, carinho e por acreditarem em mim;

À minha orientadora, Solange Pereira da Rocha, a quem muito admiro desde quando fui sua aluna na graduação; sou muito grata pela atenção, pelo olhar crítico, pela oportunidade de amadurecimento intelectual e pessoal;

Ao professor João Azevedo Fernandes (*in memoriam*), primeiro docente com quem tive aulas na graduação em História, em 2005; agradeço pela leitura atenta e pelas contribuições valiosas ao longo dos anos, que jamais serão esquecidas;

À banca, composta pelas professoras Serioja Mariano e Alcileide Nascimento. À Serioja, sou-lhe grata pelo carinho e pela atenção. Admiro-lhe pela competência e por ser alguém tão forte e, ao mesmo tempo, tão leve. À professora Alcileide Nascimento, agradeço-lhe pela solicitude e simpatia, desde que tive a oportunidade de conhecê-la no evento da ANPUH na cidade de Natal, em 2013, e pelas contribuições na banca de qualificação. A ambas, agradeço por terem gentilmente aceito o convite para participar da banca de defesa;

A Matheus, companheiro de todos os momentos, cujo amor e cuidado me fazem cada dia mais realizada e completa. Obrigada por sempre estar ao meu lado, chegando até a se tornar um quase estudante de História, e me brindar com sua inteligência. Amo você;

À Ana Cyntia, amiga que há 11 anos, mesmo quando esteve fisicamente distante, sempre se mostrou presente, me estimulando nos momentos de cansaço, sendo a personalização do que entendo por amizade;

A CAPES, pela bolsa, que me foi tão útil durante o curso do mestrado;

Aos *brochettes*, o grupo de amigos mais unido, mais louco, mais sério. Adoro vocês;

Aos professores do PPGH, por tudo que pude aprender com as aulas, debates e indicações de filmes e leituras. Aos meus colegas do curso do mestrado, aos quais tenho muito carinho e desejo todo o sucesso do mundo: Dayse, Afrânio, Cássia, Valdenísio, Urbano e Édson. Avante, pelegos (piada interna)!

À Juliana Barros, por todas as vezes que me auxiliou, com tanta gentileza, antes e durante o mestrado. Meu afetuoso agradecimento;

Aos meus animais de estimação: Nina Simone, Argos e Tigrão, por aquecerem meu coração da maneira mais singela possível.

Na soleira da nossa porta, a mãe olhou
a casa como se a culpasse: tão viva, tão
antiga, tão eterna. (Mia Couto)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar as informações a respeito das crianças expostas e órfãs na cidade da Paraíba Oitocentista, por meio das quais buscamos compreender os mecanismos de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia e do governo provincial em relação à tutela e à destinação dessas crianças. Diante desse objetivo geral, tivemos alguns objetos específicos, que se constituíram em situar a Província da Paraíba em um contexto no qual passa a existir a construção de uma política de planejamento em relação às pessoas e à própria cidade, com suporte no exercício do higienismo e da filantropia; compreender os laços de parentesco espiritual formados entre as crianças expostas e seus padrinhos e madrinhas; e estudar os papéis destinados às crianças expostas e órfãs pobres na sociedade paraibana, sobretudo aqueles que se referem ao trabalho, para os meninos, e ao casamento, direcionado às meninas. Para o desenvolvimento da pesquisa, utilizamos a seguinte documentação: relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, correspondentes ao período de 1860 a 1889; Livro dos Expostos, de 1869 a 1897; Assentos de Batismo, de 1833 a 1860; relatórios dos Presidentes da Província, de 1852 a 1889; dados sobre o primeiro censo realizado no Brasil, no ano de 1872; e jornais paraibanos publicados no século XIX. O recorte temporal justifica-se pela razão de o século XIX constituir-se em um período significativo em relação às transformações na ordem higiênica e na própria organização da cidade da Paraíba como um lugar civilizado. No desenvolvimento da análise, utilizamos referenciais ligados à História Social, e traçamos paralelos em relação à postura do governo provincial paraibano, em relação às crianças abandonadas, com a Capitania do Rio Grande do Norte e a Província de Pernambuco. Desse modo, buscamos discutir as particularidades da Paraíba no que se refere à política governamental de destinação das crianças abandonadas no período estudado.

Palavras-chave: crianças; expostos; órfãos; Paraíba; século XIX.

ABSTRACT

This study aims at analysing available information regarding exposed and orphaned infants in nineteenth century's Paraíba and by these means comprehending the responsibility mechanisms of the province's Holy House of Mercy (Santa Casa de Misericórdia) and Government regarding these children's custody and destination. Some specific objectives stem from the aforementioned general objective and are as follows: situate the Province of Paraíba in the context of growing planning policies for both the people and the city, supported by the ideas of hygienism and philanthropy; comprehend spiritual bonds formed between infants and godparents; study the roles destined to poor exposed and orphaned infants, particularly the ones related to work, for boys, and marriage, for girls. In order to proceed with the research, the following documents were used: reports by purveyors (*provedores*) and inspectors (*mordomos*) corresponding to the period from 1860 to 1889; Book of the Exposed (Livro dos Expostos), from 1869 to 1897; Baptism Records (Assentos de Batismo), from 1833 to 1860; reports by Province Presidents, from 1852 to 1889; data on the first census performed in Brazil, in 1872; and local newspapers issued in the nineteenth century. This particular choice of period is due to the transformations which took place in the Province of Paraíba in both hygienic order and city organization, turning it into a "civilised" place. During the development of the analysis, bibliography connected to Social History was used as resource to observe relations between Paraíba's Province Government posture towards abandoned children and Rio Grande do Norte and Pernambuco Provinces. Therefore, our endeavour was to discuss particular aspects of Paraíba's Government policies regarding abandoned children during the studied period.

Keywords: Infants; exposure; orphans; Paraíba; nineteenth century.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Cidade da Paraíba em 1855, com destaque para as principais Igrejas.....	34
Figura 2 - Rua Nova (atual Av. General Osório) em 1871, com a imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves ao fundo.....	35
Figura 3 - Mãe com criança enferma, Pablo Picasso, 1903.....	45
Figura 4 - Santa Casa de Misericórdia da Paraíba em 1881.....	59
Figura 5 - Eugen Keller e sua ama-de-leite no estúdio de Alberto Henschel, Recife, 1874	112

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 1 – Informações sobre provedores da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e seus períodos de presidência (1850-1897)	64
Tabela 1 – Dados sobre a filiação na cidade da Paraíba (1833 a 1860)	73
Quadro 2 – Informações sobre nome e cor das crianças expostas (1833-1860)	82
Quadro 3 – Dados sobre crianças expostas nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.....	88
Quadro 4 – Descrições de crianças expostas e nomes das respectivas criadeiras com base em registros do Livro dos Expostos	115
Quadro 5 – Número de educandos admitidos no Colégio de Educandos Artífices durante os anos de 1866 a 1874	136

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA	11
1.1 Crianças abandonadas na Paraíba oitocentista: compreensão, delimitação e objetivos do tema	11
1.2 Referências teóricas	17
1.3 Procedimentos metodológicos	25
 CAPÍTULO 2 À CAMINHO DOS “GOSOS DA CIVILIZAÇÃO”: ASPECTOS DA CIDADE DA PARAÍBA OITOCENTISTA	 32
2.1 Retratos da capital da Paraíba: sociedade, religiosidade e salubridade pública no Oitocentos	32
2.2 Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: panorama institucional, assistencial e filantrópico.....	57
2.3 O problema da exposição de crianças na cidade da Paraíba: dados relativos à população e às crianças expostas	73
 CAPÍTULO 3 PARENTESCO ESPIRITUAL E TUTELA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E ÓRFÃS	 93
3.1 O primeiro momento: o acolhimento nas “soleiras das portas”	93
3.2 Padrinhos e madrinhas: o parentesco espiritual das crianças expostas e órfãs	96
3.3 A rede institucional: controle do governo provincial e da Santa Casa de Misericórdia sobre os expostos e órfãos	100
 CAPÍTULO 4 EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E CASAMENTO: POSSIBILIDADES DE VIDA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E ÓRFÃS	 123
4.1 Os mundos da educação, do casamento e do trabalho: inserções das crianças expostas e órfãs pobres na sociedade paraibana.....	123

4.1.1 Colégio dos Educandos Artífices.....	132
4.1.2 Instrução das meninas e as Casas de Caridade do Padre Ibiapina.....	140
4.2 O que reserva o porvir? Projeções para os expostos e órfãos pobres em fins do século XIX.....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
REFERÊNCIAS	157
APÊNDICES	171
Apêndice A	172
Apêndice B	177
Apêndice C	180
ANEXOS	182
Anexo A.....	183
Anexo B.....	184
Anexo C.....	185
Anexo D.....	190
Anexo E.....	191

CAPÍTULO 1 TRAJETÓRIAS DA PESQUISA

1.1 Crianças abandonadas na Paraíba Oitocentista: compreensão, delimitação e objetivos do tema

Joana, Maria, Jozé, Francisco, Paulina, Salustiano, Rosa, Antonio, Teophila, Manoel, Felicidade... esses são alguns dos nomes dos expostos encontrados nos Assentos de Batismo, correspondentes aos anos de 1833 a 1860, e no Livro dos Expostos, de 1860 a 1897, na então cidade da Paraíba. A partir desses documentos, visualizamos informações sobre meninas e meninos abandonados, que foram batizados após serem deixados em casas de famílias, nas ruas ou na Igreja da Misericórdia, muitos “em perigo de vida”, e que tiveram o início de suas histórias registrado nos mencionados documentos.

No presente estudo, entende-se por criança abandonada toda aquela que passou para a custódia de uma instituição, seja por qualquer motivo, tendo sido voluntariamente entregue pelos pais, ou que, no caso da morte destes e na ausência de outros familiares, ficou sob a tutela do Estado; encontrada em local público; ou ainda aquela que foi deixada no entorno de residências particulares. Nestes últimos casos, destacamos o que é tratado nos documentos religiosos como exposição. Esta nomenclatura é frequentemente encontrada nos Assentos de Batismo e nos escritos de responsabilidade dos provedores e mordomos das Santas Casas de Misericórdia espalhadas pelo Brasil, para qualificar o estado de crianças que não possuíam filiação reconhecida e eram habitualmente deixadas em vias públicas, estando expostas à morte e a males de toda ordem.

As motivações para o abandono de crianças eram várias, e nem sempre conhecidas. No século XIX, podemos elencar algumas, já abordadas na historiografia sobre o tema: relacionamento com clérigos, gestação fora do casamento, preservação da honra, condições precárias de vida e pobreza¹. Na Província da Paraíba, a miséria era um fator importante para o abandono de crianças e estava sobretudo relacionada às constantes secas que assolaram sobretudo o sertão das Províncias do Norte, assim como à má administração de recursos.

É importante frisar que as crianças abandonadas podem ter sido oriundas de diversos

¹ Nesse sentido, consultar A.J.R. Russel-Wood (1968) e Eliane Lopes (1998).

tipos de relações, consensuais ou não. Desse modo, as crianças expostas não eram apenas aquelas ditas bastardas, frutos de uniões ilícitas. Elas eram oriundas de contextos diversos, que perpassavam situações como estupros, relacionamentos com clérigos, adultério e também provinham do próprio abandono no qual muitas famílias viviam. O Estado ausente e a carência de recursos das famílias mais pobres são aspectos que devem ser levados em consideração na tentativa de compreender o abandono de crianças por muitas famílias².

No Brasil, existiram duas fases de assistência à criança abandonada que vigoraram de maneiras distintas. A primeira, denominada caritativa, iniciou-se no período colonial e persistiu até meados do século XIX. Esse momento, segundo Maria Luiza Marcílio (2006, p.134), foi marcado por um caráter paternalista, sem pretensão a mudanças sociais profundas. Nessa fase, as políticas sociais e a assistência em favor da criança abandonada apareciam de três maneiras: uma com características informais, identificada principalmente pelo abandono nas residências familiares; e duas revestidas de práticas formais, referindo-se à assistência realizada pelas Câmaras Municipais, em convênios com as Santas Casas de Misericórdia, e, posteriormente, à mudança no papel caritativo exercido pelas Santas Casas em conjunto com as Assembleias Provinciais.

De acordo com Marcílio (2006, p.135), as Câmaras Municipais eram as instituições formalmente responsáveis, na legislação portuguesa, pela incumbência de assistir as crianças expostas. No entanto, as Câmaras podiam delegar os serviços de proteção à criança exposta a outras instituições, por meio de convênios escritos e autorizados pelo rei. A partir dessa concessão, alguns convênios foram firmados, especialmente com as confrarias das Santas Casas de Misericórdia. Apesar da transferência de responsabilidade, a Municipalidade não se isentara dos encargos financeiros com as crianças expostas até os sete anos de idade.

Com a Lei dos Municípios de 1828³, as obrigações das Câmaras foram reformuladas. Em relação aos expostos, as Câmaras tiveram a autorização legal de repassar o dever de cuidado para as Santas Casas. Diante dos alegados problemas estruturais e financeiros, as

² Experiências como essas foram analisadas por Renato Pinto Venâncio em sua obra “Famílias abandonadas: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX”, publicado originalmente em 1999.

³ A mencionada lei foi promulgada em 1 de outubro de 1828, determinando novas atribuições para as Câmaras Municipais e para os juízes de paz. Nos artigos 69 e 70, especificamente, podemos visualizar obrigações das Câmaras com os expostos e órfãos pobres: “Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido. Art. 70. Terão inspecção sobre as escolas de primeiras letras, e educação, e destino dos orphãos pobres, em cujo numero entram os expostos; e quando estes estabelimentos, e os de caridade, de que trata o art. 69, se achem por Lei, ou de facto encarregados em alguma cidade, ou vida a outras autoridades individuaes, ou collectivas, as Camaras auxiliarão sempre quanto estiver de sua parte para a prosperidade, e augmento dos sobreditos estabelimentos.”

Assembleias Provinciais acabaram subsidiando as Misericórdias nesse encargo.

A partir do governo imperial, houve uma mudança no papel de caritativo da assistência das Misericórdias aos menores desvalidos. Essas instituições passaram a estar sob o controle do Estado, ingressando em um sistema de filantropia pública. A partir desse momento, podemos afirmar que se inicia a fase filantrópica de assistência, que perdurou até meados do século XX.

A prática informal, por sua vez, estendeu-se por toda a história do Brasil⁴. Indivíduos ou famílias recolhiam aquelas crianças deixadas nas soleiras das casas ou nas igrejas, e até mesmo aquelas que eram largadas às ruas, e pelas mais diversas razões decidiam criá-las. Uma dessas motivações, inclusive, diz respeito à possibilidade de obter mão de obra sem maiores custos. Essas crianças, enfim, adotadas por práticas costumeiras eram os chamados “filhos de criação”.

Buscar compreender questões de foro íntimo, especialmente de eventos que ocorreram no século XIX, é tarefa difícil de ser realizada. A imaginação nos permite a tentativa de entender, ou ao menos conjecturar, os caminhos percorridos pelas mães ou parentes que abandonaram suas crianças. No entanto, sem pistas ou indícios que nos dêem lastro para essa compreensão, ficaríamos apenas no campo das hipóteses. Apesar de não encontrarmos nenhum documento que nos permita afirmar categoricamente as motivações dos abandonos de crianças que ocorreram na cidade da Paraíba no século XIX, podemos confirmar que o abandono era um problema concreto.

Os já mencionados documentos religiosos, a exemplo dos Assentos de Batismo e dos relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, e os relatos dos presidentes da Província, nos permitem afirmar que existiam crianças abandonadas, e que esse fato representava um incômodo, uma questão premente a ser resolvida, especialmente para o Estado. Primeiramente, o fenômeno do abandono de crianças não era algo restrito à cidade da Paraíba, como podemos constatar nos trabalhos produzidos pela historiografia, detalhados mais à frente.

Maria Luiza Marcílio (2006, p.11) afirma que o Estado não interferiu sozinho na promoção de uma nova sensibilidade em relação à criança. Nesse sentido, os intelectuais,

⁴ No Brasil, a prática da incorporação de uma criança ao seio familiar, sem passar previamente pela chancela estatal, passou a se chamar “adoção à brasileira”, especialmente no meio jurídico. Esse ato consiste em uma família “dar” uma criança a outrem, à margem dos trâmites legais; muitas vezes a família adotante registra a criança recebida como filha biológica. Apesar de não se revestir de uma modalidade legítima de adoção, a jurisprudência entende que se deve optar pela manutenção do registro e irrevogabilidade do ato, por privilegiar, na hipótese, os laços de afeto e amor que se firmam entre os sujeitos envolvidos. Nesse sentido, ver o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8.069 de 1990, e o posicionamento do STJ (Superior Tribunal de Justiça), no *site* da instituição.

percebidos pela sociedade e pelo Estado como os “cientistas” da época, a exemplo de médicos, administradores e juristas, uniram esforços a fim de eliminar a barbárie da exposição de crianças, que por vezes levavam à morte dos pequeninos em lugares públicos.

Todavia, os esforços empreendidos por esses intelectuais e pelo Estado não se direcionavam apenas a uma mudança de paradigma em relação às crianças. No século XIX, havia um projeto para essa nação, que precisava justificar-se como tal. A ideia de civilização passou a ser propagada com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro, em 1808. Como afirma José Gondra (2004, p.39), o movimento provocado pela vinda de D. João foi responsável por uma ação local, denominada de europeização. Posteriormente, as preocupações defendidas inicialmente no Rio de Janeiro propagaram-se para outras localidades no país, sendo a sede da Corte o ponto difusor dessas ideias.

Assim, além dos projetos políticos que buscavam delimitar o país, fazia-se necessário que ele se tornasse civilizado. E a palavra “civilização” vinha carregada de significados, práticas e discursos que objetivavam “limpar” e transformar a sociedade brasileira, deixando-a mais próxima dos padrões europeus. Gondra (2004, p.39) assinala que um dos desdobramentos dessas intervenções que objetivavam aproximar os trópicos da Europa pode ser verificado na “[...] construção de um horizonte mental que passou a fazer circular uma profunda crença no poder da ciência”. Desse modo, a criação de cursos superiores, banco, imprensa, jardins botânicos e bibliotecas participaram do ideal de construção de um regime que se baseava na verdade científica.

Na cidade da Paraíba, os esforços empreendidos para “civilizar” o lugar e as pessoas podem ser encontrados na década de 1830, período no qual são elaboradas as primeiras posturas, decretos e normas determinadas pelas Câmaras Municipais, que incidem em alterações urbanas. (SÁ, 2009, p.18). Esses documentos continham normas disciplinadoras da higiene pública e privada, e visavam a uma utilização regrada do espaço público. Essas regulamentações aplicavam não apenas noções de limpeza e organização; fundamentalmente, buscavam construir e inculcar na população a ideia de decência e decoro, princípios que eram fomentados no imaginário popular graças à tríade Estado, Igreja e sociedade.

Além da disposição da urbe, esses Códigos buscavam disciplinar comportamentos, numa tentativa de evitar a “balbúrdia” e atitudes encaradas como inapropriadas para uma cidade em desenvolvimento. Uma das atitudes a serem evitadas refere-se justamente ao abandono de crianças pelas ruas, fato classificado como “bárbaro e revoltante” pelos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. É importante frisar que o abandono de crianças não estava diretamente mencionado nos Códigos de Postura da cidade

da Paraíba. No entanto, pelos relatos dos provedores da Santa Casa de Misericórdia, essa era uma prática que, além de causar comoção, perturbava a ordem pública.

As informações sobre os expostos e órfãos encontrados no *corpus* documental também nos motivaram a descobrir qual era a destinação dada a essas crianças. A existência de crianças abandonadas era um problema desde o período colonial. No Brasil, Maria Luiza Marcílio (2006, p.12) destaca que a responsabilidade pelo ato de expor os filhos deve ser atribuída aos brancos europeus, pois os índios não abandonavam seus filhos. Esse seria, de acordo com seu julgamento, um dos frutos perversos da colonização. Desse modo, as instituições, as leis e os comportamentos de assistência e de proteção às crianças abandonadas foram introduzidos no país em razão de uma necessidade criada. Os modelos assistenciais implantados no Brasil encontram suas raízes no medievo europeu. Assim, durante muito tempo, a prática de assistência à infância desvalida no país esteve atrelada a um modelo oriundo da Europa.

A ideia defendida pelo Estado, desde o período colonial, era aproveitar esse contingente de crianças para alguma atividade produtiva. A questão dos expostos e órfãos ganhou relevância ao longo do século XVIII, tornando-se uma preocupação para os Estados modernos e para as elites que governavam as colônias portuguesas. Assim, como relata Luciana Mendes Gandelman (2001, p. 617), era importante que os contingentes de expostos e órfãos fossem aproveitados pelo Estado, de maneira direta, incorporando-os ao exército, ou ao menos para contribuir no povoamento do reino. Quando o Brasil deixou a situação de colônia, a questão dos expostos e órfãos continuava um assunto premente. Fazia-se necessário ampliar os espaços de absorção dessas crianças na sociedade, a fim de que elas pudessem retornar, de uma maneira ordeira e positiva, os investimentos despendidos pelo Estado com sua criação e educação.

Desse modo, este trabalho tem por objetivo analisar as informações a respeito das crianças expostas e órfãs na cidade da Paraíba Oitocentista, por meio das quais buscamos compreender os mecanismos de responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia e do governo provincial em relação à tutela e à destinação dessas crianças.

Diante desse objetivo geral, tivemos alguns objetos específicos, que apresentamos ao leitor: situar a Província da Paraíba em um contexto no qual passa a existir a construção de uma política de planejamento em relação às pessoas e à própria cidade, com suporte no exercício do higienismo e da filantropia; compreender os laços de parentesco espiritual formados entre as crianças expostas e seus padrinhos e madrinhas; estudar quais os papéis destinados às crianças expostas e órfãs pobres na sociedade paraibana, especialmente aqueles

referentes ao trabalho, para os meninos, e ao casamento, à vida doméstica e à maternidade, para as meninas.

O recorte temporal justifica-se pela razão de o século XIX constituir-se em um período significativo em relação às transformações na ordem higiênica e na própria organização da cidade da Paraíba. Nesse período, buscamos enfatizar as mudanças que passaram a ocorrer no tocante ao espaço urbano e a conduta da população, influenciadas pelos discursos higienista e filantrópico. Essas novas atitudes em relação ao lugar e ao convívio social surgiram por meio de medidas que continham um caráter de crítica, do não fazer; e também daquelas que apresentavam estímulo à ação e à realização de projetos.

Como afirma José Gondra (2004, p.29), o século XIX brasileiro caracterizou-se como um tempo de desafios que exigiam a realização de alguns deslocamentos, especialmente após a chegada da família real ao país. A estada compulsória do governo português no Brasil, segundo o autor, representou um momento decisivo na demolição dos ares de colônia. Era preciso que a vida colonial ficasse para trás, por meio de transformações de várias ordens: infraestrutura urbana, transporte, economia, política, comunicação, educação, segurança e cultura. Essas medidas, que aconteceram inicialmente no Rio de Janeiro, passaram a ser difundidas pelas demais regiões e localidades do país.

D. Pedro II, segundo e último monarca do Império do Brasil, que governou o país durante quarenta e nove anos⁵ – de 1840 a 1889 – era uma pessoa dedicada aos estudos humanísticos, tendo predileção por viagens⁶. As suas viagens às províncias do Norte foram, como afirma Alessandra Fraguas e Thais Martins (2011, p.10), trajetos de conhecimento e reconhecimento, ligados à consolidação do Estado Nacional e à necessidade de construir uma identidade para a nação.

D. Pedro II veio à Província da Paraíba em 1859, tendo percorrido a cidade da Paraíba no mês de dezembro, visitando locais como a Santa Casa de Misericórdia, no dia 25 de dezembro do mencionado ano. Segundo o relato do provedor da Santa Casa sobre essa visita, que será analisado no Capítulo 2, podemos identificar observações e “esmolas” do imperador

⁵ É importante atentar para o fato de que, nesse ínterim mencionado – de 1840 a 1889 – a princesa Isabel de Bragança e Bourbon foi regente por três vezes: sua primeira regência deu-se no período de 25 de maio de 1871 a 31 de março de 1872; a segunda, de 26 de março de 1876 a 25 de setembro de 1877; e, por fim, a terceira ocorreu de 30 de junho de 1887 a 22 de agosto de 1888.

⁶ Nesse sentido, ver o estudo de Lilia Moritz Schwarcz (1998) sobre D. Pedro II, obra na qual a autora analisa uma construção simbólica do imperador, como um órfão da nação que se tornou um cidadão cosmopolita e intelectual. Ver também o artigo com base nos diários de D. Pedro II, de Alessandra Fraguas e Thais Martins (2011).

que sugerem mudanças necessárias na organização do ambiente⁷. Nesse sentido, ele era um entusiasta dos progressos proporcionados pela ciência, e a sua vinda auxiliou na difusão dos ideais de progresso, desenvolvimento, higiene e sentimento de nação. Um dos efeitos diretos sentidos pela população foi a elaboração de um novo Código de Posturas Municipais no mesmo ano da visita.

As mudanças mencionadas, inclusive no que se refere à preocupação com a infância desvalida, foram mais bem trabalhadas e aprofundadas na última década do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. No entanto, para este trabalho, optamos em nos ater ao período do governo imperial, pois este nos permite analisar, de posse da documentação estudada, o embrião de um processo civilizador na cidade da Paraíba na segunda metade do Oitocentos. Buscamos destacar o papel da Santa Casa de Misericórdia e da Igreja católica em uma nação que se construía com base no claro vínculo entre Estado e religião, e que passava a encontrar guarida na ciência para aplicar normas físicas, psíquicas e sociais em busca de uma sociedade sã e civilizada.

Dessa maneira, partindo das considerações expostas, entendemos que o estudo da referida temática justifica-se por ser um tema ainda pouco explorado na historiografia paraibana, em especial no que se refere ao estudo das crianças expostas. Destacamos a importância dos estudos nos documentos do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, que têm sido utilizados de maneira pontual nos trabalhos historiográficos. Em suma, identificamos que apesar desta pesquisa não ter o caráter do ineditismo, se debruça sobre um tema pouco aprofundado. Assim, entendemos que este trabalho poderá contribuir na produção de conhecimentos voltados para a construção da historiografia paraibana; na preservação e no estudo da memória documental; e na ampliação do debate sobre o tema das crianças expostas e órfãs na Paraíba oitocentista, assim como no que se refere à atuação assistencial e filantrópica da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

1.2 Referências teóricas

Durante o medievo europeu, foram criadas as primeiras instituições de assistência à

⁷ Relatório do provedor Francisco de Assis Pereira Rocha, 1860, disponível no Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba.

pobreza e à infância desvalida. Sobre a noção de infância, foi importante a análise de Philippe Ariès, pioneiro nesse campo de estudo. Historiador francês, ele se tornou uma referência importante com sua obra “L’Enfant et la Vie familiale sous l’Ancien Régime”, de 1961, traduzida no Brasil como “História Social da Criança e da Família”. O título original nos traz uma ideia da temporalidade que iremos encontrar no seu texto: uma abordagem sobre as origens do sentimento da infância – entendido como a consciência da particularidade infantil –, a educação das crianças e a construção de uma ideia de família que toma como ponto de partida a Idade Média e segue até a Idade Moderna. Desse modo, sua análise recai sobre a família burguesa francesa. Trabalhos posteriores questionaram a generalização da análise de Ariès, trazendo ao debate outras classes e outros tipos de organização familiar⁸. Além disso, o abandono de crianças não é objeto de estudo do autor.

Mary Del Priore (2004, p.11) aponta que, dadas as diferenças, “[...] a historiografia internacional pode servir de inspiração, mas não de bússola”. Por isso, para entendermos o Brasil, devemos nos basear nos estudos que têm sido produzidos em nossa casa. O abandono de crianças é um tema que tem sido abordado, no país, em especial após a década de 1980. Com os recursos da Demografia histórica e da chamada “Nova História”, campo inserido nos estudos da História Social possibilitado pela Escola dos *Annales*, os pesquisadores puderam fazer um resgate em termos quantitativos e qualitativos de documentos que revelavam a forte presença de crianças abandonadas no passado do nosso país. Nesse sentido, os documentos religiosos são valiosas fontes de informação sobre crianças abandonadas, especialmente quando nos reportamos aos períodos colonial e imperial.

Ainda na década de 1960, destacamos A.J.R. Russell-Wood, com a obra “Fidalgos e filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia, 1550-1755”, de A.J. R. Russell-Wood, publicado originariamente em 1968, pela Universidade da Califórnia. Nessa obra, o autor britânico empreende um estudo sobre a fundação da Santa Casa na Bahia, na época de Tomé de Sousa, em 1549. Durante três séculos, a Misericórdia da Bahia manteve o único hospital da cidade de Salvador. As atribuições eram semelhantes as que encontramos em outras Santas Casas espalhadas pelo Brasil: cuidados com os funerais e administração do cemitério; auxílio e criação dos enjeitados e ajuda aos presos; dotes de moças pobres; asilo de pobres; hospício para os diagnosticados como loucos. O estudo de Russell-Wood foi importante para

⁸ Exemplo dessa crítica foi o estudo feito por Jacques Gélis, “A individualização da criança”. Nesse estudo, Gélis assinala uma fragilidade no modelo evolutivo proposto por Philippe Ariès, de que a indiferença em relação à criança não é característica de um momento histórico determinado, coexistindo interesses e indiferenças, uma prevalecendo sobre a outra em razão de motivos sociais e culturais que nem sempre são fáceis de distinguir. Além disso, Gélis critica o pressuposto de um processo histórico universal que se irradiou para outras sociedades, baseado nas classes abastadas dos países centro-europeus.

identificarmos as similaridades e diferenças entre as atividades e a organização da Santa Casa de Misericórdia da Bahia e a da Paraíba, com atenção ao período colonial, temporalidade estudada pelo autor.

No curso da década de 1970, a tese de doutorado de Laima Mesgravis teve como foco de estudo a Santa Casa de Misericórdia em São Paulo. Apesar de o recolhimento das crianças abandonadas não ser o seu objeto, ela cria a tese de que a Roda dos Expostos tinha a função de evitar o infanticídio, garantindo o anonimato de quem abandonava a criança e a salvaguarda da honra de mulheres brancas da elite. Mary Del Priore, na década de 1990, organizou dois trabalhos importantes sobre história das crianças, com textos de diferentes correntes e perspectivas. O primeiro, “História da criança no Brasil”, foi publicado em 1991, e o segundo, “História das crianças no Brasil”, em 1999⁹.

Maria Luiza Marcílio, com “História social da criança abandonada”, publicada inicialmente em 1998, nos traz uma abordagem ampla sobre a situação do abandono de crianças na Europa e no Brasil. Para entender esse processo, ela traça um itinerário do pensamento assistencialista europeu, destacando a origem e a atuação da Santa Casa de Misericórdia em Portugal e sua influência nas colônias, sobretudo na sociedade brasileira. A autora utiliza os recursos metodológicos da Demografia Histórica, e desenvolve sua narrativa a partir da contextualização de uma crescente preocupação com as crianças sem família, com apontamentos que vão da antiguidade clássica à contemporaneidade. Marcílio põe em relevo o papel da vida urbana no Ocidente, fenômeno que por várias razões foi acompanhando da pobreza social; a preocupação com frequentes casos de infanticídio, e o surgimento da Roda dos Expostos, forma de assistência infantil que teve grande repercussão entre os séculos XVIII e XIX.

No Brasil, o caráter precário da assistência colonial fez com que as Câmaras Municipais assumissem a dispendiosa tarefa de cuidados com os chamados expostos ou enjeitados. Este apoio veio a declinar em meados do século XIX, época em que o sistema de Rodas conheceu notável expansão. Os receptáculos brasileiros continuavam em funcionamento, mesmo depois das Rodas terem sido desativadas em Portugal. Grande parte do sistema de Rodas no Brasil apenas encerram suas atividades entre os anos 1930 e 1950. É importante frisar que essa mudança não ocorreu em virtude do desaparecimento do abandono de crianças recém-nascidas, mas em função das determinações do Código de Menores de 1927, que decretou o fechamento das Rodas.

⁹ Neste trabalho, utilizamos “História das crianças no Brasil”, 4ª edição, de 2004.

Em 1993, Renato Pinto Venâncio defendeu sua tese na Universidade de Paris X, tendo sido publicada no Brasil em 1999, com o título de “Famílias abandonadas: assistência às crianças de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX”. Também com base em estudos de Demografia histórica, Venâncio procedeu a uma análise da assistência aos recém-nascidos abandonados nas cidades do Rio de Janeiro e Salvador, nos séculos XVIII e XIX. O autor demonstra e procura investigar como as famílias pobres faziam diferentes usos da Roda dos Expostos, em uma tentativa de fazer com que o Estado contribuísse na educação dos seus filhos. Do autor, também destacamos a organização “Uma história social do abandono de crianças”, de 2010, que discute a extensão do fenômeno do abandono de crianças ocorrido em Portugal e no Brasil, abarcando estudos do século XVIII ao século XX e traçando reflexões que possibilitam uma história comparada dessas duas sociedades.

Sobre a Paraíba, Wilson Nóbrega Seixas é uma importante referência nos estudos sobre a Santa Casa de Misericórdia. Dentista e historiador de ofício, escreveu obras principalmente relacionadas à história da cidade de Pombal, seu lugar de nascimento. Na sua obra “Santa Casa de Misericórdia da Paraíba – 385 anos”, Seixas realiza um estudo sobre a origem da Irmandade da Misericórdia da Paraíba, iniciando pelos antecedentes da instituição na Europa. Publicada em 1987, continua sendo uma indicação fundamental para quem deseja conhecer a história da Santa Casa de Misericórdia nas terras paraibanas.

A tese de doutorado de Alcileide Cabral do Nascimento, publicada em livro intitulado “A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)”, no ano de 2008, foi de vital importância para compreendermos a atuação da Santa Casa de Misericórdia do Recife e o seu controle sobre a Casa dos Expostos. Com um viés foucaultiano, a autora realiza uma investigação sobre o abandono de crianças e as práticas infanticidas na cidade do Recife, entre 1789 e 1832, e analisa a inserção social das crianças sobreviventes. Alcileide Cabral busca destacar práticas discursivas e não-discursivas da Igreja, do Estado e de seus respectivos representantes a fim de compreender como houve um combate às práticas infanticidas e ao abandono, e de como essas condutas e costumes passaram a ser orientados para uma nova forma de concepção e cuidado das crianças.

A autora estuda como o problema da exposição de crianças se relacionava aos problemas da própria cidade e de seus habitantes, e de como o governo, em especial a partir da administração de d. Tomás José de Melo entre os anos de 1787 e 1798, buscou maneiras de prevenir e disciplinar a população contra a barbárie. A Roda dos Expostos, então, figuraria em

um conjunto de medidas que objetivava “civilizar” a população, funcionando como “[...]lugar da visibilidade do corpo protegido, do abandono civilizado” (NASCIMENTO, 2008, p.99).

Essa medida tinha por objetivo desestimular práticas infanticidas, oferecendo uma alternativa para os deslizes das pessoas da elite, traduzidos como “filhos do pecado” ou “frutos indesejados”, além de servir secundariamente como abrigo para os “filhos da miséria”. Um dos problemas trazidos pela autora diz respeito aos sobreviventes da Casa dos Expostos. O que deveria ser feito com esse excedente populacional? A ideia era aproveitá-los de uma maneira benéfica para a Coroa, evitando assim que viesse a se transformar em perigo para a sociedade. Dessa maneira, os mecanismos de controle criados para afastar essas pessoas da criminalidade e da ociosidade seriam principalmente o mundo do trabalho, para os homens, e o do casamento, para as mulheres.

Outro texto que nos serviu de base foi a dissertação de Thiago do Nascimento Torres de Paula, intitulada “Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação: capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII”, defendida na UFRN no ano de 2009. O autor investiga o modo com o qual os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, no século XVIII, inseriam as crianças expostas na sociedade. Dois pontos cruciais na realidade analisada pelo autor foram a constatação da inexistência de uma Roda dos Expostos na região e a omissão dos membros da Câmara dos Vereadores no amparo a essas crianças, assim como às famílias que se tornaram responsáveis pela criação desses pequenos. Apesar de ser uma temporalidade distinta da que nos debruçamos neste estudo, podemos visualizar uma série de semelhanças entre a mencionada freguesia, do Rio Grande do Norte, e a cidade da Paraíba oitocentista, no que se refere às posturas do poder público e da sociedade no tocante à responsabilidade com os expostos.

Na Paraíba oitocentista, não havia uma instituição específica para os expostos, sendo estes mantidos por curto período pela Santa Casa de Misericórdia, com algum subsídio da Câmara Municipal. Depois do período de cuidados com essas crianças, que ia até os sete anos de idade, surgia a questão: o que fazer? Para onde encaminhá-los? Como torná-los úteis à sociedade? Desse modo, os trabalhos de Alcileide Cabral do Nascimento e de Thiago do Nascimento Torres de Paula nos auxiliou a compreender como esse processo ocorreu no Recife e no Rio Grande do Norte, respectivamente, contribuindo sobremaneira para entender o percurso traçado pelas crianças expostas na cidade da Paraíba.

Para situarmos os relatos dos provedores da Santa Casa de Misericórdia a respeito das críticas às “mães desnaturadas”, de maternidade “pouco confiável” das mulheres que abandonavam seus filhos, nos apropriamos da obra de Elisabeth Badinter no que diz respeito

aos estudos sobre mulheres e a existência do sentimento materno. Badinter, na obra “L’amour en plus: histoire de l’amour maternel XVII^e-XX^e siècle”, de 1980¹⁰, aborda a construção da ideia de amor maternal no mundo ocidental. Nos seus escritos, ela se pauta pela desnaturalização de características socialmente adquiridas.

O amor materno, então, seria a seu ver uma construção histórica que o desenvolvimento da vida humana foi transformando e sedimentando. Não podemos, com isso, ignorar os aspectos biológicos envolvidos na empatia entre genitora e cria na natureza, especialmente em relação aos mamíferos¹¹. Ademais, sem ignorar os aspectos biológicos mencionados, Elisabeth Badinter demonstra que não existe processo na vida humana, seja ele o pensar, o viver ou o sentir que sejam puramente naturais ou inerentes.

Nesse sentido, Mary Del Priore, com “Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia”, de 1993, nos traz uma série de informações sobre a situação da mulher entre os séculos XVI e XVIII. A autora busca estudar as práticas, discursos e imagens que existiam nessa época sobre a feminilidade. Nessa pesquisa, Mary del Priore encontrou situações associadas à dor, opressão e dominação da mulher. Uma das razões encontrava-se no discurso que vinculava a mulher à maternidade; esse estado a magnificava, mas também a reduzia a situações nas quais acabava sendo privada de liberdade e autonomia.

No entanto, a prole também abria outras possibilidades; no mundo do privado, do ambiente doméstico, ela exercia um papel que não lhe cabia na vida pública. Desse modo, por meio da identificação com um papel que lhe era culturalmente atribuído, a mulher-mãe por vezes buscava valorizar-se na prática doméstica. Além disso, são estudadas outras situações nas quais ela procurava, conscientemente ou não, distanciar-se do peso da responsabilidade de ser mãe com outros atributos: mãe solteira, mãe desonrada, mãe sozinha. Apesar de o estudo se referir ao período colonial, ele se insere na longa duração histórica, abarcando a sociedade oitocentista, pois esta era fruto direto da mentalidade colonial.

¹⁰ A edição utilizada neste trabalho é a versão espanhola “¿Existe el amor maternal?”, publicada em 1981 pelas Ediciones Paidós Ibérica, Barcelona.

¹¹ Sobre esse assunto, é interessante ler o artigo “Mother–infant bonding and the evolution of mammalian social relationships” (Criação de laços mãe-filho e a evolução dos relacionamentos sociais em mamíferos, tradução nossa) publicado em 2006 e de autoria de K.D. Broad, J.P. Curley e E.B. Keverne, da Universidade de Cambridge. Nele, os autores afirmam que na maioria dos mamíferos de cérebro pequeno (incluindo roedores), a formação de um laço materno ou de inclinação por um parceiro requer o reconhecimento individual por três pontos principais: pistas olfativas; ativação de mecanismos neurais relacionados a recompensas sociais por meio dessas pistas; e pressão hormonal específica de gênero para resposta comportamental. Com o aumento evolutivo do neocórtex observado em macacos e grandes símios, houve também um aumento correspondente na complexidade de relacionamentos sociais e estratégias de criação de laços. Esse processo ocorreu em conjunto com significativo aumento da pressão hormonal para comportamentos motivados. Essa emancipação dos determinantes olfativos e hormonais na criação de laços foi sucedida pela importância aumentada do aprendizado social, que é necessário à vida em um mundo socialmente complexo e, especialmente em humanos, fortemente influenciado por heranças culturais.

Sobre essa temática, destacamos também a obra de Temis Gomes Parente – “O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX” –, na cidade de Goiânia, capital do atual Estado de Goiás, em 2005. Nela, podemos visualizar informações importantes sobre as mulheres na sociedade oitocentista, o problema da filiação causado pelo concubinato e outras formas de relacionamento e a influência da Igreja Católica.

Sobre a medicina social e o higienismo, nos utilizamos de Lilia Moritz Schwarcz, com “O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil” publicado pela primeira vez em 1993. O Brasil, identificado como um grande laboratório racial, necessitava evoluir, conforme teorias defendidas por juristas, médicos, literatos, pedagogos e naturalistas. Os mestiços, negros, pobres, doentes, criminosos, loucos e deficientes deveriam ser disciplinados e evitados, estando inseridos em estratégias de controle.

Nesse sentido, Lilia Ferreira Lobo, com “Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil”, de 2008, nos trouxe um panorama exemplar sobre a exclusão no país, especialmente no que diz respeito aos pobres, aos negros, às mulheres, às crianças e aos loucos. Magali Engel, com “Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890)”, cuja primeira publicação é de 1989, também nos auxiliou a situar a mulher nesse panorama de controle e exclusão.

José Gondra com “As artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial”, de 2004, nos ajudou a compreender como o modelo higiênico defendido pelos médicos, baseado nos princípios da *circumfusa, applicata, ingesta, gesta, excreta e percepta*, interferiu na disposição da cidade, da escola e nos domínios da vida privada. Outra menção importante diz respeito a Jurandir Freire Costa e sua obra “Ordem médica e norma familiar”, cuja primeira edição é de 1979, tendo sido utilizada neste trabalho a 5ª edição, de 2004. Nessa obra exemplar, o autor reflete sobre como a pedagogia médica ultrapassou os limites da saúde individual, tornando-se parâmetro disciplinador para a constituição de um ideal de família associado à saúde e à felicidade.

A respeito da Província da Paraíba e sua capital, destacando aspectos sociais, políticos e econômicos foram utilizadas obras vistas como clássicas, em função do pioneirismo na publicação, e aquelas produzidas no meio acadêmico. Dentre as primeiras, nos utilizamos de Wellington Aguiar, com “Uma cidade de quatro séculos: evolução e roteiro”, de 1985, e “A velha Paraíba nas páginas de jornais”, de 1999; Celso Mariz, com “Apanhados históricos da Paraíba”, publicado pela primeira vez em 1922; José Baptista de Mello, com “Evolução do ensino da Paraíba”, de 1936; Humberto Nóbrega, com “As raízes das ciências da saúde na Paraíba: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem”, de 1979.

Nos textos acadêmicos paraibanos, mencionamos as relevantes contribuições Edna Maria Nóbrega de Araújo, com a dissertação de mestrado “Uma cidade, muitas tramas: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920)”, defendida na UFPE, em 2001. Rose Mary de Souza Araújo, com a tese de doutorado intitulada “Escola Normal na Parahyba do Norte: movimento e constituição da formação de professores no século XIX; Solange Pereira da Rocha, com “Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual”, publicado em 2009; Ariane Norma Menezes Sá, com “Escravos, livres e insurgentes: Paraíba (1850-1888)”, que nos auxiliou a compreender as questões do trabalho escravizado e o trabalho livre na Paraíba oitocentista; Regina Célia Gonçalves, com “Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parahyba (1585-1630)”, de 2007, a fim de estudar o perfil de Duarte Gomes da Silveira, fundador da Santa Casa de Misericórdia na Paraíba; Nirvana Lígia Albino Rafael de Sá, com a dissertação de mestrado intitulada “A cidade no despertar da era higiênica: a cidade da Paraíba e o movimento higienista (1854-1912)”, defendida em 2009, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPB.

Além dessas obras, nos utilizamos de uma “prata da casa”: a dissertação de Guaraciane Mendonça de Lima, defendida em 2005, sobre o Colégio dos Educandos Artífices, no período de 1865 a 1874. O seu trabalho nos auxiliou na compreensão do funcionamento dessa instituição, que buscava educar e disciplinar a infância desvalida da Paraíba. Outros dois trabalhos importantes para esta pesquisa foram a dissertação de mestrado de Kaline Abrantes Guedes, sobre a modernização do espaço urbano na cidade da Paraíba, no período de 1850 a 1925, apresentada no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN; e a tese de doutorado de Maria da Vitória Barbosa de Lima, sobre escravizados e libertos na Paraíba escravista do século XIX, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da UFPE em 2010. O trabalho de Lima foi uma importante referência sobre o trabalho de crianças expostas e órfãs, em especial na sua utilização como “soldadas”.

Foram utilizadas como obras de referência o texto de Elias Herckman “Descrição geral da Capitania da Paraíba”, publicado no século XVII, que nos oferece um panorama da Paraíba colonial e nos ilustra o contexto da fundação da Santa Casa nestas terras; a compilação “Datas e notas para a história da Paraíba”, de Irineu Ferreira Pinto, de 1908; o “Almanach administrativo, histórico e comercial do Estado da Parahyba para 1911”, que traz informações sobre estudos de saneamento básico na cidade da Paraíba; o “Archivo nobiliarchico brasileiro”, publicado em 1918, que traz as biografias daqueles que receberam títulos no Brasil, obra que faz menção ao Barão do Abiaí, um dos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e presidentes da Província; e os livros de memórias “O Tambiá da

minha infância”, de Coriolano de Medeiros, publicado em 1942, e “Reminiscências”, de 1938, cuja autoria é de Francisco Coutinho de Lima.

Algumas obras literárias também foram importantes para ilustrar, de maneira criativa e sensível, situações que se relacionam aos temas abordados neste trabalho. Desse modo, utilizamos o romance “Rosaura, a enjeitada”, de Bernardo Guimarães, escrito em 1883, e o conto “Pai contra mãe”, de 1898, de Machado de Assis. Ao longo do texto, serão acrescentadas outras referências, tais como artigos científicos publicados em anais de eventos. Nesse sentido, destacamos os artigos elaborados por Doralice Sátyro Maia e Azemar Soares Júnior, que nos remetem à organização urbanística e higiênica da cidade da Paraíba no século XIX.

Dessa maneira, nossa pesquisa se pauta fundamentalmente na História Social, pois tomamos o ser humano em sociedade como objeto de análise. Também nos propusemos a entender o papel das ações humanas no espaço e tempo estudados, assim como as articulações sociais mais significativas relacionadas ao nosso objeto, a fim de compreendermos a sociedade que estudamos.

1.3 Procedimentos metodológicos

Definidos os objetivos, essa pesquisa adotou dois procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico e pesquisa documental. O aporte teórico, detalhado acima, será acrescido de outras contribuições ao longo do desenvolvimento do texto. A documentação deste trabalho compreende relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, correspondentes às décadas de 1860 a 1889; no Livro dos Expostos, de 1869 a 1897; Assentos de Batismo, de 1833 a 1860; relatórios dos Presidentes da Província, de 1852 a 1889; dados sobre o primeiro censo realizado no Brasil, no ano de 1872; e jornais paraibanos publicados no século XIX.

Os relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, assim como o Livro dos Expostos, encontram-se no Arquivo da própria Igreja da Misericórdia, localizada no Centro de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba. Com base em leituras desses documentos, buscamos relacioná-los aos estudos contemporâneos detalhados anteriormente. Ao longo do texto, esses relatórios serão indicados com a sigla “ASCM/PB”, doravante informando a origem dos documentos, qual seja o Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da

Paraíba.

Nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia, especificamente, encontramos informações redigidas anualmente pelo provedor, também chamado de presidente, ou pelos mordomos, sobre a situação da instituição, tais como dívidas, situação do Hospital da Caridade, pensionistas, órfãos, atividades da Irmandade, número de pessoas socorridas, número de óbitos, condições do cemitério, dentre outras.

Nos relatos dos provedores e mordomos, no tópico referente aos expostos, eram trazidas impressões sobre as crianças expostas, as mães que abandonaram seus filhos e as criadeiras, assim como avaliações sobre a quantidade e situação das crianças sob responsabilidade da Santa Casa. A essas informações devem-se acrescentar considerações sobre a situação econômica e acerca da estrutura de acomodação. Foram postos, neste trabalho, os trechos considerados mais apropriados ao tema em estudo¹².

É importante chamarmos a atenção para o uso dos termos “exposto”, “enjeitado” e “órfão” nos relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa. Verificamos que o uso desses termos concorria, de maneira por vezes indistinta, pois expressavam a mesma situação de abandono. “Órfão” também era utilizado para fazer referência àquelas crianças que tinham sido abandonadas em razão da morte dos pais.

Segundo Renato Pinto Venancio (1999, p.20), em Portugal, no século XVIII, as expressões “criança exposta” ou “criança enjeitada” eram utilizadas no vocabulário português, no lugar de “criança abandonada”, para caracterizar, aparentemente, o abandono na primeira infância. A expressão “criança abandonada”, segundo o autor, começou a fazer tímidas aparições em textos legais, até se generalizar por volta de 1890, normalmente para se referir às crianças vistas como infratoras, delinquentes, contraventoras e vadias, sendo raramente empregada para designar “enjeitados” e “expostos”.

No Brasil colonial, as expressões “exposta” e “enjeitada” foram igualmente utilizadas para se referir à criança abandonada. No entanto, conforme Venancio (1999, p.21), esses termos representavam realidades sociais distintas. “Exposto” habitualmente era utilizado quando um recém-nascido era deixado nas ruas sem nenhum tipo de proteção, exposto à morte. Já “enjeitado” referia-se a um tipo de “abandono civilizado”, que ocorria quando alguém deixava a criança em hospitais ou residências, aumentando suas chances de sobrevivência. Mesmo não existindo diferenças muito precisas, as expressões “exposto” e “enjeitado” eram utilizadas em nossa sociedade, coexistindo com o termo “abandonado”.

¹² É importante observar que não há uma sequência cronológica completa dos relatórios dos provedores e dos mordomos, no sentido de que os documentos encontrados muitas vezes não fecham a década na qual se inserem.

Ao longo desta pesquisa, nós utilizaremos “exposto” e “enjeitado” como sinônimos. Em relação ao uso do termo “órfão”, tivemos de distinguir mediante a situação apresentada. Nem todo órfão foi exposto, e nem toda criança órfã era pobre. No entanto, a política voltada para os expostos – ou enjeitados – e crianças órfãs e pobres era basicamente a mesma, especialmente nos casos em que o órfão pobre não tinha familiares ou pessoas próximas que se responsabilizassem por ele. Nessas situações, essas crianças poderiam ser tomadas pelo Estado mediante solicitação dos Juizes de Órfãos, como teremos oportunidade de analisar no decorrer deste estudo.

Os modelos dos relatórios de provedores e mordomos da Santa Casa continham poucas variações, mantendo partes bem definidas. No alto da página era identificado o número do volume do relatório. Se no ano de 1861, por exemplo, tivessem sido escritos dois relatórios, estes eram organizados por volumes; no Anexo A, podemos visualizar uma imagem com o mencionado relatório. Logo abaixo da identificação estava contido o endereçamento: normalmente, era direcionado ao “Irmão Provedor” e à “Mesa Conjunta da Santa Casa”. Em seguida, havia o ano ao qual se referia o documento; logo abaixo, a provedoria responsável do chamado ano compromissal.

No primeiro parágrafo, havia normalmente a identificação da autoria relatório. É importante mencionar que nem sempre era o provedor quem os escrevia: havia aqueles que eram escritos pelos mordomos, assim como por outros funcionários, a exemplo do ano de 1861, cuja cópia podemos visualizar no Anexo A. Nesse relatório, a provedoria interina cabia a José Lucas de Sousa Rangel, que havia se ausentado de suas funções em razão de passar a exercer o cargo de juiz de direito especial da Província; assim, com sua ausência, e com a anuência do mesmo e da Mesa Diretora, o autor do relatório foi o escrivão da Mesa, cujo nome não consta no documento.

No geral, após uma breve introdução, o autor do relatório descrevia a situação do hospital, e as movimentações ocorridas durante o ano que findava; neste tópico, eram trazidas informações sobre pacientes tratados, problemas de superlotação, disponibilidade de medicamentos e outras questões de ordem prática e administrativa. Em seguida, tratava-se do cemitério, informando a quantidade de mortos, as origens raciais, cores e condições dos sepultados. Outro item tratava das dívidas da Santa Casa, trazendo dados sobre as finanças e pagamentos realizados.

Os Assentos de Batismo da cidade da Paraíba, com registros de 1833 a 1860, trazem indicações sobre os batizados na paróquia de Nossa Senhora das Neves. É importante

mencionar que homens e mulheres, brancos e negros, ricos e pobres, escravizados, livres e libertos; todos encontravam-se nos assentos de batismo realizado no período proposto.

Nesse documento, encontramos uma riqueza de informações: os dados esmiúçam as diversas situações dos batizados, com informações sobre as seguintes categorias: sexo, cor, condição jurídica, tipo de filiação; nome do pai, condição jurídica do pai; nome da mãe, cor da mãe, condição jurídica da mãe; avô paterno, cor do avô paterno; avó paterna, cor da avó paterna; avô materno, cor do avô materno; avó materna, cor da avó materna; nome do dono, cor do proprietário, estado civil do proprietário; se o batizado foi exposto, o local da exposição, cor do acolhedor(a), estado civil do acolhedor(a); data do batismo, idade, local do batismo; padre que recebeu a licença, padre que batizou; distinção social do padrinho/assistente, padrinho/assistente, cor do padrinho/assistente, condição jurídica do padrinho/assistente, estado civil do padrinho/assistente, observações sobre o padrinho/assistente; distinção social da madrinha/assistente, madrinha/assistente, cor da madrinha/assistente, condição jurídica da madrinha/assistente, observações sobre a madrinha/assistente; e, por fim, observações gerais. É importante mencionar que nem todos os dados foram obrigatoriamente preenchidos.

Esses documentos encontram-se disponíveis no Arquivo Eclesiástico da Paraíba. O trabalho de digitalização e a consequente formação do banco de dados é resultado de pesquisa de iniciação científica do projeto “Gente Negra na Paraíba Oitocentista: arranjos familiares e redes sociais”, coordenado pela professora Dra. Solange Pereira da Rocha, desenvolvido nos anos de 2009 a 2012.

Com vista a uma contextualização – sobretudo política – da cidade da Paraíba e da Santa Casa de Misericórdia, foram utilizados os relatórios dos presidentes de Província da Paraíba. Estes documentos, correspondentes aos anos de 1830 a 1889, foram, em sua maioria, digitalizados e estão disponíveis na Internet, na página do “Center for Research Libraries”¹³. Por meio desses relatórios, procuraremos visualizar os pareceres do governo provincial sobre a Santa Casa de Misericórdia e sua prestação assistencial, assim como os embates existentes entre essa instituição e o governo. Uma observação importante diz respeito à escrita da documentação: procuramos preservá-la na transcrição deste trabalho, acreditando que essa atitude não prejudicará a compreensão dos textos.

Também utilizamos o Censo de 1872, disponível no *site* do IBGE. O projeto do censo

¹³ O “Latin American Microform Project” (LAMP), do “Center for Research Libraries”, patrocinado pela Fundação Andrew W. Mellon, produziu uma série de imagens digitais das publicações emitidas pelo governo brasileiro entre 1821 e 1993, e pelos governos provinciais até 1889. A página encontra-se disponível no seguinte endereço: <<http://www.crl.edu/brazil>>.

da população brasileira foi realizado pela Diretoria Geral de Estatística, instituto criado pelo decreto n. 4.676 de 14 de janeiro de 1871. O censo geral do Império ocorreu em 1 de agosto de 1872, tendo sido elencadas informações sobre cor, sexo, estado de livres ou escravizados, estado civil, nacionalidade e religião.

Nesse documento, inédito no país, podemos observar a maioria dos critérios que atualmente são atribuídos a um censo: respaldo legal; dotação orçamentária específica; simultaneidade da pesquisa; data de referência pré-estabelecida; demarcação territorial pré-fixada; universalidade da enumeração dentro deste território e enumeração individual de todas as pessoas. Diferentemente dos levantamentos até então realizados e que apresentavam essencialmente propósitos militares, fiscais ou eleitorais, é no censo de 1872 que se consubstancia, pela primeira vez, o propósito manifesto de se conhecer a população brasileira. (OLIVEIRA, 2003, p.9).

Jornais paraibanos do século XIX também foram documentos valiosos para esse estudo, a exemplo de “O Conservador”, “O Liberal”, “Echo Escolástico” e “O Tempo”, que podem ser encontrados na página “Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX”¹⁴, *site* que abriga desde 2007 projetos de pesquisa que foram financiados pelo CNPq. Essa iniciativa, de grande relevância, objetiva analisar práticas de leitura e escrita no período oitocentista na Paraíba, disponibilizando por meio da Internet esse valioso *corpus* documental.

As fontes pesquisadas encontram-se afinadas a visões de mundo elaboradas pela elite, composta por pessoas que estavam à frente da administração da cidade da Paraíba, da Província e de algumas de suas principais instituições. Essas fontes nos possibilitam analisar o autoritarismo e as determinações com que as classes abastadas buscavam construir uma cidade e pessoas “civilizadas”, assim como nos permitem compreender o lugar social ocupado pelos autores desses documentos, como sujeitos, se não elaboradores, ao menos aplicadores de uma proposta que visava a normatização da sociedade¹⁵.

A distribuição dos capítulos tem a seguinte ordem: primeiro, apresentamos o tema, os objetivos e as questões teóricas e metodológicas que norteiam a pesquisa. No Capítulo 2, traçamos um panorama da cidade da Paraíba, capital da Província homônima, enfatizando

¹⁴ Os jornais mencionados, além de diversos outros, podem ser encontrados na página do projeto:<
<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>>.

¹⁵ Nesse sentido, buscamos analisar a documentação estudada tomando por base uma relação combinatória entre três elementos como dimensão constitutiva do trabalho do historiador, conforme Michel de Certeau (1982, p.70). Esses elementos seriam o lugar social e institucional do qual depende o fazer histórico, os procedimentos específicos da pesquisa historiográfica e uma prática singular da escrita na qual se procura reconciliar racionalidade e ficção.

aspectos da sociedade, questões relacionadas à saúde e à higiene, cultura e economia no Oitocentos. A cidade passava por mudanças que procuravam adequá-la ao imaginário de civilização já buscado no país na segunda metade do século XIX. Buscamos abordar como o processo normatizador do Estado, orientado com bases no higienismo, na filantropia e no Direito passou a ordenar a cidade e os indivíduos.

Buscamos também estudar o papel assistencial e filantrópico da Santa Casa de Misericórdia na Paraíba. Nesse território carente, que convivia com os problemas da seca e com grande número de pessoas necessitadas de auxílio, a Irmandade da Misericórdia encontrou espaço para o exercício do assistencialismo desde a fundação da instituição por Duarte Gomes da Silveira. Para a compreensão desse fenômeno, fez-se necessário abordar as ideias de caridade, misericórdia e filantropia, e de como essas noções estavam interligadas às práticas assistenciais leigas e religiosas. Procuramos também entender quem eram os pobres e necessitados que atraíam a atenção da Santa Casa, com destaque especial à infância desvalida e às mulheres, e como a população da cidade da Paraíba encontrava-se distribuída.

No Capítulo 3, buscamos compreender os primeiros trajetos das crianças expostas: comumente, elas foram deixadas nas “soleiras das portas” das residências. Procuramos traçar os perfis das pessoas que tiveram o primeiro contato com essas crianças, após o ato de exposição. Conforme os Assentos de Batismo, elas eram chamadas de acolhedoras. Em seguida, analisamos quem foram os padrinhos e as madrinhas das crianças expostas, e como essas relações de apadrinhamento representavam uma inserção dos pequenos na sociedade, por meio do parentesco espiritual proporcionado pelo batismo.

Na sequência, estudamos os meios pelos quais a Santa Casa de Misericórdia e o governo provincial administravam os cuidados e as despesas com as crianças expostas e também as órfãs pobres, pois estas eram tratadas como um mesmo problema. Nesse cenário, emergiu uma figura importante: a criadeira, que por meio do recebimento de salários, tornara-se a responsável direta pela criação dos pequenos. Inserido nessa discussão, buscamos compreender o ideal construído acerca da maternidade, e como as mães que abandonavam seus filhos foram rechaçadas pelos administradores da Santa Casa.

No Capítulo 4, nos detivemos, mais especificamente, nos caminhos percorridos pelas crianças sobreviventes. Qual era a postura do governo provincial e da Santa Casa de Misericórdia em relação a essas crianças? Buscamos estudar o que o Estado determinava em relação às crianças abandonadas, e quais eram as poucas possibilidades que a sociedade oitocentista lhes reservava em um contexto no qual as relações de trabalho começaram a mudar, em virtude de leis e transformações sociais que, paulatinamente, abriam espaço para o

trabalho livre. Nesse sentido, tratamos do Colégio dos Educandos Artífices e das Casas de Caridade do Padre Ibiapina, importantes instituições voltadas para o encaminhamento de crianças expostas, órfãs e pobres para uma vida considerada salutar e disciplinada.

Por fim, reunimos as reflexões alcançadas na seção referente às Considerações Finais, mantendo em mente que este trabalho, distante de esgotar o tema, almeja ampliar a compreensão dos fenômenos estudados.

CAPÍTULO 2

A CAMINHO DOS “GOSOS DA CIVILIZAÇÃO”: ASPECTOS DA CIDADE DA PARAÍBA OITOCENTISTA

Tornando o povo inacessível aos **gosos da civilização**, que nascem no meio de uma sociedade mais compacta, rouba-lhe os estímulos para o trabalho, e impõe-lhe, por assim dizer, a ociosidade, por que o trabalho é quase sem objeto para o homem que não sente necessidades. D’ahi esse estúpido abandono á miséria, essa imprevisão quase selvagem, d’ahi o arrojo para o crime por que, concordareis sem duvida, o crime não é na maior parte das vezes se não o miasma da indigência e da brutalidade. (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente da Província o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, 1854, p.4, grifo nosso)

2.1 Retratos da capital da Paraíba: sociedade, religiosidade e salubridade pública no Oitocentos

Segundo Maurílio de Almeida (1982, p.39), a cidade da Paraíba era, no século XIX, um conglomerado urbano de pequeno porte, assim como outras cidades brasileiras no mesmo período, onde a zona urbana e a rural acabavam por se confundir¹⁶. A agricultura ainda continuava a ser o foco da economia paraibana, com destaque para o algodão, além da atividade da pecuária¹⁷. A capital da então Província da Paraíba desenvolvia-se de maneira desordenada. No ano de 1831, conforme aponta Doralice Sátyro Maia (2003, p.5), foram aprovadas algumas posturas para a cidade da Paraíba. Entre as determinações expressas, estavam a proibição de soltar fogos de artifício nas ruas da cidade, correr ou galopar a cavalo, “fazer vozeiras” pelas ruas das 10 horas da noite até o toque da alvorada; além dessas restrições, havia algumas diretrizes para as edificações na cidade. Essas determinações impunham certa ordem no cotidiano das ruas da cidade, caracterizando-se como uma

¹⁶ Sobre a aparência e organização das cidades nesse período, podemos ver relatos sobre o norte da Goiás Oitocentista no trabalho de Temis Gomes Parente (2005). Sobre a cidade do Rio de Janeiro, podemos encontrar uma análise sobre o convívio entre elementos com ares considerados de ruralidade e de atraso ao ambiente de progresso em Margarida de Souza Neves (2009). João do Rio, autor que viveu no período de transição do século XIX para o XX, descreve em suas crônicas o cenário dubio do lugar inventivo, soberbo, mas que ainda convivia com carroças, carrinhos de mão, ruído, sujeira e problemas sociais. Sobre São Paulo no século XIX, encontramos também referências a um ambiente moderno e arcaico no texto de Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2009).

¹⁷ Diana Soares de Galliza (1979) realiza um importante estudo sobre a economia paraibana na segunda metade do século XIX, com destaque para as diferentes participações do trabalho escravo nas atividades econômicas.

modificação conceitual do uso do espaço. A Província buscava inspirar-se nas modificações empreendidas nos centros urbanos tradicionais brasileiros, que por sua vez miravam-se sobretudo nas transformações das cidades europeias, especialmente em fins do século XIX.

Segundo Wellington Aguiar (1999, p.101), em coletânea sobre relatos de jornais na cidade da Paraíba no século XIX, os costumes, profundamente influenciados pela doutrina católica, eram severos. As mulheres passavam boa parte da vida dentro de casa. Não podiam aparecer publicamente sem companhia, assim como não lhes era permitido participar de representações teatrais. Os papéis femininos que porventura existissem cabiam aos homens, disfarçados de mulher. Além disso, a Igreja era vigilante, estando a par de todo conteúdo dos textos que seriam trabalhados em cena, jamais permitindo atos que depusessem contra a moral e os bons costumes. As crianças, por sua vez, deveriam obedecer fielmente seus pais, pedindo “a benção” ao acordar e antes de dormir, e fazendo orações em conjunto com a família antes de cada refeição. (AGUIAR, 1999, p.113).

No entanto, havia certa “frouxidão”, e muitas pessoas burlavam as atitudes consideradas como “bons hábitos”. Henry Koster (1978, p.69)¹⁸, em seu relato sobre a cidade da Paraíba na primeira década do século XIX, revela que havia uma tradição de pessoas passearem à noite pela cidade, com “imensos capotes e crepes no rosto, ocultando tudo, e se entregarem a práticas irregulares”. A mando do governante da então Capitania, Amaro Joaquim, a polícia prendeu um dos encapuzados. O preso era um conhecido morador da cidade, chamado Nogueira. Era filho de uma mulata com um dos principais homens da cidade. Ele, juntamente com seus companheiros, invadia as residências, e “carregava as filhas da casa dos pais, pessoas veneradas na Capitania”.

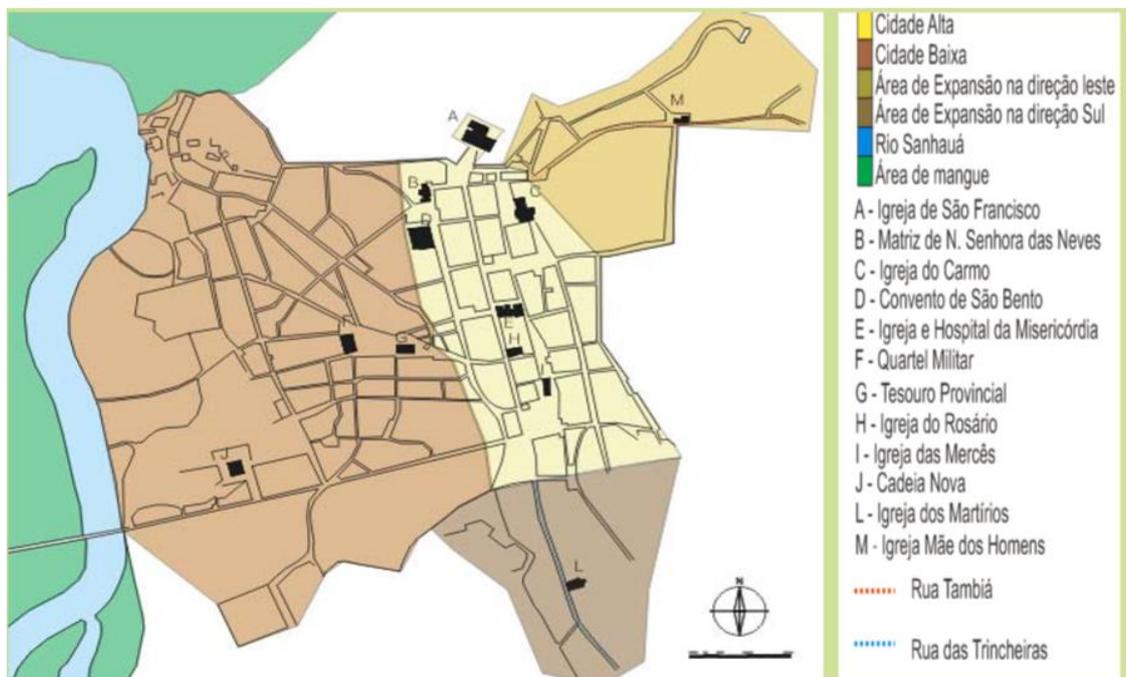
Nogueira fora preso, e o desejo de Amaro Joaquim era mandar executá-lo; diante das dificuldades encontradas, afinal Nogueira era “meio fidalgo, homem nobre”, essa punição não podia lhe ser aplicada. Em uma decisão quase salomônica, Koster afirma que Amaro Joaquim, “homem de superior inteligência”, então ordenara que açoitassem Nogueira em apenas um lado do corpo, para que o lado fidalgo não sofresse, devendo o acusado indicar o seu lado aristocrático. Castigado dessa maneira, passou um tempo na prisão e posteriormente foi

¹⁸ Henry Koster nasceu em Portugal, filho de pais ingleses. Deixou a Inglaterra no dia 2 de novembro de 1809, chegando à cidade do Recife em 7 de dezembro do mesmo ano. Koster sofria de tuberculose, e veio ao Brasil em busca de novos ares para melhorar sua saúde. Acredita-se que pertencia a uma família de negociantes pois, em sua viagens, era reconhecido por alguns senhores em razão de relações comerciais. No Brasil, instalou-se em Recife, e de lá fez diversas viagens pelo Nordeste brasileiro, passando pela Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará e Maranhão. Em 1815 retornou à Inglaterra, período em que escreveu “Viagens ao Nordeste do Brasil”. No ano seguinte, retornou ao Brasil, e supõe-se que tenha falecido no Recife em 1820. No próprio livro de Koster, encontramos dados biográficos, levantados por Luiz da Câmara Cascudo, responsável pela tradução do livro. Essa foi a primeira edição da publicação brasileira, que remete ao ano de 1942.

desterrado para Angola.

Aparentemente, após esse caso emblemático, e provavelmente somado a outros que devem ter ocorrido nesse ínterim, passou a existir na cidade da Paraíba uma fiscalização maior em relação aos hábitos e aos que circulavam à noite pela cidade. Em 1850, os sinos das igrejas de São Bento, São Francisco e Nossa Senhora do Carmo badalavam às 9 horas da noite e davam o sinal de recolhimento e silêncio. Fechavam-se as casas e o comércio. Negros que andassem nas ruas após o toque de recolher, e que não estivessem munidos de um “bilhete” dos seus senhores, eram logo presos e não readquiriam a liberdade “sem levar pelo menos uma dúzia de bolos”. (VIDAL FILHO, 1985, p.91).

Figura 1 – Cidade da Paraíba em 1855, com destaque para as principais Igrejas



Fonte: Nirvana Sá (2009, p.30)

Em relação à situação urbanística, as áreas componentes da cidade da Paraíba encontravam-se distribuídas conforme as distinções topográficas, tendo destaque uma parte alta e outra parte baixa, chamadas respectivamente de Cidade Alta e Cidade Baixa, esta última conhecida como Varadouro. A primeira parte, denominada alta, totalizava dezessete ruas, além de travessas e becos. As principais eram a Rua Nova, Rua da Misericórdia, Rua da Matriz, Rua das Mercês, Rua da Cadeia e Rua das Trincheiras, além do Largo do Erário.

No centro da cidade, localizavam-se as principais igrejas, assim como os prédios públicos. A imagem acima foi realizada com base em uma planta do século XIX, organizada

por Alfredo Barros e Vasconcelos em 1855. (SÁ, 2009, p.30). Nela, são retratadas algumas construções importantes da cidade da Paraíba, sendo possível visualizar as distinções topográficas, representadas por cores, e como os edifícios públicos e igrejas estavam distribuídos na região central. No Anexo B, há um mapa com maiores detalhes do mesmo espaço, nos oferecendo um panorama que nos permite visualizar também a distribuição das ruas e escolas. A seguir, podemos observar uma imagem de 1871 de uma das principais ruas do centro da capital.

Figura 2 – Rua Nova (atual Av. General Osório) em 1871, com a imagem da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves ao fundo



Fonte: <<http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>> Acesso em: 1 jul.2014

A parte baixa da cidade da Paraíba – o Varadouro – era composta por dezesseis artérias, sendo estas ruas, travessas e becos. As ruas de destaque eram a das Convertidas, do Varadouro, da Areia, do Império, do Quartel, da Viração e das Flores. A maior concentração de moradias e outras construções se encontravam nas ruas das Convertidas, da Areia e na Rua Direita. Segundo Maurílio Augusto de Almeida (1982, p.41), a cidade da Paraíba possuía, em 1859, o total de mil e quinhentas casas, não chegando a contar cinquenta sobrados, estes pertencentes a membros da aristocracia rural. Devemos considerar essa informação como uma estimativa, pois verificamos que os dados sobre a população trazidos por Maurílio de Almeida

não são precisos; portanto, é necessário cuidado ao tomá-los como referência.

Na Cidade Baixa, o cais do varadouro, às margens do Rio Sanhauá, como assinala Azemar Soares Júnior (2010, p.3), constituía-se na porta de entrada da cidade da Paraíba: por ali, fizeram caminho o colonizador europeu, as ordens religiosas, os engenheiros que edificaram os prédios e planejaram as ruas, as várias epidemias que assolaram a população, as principais notícias do poder central, os alimentos, os medicamentos, as vestimentas, os cosméticos e os sinais da modernidade. Esse era o território de consumo, no qual se localizavam botecos, bodegas, alfândega, mercados e prostíbulos. A cidade, na sua parte central, fervilhava com folias, procissões, casais enamorados, comércio, ostentação de riqueza; mas também havia pobreza, sujeira e miséria.

Nesse sentido, a cidade da Paraíba não diferia muito das demais capitais das províncias no tocante à insalubridade e à crítica situação de falta de higiene; esse quadro era passível de um olhar crítico de viajantes e sanitaristas¹⁹. Em diversos relatórios de autoria dos presidentes da Província da Paraíba, verificamos apontamentos sobre a saúde pública e problemas relacionados a doenças.

Em 1848, fora criado o cargo de “inspetor de higiene” na Província, que perdurou até 1910. Como observa Edna Araújo (2001, p.45), a noção de inspetoria pode ser compreendida como similar ao conceito de vigilância. O médico tornara-se um fiscal, ofício próximo ao de “inspetor de polícia”, um vigilante da ordem, dos costumes, da cidade, da vida, do ar, do lixo, das esquinas, da vida e da morte. Inspeccionar constituía-se em fiscalizar e evitar mudanças desautorizadas no meio ambiente. Munido com o símbolo da norma, a sua função era perscrutar os indivíduos e a cidade.

A Inspetoria funcionava na residência de um médico, na capital; este recebia o ordenado de 1 conto de réis. João José Inocêncio Poggi foi o primeiro inspetor de higiene nomeado na Província. Segundo Humberto Nóbrega (1979, p.64), sempre que ocorria alguma epidemia, aquele serventuário era convocado. Ele entrava em contato com médicos particulares, a fim de estabelecer estratégias para lidar com as doenças. Dos debates e das experiências vivenciados pelos inspetores de higiene, fora publicada, em 1862, com a autoria de Antônio da Cruz Cordeiro, a obra “Instruções sanitárias populares”. Ela consistia em um compêndio para identificar e tratar as doenças mais presentes no cotidiano da Província paraibana.

¹⁹ Em Maurílio Augusto de Almeida (1982) e Wellington Aguiar e José Octávio (1985), encontramos debates sobre o mencionado olhar crítico em relação à cidade da Paraíba e ao seu estado de salubridade, de acordo principalmente com a visão de presidentes da cidade.

Conforme Edna Araújo (2001, p.141), desde 1805 os médicos passaram a contar com a vacinação como aliada no combate à varíola. Havia urgência em vacinar as pessoas, numa maneira de evitar a propagação de doenças. Boatos de moléstias vindas do Ceará e de outras províncias passaram a se espalhar com frequência, causando receio na população. Nesse contexto, a prevenção fazia-se necessária. João José Inocencio Poggi, inspetor de higiene e comissário vacinador provincial, relatou que no ano de 1851

Em julho deste semestre manifestou-se com aspecto medonho na freguesia da Bahia da Traição, município de Mamanguape, a peste varíola, e na mesma villa em setembro seguinte. Socorros de remédios em uma ambulancia forão para ali de prompto, mandados pelo governo da Província, para ser applicados aos indigentes: empregarão-se com atividade os respectivos comissários vacinadores na propagação da vacina, e em mui breve tempo conseguiu-se que aquella epidemia ali applacase.²⁰

O comissário dá continuidade ao relato, tratando de um caso curioso: o uso do fluido fresco das pústulas de vacinação de dois meninos, a fim de utilizá-lo na elaboração das vacinas.

Parece-me aqui ter cabimento notar, que, baldadas as repetidas tentativas, que aquelles commissários fazião com o puz vaccinico em laminas, e ainda em tubos, que lhe remeti, para desenvolver a vaccina, só poderão conseguir propaga-la com o fluido fresco de pústulas da vacinação de dous meninos, que fiz voltar desta capital vacinados ao commissário vaccinador da supradita freguesia Luis Francisco dos Santos Lima, que m'os remetteu, tornando-se digno de louvor por esta resolução, e medida, que tomou; e foi tal a vantagem, que della tirou o com. Vaccinador municipal, o cirurgião Antonio de Souza Nunes Pinto, que já em novembro contava a crescida vaccinação de 251 pessoas.²¹

Esse trecho nos informa sobre a preocupação com a saúde e a propagação de doenças, inclusive com a utilização de fluidos de crianças já vacinadas para a fabricação de novas vacinas. As doenças contagiosas, especialmente a varíola, causavam terror na população, e as práticas de vacinação foram um dos meios utilizados para diminuir a incidência dessa moléstia. Nesse sentido, Alcileide Cabral do Nascimento (2008, p.196) relata que a partir de 1804, mais exatamente a partir de uma ordem régia de 26 de abril de 1804, houve a

²⁰ Observações do mapa de vacinação praticada na Província da Paraíba do Norte de autoria de João José Inocencio Poggi, contido no relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exc. presidente da Província, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852.

²¹ Observações do mapa de vacinação praticada na Província da Paraíba do Norte de autoria de João José Inocencio Poggi, contido no relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exc. presidente da Província, o dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque em 3 de maio de 1852.

solicitação de que governadores e capitães gerais dos domínios d'além-mar buscassem introduzir nas capitanias o uso da “inoculação das bexigas”, relatando os efeitos que produzissem. Além da ordem, havia exemplos de sucesso da aplicação de vacina em Moçambique, a fim de persuadir os governantes para que atuassem junto à população.

Nascimento (2008, p.197) relata que sete meses após o pedido, houve uma ordem para que o governador da capitania de Pernambuco procedesse à vacinação baseando-se em experiência realizada por alguns negociantes na Bahia, que haviam enviado 6 crianças negras para se vacinarem, e depois “se irem vacinando os outros sucessivamente”. Desse modo, percebemos que, como afirma Nascimento, as crianças escravas, no período colonial, serviram como cobaias para testar a eficácia das vacinas; no caso do Recife, como pontua a autora, também não pouparam os expostos, pois a Casa dos Enjeitados fizera as vezes de posto de vacinação, com as crianças tendo sido utilizadas como exemplo de sucesso dos resultados da vacina. No caso da cidade da Paraíba, não temos documentos que nos permitam afirmar que aqui ocorreu a prática de utilizar crianças órfãs, abrigadas na Santa Casa de Misericórdia, para testes de vacinas.

O Brasil, especialmente a partir do século XIX, passou a ser visto como um enorme país doente. Conforme Fabíola Rohden (2003, p.42), para alguns intelectuais, a herança racial do Brasil não permitiria grandes melhoras. Para outros, adeptos das campanhas de saneamento, a preocupação com o determinismo racial ressaltava as visões de doença e de isolamento do povo brasileiro como questões fundamentais a serem resolvidas. Aparentemente, como pontua Rohden (2003, p.42), a doença era um fator de unidade e, ao mesmo tempo, de impedimento aos progressos sociais.

De acordo com o presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 1852, os dados organizados de quatro municípios paraibanos – a capital, Alhandra, Ingá e Patos – apontam que “forão vaccinadas com aproveitamento no semestre decorrido de 1º de Julho ao último de Dezembro do anno passado 594 pessoas”. Não sabemos os dados referentes aos demais municípios porque, segundo o presidente, “os vacinadores dos outros não derão conta do resultado de seus trabalhos, sendo certo que em todos houve vacinação.” Nesse ano, de acordo com informações do mesmo relatório, havia “212.468 almas” na Província da Paraíba.

Nesse sentido, observamos que a vacina era uma aliada parcial no combate às doenças. Ela era realizada por meio de visitas domiciliares e campanhas do governo e na imprensa. No entanto, muitas pessoas recusavam-se a serem vacinadas. Na década de 1880, vemos que o inspetor da saúde pública, Abdon Felinto Milanez, relata a recusa da população em receber o tratamento:

Foi na execução desse serviço quando reconheci a repugnância, que ainda persiste em todas as classes da população a inoculação da vacina, que devendo ser procurada por todos, como uma garantia de vida, é repelida por muitos como germe da morte!²²

Araújo (2001, p.141) lembra que entre o fim do século XIX e início do século XX, ainda predominavam os princípios pelos quais as doenças deveriam ser tiradas do corpo mediante sangrias e uso de sanguessugas. Ora, inocular a vacina significava injetar a própria peste no corpo. Desse modo, a vacina era rejeitada porque contrariava o princípio de expulsão da doença; esta deveria ser eliminada do corpo, e não introduzida.

Em 1855, surgiram os primeiros surtos da “cholera-morbus”, fato este que, como aponta Nirvana Sá (2009, p.87), levava à criação da Junta Central de Higiene e de uma série de medidas normativas quanto à adequação do espaço urbano a este novo mal que o atinge. A Junta de Higiene, em conjunto com a Câmara Municipal, determinou que os edifícios públicos fossem pintados e tratados com asseio, exigindo a Câmara que igual medida fosse adotada pelos particulares com relação aos seus prédios.

Segundo relatório de 1858, de Henrique de Beaurepaire Rohan, presidente da Província da Paraíba, a capital sofria de problemas em relação à organização urbana:

Os arruamentos n’esta cidade nunca forão, nem ainda estão sujeitos a plano algum, quer em relação aos alinhamentos, quer em relação ao nivelamento. Cada um edifica à sua guisa, e d’ahy resulta esse labirinto, em que se vai sensivelmente convertendo a cidade.²³

Além disso, ainda de acordo com o presidente Henrique de Beaurepaire Rohan, a segurança pública da cidade era deficitária:

Por este lado, não é tão lisonjeiro o nosso estado moral. No anno passado, commetterão-se 112 crimes: e no primeiro semestre do corrente anno outros 46, a saber: Em 1857: Homicídios: 22; Tentativas de homicídios: 6; ferimentos graves: 16; ferimentos e ofensas phisicas leves: 44; resistências: 2; roubos: 2; tentativas de roubo: 2; aborto: 1²⁴; fugas de presos: 11; rapto: 1;

²² Relatório do inspetor de saúde pública Abdon Felinto Milanez apresentado ao presidente da Província José Ayres do Nascimento, 1883, p.2

²³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte, em 20 de setembro de 1858, p. 21.

²⁴ Em outros relatórios de presidentes da Província da Paraíba, podemos visualizar dados referentes às práticas de aborto e infanticídio. No relatório de autoria do vice-presidente Felisardo Toscano de Brito, em 1866, são mencionadas a quantidade de pessoas presas por terem cometido esses atos na Província: em 1864 e 1865, 1 em cada ano, pelo crime de infanticídio; no ano de 1865, 13 mulheres foram condenadas por outras acusações. Em

estupros:4; atentado contra a liberdade:1.²⁵

O presidente chama a atenção para a falta de dados estatísticos seguros para a aferição da quantidade de pessoas tanto nas cidades, vilas e povoados quanto em um levantamento geral na Província²⁶. Em relação aos crimes cometidos, justifica esses atos por uma falha moral da população, além de atribuir os mesmos atos a pessoas as quais faltam religião e consciência.

No já citado relatório apresentando à Assembleia Legislativa em 1858, o presidente Henrique de Beaurepaire Rohan menciona o “aparecimento de moléstias em caráter epidêmico”, “febres intermitentes” e “varíola, febre amarela e cólera”, esta última responsável por uma epidemia que causou inúmeras mortes.

Em uma cidade que almejava sanar doenças e curar a população, ainda conviviam-se com muitos problemas estruturais que dificultavam esse objetivo. Maurílio Augusto de Almeida (1982, p.40) relata que o lixo era despejado nas ruas; as vias eram esburacadas, e facilmente formava atoleiros. Era comum que as pessoas se banhassem nuas nas fontes, nos rios e no cais da cidade. Outro aspecto importante diz respeito ao saneamento, pois ele não existia. Os banheiros domésticos localizavam-se fora das casas, nos quintais e perto das fossas. Francisco Vidal Filho (1985, p.91) afirma que, além das sujeiras das casas e ruas, o Matadouro Público era considerado pelas autoridades sanitárias como uma das causas principais dos males que afetavam a cidade.

No ano de 1859, passara a ocorrer uma série de mudanças urbanísticas e sanitárias na capital da Província. Henrique de Beaurepaire Rohan²⁷, então presidente, relata que providenciara a mudança do matadouro para uma parte mais afastada da cidade, inclusive melhorando os locais de armazenamento da chamada “carne verde”. Beaurepaire Rohan

1866, houve um caso de condenação pelo crime de infanticídio (Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo vice-presidente Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866, p.15-16)

²⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte, em 20 de setembro de 1858, p. 2-3.

²⁶ Em relatório de autoria do presidente Luiz Antonio de Silva Nunes, afirma-se que na Província da Paraíba existiam “quatro cidades, quinze vilas e diversos povoados mais ou menos importantes”. (Relatório com que o ill.mo e ex.mo snr. barão de Mamanguape recebeu do ill.mo e ex.mo snr. dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da Província da Paraíba do Norte a 17 de março de 1861, p.14).

²⁷ Henrique de Beaurepaire Rohan nasceu em 1812, em Niterói, no Rio de Janeiro, e faleceu em 1894, na cidade do Rio de Janeiro. Era militar, bacharel em Física e Matemática e membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, instituição fundamental no processo de formação de um sentimento de nação para o país. Foi vice-presidente da Província do Paraná, de 1855 a 1856; e presidente das províncias do Pará, de 1856 a 1857, e da Paraíba, de 1857 a 1859. Outros dados bibliográficos podem ser encontrados no “Diccionario bibliográfico brasileiro”, de Augusto de Sacramento Blake.

também procedera a alinhamentos de várias vias centrais da capital, a exemplo das ruas dos Quintais, do Imperador, Formosa, Conciliação, Jardim e Palma. Além disso, convertera a “íngreme ladeira do Rozário em uma ladeira suave”.²⁸

Segundo Maurílio Almeida (1982, p.42), mudanças substanciais passaram a ocorrer a partir da lei n.26, de 30 de setembro de 1859, sancionada pelo presidente da Província Ambrósio Leitão da Cunha, sucessor de Henrique de Beaurepaire Rohan no cargo da presidência da Província. Essa lei disciplinou a construção de imóveis; prescreveu normas relativas à disposição das calçadas; proibiu degraus de pedras ou tijolos no lado exterior das edificações, com a determinação do prazo de um ano para a demolição daqueles já existentes; e determinou a retirada de canos de esgoto que despejavam nas ruas dejetos ou líquidos, salvo as águas pluviais.

É importante observar que as adaptações da cidade tiveram impulso imediatamente antes e logo após à visita do imperador D. Pedro II à Paraíba, ocorrida em dezembro de 1859. As opiniões expressas nos relatórios mencionados acima demonstram que havia uma evidente insatisfação com a situação urbanística e sanitária da cidade, assim como em relação ao comportamento dos habitantes. Fazia-se necessário que o Estado tomasse providências enérgicas para regradar, controlar e punir a população, a fim de que as condutas se adequassem aos novos tempos, aos ares de civilização.

Sobre a educação e as artes, Maurílio Augusto de Almeida (1982) afirma

Melhor sorte também não alcançara, ainda, a instrução da infância e da adolescência dos paraibanos; muito menos, o efeito dos incentivos destinados aos lazeres saudáveis. Somente no ano de 1861, após a viagem do Imperador, foi aberta uma casa que se prestasse para as derivações de espírito do povo. Devemo-la a José de Lima Penante, que, contando com a colaboração de alguns amigos, pôde garantir-lhe o funcionamento no Largo das Mercês, hoje Praça 1817. Aquele teatro foi conhecido como o *Ginásio Paraibano* [...] (Grifo original). (ALMEIDA, 1982, p.44).

Sobre esse tema, é importante atentar para o fato de o presidente Beaurepaire Rohan ter providenciado a fundação da primeira biblioteca pública da cidade. Ela foi organizada em uma das salas da escola Lyceu Paraibano. Segundo o presidente Rohan, em relatório de 1859:

A biblioteca publica, cuja fundação promovi, conta actualmente com 1010 volumes de obras literárias, a saber 668, que foram doadas por diversas

²⁸ Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Ambrósio Leitão da Cunha no ato de tomar posse do cargo de Presidente da Província da Paraíba do Norte por Henrique de Beaurepaire Rohan, 1859, p.12.

peçoas desta cidade e 324 cuja compra effectuei. É certamente pequeno o número de livros, de que, por ora se compõe este nascente estabelecimento, mas em todo caso é uma base que não existia. Com o andar do tempo e mediante ao auxílio que lhe quiser prestar a Assembléa Provincial, a biblioteca pública adquirirá as dimensões a que deve chegar um estabelecimento desta ordem.²⁹

No mesmo ano de 1859, houve a construção do Jardim Botânico na cidade da Paraíba. Henrique de Beaurepaire Rohan buscou uma localização central, “entre a rua da Imperatriz, e as novas ruas do Imperador, dos Quintaes e Formosa, dominado ao oriente pelo palácio da presidência.” Procurou trazer “arvoredos ornamentais” e realizou “encomenda de sementes que aqui não existem”. Afirma que teve a intenção de “criar uma esquadra de meninos pobres, sob a direção de um agricultor prático, para o serviço do jardim. Seria esse o primeiro passo para o estabelecimento da escola de agricultura”.

A criação de uma escola de agricultura teórica e prática estava prevista na Lei provincial n. 24, de 4 de julho de 1854. Segundo o presidente, seriam dados aos meninos pobres alojamento, vestuário, alimentos e “uma pequena paga para os animar”. A criação do Jardim Botânico na cidade da Paraíba, além de um lugar aprazível para a cidade, seria um espaço de utilidade pública, pois, como defendia o presidente, teria uma utilidade real na medida em que geraria trabalho. O Jardim Botânico, então, serviria como sede para ao chamado “ensino industrial”. Rohan, em relatório de 1858, relata que logo após chegar à Província da Paraíba, mandara “apalavrar o chefe dos jardineiros francezes em serviço na capital do Pará, homem hábil em botânica aplicada á agricultura”. Com a compra do terreno para a implantação do Jardim Botânico, o jardineiro seria trazido à cidade para iniciar e ensinar os trabalhos na terra.

O trabalho, como podemos constatar na epígrafe deste capítulo, era um valor caro à sociedade civilizada. Aqueles vistos como vadios e desocupados permanentes representavam perigo à população. Significavam um peso para o Estado, pois não se podia aproveitar sua força de trabalho, assim como eram um risco para a segurança pública, vivendo ao sabor das agitações sociais e políticas. A força policial, então, cumpriria o importante papel de reprimir os desocupados que estivessem sós, ou em bandos, provocando desordens, a exemplo dos capoeiras, ou mesmo estando reunidos para o jogo e a bebida.

Lilia Lobo (2008, p.226) relata que desde o Brasil colonial existiam reclamações sobre

²⁹ Relatório apresentado ao exc. sr. dr. Ambrósio Leitão da Cunha no ato de tomar posse no cargo de presidente da Província, por Henrique de Beaurepaire Rohan, 1859, p.15.

a indolência da população; o ócio era percebido como um mal pelas autoridades, e era sintomática não apenas nos índios e mestiços, mas também nos brancos. A ociosidade estava diretamente ligada à pobreza, e esta se vinculava à criminalidade; assim, quem permanecia inerte encontrava-se inserido nas chamadas classes perigosas, percebidas como as mais suscetíveis à degenerescência. É importante ressaltar que essas más características poderiam passar para as novas gerações por meio do mau exemplo, assim como, segundo algumas teorias que defendiam a existência do determinismo racial, poderiam corromper os jovens filhos do país. A apatia, a preguiça, a indolência e a malemolência deveriam ser eliminadas por meio do controle social e do incentivo ao trabalho, visto como dignificador do homem e colaborador para o engrandecimento e riqueza da nação.

Nos anos de 1860, em termos de saúde, ocorreu uma moléstia não identificada, além de casos frequentes de convulsões e disenterias em crianças.³⁰ Em 1863, visualizamos a constatação das causas da propagação de doenças como sendo “por todos reconhecidas a estagnação das águas e a acumulação de lixo e imundícies”.³¹ Problemas identificados como gurgitamentos de fígado, do baço, hidropezias, asthmas, inflamações das vias aéreas, anemia, tísica pulmonar e a assustadora sífilis passaram a ser uma constante nos relatos presidenciais.

Em 1862, o inspetor de saúde pública, João José Inocencio Poggi, relata a incidência da tísica e da sífilis:

A tísica e a syphiles entre nós nos affectão indistinctamente os adultos de todas as classes, quaesquer que sejam suas condições, fazendo sem duvida maior numero de victimas nas classes baixas e pobres, do que nas mais abastadas, o que é devido a falta de recursos e meios da parte daquelas, e aos cômodos indispensáveis de que dispõem estas no tratamento de taes moléstias. Estas moléstias se desenvolvem sem reservas em todas as estações, e debaixo de influencias diversas. Quando entramos nos hospitais, quando somos porventura chamados a medicar indivíduos de baixa condição, quando examinamos o quadro da mortalidade, vemos avultar e predominar a syphiles em primeiro lugar, e em segundo essas moléstias de peito, cuja marcha invariável e quase sempre fatal, é muito para temer. Qual a origem delas? E como se há de prevenir em parte a sua propagação?³²

Esse documento se encontra junto ao relatório apresentado à Assembleia Legislativa

³⁰ Relatório com que o barão de Mamanguape recebeu do dr. Luiz Antonio de Silva Nunes a administração da Província da Paraíba do Norte a 17 de março de 1861, p.11.

³¹ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. dr. Francisco d'Araújo Lima na abertura da sessão ordinária de 1863, p.7

³² Relatório do inspetor de saúde pública João José Innocencio Poggi apresentado ao presidente da Paraíba Francisco de Araújo Lima, 1862.

Provincial da Paraíba pelo presidente da Província Francisco de Araújo Lima. Por se tratar de um parecer exemplar a partir da ótica do responsável pela salubridade pública na Província, optamos por inserir o texto na íntegra no Anexo C.

A partir dessas questões, Poggi buscou responder quais seriam as causas de tantas doenças e do potencial de contaminação na sociedade. A primeira, a seu ver, seria a existência de variados “focos mórbidos”, que estavam disseminados entre a população. No século XIX, no Brasil, havia a crença na teoria da geração espontânea, também conhecida como abiogênese.³³ Desse modo, espaços que fossem sujos, fétidos e pouco ventilados seriam fomentadores de doenças, que se espalhariam pela sociedade.

Poggi destaca como foco mórbido as casas de prostituição, onde não havia inspeção policial nem médica. Segundo ele, a “causa moral” e a “saúde pública” exigiam que houvesse fiscalização adequada nesses ambientes, pois era desses lugares que saía a sífilis, “revestida de enganosas formas e de fingidos prazeres”, atacando os incautos, irradiando-se e causando inúmeros problemas. A principal vítima era a “mocidade”, que é “a força e riqueza do Estado”, trazendo assim os maiores prejuízos à sociedade.

Na continuidade do relato, Poggi afirmou que

A syphiles vem enervar esta população no momento mesmo de sua existência, em que, pelas leis da natureza, a se acha ella em estado de procriar seres vigorosos; e se por acaso não a torna estéril, os infelizes que della provem formão uma raça bastarda, tão impropria as funções, como ao serviço das armas; o que é por certo grande mal para a sociedade de um paiz como o nosso novo e rico, onde se faz preciso por isso mesmo vigor, saúde e desenvolvimento aos seus filhos para faze-los caminhar pelo caminho do progresso ao brilhante futuro a que é destinado.³⁴

A doença seria não apenas um mal para o indivíduo, mas principalmente para a sociedade. A sífilis é uma infecção causada por uma bactéria denominada *Treponema pallidum*, usualmente transmitida através da relação sexual. No século XIX, não havia tratamento – feito tipicamente com a penicilina – e nem a cura para essa infecção. Ela poderia também ser transmitida para o feto, no caso de mulheres grávidas. A criança portadora da

³³ Na obra “Da geração dos animais”, escrita por volta de 350 a.C., Aristóteles supunha a existência de um “princípio ativo” dentro de certas porções da matéria inanimada. Esse princípio ativo organizador tornaria possível que seres vivos eventualmente surgissem a partir da “matéria bruta”. A crença nessa teoria perdurou até o século XIX, quando o francês Louis Pasteur conseguiu desconstruir essa teoria, através de experimentos científicos

³⁴ Relatório do inspetor de saúde pública João José Innocencio Poggi apresentado ao presidente da Paraíba Francisco de Araújo Lima, 1862.

sífilis teria grandes chances de nascer com má formação e problemas mentais. (NEVILLE, DAMM e WHITE, 2001, p.120).

A evolução da sífilis poderia levá-la à fase terciária, caracterizada pela formação de ulcerações na pele e, aparentemente, também na estrutura óssea. Nessa fase, era comum a existência de complicações neurológicas, que levavam a mudanças de personalidade. Também poderia ocorrer uma desordem da medula espinhal denominada *tabes dorsalis*, que resulta em um modo de andar característico. (NEVILLE, DAMM e WHITE, 2001, p.120).

O combate a essa doença, interpretada como fruto da promiscuidade e da relação com prostitutas, como podemos inferir do trecho do documento, representava um perigo concreto à jovem nação, que necessitava de cidadãos sãos e moralmente íntegros para chegar ao progresso. Nesse sentido, a educação sexual higienista alinhava-se à moralização da sociedade através dos ditos bons costumes. A monogamia e a necessidade de homens e mulheres que originassem proles sãs e “raças puras” faziam parte do discurso higienista, que buscava criar indivíduos disciplinados e pautados no autocontrole.

A seguir, visualizamos uma pintura de uma prostituta, portadora de sífilis, com seu filho, retratados pelo artista Pablo Picasso em 1903.³⁵ Apesar de a imagem retratada referir-se ao início do século XX, e em um contexto europeu, ela nos transmite uma angústia e certa melancolia, que também se faziam sentir deste lado do oceano. Afinal, ainda não havia cura para essa doença na Europa, tampouco na América. Ela era um mal que se alastrava e atemorizava os indivíduos e as famílias, tornando-se foco de mobilização pública para que fosse combatida e evitada:

Figura 3 – Mãe com criança enferma, Pablo Picasso, 1903



Fonte: Solar (2010, p.5).

³⁵ Sobre essa imagem e outras que abordam situações de dor feminina por meio da pintura, *vide* Solar (2010).

Uma das consequências nefastas da sífilis para a comunidade de cientistas era, como podemos constatar no relatório, a degeneração da raça e o declínio da nação. Assim, a sífilis passou a ser encarada como a razão da inferioridade e decadência biológica que certas populações exibiam. O combate a essa doença passou, então, a fazer parte de uma política eugênica ampla, que se iniciou na segunda metade do século XIX, tendo sido aprofundada no século XX.³⁶

Segundo Sérgio Carrara e Marcus Carvalho (2010, p.393), os cientistas da época encaravam o chamado “mal venéreo” como o verdadeiro responsável pela multiplicação desses seres singulares, desviantes, bizarros e perigosos que assombravam as elites na passagem do século. Esse período esteve marcado pela difusão de uma intensa “sifilofobia”, pânico que se perpetuaria até a Segunda Grande Guerra. Os autores apontam que os médicos concluíram que, a partir da interferência no sistema nervoso, a sífilis se tornava uma “doença total” e começava a ser apontada até mesmo como causa de comportamentos imorais, descontrolados e delituosos.

Além disso, comportamentos maníacos e obsessivos também estavam relacionados aos portadores de sífilis. Diante disso, os autores chamam a atenção para o adágio cunhado pelo doutor Antônio Austregésilo – primeiro ocupante da cátedra de Neurologia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, criada em 1912 –, que seria repetido durante todo o século XX: “em clínica, deve-se pensar sifilicamente”.

Para sanar esse mal, Poggi apelou para o governo, afirmando que este não poderia “cruzar os braços”. A “higiene administrativa” seria o meio pelo qual esses problemas poderiam ser solucionados; afinal, segundo o inspetor, ela estava sendo aplicada nas nações-exemplo, gerando resultados positivos.

Em frente de um mal tão hediondo, cujas fataes consequências longe de terminaram-se no individuo affectado, transmitem-se, quer directa, quer hereditariamente ao seio das famílias, ainda mesmo virtuosas; o Governo jamais deverá cruzar os braços e ficar impassível á vista dos seus estragos. Não! a intervenção da hygiene administrativa é neste caso alta e poderosamente reclamada, a exemplo de outros paizes, cuja observância pratica tem dado benéficos resultados em beneficio de suas populações. Os domínios da hygiene são de tamanha amplitude, abrangem questões de alcance tão elevado, que não poderão por certo ser convenientemente

³⁶ Nesse sentido, o combate à sífilis por meio de políticas de eugenia não foi exclusividade do Brasil. Nosso país buscou inspiração em práticas sanitárias nos países europeus e nos Estados Unidos da América. Sobre a campanha profilática e eugênica nos Estados Unidos do século XIX, ver Gilman (1985). Na Europa, Harsin (1989) traça um interessante panorama sobre o tema na França.

ventilados neste pequeno relatório [...].³⁷

Percebemos que João José Inocêncio Poggi realizou um prontuário da sociedade paraibana, e o diagnóstico identificou uma série de problemas, que inclusive poderiam comprometer o futuro da sociedade. Podemos identificar, no discurso de Poggi, que as luzes da ciência, em especial do saber médico, não abarcavam apenas as técnicas de identificação e cura de doenças. Elas passaram a intervir nas relações físicas e morais do indivíduo e da sociedade, criando determinações para uma vida equilibrada e saudável. No entanto, as prescrições médicas relativas à higiene pública, que recebiam o apoio governamental, acabavam por serem postas em prática através do poder de polícia. Esse foi o meio pelo qual se buscava curar uma sociedade percebida como doente, patológica, tornando-a sadia e normal.

Na década de 1860, a ida aos médicos e o tratamento das doenças era recomendado e divulgado nas páginas dos jornais. Alguns profissionais começaram a firmar residência na cidade da Paraíba, divulgando seus serviços, como podemos ver no excerto extraído do jornal “O Imparcial”, de 1861:

O Dr. J. F. R. de Bubões, medico e operador, chegou á esta capital. Offerece ao publico os préstimos da sua profissão, para o que poderá bser procurado á rua Nova casa n. 4. onde não se achando, poder-se-há deixar carta, indicando a rua e o numero da casa em que se demanda a sua presença. Especialidades: febres, moléstias de meninos e mulheres, doenças de pele. Extrahe dentes por methodo simples e pouco doloroso a 2\$ em casa, e fora a 4\$.³⁸

Vemos, assim, que as crianças e as mulheres também haviam se tornado foco de estímulo à saúde. Afinal, as crianças representavam o futuro da nação que se formava. A saúde delas era frágil, e os altos índices de mortalidade infantil preocupavam os médicos e o poder público, como analisaremos mais à frente. Estimulando o comportamento saudável desde cedo, haveria mais garantias de que as crianças se tornassem cidadãos sãs no futuro.

As mulheres, por sua vez, na visão de um saber médico que buscava perscrutar os corpos femininos, estavam sujeitas à anemia, em razão das sucessivas “regras”, além de “doenças próprias”, como a histeria. Na função de mãe, que era a atribuição que lhes era destinada, ao valorizar a saúde elas poderiam produzir crianças fortes e saudáveis. Os pobres

³⁷ Relatório do inspetor de saúde pública João José Innocencio Poggi apresentado ao presidente da Paraíba Francisco de Araújo Lima, 1862.

³⁸ Jornal “O Imparcial”, de 15 de abril de 1861.

também deveriam ser tratados, a fim de eliminar as mazelas associadas à pobreza. No jornal “O Tempo”, podemos identificar essa preocupação:

Gabinete medico. O Dr. Jacintho Silvano Santa Rosa está residindo na rua da Areia, sobrado n. 104, onde poderá ser procurado a qualquer hora para o exercicio de sua profissão. Consultas e visitas gratis aos pobres; e os chamados deverão ser por escripto.³⁹

Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.56) informa que o processo de penetração do saber médico na sociedade dava-se por processos que envolviam ordenar, prescrever, certificar, prometer e ameaçar. O poder público, o saber médico, o Direito e a religião acabaram por unir-se em algo semelhante a uma cruzada para organizar um Estado nacional civilizado. O combate a ser travado encontrava como inimigo a doença, a prisão, a pobreza, os perigos da rua e a prostituição.

Assim, a saúde pública seria, concomitantemente, o princípio e o resultado de um povo organizado, avançado e civilizado. Apesar de o saber médico encontrar-se relacionado ao poder de coerção do Estado, os valores de uma sociedade higiênica penetravam de outro modo no imaginário da população. Como pontua José Gondra (2004, p.119), a ampliação do saber médico na sociedade fez com que a crença na medicina fosse fortalecida, o que resultou no esquadramento dos espaços público e privado, a fim de produzir cidadãos em um ambiente higienizado. A salubridade pública passou a ser tratada não apenas como uma necessidade do corpo, mas também como uma situação integral, que envolvia saúde corporal, bons costumes e educação. A população, então, deveria ser treinada, fiscalizada e controlada, a fim de não levar ao caos um país que, “jovem e rico”, teria como prenúncio ser uma grande nação.

À propósito da população da cidade da Paraíba, Maurílio Augusto de Almeida (1982, p.39) informa que os arrolamentos promovidos pelas prelaças⁴⁰ indicavam que havia no ano de 1859, na cidade, em torno de 25 mil habitantes, estando inclusos brancos, negros, indígenas e mestiços, tais como os cafuzos, mamelucos e pardos. O autor não menciona a

³⁹ Jornal “O Tempo”, de 3 de agosto de 1865.

⁴⁰De acordo com o Direito Canônico, as prelaças, também chamadas de prelaturas, constituem-se em circunscrições eclesíásticas erigidas com a finalidade de atender as necessidades concretas de um território – prelazia territorial–, ou de um grupo de fiéis – prelazia pessoal. Nesse sentido, ver o “Dicionário de Direito Canônico” de Salvador e Embil.

fonte da qual foi retirada essa informação. No primeiro recenseamento feito no Brasil⁴¹, correspondente ao ano de 1872, nós encontramos o número de 22.258 pessoas como o total de população da cidade da Paraíba, dado correspondente à soma dos habitantes das freguesias de Nossa Senhora das Neves, Nossa Senhora do Livramento, Santa Rita e Nossa Senhora da Conceição da Jacoca.

Desse modo, verificamos certa discrepância nas informações sobre a quantidade de habitantes da cidade trazidas por Maurílio Augusto de Almeida e pelo recenseamento; aquele nos traz uma estimativa para o ano de 1859 superior à população recenseada em 1872.

Sobre os dados relacionados à religião, o censo também nos revela uma informação interessante: um dos critérios de distribuição dividia homens e mulheres em “católicos” ou “acatólicos”. Na cidade da Paraíba, num total de 22.258 habitantes, havia 10.737 homens católicos, e 11.521 mulheres católicas, não existindo nenhum – mulher ou homem – acatólico. Numa época em que o Estado não era laico e, longe disso, encontrava-se vinculado à Igreja Católica, seria esperado que os censores avaliassem as pessoas dessa maneira. Sabemos que existiam pessoas que manifestavam sua religiosidade de forma diversa, criando outros modos de lidar com o sagrado, mas crenças fora do âmbito oficial não eram aceitas⁴².

Nesse sentido, a supremacia católica se reafirmava no país por meio de dispositivos legais, tais como o Código Criminal de 1830. Como aponta Alencastro e Renaux (1997, p.292), este punia com multa e dispersão do culto o ato de celebrar em casa ou edifício, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de qualquer outra religião diferente daquela defendida pelo Estado.

A Igreja e o Estado continuariam interligadas, aos menos até a proclamação da República. A influência da Igreja também poderia ser identificada na organização do espaço urbano. Na Lei n. 877 de 1888 da Província da Paraíba, proibia-se a “mascateação pelas ruas nos domingos e dias santificados, sob a mesma pena de 30\$000, já determinada na lei provincial n. 26 de 30 de setembro de 1859, artigo 9º.”⁴³ Esta determinação legislativa, às vésperas do fim do Império, indicava a ainda forte imbricação da Igreja com o Estado e, principalmente, que a vida na cidade e, portanto nas suas ruas, era também regida pela ordem religiosa.

⁴¹ Os dados relacionados ao primeiro recenseamento da Paraíba, no ano de 1872, encontram-se disponíveis no *site* do IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/Recenseamento_do_Brazil_1872/Imperio%20do%20Brazil%201872.pdf> Acesso em: 10 jun. 2014

⁴² Dentre os trabalhos que abordam a prevalência da Igreja Católica, ver Solange Pereira da Rocha (2009), sobretudo o capítulo 4, intitulado “Batismo e compadrio: o parentesco espiritual de negros”; e o artigo “A religião do império e a Igreja”, de Guilherme Pereira das Neves (2011).

⁴³ Artigo 35 da lei provincial n. 877 de 1888.

A década de 1870 foi sobremaneira crítica para as províncias nortistas, em razão de uma forte seca que atingiu o semiárido. De acordo com Paulo de Brito Guerra,

segundo relação de óbitos organizada pelo Vigário de Mossoró, de 1877 a 79 foram sepultados 31 mil mortos, só no cemitério, estimando-se em mais de 40 mil o total. Em outubro de 1878, o obituário diário era superior a 100, e quem se aproximava do perímetro urbano tinha o olfato vivamente impressionado pelo mau cheiro que da população pestuada e imunda exalava. (GUERRA, 1981, p.29).

O presidente da Província da Paraíba, dr. Esmerino Gomes Parente, relatou os efeitos causados pelo mencionado acontecimento:

Prolongando-se a seca, e agravando-se, por conseguinte, a afflictiva situação dos desvalidos n'aquellas paragens desoladas, isto determinou a emigração de grande parte d'elles para os Brejos e outros logares em demanda de socorros, e nomear comissões para distribuil-os por essa população superabundante e faminta.⁴⁴

O presidente afirma, mais à frente, que se preocupa em prevenir distúrbios e crimes que provavelmente aconteceriam em razão de existir uma massa populacional ociosa. Para isso, recomendou que as comissões organizadas para o socorro público empregassem essas pessoas em trabalhos públicos, tais como a construção de açudes, cadeias e estradas.⁴⁵

Além disso, orientou que buscassem a capital e seus arredores, para que conseguissem mais facilmente auxílio do governo. No entanto, a oferta de emprego não obteve sucesso e os recursos eram módicos. A consequência foi a existência de uma grande número de indigentes, fato que será constatado na quantidade de flagelados que virão em busca de auxílio na capital, como se verifica no discurso do presidente Esmerino Gomes Parente no ano seguinte:

Com a intensidade da seca, foi espantosa a affluencia de emigrantes do alto sertão e dos Brejos, os quaes, de preferencia, hão escolhido para o seu estabelecimento provisório, algumas Comarcas do litoral, principalmente esta Capital.⁴⁶

Sobre esse acontecimento, é interessante observar o depoimento de Francisco

⁴⁴ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. senhor doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877, p.30.

⁴⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. senhor doutor Esmerino Gomes Parente em 12 de agosto de 1877, p.30.

⁴⁶ Relatório com que o exm. sr. dr. Esmerino Gomes Parente passou a administração da Província ao 1.º vice-presidente, dr. José Paulino de Figuerêdo, em 1 de marco de 1878, p.10.

Coutinho de Lima e Moura⁴⁷, professor, advogado e jornalista paraibano que, ainda criança, presenciou cenas da seca:

Das calamidades climatéricas periódicas que flagelam este Estado, a mais terrível foi a de 1877. Tinha eu nessa época dez anos, em idade de tudo compreender e sentir, e neste particular minha alma e meu coração soffreram muito com o que vi aqui na Capital onde uma população esqualida, maltrapilha, esfomeada, feridenta, como fantasmas, dormia nas calçadas onde, pelas manhãs, o poder publico, por seus agentes, colhia os mortos durante a noite em um abandono comovedor, para dar-lhes sepultura em covas com capacidade para vinte corpos que eram enterrados promiscuamente. (MOURA, 1938, p.77).

Francisco de Lima e Moura dera continuidade ao seu relato, rememorando acontecimentos relacionados à seca, aos doentes e ao caos da capital da Província da Paraíba, assim como mencionara o estado precário dos hospitais, tais como o de Nossa Senhora das Neves, e a situação de emergência no socorro das vítimas.

Outro ponto marcante no seu relato diz respeito ao quanto se sentiu “horrorizado com a falta de respeito aos mortos”. Lima e Moura afirma que acompanhou o velório de “um anjinho” que fora vítima da seca. O velório fora encabeçado pelo mestre João Licino Velloso, a pedido da mãe da criança, cujo enterro ocorrera no Cemitério do Senhor da Boa Sentença. Um coveiro ébrio, ao receber a criança, repassou o pequeno corpo para outro colega coveiro, “dizendo sarcasticamente ‘põe este ahi como travesseiro’, o que me escandalizou profundamente”. (MOURA, 1938, p.78).

Para ilustrar a situação da seca tratada nos jornais paraibanos, trazemos dois exemplos: trechos do jornal “O Conservador”, editado por Caetano Alves de Sousa Filgueiras⁴⁸, de 27 de junho de 1877; e do “O Liberal”, de 8 de novembro de 1877. O primeiro, que se definia como

⁴⁷ De acordo com informações contidas no *site* do IHGP (Instituto Histórico e Geográfico Paraibano), Francisco Coutinho de Lima e Moura nasceu na capital da Província da Paraíba. No entanto, a sua data de nascimento é objeto de controvérsias; em razão do septuagésimo aniversário da fundação do IHGP, o Monsenhor Eurivaldo Caldas Tavares lançou uma placa comemorativa na qual há uma breve biografia dos sócios fundadores, dentre os quais se encontra Francisco Coutinho de Lima e Moura. Segundo esses dados, seu nascimento data de 8 de abril de 1867, e o falecimento em 25 de fevereiro de 1957, em Niterói, no Rio de Janeiro. Francisco Coutinho foi docente do Liceu Paraibano, advogado e jornalista; no IHGP, foi tesoureiro, membro da comissão de pesquisa e trabalhos históricos e membro da comissão de sindicância e contas. Além disso, adquiriu a patente de coronel da Guarda Nacional; a patente era concedida a figuras de prestígio, por indicações de ordem política. Mais informações sobre dados biográficos estão disponíveis no endereço: <http://www.ihgp.net/luizhugo/francisco_coutinho.html> Acesso em: 15 jan. 2014.

⁴⁸ De acordo com Socorro Barbosa (2009, p.63), Caetano Filgueiras nasceu em 12 de junho de 1830, na cidade de Salvador, BA, e faleceu em 28 de julho de 1882, na cidade da Paraíba. Poeta, romancista, teatrólogo, jornalista e advogado, foi colaborador dos jornais cariocas “Constitucional” e “Diário do Rio de Janeiro”. Tornou-se, de 1848 a 1849, redator de “O Tapúia”, na Paraíba. Uma de suas obras, “Adelaide Sargaus”, foi publicada no “Jornal da Família”, do Rio de Janeiro, de 1869 a 1870.

“órgão constitucional e catholico”, adotou como lema “Deus e a lei, a sciencia e a grei”, abordou de maneira científica as prováveis causas naturais da seca, inclusive atribuindo esse fenômeno “[...] ao trabalho contínuo e duplo da atmosfera e do centro incandescente da Terra.” Na continuidade, faz-se a defesa dos esforços provinciais em minimizar as tragédias da seca:

Esta triste verdade que a sciencia nos anuncia deve attrahir a attenção do Governo e dos homens amigos do paiz. E já que assim tem de ser, é de bom patriotismo não permittir que se redusam a transitórios, embora oportunos beneficios os louváveis esforços das administrações provinciaes. Na Parahyba, por exemplo, nada há que exigir mais do Sr. Dr. Esmerino, pois sabem todos que, duplamente guiado pelo dever e pelo coração, tem S. Exc. posto em practica todos os remédios exigidos pela sinistra situação em que veio encontrar os sertões da Provincia confiada á sua direção. Estamos certos de que, a hora em que escrevemos estas linhas, já terá chegado a todos os pontos flagelados a mão providencial da Presidencia que, por encomiavel dedicação, não cessa de extender-se para levar pão e agua aos desvalidos da sorte.⁴⁹

Nos excertos acima, constatamos a influência do discurso científico que passava a ser distribuído para a população leitora, não obstante representar uma pequena parcela dos habitantes. Segundo os dados do censo de 1872 sobre a cidade da Paraíba, numa população de 22.258 pessoas, 18.827 eram analfabetas. Destas, 8.742 eram homens e 10.085 eram mulheres; 1.995 representava o número de homens que sabiam ler e escrever, e apenas 1.436 mulheres gozavam desse privilégio.

A “sciencia”, então, servia como chancela para explicar as origens da seca; esta era um evento determinado pela natureza, do qual não se poderia fugir. “Os amigos do país”, “os homens patriotas” deveriam atentar para esse fato compreendido como inevitável e procurar amenizar seus terríveis efeitos. O jornal “O Liberal”, por sua vez, tecia críticas fortes à administração provincial:

Quanto á administração, á gerencia dos negócios da Provincia, *O Liberal* declara-se em opposição franca com o Sr. Dr. Esmerino. Nunca a Parahyba achou-se em circunstâncias tão dificeis. Exhausta de recursos, sem credito e sem dinheiro, perdida pelos erros da situação actual, a própria natureza parece conspirar-se contra ella. Devendo perto de 900 contos, com o déficit do exercício corrente, não conta este anno com metade de sua renda ordinária. Perto de 200 mil de seus filhos, a metade de sua população, corrompemse e apodrecem sem abrigo, e sem alimento nas vilas e cidades do

⁴⁹ Jornal “O Conservador”, de 27 de junho de 1877, p.2.

brejo, ou arrastão-se nas estradas entregues ás torturas da miséria e a todas as fúrias do desespero. Nenhuma segurança de vida e de propriedade; a sociedade em vésperas de barbarisar-se pela ausência de todas as garantias.⁵⁰

Sem abrir mão do discurso científico, os membros da oposição trazidos no jornal “O Liberal”, editado por João Joaquim da Silva Braga⁵¹, também responsabilizaram a natureza pelas calamidades causadas pela seca. Mas, apesar de ter esse ponto em comum com o jornal “O Conservador”, vemos um posicionamento mais crítico em relação ao uso do dinheiro público e às vítimas da seca, um problema não apenas natural, mas que também envolvia responsabilidade com a administração.

Na década de 1880, no período limiar do fim do Império, permaneceram ainda situações relacionadas à falta de estrutura, insalubridade e fome, problemas agravados pela seca de 1879 e que, dez anos depois, não haviam retrocedido. Sobre a pobreza e a indignação que maltratavam a população nesse período, entre os dias 30 de julho e 2 de agosto de 1889 aconteceu um fato que denunciava o abandono de muitas famílias⁵². Aproximadamente 30 mulheres, com crianças ao peito, tentaram arrombar as portas do armazém da Diretoria Geral de Socorros Públicos, em busca de comida. Não conseguindo realizar o pretendido, encaminharam-se ao Porto do Capim, onde por volta de 2 mil alforjes de farinha estavam sendo desembarcados. Os funcionários da alfândega, que faziam o registro dos alimentos que deveriam ser encaminhados ao armazém da Diretoria foram surpreendidos pelo grupo de mulheres, que ainda conseguiu tomar 12 sacas; os demais alforjes de farinha foram reembarcados, para evitar uma nova pilhagem. As mulheres se dirigiram novamente ao armazém da Diretoria, e passaram a atirar pedras nas portas da instalação.

Paulino da Cunha Souto Maior, diretor geral da repartição, encaminhou um relatório com esses acontecimentos a Francisco Luiz da Gama Rosa, presidente da Província. Este buscou utilizar da força policial para conter as mulheres e as sublevações provocadas, que continuaram a acontecer. Esse grupo de mulheres se dirigiu à sede do jornal “Gazeta da Parahyba”, em busca de auxílio para que fossem ouvidas pelo governo, a fim de que elas e seus filhos não morressem de fome.

Desse modo, vemos que os corpos sujos, maltrapilhos, e toda a miséria e pobreza ao qual estavam associados deveriam ser evitados, punidos, afastados. Efetivamente, muito pouco se fez para contornar a situação de mulheres, crianças e famílias inteiras que

⁵⁰ Jornal “O Liberal”, de 8 de novembro de 1877, p.2, grifo original.

⁵¹ Infelizmente, não encontramos dados biográficos sobre o editor do jornal “O Liberal”.

⁵² Esse caso foi analisado por Azemar dos Santos Soares Júnior (2009) e por Lenilde Duarte Sá (1999).

sobreviviam em condições de indigência e insalubridade. Essas questões, que afligiam tanto a capital quanto a Província da Paraíba, continuaram a ser trazidas pelos presidentes da Província em seus relatórios, assim como foram tratadas nos jornais. No entanto, percebemos que a sociedade paraibana continuou a viver sobre a influência do patrimonialismo e da exclusão. Além disso, permanecia-se em uma sociedade regida pelo pátrio poder e pela prevalência da Igreja católica. Alguns fatos importantes como a abolição da escravatura no Brasil, em 1888, devem ser destacados, mas a sociedade oitocentista paraibana, de uma maneira geral, permaneceria mais no campo das permanências do que no das rupturas, sem grandes mudanças sociais.

Um aspecto que deve ser remarcado no século XIX, em especial nas suas últimas décadas, diz respeito à consolidação de um discurso científico que, amparado nos ideais positivistas, almejava um aperfeiçoamento da sociedade. Na Europa, fora um fenômeno cujas raízes remontam ao século XVIII, alimentado pelo notável e rápido crescimento da população. A explosão demográfica implicou em um aumento de demandas básicas por parte do povo e uma maior necessidade de controle por parte do Estado. No Brasil, começaria a incidir no Oitocentos e ganharia cada vez mais espaço no século XX.

Sobre essa conjuntura, a filantropia seria uma peça chave no controle social. Como aponta Maria Luiza Marcílio (2006, p.75), o pensamento filantrópico é fruto dileto do Iluminismo, do higienismo e da Revolução Industrial. Por meio da filantropia, as instituições, em especial, buscavam evitar o afundamento da ordem social, do Estado e da civilização, a partir da adoção de uma estratégia pedagógica e educativa.

Sobre esse tema, podemos visualizar no trecho abaixo, correspondente aos anos iniciais do século XX na Paraíba, observações referentes à necessidade de um planejamento urbano pautado na higiene e salubridade. Esse conteúdo encontra-se na obra “Saneamento da Capital: estudos e opiniões. Almanach Administrativo, Histórico e Commercial do Estado da Parahyba para 1911”:

O Movimento que incita todas as cidades a submeter-se as exigências de hygiene moderna, sob pressão enérgica da opinião publica, é irresistível. Tornase felizmente, de mais a mais temerário de evital-o [...] A morada pode ser comparada a um organismo vivo, si as leis que regem a natureza que nos envolve e que vive de ar, de luz e d'água são respeitadas. As casas insalubres, as casas de taipas, as cobertas de folhagens, receptáculo de insetos e outros, sacrificam esses elementos.⁵³

⁵³ Saneamento da Capital: estudos e opiniões. Almanach Administrativo, Histórico e Commercial do Estado da Parahyba para 1911, p.6.

Como pontua Doralice Sátyro Maia (2006, p.10), a necessidade de adequação da cidade às exigências de salubridade pública expressava-se também nas constantes reclamações sobre as más condições das fontes de água, assim como na urgência para realizar os serviços de encanamento da água, da construção de chafarizes e ainda da instalação de combustores para iluminação a gás. Em 1869, foi autorizada a construção de seis chafarizes na cidade: no largo do Palácio, no Mercado Público e no largo da Matriz na cidade alta e na cidade baixa, no largo do Varadouro próximo ao cais, no largo do quartel de primeira linha e no largo da cadeia nova.⁵⁴

Outra medida importante, que se atrelava ao cumprimento das ordens higiênicas, foi a proibição de construção de casas de palha e a ordem de destruição daquelas já existentes. Dessa forma, proíbe-se através do artigo 53 do código de postura de 20 de setembro de 1859, a construção de casas de palha, assim como se exige a demolição das existentes. Doralice Sátyro Maia (2006, p.10) informa que em 1860 alguns habitantes da cidade apelaram para a revisão dessa determinação. A Assembleia Provincial, em setembro de 1861, prorrogou por três anos o prazo para a destruição das casas de palha já existentes e reforçou a proibição de novas construções, por meio da Lei n. 28 de 13 de setembro de 1861.

É importante frisar que as casas de palha eram as habitações dos mais pobres, fazendo-se presentes em quase todas as ruas, excetuando-se as principais ruas da cidade alta onde se encontravam as melhores edificações e os melhores sobrados. De acordo com Maia (2006, p.10), o maior número de casas de palha estava concentrado em “três ruas sem denominação”, com 86 casas de palha, na rua Mãe dos Homens e na rua do Tanque que tinham, respectivamente, 56 e 42 habitações de palha de acordo com a descrição de Vicente Gomes Jardim, agrimensor dos terrenos de marinha da Província da Paraíba, tendo isso esses dados publicados no relatório do jornal “Gazeta da Parahyba”, em 1889.

Na mesma linha de pensamento, podemos visualizar o relato do provedor Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 1888, da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. Em relação aos casos de abandono de crianças ocorridos na cidade, o provedor reflete sobre esse problema, traçando um paralelo com a França:

Ainda há poucos dias li no Jornal do Commercio a seguinte interessante notícia, relativamente ao abandono de recém nascidos na França, que transporei para esta parte do meu relatório, ainda que estejamos em

⁵⁴ Offício da Presidência da Província de 1869, Arquivo Histórico do Estado da Paraíba.

proporções mínimas, comparativamente á aquella nação, e que pedi licença para aqui transcrever *ipsis verbis*. Ei-las: “Segundo resa uma interessante estatística feita pelo Sr. Jules Rochard, médico francês, que se applicou no estudo dos recém nascidos, morreu em França, por ano, a falta de cuidado, cerca de 150.000 crianças. O mesmo médico aconselhou ao governo francês casas de higiene, nas quaes sejam recolhidas as crianças recém nascidas de mães pobres, e ali conservadas até depois da crise de dentição, quando estiverem em todo seu vigor normal.” Por semelhante cálculo podemos tirar uma regra de proporção para esta nossa Província, que nas condições mais favoráveis não pode deixar de nos dar uma grande perda em nossa população válida, e que convem amparar tanto quanto couber em nossos fracos recursos.⁵⁵

Assim, vemos que o provedor Silvino Elvídio, o Barão do Abiaí, representante da elite paraibana, era um consumidor da literatura produzida na Europa, e sua gestão, tanto como provedor da Santa Casa, quanto como presidente de Província, não passaria incólume a essa influência. Como afirma Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.30), “nos institutos, nos jornais, nos romances, era como uma sociedade científica e moderna que o Brasil de finais de século pretendia se auto-representar.” Esse ideário cientificista, que comumente se apresentava difuso na sociedade da época, fazia-se sentir diretamente, como relata Schwarcz (1998, p.34), a partir da adoção de programas de higienização e saneamento.

Essa postura revelava uma nova racionalidade científica para os centros urbanos, erigindo projetos que visavam eliminar a doença e apartar a pobreza e a loucura. O saber médico e o religioso encontravam-se coadunados nesse processo, e orientavam-se na construção de uma proposta de saneamento de espaços públicos e privados, além do estímulo à higienização dos indivíduos e costumes. Essas medidas ganharam força no Brasil em fins do século XIX e especialmente nas primeiras décadas do século XX. Jurandir Freire Costa (2004, p.17) sublinha que as ações das normas educativas-terapêuticas não aconteciam por meio de uma inculcação ideológica, política ou filosófica que ocasionavam um rompimento brutal dos indivíduos com suas respectivas visões de mundo. Assim, a normalização das condutas e sentimentos acontecia em outro nível: as preocupações em torno do corpo, do sexo, ou seja, da própria intimidade passaram a se tornar cotidianas. Ao tornar um hábito a atenção com o bem estar, a família, a saúde e a higiene, a norma terapêutica se instalava na existência social e emocional dos indivíduos, passando a agir de maneira mais eficaz na sociedade.

Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.25) relata que durante o Segundo Reinado, grupos intelectuais distintos passaram a amadurecer e a galgar novos espaços. A perspectiva científica que passou a predominar nos círculos da intelectualidade baseava-se, sobretudo, nos modelos

⁵⁵ Relatório de autoria do provedor Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, 1888, ASCM/PB.

evolucionistas e social-darwinistas⁵⁶. Na cidade do Recife, especialmente na faculdade de Direito, haveria o consumo maciço da teoria do social-darwinismo de Haeckel e Spencer. Não podemos esquecer que parte substancial da elite intelectual paraibana, inclusive alguns provedores da Santa Casa de Misericórdia, teve sua formação acadêmica nesse centro, lugar próximo da Província paraibana não apenas geograficamente, mas também nas ideias.

De acordo Nirvana Sá (2009, p.40), em estudo que busca compreender a organização espacial da cidade da Paraíba no tocante à salubridade entre os séculos XIX e XX, quanto mais a cidade e sua densidade aumentavam, maiores os problemas em relação à estética, à insalubridade e ao destino dado aos resíduos sólidos e líquidos. A elite encarava as contaminações que surgiam como oriundas dos bairros populares, percebidos como principais responsáveis não só pela origem, como também pela dispersão e contágio de doenças. Fazia-se necessário mudar esse cenário, assim como as pessoas que estavam inseridas nele.

Como afirma o geógrafo Milton Santos (2009, p.54)⁵⁷, a paisagem e o espaço são continuamente alterados para acompanhar as transformações da sociedade; a forma é alterada, suprimida, renovada para ceder lugar a outra forma que seja mais conveniente às necessidades da nova estrutura social. Para os burgueses e aristocratas, fora necessário disciplinar a cidade e a população a fim de construir um lugar moldado segundo suas referências de civilização, levando ao surgimento de inúmeros regulamentos, determinações, posturas e decretos que promoveram alterações no tratamento do espaço urbano e, conseqüentemente, das próprias relações sociais.

2.2 Santa Casa de Misericórdia da Paraíba: panorama institucional, assistencial e filantrópico

Na cidade da Paraíba, a Irmandade da Misericórdia foi fundada no século XVII⁵⁸, por

⁵⁶ Lilia M. Schwarcz (1998, p.18) destaca o darwinismo social como uma teoria que adotou o pressuposto da diferença entre as raças e sua hierarquia natural, sem que houvesse a problematização das implicações negativas da miscigenação. Já no evolucionismo social destacava-se a evolução e o aperfeiçoamento das raças humanas. Essas ideias funcionariam como o substrato teórico de uma proposta, baseada no positivismo e no determinismo, de dar saídas para o destino da nação brasileira que se formava.

⁵⁷ A edição utilizada nesta referência é a quinta, correspondente ao ano de 2009. Mas a primeira edição do livro “Pensando o espaço do homem” remete ao ano de 1982.

⁵⁸ Elias Herckman, em sua obra “Descrição geral da Capitania da Paraíba”, de 1639, indica Duarte Gomes da Silveira como sendo o fundador da Igreja da Misericórdia. Por sua vez, Cônego Florentino Barbosa (1994, p.114) afirma que a Igreja da Misericórdia teve sua construção iniciada em 1602, sendo concluída em 1618, estando localizada na antiga Rua Direita, atual Duque de Caxias. Wilson Seixas (1987, p.50) contesta a informação sobre o período, afirmando que provavelmente essa data possa se reportar à edificação do hospital da

Duarte Gomes da Silveira⁵⁹, tendo na Igreja da Misericórdia a sede da sua confraria. Ela seguia as determinações da Irmandade de Lisboa, especialmente em relação às tarefas assistencialistas.

A caridade, as práticas assistenciais e a manutenção de uma ordem social estável eram as válvulas motrizes da Santa Casa de Misericórdia. A sua atuação baseava-se nos ensinamentos de São Tomás de Aquino, constituindo-se em 14 obras de misericórdia, sendo 7 espirituais e 7 corporais. As sete primeiras são: ensinar os simples; dar bom conselho; corrigir com caridade os que erram; consolar os que sofrem; perdoar os ofensores; sofrer as injúrias com paciência; rezar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Por sua vez, as sete corporais: remir os cativos e visitar os presos; curar e assistir os doentes; vestir os nus; dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos; e sepultar os mortos. Em razão da expansão marítima portuguesa e da colonização e ocupação de territórios, a Irmandade passou a se fazer presente nas terras d'além-mar.

Os Compromissos seguidos pela Irmandade pautavam-se nessas diretrizes e numa organização hierárquica da instituição. Na Província da Paraíba, havia outros estabelecimentos de caridade, como relata o presidente da Província Silvino Elvídio Carneiro da Cunha,

Existem na Provincia estabelecimentos de caridade na Santa Casa de Misericórdia desta Capital, nas Cidades d'Arêa e Souza, nas Villas de Cajazeiras, Alagôa-Nova, Patos e Santa Luzia e povoações de Arara, Pocinhos e Pombal. Em uma Provincia, pouco adiantada como esta, semelhante difusão de estabelecimentos desta ordem denuncia a olhos vistos que os sentimentos de religião e caridade tem um grande império no seio da população. Sem faltar com a justiça aos que se collocaram a frente de tão nobre e generosa idéa pelas diferentes localidades, é força confessar que eles encontrarão nos sentimentos da população prodigioso apoio e consagração.⁶⁰

Santa Casa, ocorrida após a construção da Igreja da Misericórdia.

⁵⁹Legítimo representante da camada senhorial vinculada à economia açucareira pernambucana, fora integrante do grupo de conquistadores oriundo de Pernambuco, cujos componentes viriam a se configurar como povoadores e proprietários de terras na Capitania da Paraíba. Regina Célia Gonçalves (2007) aborda a colonização e formação da Capitania da Paraíba, estudando as conturbadas relações existentes no seio das camadas dominantes locais. Esses conflitos são analisados desde as primeiras campanhas da conquista, entre espanhóis e portugueses envolvidos na construção da ordem colonial, embora não se esgote neste aspecto. A autora busca compreender a construção da Capitania da Paraíba a partir de uma situação de dependência em relação às Capitânicas de Pernambuco e Itamaracá. Duarte Gomes da Silveira é um personagem de destaque na sua obra. Gonçalves toma como ponto de partida um fato que fora escandaloso à época: a denúncia do Capitão-Mor João Rebello Lima, representante da Coroa, contra Duarte Gomes da Silveira, acusado de fraudar a Fazenda Real, com conivência das autoridades da Capitania da Paraíba.

⁶⁰Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 7 de agosto de 1874 pelo presidente, exm. sr. dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, 1874, p.33.

É interessante perceber que a Santa Casa da Paraíba era comumente mencionada com louvor nas falas e relatórios dos presidentes da Província, assim como nos relatórios dos provedores da instituição. Os elogios, no entanto, diziam mais respeito à motivação das obras de caridade do que propriamente às condições de funcionamento da Santa Casa, como verificaremos mais à frente. De todo modo, em um discurso oficial, a Santa Casa era compreendida como o espaço mais bem quisto para o auxílio público.

Ela fora importante não apenas com os cuidados relacionados ao viver, mas também ao morrer. De acordo com Francisco Vidal Filho (1985, p.92), com base em fontes eclesiásticas, em 1850 haviam sido batizadas 338 crianças na cidade da Paraíba. Faleceram 469 pessoas e foram realizados 79 casamentos. Esses dados revelam que morria mais gente do que nascia; isso se explica pelo fato de a Santa Casa de Misericórdia ser a maior fornecedora de cemitérios, e muitas pessoas saíam do interior da Província para serem enterradas na cidade da Paraíba.

A seguir, podemos visualizar uma imagem da Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1881. Localizada no plano central e mais alto da foto, é possível ver a porta principal e a torre de sinos.

Figura 4 – Santa Casa de Misericórdia da Paraíba em 1881



Fonte: <<http://paraibanos.com/joaopessoa/fotos-antigas.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2013.

É importante lembrar que os cadáveres eram enterrados nas igrejas. As da Santa Casa

de Misericórdia, São Francisco e do Carmo eram as mais procuradas na capital, sendo os mortos colocados em catacumbas dispostas nos pisos e nas paredes laterais. Os suicidas, enforcados e aqueles considerados pagãos, ou seja, pessoas que não receberam o batismo, não poderiam ser enterrados nas igrejas. Os cemitérios vieram substituir a prática da inumação nos templos. Como apontam Mariano e Mariano (2012, p.14), o primeiro cemitério foi construído no início de 1855 na vila de Piancó, no sertão. O da capital, por sua vez, foi edificado nesse mesmo ano, porém desde 1850 existia uma aprovação da Assembleia para a criação do cemitério na cidade da Paraíba. Apenas em 1856 foram criados cemitérios nas vilas de Sousa, Pombal, Patos, Catolé do Rocha, Alagoa Nova, Pilar, Bananeiras, Cabaceiras e Santa Rita. Em relação àqueles que seriam sepultados, os cemitérios continuavam excludentes, com enforcados, suicidas e não batizados sem o direito de serem enterrados nos chamados “campos-santos”.

Nem sempre as relações entre presidentes de Província e a Irmandade da Santa Casa eram amistosas. Como já mencionado, a nomeação do provedor passava pela aprovação do presidente da Província. Em 1851, a Assembleia Provincial, por meio da Lei n. 3 de 30 de agosto do mesmo ano, determinou que o presidente da Província também deveria assumir a provedoria da Santa Casa. Essa imposição legal gerou atritos entre o presidente, a Assembleia e a Irmandade da Santa Casa. Posteriormente, essa disposição foi alterada. Assim, vemos a insatisfação do presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque no relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba em 1852,

No meu ultimo Relatório fiz sentir á esta Assembléa a necessidade de uma reforma no estabelecimento da Santa Caza de Mizericordia, em consequência de certas irregularidades, contra as quaes se queixava a população. Então vós acrediteis salvar com o braço forte do Governo o Estabelecimento dessa espécie de torpor em que jazia; promulgastes a Lei n.3 de 30 de Agosto do anno passado, pela qual constituístes o Presidente da Província Provedor da Santa Caza, nomeando ele d'entre os irmãos um vice-provedor para substitui-lo, e concedestes ainda outras grandes atribuições ao novo Provedor. Tomando posse da provedoria encontrei, senhores, na execução desta Lei um grande embaraço. O character de Provedor, que designastes ao Presidente da Provincia, não se harmoniza com a alta categoria do primeiro Empregado da Provincia. Vós elevastes o Provedor e rebaixastes o Presidente, ou não admitindo esta verdade, e querendo dar ao primeiro a influencia e importância do segundo, sem que este delas fique privado, autorizastes o Presidente á violar leis geraes que não estava em vosso poder destruir. Por leis geraes o Provedor da Santa Caza é obrigado á dar contas á justiça territorial de seu procedimento econômico no estabelecimento, e por ventura foi vossa intenção que os juizes municipaes tomassem contas ao Presidente da Provincia, ou que este infringisse as leis geraes defendendo as suas prerrogativas? Entrando os umbrais do templo,

qual deveria ser o caracter do Presidente em mesa? De Irmão? De Presidente? O primeiro pouco prestigioso não faria os bens que calculastes; o 2., altanado e arrogante não estaria na esfera da Lei.⁶¹

Não sabemos se o descontentamento do presidente Antônio Coelho estaria mais fortemente relacionado à confusão legal causada pela mescla das duas atribuições; se ele realmente considerava o pertencimento à Irmandade da Misericórdia pouco prestigioso; ou se o ponto nevrálgico dizia respeito ao aumento de atividades e responsabilidade. De todo modo, é importante ressaltar que o pertencimento ao quadro de uma Irmandade da Misericórdia simbolizava uma posição de dignidade; a aglutinação de pessoas de classes dominantes nesse espaço contribuía para o seu fortalecimento e para a realização de seus interesses.

Como podemos perceber, à frente da Santa Casa, no cargo de provedor – ou presidente –, encontravam-se figuras de grande evidência e prestígio nos mundos político, social, econômico e religioso durante os períodos colonial, monárquico e republicano. De acordo com as normas adotadas pelo Compromisso da Irmandade, segundo Wilson Nóbrega Seixas (1987, p.129), todos os irmãos eram elegíveis para qualquer cargo, à exceção de provedor. Este cargo exigia o requisito de fidalguia⁶² ou nobreza, além das qualidades de autoridade, prudência, virtude, reputação e idade.

Na Paraíba Oitocentista, a nomeação dos provedores – ou presidentes – dava-se por meio de indicação do presidente da Província, e eram

[...] feitas anualmente sendo a do Provedor nos primeiros quinze dias de Junho, e as dos outros Empregados nos quinze dias subsequentes, com tanto que no dia ultimo do mez de Junho esteja nomeada a nova Meza, que tem de reger no futuro anno compromissal marcado de Junho á Julho.⁶³

A nomeação do provedor pelo presidente da Província ocorria porque “o Compromisso da Santa Caza considera o Presidente da Provincia, como o Protector nato d’esse pio estabelecimento”. Na Paraíba, podemos exemplificar o relevo dado ao cargo de

⁶¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852, p.13-14.

⁶² A elevação à fidalguia, como observa Stuart Schwartz (1988, p.220), não era um fenômeno raro, estando ligada a um grupo de pessoas que buscavam diferenciar-se socialmente. A sociedade brasileira ergueu-se sobre um conjunto de hierarquias sociais e econômicas que, no universo colonial e imperial, fundamentava-se na terra, na lei, na Igreja, no governo e no comércio, complementadas pela ideia da pureza de sangue. O ideal de nobreza fazia parte da sociedade colonial da época, encerrando tradições, atitudes e atributos que qualificavam um *status* nobiliárquico.

⁶³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Vice-Presidente da Província Dr. Flavio Clementino da Silva Freire, 1853, p.14.

provedor pelas pessoas que o ocuparam. Lindolpho José Corrêa das Neves, por exemplo, foi personagem importante no cenário paraibano e na constituição documental da Santa Casa, pois a maior parte dos relatórios conservados no Arquivo da Igreja é de sua autoria. Nasceu em 5 de agosto de 1819, dia de Nossa Senhora das Neves, padroeira da cidade da Paraíba; de acordo com Socorro Barbosa (2009, p.81), foi por essa razão que o padre Lindolpho acrescentou o sobrenome “das Neves”.

Paraibano, foi fruto da união, no ano de 1817, de José Maria Correia, major de infantaria do exército português que aportou na Paraíba em princípios do século XIX, com Maria Rita de Lima, filha de Manuel da Costa Lima, português e senhor de engenho estabelecido na cidade de Pilar; este também exercia atividades comerciais e esteve implicado na Revolução de 1817.

Lindolpho José Corrêa das Neves realizou seus primeiros estudos em Portugal. Ao retornar ao Brasil, seguiu para o Seminário em Olinda, sendo ordenado padre em 1843. Estudou na Faculdade de Direito de Olinda, onde se bacharelou em 1847. Retornando à Paraíba, exerceu a advocacia. Em 1850, foi eleito deputado provincial; em 1858, foi novamente eleito.

Em 1860, mais uma vez, foi eleito deputado provincial e assumiu a presidência da Assembleia Provincial. De 1864 a 1870, chegou à Câmara Geral, no Rio de Janeiro, permanecendo como um dos cinco representantes da Província da Paraíba na Corte. Exerceu ainda a função de jornalista, sendo redator de “O Polimático”, e “O Liberal”; em 1861, fundou o jornal “O Publicador”, que teve edições publicadas de 1862 a 1886.

Além disso, esteve à frente de diversas atribuições, tais como secretário do governo da Paraíba, de 1849 a 1853, sendo interrompido brevemente, retornando de 1854 a 1856; procurador geral da tesouraria da fazenda na Paraíba, em 1864; juiz de paz da cidade da Paraíba, dentre outras. Foi sócio fundador do Instituto Histórico de Olinda e membro da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional. Lecionou Filosofia e Álgebra no Liceu Paraibano. Era dono de várias propriedades, e possuía um engenho chamado Nossa Senhora das Neves de Mussuré. Teve um filho natural, que tinha nome idêntico ao seu, com Joana Desidério Gomes. O padre Lindolpho faleceu na cidade da Paraíba, em 19 de maio de 1884.

De acordo com Socorro Barbosa (2009, p.81), o fato de o padre Lindolpho ser pai de uma criança que levava seu nome escandalizou os setores mais ortodoxos da sociedade à época. É interessante notar que, como afirma Temis Gomes Parente (2005, p. 82), uma parcela considerável do clero vivenciava esse tipo de relação. Grande número de religiosos representantes da Igreja católica mantiveram relações muitas vezes estáveis de concubinato,

chegando a gerar filhos. Também não era raro que esses sacerdotes assumissem publicamente a paternidade da prole através de testamentos, contribuindo assim para a aceitação social dessa descendência vista como ilegítima.

Havia outros provedores de destaque, a exemplo do antecessor de Lindolpho José Corrêa das Neves: Francisco de Assis Pereira Rocha. Foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1852 a 1853, e de 1857 a 1861. Durante o período de sua gestão, a Província da Paraíba recebeu a já mencionada visita de D. Pedro II, em dezembro de 1859.

Sobre Francisco de Assis Pereira Rocha, Deusdedit Leitão (1989, p.36) relata que antes de se formar em Direito, Francisco de Assis ocupou por duas vezes a chefia do governo; em 1827, foi integrante do Conselho Regional da Província, e em 1828 esteve na condição de vice-presidente, tendo ainda participado da primeira legislatura da Assembleia Provincial. Foi chefe de polícia na década de 1860; exerceu a função na condição de interino de março a dezembro de 1842 e, como efetivo, de novembro de 1843 a abril de 1844. Voltou a atuar como interino mais três vezes, de outubro a dezembro de 1859, de abril a julho e de agosto a novembro de 1860.

José Lucas de Sousa Rangel ocupou o cargo de provedor da Santa Casa em 1861. Foi advogado, juiz, deputado e primeiro presidente da Assembleia Legislativa da Paraíba. Anteriormente, ele havia participado da Revolução Pernambucana de 1817: “de escrivão de órfãos passa a ajudante miliciano com soldo. Serviu desde o começo da rebelião, com atividade e outros factos. Cinco anos para Mato Grosso.”⁶⁴ Nesse trecho da Revista Trimestral do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil, datada de 1866, aborda-se a inserção de José Lucas de Sousa Rangel no mencionado evento, e a correspondente pena pela sua participação.

Um mordomo de destaque da Santa Casa foi Felizardo Toscano de Brito, nascido em 1814 e falecido em 1876, líder do Partido Liberal na Província da Paraíba. Foi presidente da Província da Paraíba em 1864, sendo sucedido por Sinval Odorico de Moura⁶⁵, retornando em 1865 e governando até 1866.

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, já mencionado no item anterior, era natural da Província da Paraíba, onde nasceu em 31 de agosto de 1831, e faleceu a bordo do vapor “Olinda”, pouco antes de chegar ao Recife, em 8 de abril de 1892. Graduou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda em 1853; foi presidente das províncias do Maranhão, do

⁶⁴ Revista trimensal do instituto histórico, geographico e ethnographico do Brasil, tomo XXIX, 1866, p. 247.

⁶⁵ As documentações referentes a essa transição de poder encontram-se disponíveis em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u500/000008.html>> Acesso em: 1 ago. 2013.

Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Sergipe. Foi deputado provincial desde 1855 até 1870 pela Província da Paraíba. Além disso, foi delegado de polícia; promotor público; secretário do governo; diretor da instrução pública e procurador fiscal da Fazenda, todos os cargos exercidos na Província da Paraíba. Foi mentor do “Jornal da Parahyba”, órgão do Partido Conservador. (VASCONCELOS e VASCONCELOS, 1918, p.27).

Foi inspetor das alfândegas da Paraíba, de Manaus e do Maranhão. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco, oficial do mérito agrícola e da legião de honra da França e comendador da imperial Ordem da Rosa e da imperial Ordem de Cristo. Era fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, e recebeu o título de Barão do Abiaí por decreto imperial em 18 de janeiro de 1882, numa referência à localidade paraibana conhecida como Abiaí e posteriormente nomeada como Pitimbu. (VASCONCELOS e VASCONCELOS, 1918, p.28). Desse modo, percebemos a importância da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, não apenas pelas práticas de assistência social as quais estava relacionada, mas também podendo ser observada pelo quadro da instituição. A seguir, podemos visualizar um quadro demonstrativo com a relação de provedores no período de 1850 a 1897, e suas respectivas ocupações.

Quadro 1- Informações sobre provedores da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba e seus períodos de presidência (1850-1897)

	Nome do Provedor	Período em que presidiu a Santa Casa de Misericórdia da Paraíba	Ocupações
1	Manoel Joaquim de Oliveira	1850-1852	-
2	Francisco de Assis Pereira Rocha	1852-1853	Advogado, chefe de polícia, vice-presidente da Província da Paraíba
3	Francisco de Assis Pereira Rocha	1857-1861	Idem 2
4	Lindolpho José Corrêa das Neves	1862-1863	Advogado, professor, juiz de paz, sócio fundador do Instituto Histórico de Olinda, secretário de governo da Paraíba, Procurador Geral da tesouraria da Fazenda da Paraíba, jornalista dos jornais “O Polimático”, “O Liberal” e “O Publicador”
Continua na página seguinte			

Continuação			
5	Felizardo Toscano de Brito	1864-1865	Primeiro vice-presidente da Província da Paraíba, nomeado por carta imperial em 3 de fevereiro de 1864; presidente da Província da Paraíba de 17 de fevereiro a 18 de maio de 1864 e de 22 de julho de 1865 a 3 de agosto de 1866; professor e jornalista dos jornais “O Argos Paraibano”, “O Comércio” e “O Despertador”
6	Antônio de Souza Gouveia	1865-1869	-
7	Manoel Porfirio Aranha	1869-1871	-
8	Lindolpho José Corrêa das Neves	1874-1878	Idem 4
9	Benjamim Franklin de Oliveira e Melo	1878-1879	Juiz de Direito do município de Pombal, chefe de polícia e jornalista do jornal “O Despertador”
10	Lindolpho José Corrêa das Neves	1881-1882	Idem 4
11	Antônio de Souza Gouveia	1883	-
12	José Bezerra Cavalcante	1884	-
13	Antônio Alfredo da Gama e Mello	1884-1886	Bacharel em Direito pela Faculdade do Recife, em 1873. Fundador do jornal “A República”, jornal de cunho dissidente. Lecionou Latim e Retórica no Lyceu Paraibano. Elegeu-se deputado provincial e senador pela Paraíba. Em 1896, assumiu o governo do Estado. Até a data da morte, em 1908, foi um defensor do sistema republicano
14	Silvino Elvídio Carneiro da Cunha	1886-1888	Bacharel em Direito pela Faculdade de Olinda; presidente das províncias do Maranhão, do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Sergipe; deputado provincial de 1855 até 1870 pela Província da Paraíba; delegado de polícia; promotor público; secretário do governo; diretor da instrução pública e procurador fiscal da Fazenda, todos os cargos exercidos na Província da Paraíba. Foi mentor do “Jornal da Parahyba”, órgão do Partido Conservador. Recebeu o título de Barão do Abiaí por decreto imperial em 18 de janeiro de 1882.
Continua na página seguinte			

Continuação			
15	José Ferreira de Novaes	1889-1890	Professor, Bacharel em Direito, Deputado, Chefe de Sessão da Secretaria do Governo, Promotor Público e jornalista dos jornais “A Parahyba” e “O Publicador”
16	Maximiano José de Inojosa Varejão	1890-1892	Juiz de Direito, professor de português do Lyceu, redator do jornal “O Norte”.
17	Antônio Trindade Meira Henriques	1892-1897	-

Fonte: Relatórios dos provedores da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (1861-1892) - ASCM/PB; Livro dos Expostos (1869-1897) – ASCM/PB; Seixas (1987) e Pacífico (2009).

Ao analisarmos essas ocupações e as atribuições dos provedores e mordomos da Santa Casa, verificamos que não eram “pessoas desocupadas”, como relata uma das condições de admissibilidade citada por Wilson Seixas (1987, p.50).

Eles eram representantes da elite paraibana, e circulavam por diversos espaços de poder, tais como o Poder Executivo, o Legislativo e o Judiciário, como também o próprio âmbito da Igreja Católica. Além disso, colaboravam com os jornais paraibanos, divulgando suas opiniões e visões de mundo. Desse modo, pelos lugares sociais dos provedores e mordomos podemos compreender a natureza e as origens dos discursos por eles proferidos. Segundo Certeau (2008, p.67): “É em função deste lugar que se instauram os métodos, que se delineia uma topografia de interesses, que os documentos e as questões, que lhe serão propostas, se organizam”. Outro aspecto importante diz respeito às fontes de renda da Santa Casa. De acordo com o presidente da Província em 1857, Dr. Antonio da Costa Pinto Silva,

As rendas exiguas deste estabelecimento são apenas suficientes para o seu costeiro: procedem de foros de terras, alugueres de casas, impostos sobre embarcações e sobre miunças. Montão anualmente a somma de 6:000\$ rs. Pouco mais ou menos que é consumida nas despesas ordinárias: não chega para as obras e os reparos que há a fazer.⁶⁶

Em 1860, o presidente da Província, Ambrosio Leitão da Cunha, relata que a Santa Casa recebia uma subvenção anual de 10:000.00 contos de reis, concedida pela Assembleia Provincial. No mesmo relatório, podemos verificar as seguintes fontes de renda da Santa Casa: foros, laudêmios e renda dos prédios; dízimos; imposto do despacho marítimo das

⁶⁶ Exposição feita pelo Dr. Antonio da Costa Pinto Silva na qualidade de presidente da Província da Paraíba do Norte, no ato de passar a administração da Província ao Exc. Sr. Dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, 1857, p.15.

embarcações de barra-fora; joias, em razão da admissão de irmãos; taxas de enterros no cemitério; dons gratuitos; indenização de despesas de curativos dos praças do corpo policial.⁶⁷

A Santa Casa também recebia doações. No trecho abaixo, de autoria do provedor Maximiano José de Inojosa Varejão, correspondente aos anos de 1891 e 1892, ele relatou auxílios oriundos de atos donativos destinados à criação de um lugar para os órfãos desvalidos:

Para isto tem obtido, já pela doce influencia do corrente Governador deste Estado e iniciativa de seus articulares, devendes donaticos a saber: 200 exemplares do jornal “O Republicano”, publicado em homenagem ao Genival Barreto que foram offerecidos pelo cidadão Candido Jayme para seu producto dos applicados ás obras do dito recolhimento de orphãos e em dinheiro 1:278,000 Rs, sendo 751,000 arrecadados pela comissão encarregada de adquirir donativos para o predito fim, e, com equal destino, as seguintes quantias – 107,000 enunciados pela villa de Umbuzeiro, 20,000 offertados pela comissão censitária de 2 districtos desta capital, 100,000 submetidos pelo magnanimo cidadão Francisco José Alves da Costa, resultado de uma subscrição que promoveu entre os habitantes da cidade de Areia, a finalmente 300,000 producto do espectáculo dado no circo zoologia do Sma Pierre e Hilario de Almeida em beneficio do projectado asylo. Todos esses donativos me vieram ás mãos por intermedio do illustre governador que se há mostrado incansável em bem officio deste pio estabelecimento e de quem muito mais temos que esperar, attentos seus sentimentos altruistas. Aqui, pois, em nome desta Pia Instituição me permittam conseguir um voto de agradecimento a tão galhardo benfeito. As quantias noutro mencionados, destinadas à Fundação de recolhimento de orphãos, acham-se depositadas na caixa economica da Thesouraria conforme consta de 2 cadernetas existentes no archivo, para serem postumamente applicadas ás respectivas obras.⁶⁸

A Constituição de 1824 possuía uma cláusula de socorro público⁶⁹, sem que houvesse apontamentos sobre as entidades responsáveis pelo amparo social. Na Província da Paraíba, assim como em outras localidades no país, a Santa Casa de Misericórdia e os serviços prestados pela instituição eram os principais recursos que a população tinha para ser atendida. Como exemplo da prevalência da Santa Casa de Misericórdia em relação à assistência social, Russell-Wood (1968, p.67) afirma que, durante três séculos, a Misericórdia da Bahia manteve o único hospital da cidade de Salvador. As atribuições do hospital eram semelhantes as que encontramos em outras Santas Casas espalhadas pelo Brasil: cuidados com os funerais e

⁶⁷ Relatório apresentado ao Exc. Sr. Dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, presidente da Província da Paraíba do Norte, pelo Exc. Sr. Dr. Ambrosio Leitão da Cunha no ato de passar a administração da Província, 1860, p.39.

⁶⁸ Relatório de autoria do provedor Maximiano José de Inojosa Varejão, ASCM/PB, 1891/1892.

⁶⁹ Constituição Política do Império do Brazil, de 25 de março de 1824, Título 8º - “Das disposições geraes, e garantias dos direitos civis, e políticos dos cidadãos brasileiros” - art.179, XXXI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao24.htm> Acesso em: 1 set. 2013.

administração do cemitério; auxílio e criação dos enjeitados e ajuda aos presos; dotes de moças pobres; asilo de pobres; hospício para os diagnosticados como loucos.

O Hospital da Santa Casa, também chamado de Hospital da Caridade, foi um marco importante em termos de atendimento aos doentes à época. Anteriormente, o atendimento aos pobres, doentes, operários e soldados ocorria em casas de particulares, onde os Irmãos da Misericórdia auxiliavam os feridos, moribundos e convalescentes. Havia também na cidade o Hospital Militar, mas esse não se encontrava aberto para o atendimento à população. A data da construção do Hospital da Caridade é incerta. Cônego Florentino Barbosa (1994, p.115) revela, em sua obra “Monumentos históricos e artísticos da Paraíba”, que o Hospital fora construído juntamente com a Igreja da Santa Casa. Durante a invasão holandesa, o prédio foi destruído, tendo desaparecido o seu patrimônio.

Em 1752, Antônio José dos Foyos é investido no cargo de provedor da Santa Casa, e, conforme Wilson Nóbrega Seixas (1987, p.133), uma de suas primeiras medidas foi a tentativa de reformar o Hospital em ruínas. Para isso, e diante dos minguados recursos, decidiu apelar para a Coroa. O rei D. José I atendeu ao apelo, e enviou oitocentos mil réis para a respectiva obra, que contou também com esmolas dos habitantes da Capitania. Seixas (1987, p.134) e Barbosa (1994, p.116) informam que a reedificação ocorreu no mesmo lugar do antigo Hospital.

Com a reestruturação do novo Hospital, houve uma ampliação das enfermarias, que agora abarcava não apenas os indigentes, mas trazia espaços diferenciados para atender pessoas com maiores condições financeiras. A partir de então, passaram a trabalhar no Hospital um médico clínico⁷⁰, que fora nomeado pelo Rei de Portugal; dois cirurgiões, um sangrador, um enfermeiro e dez escravos. Havia ainda um capelão da agonia, que atendia aos moribundos, e uma botica para o fornecimento de remédios (SEIXAS, 1987, p.68).

O Hospital da Misericórdia, reconstruído em 1755, foi ampliado em 1862, em virtude de doações feitas pelo Imperador, por ocasião de sua visita. D. Pedro II veio à Província da Paraíba em dezembro de 1859, e realizou uma doação de seis contos de réis para a reforma do Hospital da Misericórdia, empreendimento que apenas se iniciou na administração do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves. Essa visita foi registrada pelo provedor Francisco de Assis, em relatório de 1860:

⁷⁰ O primeiro médico a ser nomeado na Capitania da Paraíba foi José Dias Tourinho. Fluminense, ingressou no curso médico na Universidade de Coimbra em 1739, formando-se em 1743. Ele chegou à Paraíba antes da restauração do Hospital da Misericórdia. Enquanto este não funcionava, exerceu os serviços profissionais em sua própria residência, até que em 1755 passou a trabalhar no nosocômio da Santa Casa. (SEIXAS, 1987, p.69).

Foi este anno devido o mais memorável, e falo deste anno, e dos anos anteriores. Sabeis, senhores, e deve ficar consignado em todos os documentos e irmandade, para que os vindouros irmãos também o saibão, - que em o dia já memorável, 25 de dezembro de 1859, ás duas horas da tarde, o Senhor D. Pedro 2º, Imperador Constitucional, e Defensor Perpetuo do Brasil, visitou esta Santa Casa da Misericórdia, que segundo os Decretos da Providencia Divina, no 3º século adiantado de sua fundação tinha de receber pela primeira vez em seu recinto sagrado um filho, e descendente também sagrado, de reis e imperadores.⁷¹

Em sua visita à Santa Casa de Misericórdia, D. Pedro II constatou o estado precário no qual se encontrava o Hospital. Chamou a atenção do Imperador, segundo Wilson Seixas (1987, p.73), o mau estado da enfermaria na qual eram tratadas as mulheres doentes. A reforma foi aprovada pelo presidente da Província, tendo sido concluída em 1862. No mesmo ano, foi iniciada a construção de outra enfermaria destinada aos homens.

As condições precárias do Hospital da Caridade também fora foco de preocupações transcritas nos relatórios dos presidentes da Província. Esmerino Gomes Parente, presidente da Província da Paraíba, relatou em 1878:

O Hospital da Caridade, a cargo do estabelecimento está situado no centro d'esta Capital, fora de todas as condições de hygiene. Unico no seu genero existente na mesma Capital, recebe elle doentes de todas as molestias, ainda que sejam epidemicas e contagiosas, como a febre amarella e a variola; recolhe até loucos. Comprehende-se quanto é perigosa e incommoda semelhante pratica. Muito conveniente seria, como já disse, a remoção d'elle do meio da população para logar retirado, mas proximo, e apropriado ao tratamento e á convalescença dos doentes.⁷²

Os problemas do Hospital foram mencionados em diversas falas dos presidentes da Província da Paraíba⁷³. Em 1854, por exemplo, o presidente afirma que “o edificio que serve de hospital da Santa Casa acha-se deteriorado, e as suas enfermarias em péssimo estado.”⁷⁴ Além das questões referentes à estrutura da edificação, à falta de leitos, à pouca hygiene, à falta de pessoal e à ausência de espaços distintos para atendimento e tratamento, os poucos recursos eram um ponto comum nas reivindicações de melhoria.

Apesar dos revezes citados, era a única instituição hospitalar do gênero na cidade da

⁷¹ Relatório do provedor Francisco de Assis Pereira Rocha, ASCM/PB, 1860.

⁷² Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. sr. doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1878, p.38.

⁷³ Ver “falas”⁷⁶ e relatórios dirigidos à Assembleia Provincial dos anos 1851, 1861, 1862, 1866, 1873, 1878, 1882. Disponíveis em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/hospital.html>> Acesso em 20 jan. 2014.

⁷⁴ Exposição do dr. Francisco Xavier de Paes Barreto, na qualidade de presidente da Província da Paraíba do Norte, 1855, p.17.

Paraíba. A taxa de mortalidade era elevada. No relatório de 1851, o presidente da Província, Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, afirma que “existião no último de Junho de 1850 16 doentes pobres; entrarão até o último de Junho do corrente anno 59, sahirão curados 41, morrerão 19, sendo 5 dentro de 18 horas depois da entrada.”⁷⁵

No ano seguinte, o mesmo presidente relata que havia no hospital 9 doentes pobres até o último dia de julho de 1851. Até março de 1852, entraram 28 doentes, saindo curados 17, tendo sido 11 o número de mortos.⁷⁶ Em 1858, em relatório do provedor Francisco de Assis Pereira Rocha, verificamos que entre 1857 e 1858, foram tratados

08 doentes; homens 06, e mulheres 02. Entrarão em todo o anno 86: homens 56, e mulheres 30, sendo por consequência 94 o numero dos doentes tratados no referido anno. Destes sahirão curados 60; homens 48, e mulheres 12, e mortos 22; homens 11, e mulheres 11; ficão existindo 22; homens 13, mulheres 9. Contão-se no numero dos entrados 16 praças de policia, e das quaes existem 4, tendo sahido curados 12.⁷⁷

Desse modo, percebemos que era substancial o número de pessoas que iam ao socorro do Hospital da Santa Casa, na cidade da Paraíba. Com o passar do tempo, e mesmo após a reforma ocorrida na década de 1860, os problemas do Hospital não tenderam a diminuir. No relato do provedor da Santa Casa, em 1889, visualizamos que

A situação do Hospital no centro d'esta cidade é reconhecidamente antehygienica. A sua remoção, portanto, para outro lugar é uma necessidade, que considero de primeira ordem, mas cuja satisfação tem sido protrahida á mingua de recursos próprios, e ausência de autorisação, que os poderes públicos, sob cuja protecção e inspecção superior se acha o Estabelecimento, não tem conferido, assim como de meios para isso indispensáveis que elles não teem consignado. O edificio é relativamente acanhado, e mal dividido, de sorte que não se presta á conveniente classificação e separação dos doentes de moléstia interiores dos de moléstias exteriores, de moléstias consideradas epidemicas das que o não são. O pavimento térreo, húmido e mal arejado, é occupado por nove loucos, alguns até furiosos, cujo tratamento regular e impossível, e que incommodam e sobresaltam com gritos e arruidos, de dia e de noute, os demais enfermos e os moradores das casas vizinhas. Não ha espaço que possa ser preparado e aproveitado para passeio e recreio dos convalescentes.⁷⁸

⁷⁵ Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exc. presidente da Província, dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de agosto de 1851, p.11.

⁷⁶Relatório apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exc. presidente da Província, dr. Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852, p.13.

⁷⁷ Relatório de autoria do provedor Francisco de Assis Pereira Rocha, ASCM/PB, 1858.

⁷⁸ Relatório de autoria do provedor José Ferreira de Novaes, ASCM/PB, 1889.

Segundo Nirvana Sá (2009, p.98), o Hospital não tinha a obrigação de receber doentes de moléstias epidêmicas, ou contagiosas. Quando isto ocorria, o estabelecimento recebia do Governo Imperial a quantia equivalente às despesas tidas com os enfermos. No entanto, assim que irrompeu a epidemia de febre amarela na cidade, coube ao Hospital da Caridade tratar não apenas os doentes da cidade, mas também os tripulantes dos navios estrangeiros atracados no porto, devido à inexistência do hospital de estrangeiros. Os percalços conjunturais resultaram na demolição do Hospital em 1924, e na sua substituição por outro mais amplo e em melhores condições de infraestrutura, como mencionado anteriormente.

O fato de a Santa Casa de Misericórdia ser o principal recurso da população em termos de assistência não significava que havia as melhores condições de tratamento e bom atendimento, como pudemos depreender dos relatórios mencionados. A partir da década de 1870, o Hospital da Caridade não era o único lugar para o tratamento dos enfermos. Em razão da seca e do grande número de indigentes enfermos, foi criado o Hospital Santo Antônio, que funcionava na Igreja de São Francisco, no qual atuavam dois médicos: Luiz José Correia de Sá, paraibano do município de Souza, e José Lopes da Silva Júnior, clínico baiano. Além do Hospital Santo Antônio, organizaram o Hospital Nossa Senhora das Neves. A criação de novos hospitais desafogou um pouco o fluxo no Hospital da Caridade. Contudo, ainda se mostravam insuficientes para a demanda apresentada não só na cidade, mas também na Província, pois muitos se dirigiam à capital para obter atendimento médico.

É importante frisar que a quase exclusividade exercida pela Santa Casa no que diz respeito ao aparato assistencial e filantrópico, assim como a existência de um hospital próprio da instituição, chancelava o discurso médico que passara a ser proposto com maior intensidade a partir do século XIX. A Medicina desempenhou um importantíssimo papel no controle populacional, na difusão do higienismo, na manutenção da ordem e nas tentativas de tornar a cidade da Paraíba civilizada. Além disso, foi relevante no intercâmbio cultural com a Europa. No século XIX, na cidade da Paraíba, alguns médicos estrangeiros aqui clinicaram. Humberto Nóbrega (1979, p.123) informa que, no Oitocentos, o médico escocês John Ligertwold Paterson exerceu as práticas médicas nesta cidade.

Paterson foi importante na construção de um saber médico no Brasil, pois posteriormente ele se uniu aos “cientistas” Wucherer e Silva Lima, para a criação da Escola Tropicalista Baiana⁷⁹. Além dele, esteve presente na cidade da Paraíba o médico dinamarquês

⁷⁹ Nesse sentido, ver o artigo “A escola tropicalista baiana: um mito de origem da medicina tropical no Brasil”, de Flavio Coelho Edler. O autor problematiza as práticas médicas da sociedade oitocentista, em especial a

Henri Krause que durante oito anos, a partir de 1856, clinicou especialmente em ocasião da segunda epidemia de cólera. Além da atuação na cidade da Paraíba, Krause instalou na cidade de Barreiras – atual Bayeux – uma Casa de Saúde. (NÓBREGA, 1979, p.126).

A necessidade de médicos diplomados era uma constante na Província da Paraíba. Humberto Nóbrega (1979, p.59) relata que em 17 de janeiro de 1831, o presidente da Província, Francisco José Meira, apresentou um projeto que criava na cidade o lugar do médico, remunerado com o vencimento de seiscentos mil réis, salário a ser pago pelo Cofre da Junta da Fazenda Pública. No ano seguinte, em 1832, a falta de médicos continuava a ser uma preocupação. O presidente Antônio Henrique de Almeida, em 19 de dezembro de 1832, aumentou o valor a ser pago: oitocentos mil réis.

Em 1835, ano de fundação da Assembleia Legislativa da Paraíba, o padre Domingues Alves Pereira apresentou um projeto, a fim de tornar mais atrativo o exercício da medicina na cidade. A Assembleia, então, aprovou a proposta de contratar um médico, provendo sua residência na capital. Além disso, receberia um conto de réis mensalmente. Suas obrigações seriam visitar ao menos uma vez ao dia o Hospital Militar e o da Santa Casa de Misericórdia, assim como quaisquer outras casas de caridade que porventura viessem a ser erigidas na capital.

Não sabemos qual foi o resultado, se houve ou não a contratação desejada. No entanto, poucos eram aqueles que vinham se aventurar a exercer a medicina nestas terras. Nóbrega (1979, p.49) fez um levantamento sobre os paraibanos que estudaram fora do país em parte do período colonial e do Oitocentos. Segundo o autor, até a proclamação da independência, vinte e seis paraibanos frequentaram vários cursos de ensino superior em Coimbra; Nóbrega não especifica quais cursos. Dos dados que ele informa, de 1615 a 1822, houve dois paraibanos matriculados no curso de Medicina, na Universidade de Coimbra, mas apenas um concluiu a formação⁸⁰. De acordo com o autor, o que por vezes ocorria é que alguns permaneciam no exterior, e outros migravam para outras localidades no país.

Apesar da escassez de profissionais da Medicina em muitas regiões, especialmente nas províncias do Norte, as Santas Casas de Misericórdia exerciam um importante papel,

corrente defendida pela Escola Baiana. Defensora de “um novo saber” sobre a medicina, esse grupo procurava distanciar-se da Santa Casa de Misericórdia e da Faculdade de Medicina da Bahia. Fundaram um jornal, a Gazeta Médica da Bahia, no qual expunham seus estudos, considerados inovadores na época, voltados para a realidade e problemas ditos tropicais do país. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702002000200007&script=sci_arttext>. Acesso em 15. Jun. 2014.

⁸⁰ Nóbrega (1979, p.56) informa os dados sobre a naturalidade de outros brasileiros, conseguidos na Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, de 1949. Segundo o autor, na Universidade de Coimbra, de 1615 a 1822, houve 15 pernambucanos matriculados no curso de Medicina, tendo concluído 8. Da Bahia, matricularam-se 56, com 33 concluintes. Do Rio de Janeiro, matricularam-se 60, saindo formados 33.

inclusive de preenchimento de uma lacuna em relação ao assistencialismo, ao menos até o final do Império. As elites mantiveram os objetivos de controle da pobreza e de uma prestação nem sempre adequada dos serviços de saúde como razões para se organizarem em torno das Santas Casas. A filantropia, desse modo, atraía novos membros para a Irmandade; esta, por sua vez, representante de uma elite social e econômica, continuava à frente da instituição.

2.3 O problema da exposição de crianças na cidade da Paraíba: dados relativos à população e às crianças expostas

Na cidade da Paraíba, nos dados dos Assentos de Batismo, podemos encontrar a seguinte divisão em relação à filiação:

Tabela 1 – Dados sobre a filiação na cidade da Paraíba (1833 a 1860)

IDENTIFICAÇÃO	QUANTIDADE	PORCENTAGEM
Legítimos	4.847	60,16%
Naturais	2.635	32,70%
Expostos	122	1,51%
Adulterinos	6	0,07%
“Filho fora do marido”	Apenas 1 registro	-
Sem identificação	446 (Não consta informação em 439 batizados, 1 encontra-se danificado e 6 estão ilegíveis)	5,53%
Total	8.057	

Fonte: Banco de dados dos Assentos de Batismo da cidade da Paraíba (1833-1860).

A porcentagem de registro de naturais no período (32,70%) indica uma quantidade significativa de filhos que não foram nascidos nas circunstâncias ideais defendidas pela Igreja. Em relação aos filhos expostos (1,51%), apesar de a quantidade parecer apenas simbólica, é importante observar que não significa que fosse difícil encontrá-los na região, mas que há uma possibilidade de essa espécie de prole ter sido assimilada pelo meio local, em um processo similar ao que ocorreu na freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade de Natal no século XVIII, analisado por Thiago do Nascimento Torres de Paula (2009). A nosso

ver, esses dados apontam, em uma primeira análise, que existiam crianças indesejadas ou que, por alguma outra razão, não puderam permanecer na companhia dos seus genitores ou parentes mais próximos.

Essa conclusão, que soa óbvia, é um ponto de partida para outros questionamentos. Talvez os pais ou familiares amassem a criança, mas em razão da carência de recursos, não poderiam cuidar daquele ser. Ou, porventura, os ideais de filhos gerados exclusivamente no curso do matrimônio sacramentado e de família monogâmica não estavam sendo seguidos à risca. Essa constatação não se refere apenas aos dados das crianças expostas, mas também ao grande número dos filhos “naturais” e “adulterinos”. Nesse sentido, é importante frisar que esses dados servem como uma estimativa, pois não podemos deixar de observar o fato de que 5,53% das informações sobre a filiação encontram-se sem identificação.

Nos Assentos de Batismo, na literatura da época e nos relatos dos provedores e mordomos da Santa Casa, constatamos que os casos de abandono e exposição de crianças ocorriam em maior número nas casas de particulares e nas ruas e becos, próximos à Igreja da Misericórdia. Como pudemos visualizar no mapa trazido na Figura 1 e no Anexo B, a Misericórdia encontrava-se no centro da capital, região de maior visibilidade da cidade da Paraíba à época, em termos econômicos e de circulação de pessoas.

Evitar a morte bárbara de crianças inocentes era um dos objetivos não apenas da Irmandade da Misericórdia, mas também do próprio governo provincial. Não era interessante para uma cidade que começava a se preocupar em civilizar-se ter em suas ruas o espetáculo da morte de crianças. A sensibilidade com a infância estava sendo modificada, graças às práticas sanitárias, higienistas e à compreensão de que, se bem cuidada, uma criança poderia tornar-se um adulto saudável e útil ao Estado.

Esse caminho de valorização das crianças fora iniciado na Europa a partir do desenvolvimento do sentimento de família, desde o século XV até o século XVIII, como aponta Philippe Ariès (2006, p.191). Essa reorganização familiar, em especial da família burguesa, passou a enfatizar as necessidades da criança a partir do século XVIII. Essa “novidade” em relação à criança, no entendimento do autor, acabou acarretando sua supervalorização. Apesar das críticas existentes ao trabalho de Ariès, especialmente no que se refere a certo “evolucionismo” na condição histórica da criança, Mary Del Priore (2004, p.10) pontua que as teses do autor nos fazem buscar o entendimento de questões da nossa realidade.

Aspectos destacados por Ariès, como a escolarização e a emergência da vida privada aportaram com atraso no Brasil. Segundo Del Priore (2004, p.10), a economia do país, baseada no sistema colonial, e a industrialização tardia não deixaram muito espaço para o

florescimento dessas questões. No século XIX, como veremos nos capítulos posteriores, a alternativa para as crianças pobres era a formação para o trabalho. A educação voltada para o trabalho, e o exercício da disciplina como instrumento de controle, foram apoiados por um viés científico oferecido sobretudo pela medicina, sendo incorporados às realidades brasileiras pelos intelectuais e cientistas que buscavam dar novos rumos a essa nação.

As questões demográficas também passaram a receber um olhar diferenciado por parte do Estado, ganhando cada vez mais adeptos e passando a apresentar estudos mais significativos. Exemplo dessa preocupação foi a realização do primeiro censo do país, como já mencionamos, em 1872. A população passou a ser delineada, emergindo como elemento central e constitutivo do Estado-nação brasileiro. Fabíola Rohden (2003, p.29), em estudo sobre a contracepção, o aborto e o infanticídio no início do século XX no Brasil, realiza um retrospecto ao século XIX para explicar alguns pontos importantes. Em um contexto de preocupação com o futuro da pátria, a diminuição da natalidade prejudicaria o país. Não ter filhos, abortá-los ou até mesmo cometer o infanticídio seriam atos que ameaçariam o crescimento da nação. Além de trazer prejuízos demográficos, seriam práticas “antinaturais”.

A “antinaturalidade” dessas práticas estaria ligada a uma possível rejeição à maternidade pelas mulheres que abandonavam seus filhos. A filósofa Elisabeth Badinter (1981) busca discorrer sobre a maternidade vista como instinto, atribuição cultural ou uma mescla dos dois. Ela afirma que a maternidade ainda permanece, ao tempo em que escreveu, um tema revestido de sacralidade⁸¹. O amor materno é um assunto de difícil questionamento e a mãe é, no nosso inconsciente coletivo, especialmente nas sociedades ocidentais, identificada à Maria, símbolo indefectível do amor oblato.

Sobre esse assunto, Mary Del Priore (1995) diz que houve uma obstinação por parte da Igreja na instituição do matrimônio, e na transformação da mulher na figura de mãe:

A Igreja sabia que a mãe representava o elo de transmissão de normas e valores ancestrais, como também que o isolamento da faina doméstica permitia a gestação de elementos culturais peculiares. Introduzir no mais recôndito do lar, do fogo doméstico, o modelo da boa-e-santa-mãe tinha por objetivo valorizar o matrimônio, e a Igreja acenava com a idéia reconfortante de estabilidade conjugal, respaldada na legislação eclesiástica para incentivar mancebas, concubinadas e amasiadas a perseguirem a aliança sacramentada. (PRIORE, 1995, p.107).

Assim, o compromisso com a criação e o bem estar dos filhos e do marido era algo

⁸¹ Sobre esse tema, recomendamos Beauvoir (2008).

não apenas relativo ao aspecto físico, existindo um caráter transcendental e punitivo para além da morte. Interromper uma gravidez ou abandonar e até mesmo matar uma criança seria um ato que deporia contra a natureza e o espírito.

Desse modo, era fundamental que se atribuísse valor à função da maternidade e da infância na sociedade brasileira. Assim, sociedade e reprodução passaram a se tornar um problema político. Nesse contexto de crescente valorização das atribuições maternas e do papel das crianças no porvir, o panorama que articulava esses fatores tem como destaque a ascensão da ideologia nacionalista e a presença das ideias eugênicas, redefinidas a partir dos impasses internos postos pela miscigenação. (ROHDEN, 2003, p.36).

Como analisamos anteriormente, as questões de raça e do futuro da nação foram as bases nas quais se assentaram os discursos que buscavam encaminhar o Brasil. Os grandes inimigos desse projeto de civilização seriam principalmente a degeneração racial, que ao ver dos cientistas da época, era acompanhada da decadência moral, assim como havia o perigo das doenças e da pobreza. Nos diagnósticos elaborados pelos reformadores higienistas, os pobres estavam intimamente relacionados às moléstias, e constituíam-se em potenciais fontes de problemas para outras classes. Era fundamental, então, ampliar o processo de higienização para se alcançar a civilização. Essas atitudes simbolizavam uma libertação do atraso representado pelo período colonial, existindo a vontade de inaugurar o caminho em direção à civilização nos moldes europeus e norte-americano⁸². (ROHDEN, 2003, p.40).

Nos relatos dos provedores, podemos visualizar duas cenas de exposição nas proximidades da Igreja da Misericórdia, no ano de 1874. O provedor Lindolpho José Corrêa das Neves relata:

Infelizmente dois factos se deram no anno compromissal, que depõem altamente contra os instinctos de seus autores. Foi encontrada em uma noite invernosa, exposta em uma calçada do ermo becco das Mercês, uma recém-nascida, que quase é esmagada pelo cidadão que a encontrou. Em vista do lugar, e da ocasião parece, que ella foi propositalmente exposta a um dos três gêneros de morte violenta. Asphixia, pela água das goteiras, que sobre ella cahiam, ou devorada pelos animaes e esmagada pelos animaes que vagam soltos á noite pela cidade. Ainda não estava bem esquecido desse factó bárbaro e revoltante, quando foi encontrada as dez horas em um monturo, que existe no fundo da Igreja de N. Senhora das Mercês, entre os

⁸² Sobre a influência estrangeira e o desejo de se tornar uma civilização, é interessante ver, na cidade da Paraíba, o jornal “The Parahyba Times”, publicado de 1894 a 1899, sendo escrito em língua inglesa. Na primeira página, existia o aviso: “No article concerning, any political affair or any one’s private life is accepted, any other will be gadly received.” Ou seja, a intenção do jornal não era discutir política ou questões particulares. Os temas dos artigos eram direcionados ao ofício do escritor, literatura, arquitetura e viagens. Infelizmente, apenas um exemplar encontra-se disponível na página da Hemeroteca Digital Brasileira. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 9 jul. 2014.

mattos, outra recém-nascida, que só deveu não ser devorada pelos animaes, que ali pastam, a circunstancia de estarem uns armadores trabalhando á noite n'aquella Igreja e acudirem os rugidos da infeliz. Hoje a intitulada mãe a reclama, e tenho recusado entrega-lha porque seu amor foi minimamente tardio para me inspirar confiança. São factos, animados pela impunidade, que é urgente reprimir.⁸³

Eram situações como as retratadas acima que deram ensejo a um planejamento que envolvia novos comportamentos da sociedade, em especial a repressão aos “fatos animados pela impunidade”. O Estado, os intelectuais da sociedade, a Medicina e o Direito reuniam esforços para buscar extirpar condutas que já não cabiam mais em um país que se pretendia civilizado.

Uma dos objetivos a ser evitado era justamente a morte pública de crianças. O aborto, ato que na maioria das vezes ocorria nos domínios da intimidade, era difícil de ser policiado. Para isso, era necessário convencer a população de que era um ato imoral e pecaminoso, que condenaria não apenas a vida da criança que poderia nascer, mas também a alma da mãe que realizava essa prática. O infanticídio, por sua vez, entrava no domínio público, especialmente quando a morte de uma criança acontecia em razão do abandono em praças, ruas, becos e monturos.

Sobre a percepção do aborto e do infanticídio para os intelectuais brasileiros da época, Fabíola Rohden (2003, p.58) destaca a tese de Joaquim A. Pinheiro de Castro – “Do infanticídio” – publicada em 1852 na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Ela é uma fonte exemplar sobre as teorias que passaram a ser construídas sobre a natalidade da população brasileira. Primeiramente, defende-se que somente os médicos teriam autoridade e qualificação necessária para decidir sobre casos de aborto, devendo ser condenado em qualquer outra situação. Nesse sentido, passou-se a desqualificar as práticas das parteiras, pois, segundo o discurso médico, elas não teriam conhecimento científico sobre os corpos⁸⁴.

Outro aspecto importante diz respeito ao considerado maior poder de periculosidade do infanticídio em relação ao aborto. Rohden (2003, p.56) afirma que o infanticídio consistia na morte violenta ou premeditada de uma criança recém-nascida ou na ocasião do nascimento. O primeiro perigo dizia respeito ao vínculo materno que era criado a partir da visualização mãe-filho no nascimento. Ou seja, se uma mãe, mesmo tendo visto seu filho opta, por alguma razão, em matá-lo, seria uma atitude que deporia contra sua natureza e seu espírito.

Os estudos médicos, especialmente os de obstetrícia e psiquiatria, passaram a se

⁸³ Relatório de autoria do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1874.

⁸⁴ Recomendamos, sobre esse tema, Engel (2004) e Martin (2006).

debruçar sobre a “loucura puerperal”, que em alguns casos poderia ser causado por processos de autointoxicação. Segundo Rohden (2003, p.54), os médicos apontavam que os vários meses de privação da menstruação impediam a eliminação de substâncias tóxicas. Além disso, havia os fatores relevantes da hereditariedade, do esgotamento nervoso, das infecções e das emoções fortes, importantes para a explicação da loucura puerperal.

Além dos fatores mencionados, o infanticídio acabava com uma vida que já pertencia à sociedade e que dela foi retirada. Joaquim Pinheiro de Castro, mencionado anteriormente, explicava em sua tese as diferenças entre o aborto e o infanticídio:

Aos olhos da sociedade se encara como mais execrável o infanticídio que o aborto; a ordem social se ressentir do primeiro, porque ele aniquila um ser, que virtualmente já lhe pertence; ressalta mais que a perpetração deste atentado revela a maior atrocidade que o crime de aborto pelo princípio de que – aquilo que os olhos não vêem, o coração não sente – e é que na natureza humana nossas afecções nascem e crescem à medida que a sensibilidade dos sentidos externos reflete os objetos no sensorium, tocando-os; [...] (Joaquim A. Pinheiro de Castro *apud* ROHDEN, 2003, p.60).

O Direito também se posicionava contra o infanticídio. O Código Criminal de 1830, no artigo 197, determinava que quem matasse um recém-nascido teria pena de prisão de três a doze anos. O artigo seguinte, 198, afirmava que se a própria mãe fosse a autora do crime e assim tivesse procedido para ocultar sua desonra, a pena diminuiria para um até três anos de prisão. Nesse sentido, verificamos que o infanticídio era um crime execrável aos olhos do legislador; além de demonstrar a crueldade e maldade de caráter do seu autor, ou possivelmente autora, era um crime que roubaria vidas de uma sociedade que buscava se organizar como nação. Seu aspecto condenável encontraria uma ressalva apenas em outro valor importante para a sociedade da época: a defesa da honra. O infanticídio, assim, era um problema que poderia ser relativizado, de acordo com que o praticasse e das circunstâncias envolvidas.

Desse modo, as Rodas dos Expostos e casas de recolhimento que pudessem abrigar aquelas crianças que poderiam ser vítimas do infanticídio se tornaram sobremaneira relevantes no Brasil. As crianças abandonadas não eram deixadas apenas nas Rodas dos Expostos. Antes da criação das Rodas no país, era comum deixar crianças em portas de casas, nas ruas ou em igrejas. Mesmo após a criação da Roda, essa prática continuava a acontecer.

Nesse sentido, Renato Pinto Venâncio (1999, p. 22-25) identifica como “abandono civilizado” a prática de abandonar crianças, especialmente recém-nascidas, em domicílios. A razão disso estaria no fato de que essa atitude garantiria o mínimo de assistência à criança

enfeitada, assim como assistência religiosa, em virtude do recolhimento e do batismo. Por sua vez, essa prática diferia do “abandono selvagem”, caracterizado pelo ato de abandonar crianças em ruas, monturos e logradouros, contribuindo para sua morte.

É importante atentar para o fato de que, como aponta Alcileide Cabral do Nascimento (2008, p.50), a exposição de crianças, recém-nascidas ou não, nas portas de casas ou igrejas, ou em becos, monturos e lugares ermos era uma prática costumeira no Brasil colonial. Durante os dois primeiros séculos de colonização, não foram erigidas instituições que acolhessem ou provessem essas crianças. Isso apenas passou a acontecer quando o abandono de crianças “[...] virou um escândalo público, e ganhou visibilidade, com fortes conotações de práticas infanticidas, ainda mais agravadas com o fato das crianças morrerem sem o sacramento do batismo” (NASCIMENTO, 2008, p.50).

Antes de existir instituições de acolhimento e criação dos expostos, esse era um problema resolvido pela iniciativa familiar ou individual. Na cidade da Paraíba oitocentista, a prática do abandono em lugares públicos, ou à porta de casas de famílias, era algo costumeiro. Como praxe, as Santas Casas de Misericórdia, tanto na Europa quanto nos territórios ultramarinos, possuíam a chamada Roda dos Expostos, para o recolhimento das crianças enjeitadas.

No caso da cidade da Paraíba, onde não havia a Roda dos Expostos, mas um espaço equivalente, o abandono em portas de casas continuava a ser a primeira opção de quem abandonava crianças. No Anexo D, há uma imagem que corresponde à planta baixa da Igreja da Misericórdia, expondo a divisão interna da parte térrea. No espaço de número 06, visualizamos, na legenda, que se refere à Roda dos Expostos. Na Igreja da Misericórdia da Paraíba não havia a tradicional Roda onde se depositava o bebê, descrita por Russell-Wood (1968, p.20) e Maria Luiza Marcílio (2006, p.57) como um dispositivo de madeira, de forma cilíndrica, com uma divisória no meio, estando fixada no muro ou na janela da instituição. Aqui, existia um espaço equivalente, que cumpria a função de receber as crianças enjeitadas, mas que não seguia a descrição de uma caixa de madeira, cilíndrica, na qual a criança poderia ser depositada.

Pelo estudo da documentação relacionada aos expostos da Santa Casa de Misericórdia, percebemos que mesmo com a existência dessa instituição, as crianças enjeitadas eram habitualmente “confiadas” a algumas famílias, sendo expostas nas proximidades de residências e, algumas vezes, nas proximidades de igrejas. Talvez a falta de um instrumento como a Roda dos Expostos, que de certa maneira criava um lugar específico para receber a criança indesejada, contribuiu para que a prática do abandono em casas e locais

públicos permanecesse nas ruas da capital da Província. Nesse sentido, é interessante perceber que em outras localidades, apesar de ter existido a Roda dos Expostos, o abandono também ocorria com maior frequência em residências familiares.

Maria Adenir Peraro (2010, p.290), em estudo sobre os ilegítimos em Cuiabá no século XIX, afirma que as crianças abandonadas eram deixadas principalmente nas casas. A autora afirma que “[...] as mulheres não tendiam a abandonar seus recém-nascidos ilegítimos, mas contingencialmente deixavam-nos aos cuidados de outrem”. (PERARO, 2010, p.290). Peraro chegou a essa conclusão após analisar os registros de batismo, no quais nenhum exposto fora deixado na Roda, mas nas residências dos futuros padrinhos.

Thiago do Nascimento Torres de Paula (2009, p.40), em estudo sobre os expostos na Capitania do Rio Grande do Norte, no século XVIII, também verifica que essas crianças foram inseridas na sociedade de uma maneira informal pela própria comunidade, na ausência de uma Roda dos Expostos. Essa inserção também se iniciava com o abandono nas “soleiras das portas”, constituindo-se em estratégia para garantir a sobrevivência das crianças abandonadas diante da omissão do Estado. Como afirma o autor, ao referir-se à omissão a respeito das crianças abandonadas nos Termos de Vereação e no Livro de Tombo da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, da cidade de Natal, o abandono de crianças com poucos dias de nascimento era algo simbiótico à comunidade, ou seja, não atrapalhava o cotidiano dos colonos. (PAULA, 2009, p.128).

Evitar a morte bárbara de crianças era uma das pretensões do Estado, amparado pelos grupos intelectuais. Supomos que era comum que crianças fossem devoradas por animais que viviam soltos, receio que podemos verificar no relatório do padre Lindolpho Corrêa mencionado anteriormente, ao tratar de duas crianças que foram enjeitadas e, segundo sua avaliação, haviam sido expostas à morte violenta, existindo o risco de serem devoradas, ou ainda: “[...] esmagada pelos animaes que vagam soltos á noite pela cidade [...]”.⁸⁵

A preocupação com os animais que vagavam soltos era constante, e não se referia apenas à possibilidade de morte violenta das crianças expostas em lugares públicos. O controle e extermínio de animais que representavam algum perigo também fazia parte da política de disciplinarização e saneamento da cidade. Nesse sentido, Francisco Vidal Filho (1985, p.90) afirma que no ano de 1850, o presidente da Câmara Municipal proibiu a criação de gado “à solta”, “sem pastor”. Outra repulsa constante era dos “cães vadios”, potenciais agressores e portadores de moléstias, em especial a raiva. Wellington Aguiar (1999, p.113)

⁸⁵ Relatório de autoria do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1874.

relata que no jornal paraibano “O Imparcial”, de 27 de março de 1861, divulgou-se um aviso de matança dos cães que vagavam soltos pela cidade com “bolas de noz-vomica”, em cumprimento ao artigo 78 do Código de Posturas Municipais de 1859.

O receio de transmissão de doenças, como podemos verificar nos relatórios vistos até essa altura do trabalho, não era de todo descabido. O processo pungente trazido pelas moléstias que acarretavam sofrimento, dor, isolamento e morte deveria ser a todo custo evitado. Além disso, as doenças representavam um mal não apenas para o indivíduo, mas para a sociedade, em razão do risco de contágio e da possibilidade de algumas serem transmitidas por hereditariedade. De acordo com Humberto Nóbrega (1979, p.55), é importante remarcar que, nessa época, a verdade apodítica sobre a transmissão de doenças obedecia ao brocado *morbus contagia mors miasmata gignit*.

Além da crença na abiogênese, acreditava-se que o *contagium* ocorreria quando o agente etiológico provinha do ser doente, e o *miasma* quando a substância tinha outra procedência, podendo inclusive ser transmitido pelo ar e solos contaminados, assim como poderia ser oriundo da matéria pútrida. Como tratamos nos tópicos anteriores, a salubridade pública era um assunto que se encontrava na pauta do Estado. Em sua fala dirigida à Assembleia Provincial, de 7 de julho de 1872, vemos as seguintes considerações sobre os miasmas, feitas pelo presidente da Província José Evaristo da Cruz Gouvêa,

Continua a ser pouco lisonjeiro o estado sanitário desta cidade, onde com frequência aparecem e se desenvolvem febres de naturezas diferentes, a variola e outras moléstias, cuja origem, no juízo de pessoas competentes e autorizadas, é o inficionamento do ar, produzidas pelas exalações de corpos animaes em decomposição, de vegetaes e outras matérias em putrefacção.⁸⁶

Desse modo, percebemos que deveria ser eliminada qualquer ameaça à nova sensibilidade de civilização que passara a ser construída e difundida na cidade. Apesar de o foco do trecho do relatório mencionado acima não ser a morte dos expostos nas ruas, podemos concluir que, diante dos aspectos já abordados, a morte de crianças nas ruas em razão da exposição, além de ser uma cena de afronta à civilização e aos sentimentos de caridade, poderia levar ao “infecionamento do ar”, contribuindo para a propagação de doenças.

Dos dados sobre o local de exposição das crianças nos Assentos de Batismo, seguem

⁸⁶ Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. 3.º vice-presidente da Província, dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 7 de junho de 1872. Paraíba, Typ. Conservadora, 1872, p. 13.

em torno de 95 crianças expostas em residências de particulares, e 24 crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia. Em relação à exposição de crianças em residências, vemos o caso de João, criança exposta em 02 de julho de 1839 na casa de Antônio Hipólito de Moraes, casado, tornando-se padrinho do exposto. Temos também o caso de Balbina, menina de 1 mês de vida, que foi exposta na casa da parda livre Julliana da Rocha. Maria, exposta na casa de João Gonçalves de Vasconcellos Júnior, sendo batizada na casa deste, por pessoa instruída no batismo, em razão de “perigo de vida”. Francisco, 1 mês de vida, filho natural exposto na casa de Felis Joze do Sacramento Ramos, que veio a ser o padrinho da criança. Esses são apenas alguns dos casos de crianças deixadas nas casas de moradores da cidade.

As crianças expostas, que totalizam 122 no banco de dados dos Assentos de Batismo, nem sempre tiveram suas cores/condições étnicas divulgadas. Em muitos dados, não há menção sobre a cor das crianças. A seguir, podemos visualizar um quadro com nomes e cores das crianças expostas. Das informações possíveis de elencar, 27 crianças eram brancas, 42 pardas e 2 semibrancas. Não há registros de expostos “pretos”, “cabras” ou “crioulos”⁸⁷. No entanto, pelos dados dos relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, há informações sobre crianças de cor preta que foram expostas, apesar de não ser um hábito informar nos relatórios as cores dos expostos.

Quadro 2 – Informações sobre nome e cor das crianças expostas (1833-1860)

Nome	Cor	Nome	Cor	Nome	Cor
Antonio	-	Francisco	-	Basiliano	Parda
Maria	Branca	Joaquina	Branca	Joaquim	Parda
Alexandrina	-	Francisco	-	José	Branca
Joze	-	Firmino	-	José	Parda
Manoel	-	Firmina	-	Zebina	Semibranca
Maria	Branca	Maria	Parda	Amelia	Parda
Joze	-	João	-	Manoel	Branca
Rozalina	-	Pedro	-	Anna	Parda
Francisco	-	Arminda	Parda	Elenteria	Parda
Jozefa	-	Emilia	Parda	Manoel	Branca
Manoel	-	Maria	Parda	Theophila	Parda
Alexandrino	-	Marcolino	Branca	Deolinda	Branca
Manoel	-	Antonio	Parda	Silvino	Parda
Maria	-	Antonio	Parda	Manoel	Parda
Continua na página seguinte					

⁸⁷ De acordo com Renato Pinto Venâncio (1999, p.51-53), na obra “Famílias abandonadas”, “pardo” indica que a criança era mestiça, com predominância branca; “cabra” era utilizado para os mestiços de prevalência negra; os “crioulos” dizem respeito aos negros nascidos no Brasil. O “semibranco” corresponderia a uma categoria de mestiço que possuía uma tez mais clara do que o “pardo”.

Continuação					
Luis	-	Antonio	Branca	Rosa	Parda
Carlota	Branca	Constancia	Branca	Adelino	Parda
Maria	-	Emilia	Parda	José	Branca
Tolentina	-	José	Branca	João	-
Antonia	-	Anna	Branca	João	Branca
Silveria	-	Joaquina	Branca	Isabel	Parda
Laura	-	Joaquina	Parda	Anixia	Branca
Manoel	-	José	-	Francisco	Branca
Joze	-	Maria	Parda	Salustina	-
João	-	Manoel	Branca	Maria	Branca
Alexandrina	-	José	-	Paulina	Branca
Manoela	-	Francisca	Parda	Olimpio	Parda
Pedro	-	Maria	Branca	Maria	Parda
Jocunda	-	Euprofinia	Branca	Joanna	Parda
Clementina	-	Joaquim	Parda	José	Branca
Maria	-	Minervina	-	Francelino	Parda
Felisbina	-	Luis	Parda	Maria	Parda
Manoel	-	Benigna	Semibranca	Edelvino	Branca
Anna	-	Julia	Parda	Francelina	Parda
Laurentino	-	Modesto	Parda	Vicencia	Parda
Felicidade	-	Amelia	Branca	Vivencia	Parda
Joaquim	-	Adlino	-	Francisco	Parda
Severiano	-	Fortunato	Parda	Manoel	Parda
João	-	Francelina	Parda	Targino	Parda
Francelina	Parda	Antonio	-	Maria	Branca
Balbina	-	Maria	-	Vicente	Parda
Estaclina	-	Manoel	Parda		

Fonte: Banco de dados dos Assentos de Batismo (1833-1860) – CD-ROM

No relatório de 1880, no qual não há autoria e se refere a um período posterior ao compreendido pelos Assentos de Batismo utilizados neste trabalho, podemos ver o seguinte depoimento:

Nos ultimos dias próximo passado mês, appareceu no hospital uma creança de cor preta de sexo femenino, que aparenta ter de dois pra tres annos, sem que tenha sido possível saber-se donde nem como para ali veio. Achava-se enferma e a caridadeurgia, que fosse acolhida, e tractada, para dar-se-lhe qualquer destino.⁸⁸

Em relação às crianças expostas de cor branca, chamamos a atenção para duas crianças

⁸⁸ Relatório da provedoria da Santa Casa de Misericórdia, ASCM/PB, 1880.

com “pai e mãe incógnitos”. Constancia, exposta na Santa Casa de Misericórdia, tendo aproximadamente 3 meses de idade; e Deolinda, tendo de 4 a 6 meses, tendo sido exposta na residência de Alexandre. A não-identificação dos genitores era uma das possibilidades trazidas pelo abandono, seja nas residências ou na própria Santa Casa. Não sabemos ao certo o porquê de, em casos específicos, existir uma observação que indicava a incognoscibilidade do pai e da mãe. Ironicamente, talvez a razão se referisse ao fato de serem pessoas que não deveriam ter sua identidade revelada. Nos Assentos de Batismo, há o registro de 5 crianças nessa situação, sendo 2 brancas, 1 sem indicação de cor e 2 pardas.

Dentre as crianças pardas, Vicente, 1 mês de vida, e Adelino, 3 meses, foram frutos de “pai e mãe incógnitos”. O primeiro foi exposto na residência de Mathias Gomes da Silveira, ao passo que Adelino foi exposto na Santa Casa; este teve seu batismo realizado “em perigo de vida”. Em relação às crianças semibrancas, há o registro de apenas 2: Benigna e Zebina. Benigna, tendo entre 1 e 2 anos de vida, fora exposta na casa de José Gonçalves Medeiros Furtado, branco, casado. No ato do batismo, na Igreja Matriz de Nossa Senhora das Neves, teve como padrinhos José Baptista de Albuquerque Gandra e dona Antonia Alexandrina Rangel de Medeiros, pessoas que não sabemos se possuíam algum vínculo entre si. Já Zebina, cuja idade não consta no documento, fora deixada na Santa Casa de Misericórdia, tendo sido batizada na mesma igreja matriz que Benigna. O seu padrinho fora Marinho da Silva Medeiros, e como madrinha contou apenas com a proteção de “Nossa Senhora”.

Os Assentos de Batismo indicam que, dentre os expostos, havia 57 do sexo feminino e 58 do sexo masculino; em alguns dados não é possível visualizar o nome e o sexo da criança. Apesar de as informações contidas nos Assentos de Batismo não nos permitirem traçar um panorama mais preciso dos expostos e das relações familiares no período abarcado, elas são dados relevantes, possibilitando visualizar com um pouco mais de nitidez a sociedade paraibana oitocentista.

Maria Luiza Marcílio (2006, p.234) afirma que, em relação à prevalência de um ou outro sexo no abandono de crianças, havia certa proporção harmônica, a exemplo das informações recolhidas sobre a Roda do Rio de Janeiro e a de São Paulo. Marcílio chama a atenção para a Roda de Porto Alegre, na qual os expostos do sexo feminino, entre 1847 e 1856, representavam 62,4% (811 meninas), e os do sexo masculino, 37,6% (488 meninos).

De todo modo, não houve variações significativas em outros lugares pesquisados, demonstrando que, malgrado uma sociedade patriarcal, não houve preferência de sexo no enjuntamento de crianças. Como aponta Alcileide Nascimento (2008, p.220), meninas e meninos deveriam ser igualmente acolhidos pela Roda pois, independentemente do sexo,

representavam a fraqueza das classes abastadas. É importante lembrar que, inicialmente, um dos objetivos iniciais da criação da Roda dos Expostos era a salvaguarda da honra de mulheres de famílias ricas. Com o passar do tempo, a Roda e as instituições que recebiam crianças abandonadas passaram a ter outro uso pelos populares, sendo utilizada para receber crianças pobres e filhas de escravos.

No caso da cidade do Recife, Alcileide Cabral do Nascimento (2008, p.220) informa que de 1790 a 1831, a partir de dados do Livro de Batismo da Matriz de Santo Antônio e do Livro de Batismo da Matriz de Madre de Deus, houve uma discreta predominância do número de meninas expostas. Em relação à cor, Nascimento organizou um gráfico com três categorias de coloração da tez: branco, mestiço – crianças “pardas” e “cabras” – e crioulo. No mesmo período, de 1790 a 1831, as informações apontam para a prevalência de crianças expostas brancas de 1790 até 1819, existindo um discreto aumento de mestiças no ano de 1823. De 1824 a 1830, houve uma nova predominância de brancos expostos, sendo a diferença deste último ano muito sutil. Já em 1831, prevaleceram as crianças mestiças.

Com o passar do tempo, houve uma tendência de diminuição de crianças brancas abandonadas na Roda, em detrimento do aumento de crianças escuras. Alcileide Nascimento (2008, p.223) aponta que o aumento de crianças de cor escura abandonadas na Roda, no Recife, e a entrada e difusão de teorias racistas no país na segunda metade do século XIX, foram fatores que em conjunto modificariam as percepções sobre os expostos e o papel das instituições incumbidas de sua assistência.

É importante mencionar que os filhos de escravas, legítimos ou ilegítimos, sendo depositados na Roda gozariam de liberdade, condição proporcionada pela Provisão de 22 de fevereiro de 1823, se esta fosse respeitada e se fosse aplicada sua determinação. Se uma criança de pele escura sobrevivesse à Santa Casa e às criadeiras, teria de se deparar com um destino nem sempre auspicioso: a sociedade estaria preparada para receber aquela criança de tez escura, parda, cabra ou mulata sem o estigma da escravidão? Acreditamos que em uma sociedade desigual, marcada pela escravidão e preconceitos de cor e de gênero, essas crianças iriam continuar a se deparar com uma realidade dura e excludente. A mencionada provisão, de cunho liberal, e que definia como ato desumano a possibilidade de os expostos serem chamados de volta ao cativo não era suficiente para que as pessoas se despissem de seus julgamentos. Como afirma Alcileide Nascimento (2008, p.225),

Os expostos e órfãos, sobretudo aqueles de cor escura, como pardos, cabras e pretos, estigmatizados na sua origem, que não tinham tutores, padrinhos

atenciosos, nem famílias que os resgatassem, nem sempre escapavam ao sistema escravista que tragava homens e coisas num apetite insaciável e voraz. Em relação aos órfãos, essa antropofagia sistêmica não escapou à legislação, que procurou regular os cuidados que deveriam ser observados na alocação do trabalho dessas crianças, pois era notório que fazê-las escravas tornara-se uma prática comum nas colônias e na metrópole. (NASCIMENTO, 2008, p.225).

Em relação à mencionada predominância de crianças de pele clara na Roda, citada anteriormente, Alcileide Nascimento (2008, p.222) assinala que algumas questões são importantes para compreender essa situação. Primeiramente, nem toda a população branca compunha o seletivo grupo de comerciantes prósperos ou de proprietários de terras; essas crianças poderiam estar relacionadas a pessoas de pele clara em situação econômica difícil. Outro aspecto a ser considerado se refere às mulheres que se aventuraram em amores proibidos, fazendo uso da Roda para ocultar “o fruto do pecado”. E, um terceiro ponto se refere à manutenção da herança dentro da legalidade; um filho adulterino ou ilegítimo poderia representar um problema na repartição de bens. Desse modo, não seria um problema esconder essas crianças, pois o ato do abandono na Roda estaria revestido de legalidade.

Em relação às crianças expostas na cidade da Paraíba, constatamos que nos dados analisados, predominam as mestiças, tendo em seguida um número relevante de crianças brancas. A população da cidade da Paraíba, conforme os Assentos de Batismo, continha 4.019 mulheres e 4.036 homens. Das mulheres, 887 eram brancas, 2 caboclas, 10 cabras, 228 crioulas, 1 gentia da Angola, 29 índias, 2 mamelucas, 3 mulatas, 1 da nação da Angola, 1.514 pardas, 11 pretas, 1 preta africana, 24 pretas crioulas, 2 pretas da Costa da Mina, 1 preta da Costa de Sabará, 3 pretas de nação Angola, 1 preta de nação Benguella, 2 pretas de nação Costa da África, 2 pretas do gentio da África, 1 preta gentio de Angola, 33 semibrancas e de 1.247 não constam a cor/origem étnica.

Dos homens, 894 eram brancos, 1 cabloco, 12 cabras, 233 crioulos, 2 gentis de Angola, 19 índios, 2 índios de Nação, 1 mameluco, 2 mulatos, 2 nação Congo, 1.443 pardos, 1 preto, 26 pretos crioulos, 2 pretos da costa da Mina, 1 preto de nação africana, 1 preto de nação Angico, 5 pretos de nação de Angola, 1 preto de nação Barnô, 1 preto de nação Cabunda, 1 preto de nação do Congo, 2 pretos de nação da Costa, 2 pretos de nação de Moçambique, 2 pretos de nação Nagô, 1 preto de nação Quiçamão, 1 preto da nação Uça, 1 preto de Moçambique, 42 semibrancos e 1.308 não constam cor/origem étnica.

Após essa exaustiva classificação, constatamos que, majoritariamente, a população era composta de pardos. De certo modo, a proporção maior de expostos mestiços reflete a

configuração populacional da sociedade. Também podemos ver, segundo os dados dos Assentos de Batismo, certo equilíbrio entre expostos do sexo masculino e do sexo feminino.

Outro aspecto comum da exposição na cidade da Paraíba diz respeito ao grande número de crianças que, segundo os dados, estavam “em perigo de vida” e precisaram ter o seu batismo ministrado nas residências de particulares; esse sacramento nessas condições também era chamado nos Assentos de Batismo *in articulo mortis*, ou seja, a ponto de morrer. Toda criança tinha direito à salvação e, conseqüentemente, ao batismo. Aquelas que morriam sem o batismo seriam destinadas, de acordo com a doutrina católica, ao limbo, lugar nebuloso, nem céu nem inferno, para onde iam “inocentes” e pagãos sem batismo.

Segundo Maria Luiza Marcilio (2006, p.51), para as crianças não batizadas que estivessem em risco de morte, sem tempo para receber o sacramento do batismo de maneira solene na Igreja, havia o batismo *in extremis*, que poderia ser ministrado por qualquer pessoa, desde que usasse de maneira adequada da água e do sal e da forma “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”. Essas crianças poderiam ser expostas, legítimas ou naturais; afinal, a mortalidade na época era elevada, e não escolhia a condição jurídica e econômica de uma criança para vitimizá-la.

Como exemplo, vemos o caso do pequeno Trajano, que tinha entre 1 e 2 anos de idade, e era filho “legítimo” do major Francisco Sergio de Oliveira e Clementina Tenoria de Medeiros. A criança fora batizada em casa “em perigo de vida”, e o responsável que “pôs os santos óleos” foi o “Reverendíssimo e Excelentíssimo Governo Episcopal Interino Prior Frei Manoel Braguez do Monte Carmello”.

Os casos listados abaixo contêm informações sobre as mais diversas circunstâncias e condições familiares, com todas as crianças recebendo o sacramento do batismo em situação de “perigo de vida”: Antônio, de cor preta, tendo entre 1 e 2 anos, liberto, filho “natural de Catharina Maria do Rozario, preta, liberta; Manoella, escravizada, com idade entre 4 e 6 meses, filha “natural” de Joanna, escravizada, fora batizada em casa em perigo de vida por Joze Vicente Torres, “pessoa instruída na forma do batismo, branco, casado”, proprietário da mãe da criança; Urçula Maria da Conceição, branca, tendo entre 1 e 2 anos, também batizada em casa em perigo de vida; Marçalina, livre, com idade entre 6 e 9 meses, parda, filha “natural” de Luiza Maria da Conceição, parda, livre; Emília, filha “natural” do capitão Joze Geraldo Gomes; Florencio, com 1 mês de idade, filho “legítimo” de Manoel Alves de Barros, pardo, e Roza de Lima, também parda.

No total, conseguimos visualizar nos assentos de batismo 709 casos de crianças em “perigo de vida”, entre expostas, legítimas e naturais. Dentre as crianças expostas, das 122

registradas, 22 tiveram a anotação de terem sido batizadas em “perigo de vida”. Assim, 18% das crianças expostas corriam risco de morte no ato do batismo.

Desse modo, percebemos que era considerável a possibilidade de morte ainda nos primeiros anos de vida das crianças da cidade da Paraíba oitocentista. No entanto, essa situação não era uma característica exclusivamente paraibana. A mortalidade infantil no Brasil, no período do Oitocentos, era elevada⁸⁹. Como afirmamos acima, segundo dados dos Assentos de Batismo, muitas crianças, independentemente da sua condição, encontravam-se em elevado risco de morte. Nos relatos de provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, também percebemos que o número de crianças que morreram em tenra idade também era significativo.

A seguir, podemos visualizar um quadro demonstrativo no qual encontramos informações sobre crianças expostas que estavam sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia. Esses dados foram organizados com base nos relatórios de provedores e mordomos da instituição. Eles informavam a quantidade de crianças a cargo do estabelecimento, mas nem sempre especificavam o sexo e nem quantos haviam falecido.

Segundo as informações elencadas, o número de meninas abandonadas era superior ao de meninos. Nesse sentido, podemos identificar uma diferença entre os dados trazidos nos Assentos de Batismo. No entanto, é importante remarcar que abordam períodos distintos. Os Assentos referem-se aos anos de 1833 a 1860; já os dados dos relatórios compreendem a segunda metade do século XIX, a partir de 1860.

Quadro 3- Dados sobre crianças expostas nos relatórios da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba

Ano	Masculino	Feminino	Mortos	Total
1860	-	-	-	10
1861	2	7	-	9
1862	3	7	-	10
1863	-	-	1	10
1865	4	7	-	11
Continua na página seguinte				

⁸⁹ Sobre a mortalidade infantil no Oitocentos, especialmente a dos expostos, ver Maria Luiza Marcilio (2006, p.230-245). A autora afirma que um terço, ou menos, de crianças deixadas nas Rodas não chegavam à idade de 7 anos. Podemos encontrar menções sobre a mortalidade infantil no Pará em artigo de Laura Maria Silva Araújo Alves (2012). Sobre o Vale do Paraíba paulista, no século XIX, Agnaldo Valentin (p.9, nota 10) afirma que simulações de quatro municípios sugerem que a mortalidade infantil de ingênuos girava ao redor de 250 para cada mil nascidos vivos.

Continuação				
1875	-	-	-	11
1876	1	5	-	6
1877	1	5	-	6
1878	-	-	-	9
1879	16	26	-	42
1880	5	15	-	20
1881	3	6	-	9
1882	4	6	-	10
1883	-	-	-	11
1884	3	6	2	7
1886	-	-	1	12
1887	4	3	-	7
1889- 1890	-	3	-	3
1891- 1892	-	2	-	2

Fonte: Relatórios de provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, ASCM/PB.

O ano de 1879, que corresponde ao momento no qual há um maior número de crianças expostas, de ambos os sexos, reflete o auge da crise em razão dos flagelados da seca. Segundo Humberto Nóbrega (1979, p.112), de 1878 a 1879 vieram cerca de 35.000 retirantes para a capital.

Esse número representa um indício das pessoas que, sem esperança de sobrevivência no interior da Província, migraram para a cidade da Paraíba a fim de obter algum auxílio. A Santa Casa de Misericórdia, então, passou a abrigar os flagelados da seca, inclusive famílias inteiras, que não tinham a quem recorrer. O provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo, em relato de 1879, afirma:

No Hospital existem 41 crianças, sendo 16 do sexo masculino e 26 do sexo feminino. Se não são expostos, são desvalidos, as quais a Caridade da Misericórdia não devia abandonar, e entregar a miséria e a morte. Sem pais ou parentes conhecidos, e ainda em pouca idade, entendi dever conservá-los em quanto se lhes possa dar conveniente destino, depois que atingirem a idade em que possam se quiser encarregar, sendo actualmente, alimentados pela receita dos socorros públicos, visto serem todos elles filhos de tantos infelizes que, obrigados pela secca, tem procurado esta Capital e abrigado-se no mesmo Hospital. Seja-me permitido repetir ainda o que pus a Presidencia da Provincia no 1 de outubro do anno que findou: “ que esta Provedoria encareça a criação de Asylos para a infancia desvalida” onde se deverão abrigar tantas crianças e menores de ambos os sexos filhos de nossos irmãos, acabrunhados pela secca e pela fome que assolão esta Provincia e que foram obrigados a deixar suas residencias em procura dos

socorros publicos. Semelhantes instituições salvaguardarão o futuro de tantos infelizes que vivem entregues a ociosidade, a ignorância e aos maos costumes sendo victimas até da especulação vergonhosas e inconfessaveis. Estas instituições estão compreendidas na liberal e patriótica disposição do §3 do Art. 179 da Constituição Política do Imperio, e pela verba = Socorros públicos = muito se poderá fazer em beneficio desta Provincia. Esta Provedoria se não iniciou a criação de instituição tão importante foi por que compreendeu que não tinha receita para despesas semelhantes; porem lamenta o abandono em que permanecem tantos innocentes [...].⁹⁰

É importante observar que o provedor Benjamim Franklin insere novos atores na realidade que retrata. Agora, não são apenas expostos; são também “desvalidos”, crianças que sofreram com a miséria e a seca que assolou o semiárido nordestino de 1877 a 1879, como já mencionado anteriormente. Em um segundo momento, revela preocupação com o destino das crianças que, sem o amparo da instituição, provavelmente viveriam entregues à prostituição e à marginalidade. Também se pode perceber outra demanda: a necessidade de mais recursos e de construção de um asilo para a infância.

Em razão da carência de dados mais precisos, os relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa não nos oferecerem um terreno seguro para realizar uma estimativa das crianças expostas que sucumbiram. Em algumas situações, há menção apenas ao total de expostos, sem distinção de sexo, como ocorre nos anos de 1875, 1878 e 1883. Sobre o estado dessas crianças na Santa Casa, em alguns casos os provedores trazem informações a seu respeito. Em 1863, o provedor Lindolpho José informou que

Existem dez expostos soccorridos, e alimentados pelo estabelecimento, e durante o anno morreu um. Essa mortalidade manifesta o zelo com aquelles infelizes, aos quais cedo faltavam os naturaes animos, são tractados pelas carinhosas mulheres, que d'elles se encarregam. É como sabeis uma idade bem exitica a infância, mas tal é a disposição d'essas mulheres, que apenas um infeliz sucumbio durante o anno. Entre esses expostos existem algumas meninas maiores de sete annos; mas nós, sempre caridosos, attendendo à que n'essa idade estas necessitam de educação e ensinno, resolvestes conservalhes as pensões, no que obrastes a meu ser esse acordo ao fim d'esta Instituição.⁹¹

O mordomo Luis Pessoa da Veiga Cavalcanti, no mesmo ano, afirmou que

Existem debaixo dos apices da casa 11 expostos: d'estes 2 entrarão diretamente na minha administração, e tendo nós perdido um, existem hoje

⁹⁰ Relatório feito pelo provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo, ASCM/PB, 1879.

⁹¹ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1863.

dez. As pessoas que se occupam de tractar d'estes innocentes o fazem com amor maternal, como tenho visto, e sou informado.⁹²

Em 1875, o provedor Lindolpho Corrêa das Neves informou que havia 11 crianças, sem especificar o número de meninas e meninos. Contudo, ele afirma que se organizavam os preparativos para o casamento de uma exposta, a qual fora entregue “um pequeno auxílio para as despesas”. Nos anos seguintes, 1876 e 1877, percebemos que foi mantido o número de crianças. Nos anos de 1879 e 1880, houve a maior disparidade no número de crianças. Houve uma redução considerável tanto de meninos quanto de meninas.

No entanto, não sabemos se essa redução ocorreu em razão da morte dessas crianças; se elas atingiram a idade limite de responsabilidade com os expostos, que era de 7 anos, mas que algumas vezes prolongava-se até os 10 anos; ou se a maior parte não era necessariamente exposta, e sim vítimas da seca, que estavam abrigadas temporariamente na Santa Casa juntamente com suas famílias.

Em 1881, no relatório de autoria do provedor Lindolpho Corrêa das Neves, ele informa o destino dos 9 expostos a cargo do estabelecimento naquele ano. Segundo o provedor, ele pôde “dar destino conveniente a todos os orphãos, e duas moças, que nos ficaram dos imigrantes mortos em nosso hospital, restando apenas uma pobre menina, inutilizada por molestias incuraveis.” Em 1884, o mordomo José Bezerra Cavalcanti d’Albuquerque relata que “durante o anno compromissal falleceram 2 expostos, 1 do sexo masculino e 1 do feminino e no mesmo periodo não recebeu esse estabelecimento exposto algum.”

Outros dados também chamam a atenção: de 1886 para 1887, vemos uma diminuição, com 5 crianças a menos; não é informado, nos documentos, o que aconteceu a todas elas. O provedor Gama e Mello, no ano de 1886, relata que

Durante o anno compromissal foram expostos duas creanças, uma das quais falleceu. Todas estão confiadas ao zêlo de mulheres pobres que prehenchem a tarefa despersada pelas mães, que abandonam nas portas do Hospital os fructos de suas entranhas.⁹³

De 1887 a 1888/1889, também visualizamos decréscimo: houve uma redução de 4 crianças. De 1889/1890, o provedor José Ferreira de Novaes afirma que as 3 crianças que

⁹² Relatório do mordomo Luis Pessoa da Veiga Cavalcanti, ASCM/PB, 1863.

⁹³ Relatório do provedor dr. Gama e Melo, ASCM/PB, 1886.

ainda estavam a cargo da Santa Casa “em geral são as creanças quasi abandonadas depois de dez ou doze annos, quando não conseguem ser recolhidas ao seio de famílias.” Sobre o prolongamento da responsabilidade com os expostos, que pela legislação era até os 7 annos de idade, no relatório correspondente aos annos de 1891 e 1892, o provedor Maximiano José de Inojosa Varejão afirma que “quando attingem a idade de 10 annos por mais ou menos, permanecem ordinariamente em poder de quem os crie, sem receberem mais auxilio algum da Santa Casa, que infelizmente ainda não pode fundar também um collegio ou recolhimento de orphãos desvalidos.”

Apesar de em muitos casos não observamos menções explícitas à morte de crianças, podemos inferir que as condições de vida oferecidas pela Santa Casa não eram as mais salubres e propícias ao desenvolvimento. Essa realidade não era exclusiva da Santa Casa da Paraíba. Miriam Moreira Leite (2011, p.33-40), ao analisar relatos de viajantes que passaram pelo Rio de Janeiro no século XIX e algumas teses médicas, apresenta alguns números sobre a mortalidade na Roda dos Expostos: em 1821, afirma-se que em treze annos tinham entrado perto de 12.000 e apenas tinham vingado 1.000. Em 1824, 588 crianças foram recebidas, somadas a 68, já presentes no estabelecimento; das 656 crianças, morreram 435. Em 1853, receberam 630 expostos, e morreram 515. De 1861 a 1874, 8.086 crianças entraram na Roda e 3.545 morreram. Em 1887, muitos dos recém-nascidos estavam doentes quando chegaram ao estabelecimento, e 30 a 32% morreram.

Dessa maneira, percebemos que muitas instituições que recebiam e criavam crianças abandonadas, a exemplo da Santa Casa, argumentavam que um dos seus propósitos consistia no recolhimento das crianças indesejadas, a fim de evitar que morressem nas portas das casas onde eram abandonadas, e também afastar a possibilidade de ocorrência do infanticídio. É importante destacar, porém, que o abandono das crianças nestas instituições não era uma garantia de sobrevivência. Na contramão do que se pretendia, em decorrência das condições dessas instituições e da saúde frágil dos infantes, a morte era quase uma certeza.

No capítulo seguinte, buscaremos compreender o trajeto percorrido pelos expostos: o acolhimento nas residências particulares, a nomeação de padrinhos e madrinhas, e a consequente criação de um parentesco espiritual proporcionado pelo batismo. Após esses passos, as crianças expostas ou órfãs poderiam ficar a cargo da pessoa acolhedora, ou serem encaminhadas para a Santa Casa de Misericórdia. Até os sete annos de idade, essas crianças permaneceriam sob os cuidados das criadeiras, mulheres responsáveis pela criação dos expostos, com suporte financeiro pago pela Santa Casa, mas oriundo do governo provincial. Assim, buscaremos compreender a primeira incursão dos expostos na sociedade.

CAPÍTULO 3

PARENTESCO ESPIRITUAL E TUTELA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E ÓRFÃS

Lucinda, como o leitor deve lembrar-se, foi quem recebeu nos braços, quando veio à luz do mundo, a mimosa e infeliz criança fruto dos amores clandestinos de Conrado e Adelaide; foi ela quem lavou, pesou, vestiu e depois expôs, com boas e louváveis intenções, a mísera recém-nascida à porta de Nhá Tuca. (Bernardo Guimarães, “Rosaura, a enjeitada”, p.17)

3.1 O primeiro momento: o acolhimento nas “soleiras das portas”

Na epígrafe que abre este capítulo, vemos um trecho do romance “Rosaura, a enjeitada”, de Bernardo Guimarães, publicado pela primeira vez em 1883 e cuja narrativa se situa na cidade de São Paulo. Nele, o autor conta a história de Rosaura, moça que nasceu de um “amor clandestino”. A fim de esconder o fruto dessa união, a criança é substituída por outra morta, e a pequena recém-nascida acaba sendo deixada à porta da residência de uma família. Segundo a protagonista dessa história, “[...] havia de ter uns dez anos, minha sinhá me vendeu a um homem velho, que costumava comprar para vender por fora comboio de escravos”. Assim, Bernardo Guimarães aborda, por meio da literatura, uma história que possivelmente emocionou muitos leitores e que, em vários aspectos, pode ter sido encontrada na realidade da época.

Na cidade da Paraíba, como pudemos observar anteriormente, muitas crianças, à semelhança da enjeitada Rosaura, foram deixadas nas portas de residências familiares. Segundo os dados dos Assentos de Batismo, era comum o abandono nas “soleiras das portas” durante a noite. Como vimos no Capítulo 2, o badalar dos sinos indicava a noite como o tempo do recolhimento. Aqueles que perambulavam durante essas horas buscavam a proteção e o anonimato que a escuridão proporcionava, auxiliados pela ausência de luz elétrica, que apenas fora implantada a partir de 1912, em lenta substituição aos lampiões de azeite de mamona e de querosene.

A “acolhedora” era a pessoa que detinha o primeiro contato com o exposto em razão do abandono em sua residência, e encaminhava a criança para a Santa Casa. Nem sempre as

acolhedoras do sexo feminino assumiam a função de criadeiras, mulheres que se responsabilizavam pela criação dos expostos mediante valor em dinheiro. Nos Assentos de Batismo da cidade da Paraíba, podemos ver nomes, cor e condição civil dos acolhedores, informações que foram distribuídas em quadro no Apêndice A. Conforme o disposto, visualizamos alguns dados de 94 acolhedores. Destes, 47 eram homens e 43 eram mulheres. Nos Assentos, há também a distribuição por casal: menciona-se 4 casais acolhedores. Infelizmente, há poucas informações sobre cor e condição civil. Dos 94 acolhedores, 12 foram mencionados como pardos, 3 brancos e 1 índio. Sobre o estado civil, 5 eram viúvos, 11 casados e 2 solteiros.

Sobre as informações das pessoas que tiveram essas crianças expostas em suas residências, duas mulheres acolhedoras receberam o qualificativo de “Dona”, possivelmente indicando uma situação melhor aquinhoada em termos materiais: Dona Anna Tenoria de Aragão e Dona Marcolina Felippa da Conceição. É importante lembrar que nem todas, acolhedoras ou criadeiras, eram referidas dessa maneira. Temis Gomes Parente (2005, p.93) relata que, em sua pesquisa, encontrou nos registros de batismos pesquisados na cidade de Goiânia esse qualificativo. A autora encontrou “Dona” posto antes do prenome da mãe, dado que ela deduz como um indício do prestígio social daquele casamento ou da influência dos maridos ou pais daquelas mulheres na elite local.

Sobre os homens acolhedores, estes foram enumerados na quantidade de 47; dentre eles, havia o Brigadeiro Francisco Ignacio do Valle, o Dr. José Cammêlo, o Reverendo Francisco de Paula e Mello Cavalcante e o Vigário Joaquim Antonio Marques. Há menção sobre as crianças deixadas em “casas de família”, tais como a de José Francisco Moura e sua esposa, Dona Porfíria D’Ávila Lins; Leonardo de “Tal” e sua mulher Galdina de “Tal”; Gervázio Renovato Pereira Campos e sua esposa Josefa Laurentina de Lima Souza; e Manoel Simplicio do Nascimento Leiros e Antonia Vicencia.

Ao interrelacionar os nomes das criadeiras presentes nos documentos da Santa Casa de Misericórdia e os nomes das pessoas acolhedoras nos Assentos de Batismo, não encontramos nenhuma que houvesse exercido a função de criadeira. Encontramos exposição recorrente em apenas um caso: o da acolhedora Joaquina Maria do Espírito Santo, parda, livre, que em 19 de novembro de 1837 levou o pequeno Manoel, com 1 mês de idade, para ser batizado “em perigo de vida”. No início do ano seguinte, outra criança apareceu em sua porta: João, também com 1 mês de idade, foi levado para receber o batismo na mesma igreja, a Matriz de Nossa Senhora das Neves.

Joaquina teve dois filhos legítimos com Luis Antonio Gomes: Manoel, pardo, batizado

em 22 de maio de 1853, aos 2 meses de idade, na Igreja Matriz; e Maria, parda, 5 de abril de 1854, com 1 mês de idade, batizada na Capela do Santíssimo Coração de Jesus, no município de Cabedelo. Joaquina provavelmente perdeu Manoel, a criança exposta que chegou à sua porta, e que pode ter sido seu primeiro filho. Dezesesseis anos depois, ela batizara seu filho biológico e legítimo com o mesmo nome. Não há menção sobre Joaquina ter criado as duas crianças enjeitadas que apareceram em sua vida, mas a história nos permite imaginar que ela possa ter absorvido essas crianças em seu lar.

Após o recolhimento das crianças que eram deixadas nas casas de particulares ou em vias públicas, os expostos poderiam ser batizados em alguma das igrejas ou capelas da cidade, podendo permanecer, se a pessoa acolhedora assim o desejasse, com sua família. Se a criança tiver sido exposta nas proximidades da igreja ou do hospital da Santa Casa, ou se lá fora entregue, ela seria levada para o atendimento médico. Em seguida, seria batizada⁹⁴, pois se encontrava sujeita a elevado risco de morte, situação abordada no Capítulo 2. O mordomo dos expostos era o responsável pela fiscalização desse tratamento.

No passo seguinte, o padre responsável pelo batismo poderia assinar um documento certificando para os devidos fins que o exposto estava morando na casa de quem o acolheu, e sendo bem cuidado. Esse documento era o instrumento pelo qual o acolhedor poderia pleitear ajuda financeira das Câmaras Municipais. Nesse sentido, essa ajuda era muitas vezes julgada a partir de laços de amizade e clientelismo. O auxílio sendo concedido, a criança enjeitada teria seu nome registrado no livro de matrícula dos expostos. (VENANCIO, 1999, p.190).

Posteriormente, eram entregues às criadeiras, que cuidavam dessas crianças em suas residências, como afirma o então presidente da Província, Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, que foi provedor da Santa Casa de Misericórdia de 1886 a 1888: “Este serviço é feito nas casas d’algumas mulheres, mediante pequena retribuição, á falta de commodos apropriados no estabelecimento”.⁹⁵ Desse modo, as crianças expostas tendiam a ficar sob a responsabilidade direta das criadeiras. Em princípio, essas crianças deveriam ser regularmente examinadas. As criadeiras deveriam leva-las à Santa Casa, trimestralmente, para que pudessem fiscalizar seu estado de saúde e salvaguardar seu desenvolvimento. No entanto, carecem de registros nos arquivos da Santa Casa sobre a regularidade dessa fiscalização.

⁹⁴ O batismo dos expostos deveria ser administrado e registrado no mesmo rol que os demais, declarando a pessoa que o encontrou e o dia. O nome dos pais, em sua maioria, era desconhecido, mas caso pudesse ser registrado, sem mácula da honra, deveria ser feito. Essa disposição era encontrada Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707), Livro Primeiro, Título XI, § 40, p. 17. As Constituições são um dos mais significativos documentos de caráter religioso do Brasil Colônia. A publicação primeira data de 1707, sendo republicada em 1853.

⁹⁵ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 7 de agosto de 1874 .

3.2 Padrinhos e madrinhas: o parentesco espiritual das crianças expostas e órfãs

No relatório de 1880 da Santa Casa de Misericórdia, que se encontra sem nomeação do autor, delegaram cuidados de expostos não apenas às mulheres criadeiras, mas também a dois homens, cuja origem ou possível parentesco com essas crianças não foi mencionado:

Procurei dal-os a famílias honestas que podessem educal-os de forma consentanea ás suas condições; e pude dar um menino e uma menina a **D. Balbina Égydia Gonsalves de Medeiros**, e uma menina a Ginot Manoel Gomes de Carvalho, outra a **D. Severina Lopes Potter** e outra a Joaquim Soares de Pinho.⁹⁶

Conforme os Assentos de Batismo, D. Balbina Égydia Gonsalves era casada com o Capitão Nicolau Tolentino de Vasconcellos. Eles tiveram uma filha, batizada de Umbellina em 6 de dezembro de 1835, em “perigo de vida”, tendo nessa época de 1 a 2 anos. O casal fora padrinho de Catarina, no ano de 1836; também figuraram como padrinhos de Innocencio, batizado em 19 de abril de 1840, filho “legítimo” de Francisco José da Cruz e Catharina Maria de Jesus. Quarenta e cinco anos depois do nascimento de Umbellina, que não sabemos se sobreviveu ao estado de “perigo de vida” no qual se encontrava, Balbina passou a criar duas crianças. Não sabemos se, nesse momento da sua vida, ela era viúva, mas imaginamos que teria uma idade mais avançada para a época.

Joaquim Soares de Pinho também tinha por costume apadrinhar crianças. Nos Assentos de Batismo, vemos que fora, em 1853, padrinho de Antonio, filho “natural” de Perpetua Maria da Conceição. Em 1854, apadrinhou Manoel, pardo, filho “legítimo” de Manoel Tibúrcio da Rocha e Romana Maria da Rocha. Em 1859, fora padrinho de Joanna, parda, filha “legítima” de Marcolina Maria da Conceição e Ignácio José Alves. O sacramento do batismo, como pontua Maria Adenir Peraro (2010, p.291), possibilitava a ampliação do círculo de parentesco entre pessoas das mais diversas classes sociais, além de reforçar os vínculos entre indivíduos da mesma família.

Sobre os padrinhos dos expostos, o quadro com informações sobre nome e cor pode ser visto no Apêndice B. Visualizamos 109 nomes, alguns figurando duas vezes como padrinhos: Antonio Manoel d’Aragão e Mello, Joaquim Antonio Leitão, Joze Egidio de

⁹⁶ Relatório sem menção à autoria, ASCM/PB, 1880, grifo nosso.

Souza, Theodoro Antonio de Brito – padrinho 3 vezes – , Joaquim Antonio Marques, Manoel Antonio do Carmo, José Antonio Rodrigues da Costa e Nazario Isidio de Lucena. Dois foram classificados como escravizados: José de Freitas Rodrigues e Fellipe José Rodrigues. Além disso, sobre o estado civil, 22 eram casados, 20 eram solteiros e havia 1 viúvo. Chamou-nos a atenção o fato de João José Innocencio Poggi, inspetor de saúde citado no Capítulo 2, e Francisco Lucas de Sousa Rangel figurarem como padrinhos.

João José Innocencio Poggi fora padrinho de João, em 1857, exposto na casa de Maria José da Conceição, de pai e mãe incógnitos, batizado sob condição. Sobre Francisco de Lucas Sousa Rangel, por seu nome, acreditamos que fora parente próximo de José Lucas de Sousa Rangel, provedor da Santa Casa de Misericórdia no ano de 1861, tendo sido condenado por participação na Revolução Pernambucana de 1817, como pudemos ver no Capítulo 2. Francisco Rangel fora padrinho no ano de 1856, do pequeno Manoel, branco, exposto na casa de D. Marcolina Fellipa da Conceição. Acreditamos que, em razão da acolhedora ser titulada como “Dona”, esse foi um fator determinante para que Rangel apadrinhasse a criança; provavelmente, eles faziam parte de um mesmo círculo social.

Outra informação interessante sobre Rangel é que, no ano seguinte, em 1857, ele tornou-se pai da pequena Maria, branca, batizada aos 3 meses de idade, em 28 de maio de 1857, na Capela do Senhor Bom Jesus dos Martírios, tendo como padrinho Domiciano Lucas de Sousa Rangel e como madrinha Nossa Senhora das Neves. O vigário Joaquim Antonio Marques, responsável pelo batismo, anotou que “o pai reconhece a filha”. Maria era filha natural do “dr. Francisco Lucas de Sousa Rangel” e Zulina Augusta de Carvalho.

Francisco Lucas Rangel era bacharel em Direito, tendo feito seu curso na Faculdade de Direito do Recife; além disso, foi acusado de participar e incitar “movimentos sediciosos”, tais como o Quebra-Quilos⁹⁷, na companhia de um padre jesuíta. Foi preso na Província da Paraíba em 1874, em razão da participação nos tais movimentos, tendo sido levado para Pernambuco no mesmo ano⁹⁸. Desse modo, vemos o caso de um bacharel, letrado, com uma

⁹⁷ O Quebra-Quilos foi uma série de revoltas populares que se originaram no município de Campina Grande, entre os últimos meses do ano de 1874 e inícios de 1875, tendo depois se estendido para vilas e cidades de quatro províncias do norte do Império. Elas se opunham às mudanças introduzidas pelos novos padrões de pesos e medidas do sistema métrico francês, recém aplicadas no Brasil à época. Até então, não existia uma padronização nacional das medidas; logo, havia variação da forma de como se media em cada província e até mesmo de vila e cidade. Contemporaneamente, esse fenômeno social pode ser interpretado como uma forma de os populares encontrar nas sedições uma espécie de legitimação para seus costumes, que de repente vinham sendo atacados pelas autoridades.

⁹⁸ Essas informações podem ser encontradas na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, volume 262, de janeiro a março de 1964, p.4. Disponível em: https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=3&cad=rja&uact=8&ved=0CCoQFjAC&url=http%3A%2F%2Fwww.ihgb.org.br%2Ftrf_arq.php%3Fr%3Drihgb1964volume0262.pdf&ei=d5XWU5

filha natural que, malgrado reconhecê-la, aparentemente não legitimou na Igreja sua relação com a mãe da criança.

Nos Assentos de Batismo, há pessoas com “distinção”: cadetes, cirurgião-mor, reverendos; mas também há 2 padrinhos escravizados. Silvino, pardo, exposto na casa de Manoel Pereira do Nascimento, teve como padrinho um escravo da esposa do seu acolhedor: José de Freitas Rodrigues. Elenteria, parda, exposta na casa de Maria da Conceição, teve como padrinho Felipe José Rodrigues, escravizado de Victorino Pereira Maia.

Este, por sua vez, 6 anos antes também foi padrinho da pequena Joaquina, parda, exposta na soleira da porta de João Francisco Valério. José, branco, foi exposto na casa de Joaquim, pardo, escravizado pelo tenente coronel Manoel Joaquim de Oliveira. José foi criado por Joaquim, e o padrinho da criança foi o cadete Antonio Alves da Cunha, que possivelmente ocupou esse lugar em razão de laços de subordinação e/ou amizade com o proprietário de Joaquim. Levando em consideração o parentesco espiritual originado no sacramento do batismo, o apadrinhamento de um exposto por um militar poderia estar direcionado ao sustento do pequeno.

Em relação às madrinhas, como podemos perceber no Apêndice C, visualizamos 54 pessoas elencadas, excluindo às menções à Nossa Senhora; ela foi nomeada 10 vezes. Essa preferência é compreensível, pois ela é a padroeira da cidade, e muitas crianças foram batizadas na Igreja Matriz homônima. Em seguida, Nossa Senhora foi nomeada 4 vezes; e Nossa Senhora do Rozário, 1 vez. A preferência por uma determinada santa como madrinha também dependia da devoção dos acolhedores que levavam para o batismo, ou até mesmo do próprio padre que o realizou. Nesse sentido, essa escolha refletia uma forte religiosidade popular, assentada em divindades católicas. (PERARO, 2010, p.292).

Sobre a cor, apenas constam 2 referências: uma madrinha branca, Germana Maria da Conceição; e uma parda, Maria Joaquina da Conceição. Muitas delas receberam “Dona” como qualificativo: 19 no total. Em relação a mais de um caso de apadrinhamento, além de Nossa Senhora e Nossa Senhora das Neves, temos a anteriormente mencionada Anna Maria da Conceição, madrinha de 2 expostos. 11 solteiras, 2 viúvas, 9 casadas, sendo 7 casadas com os padrinhos dos expostos. Duas das acolhedoras se tornaram madrinhas, sendo uma delas viúva. Percebemos que havia um vínculo familiar entre padrinhos e madrinhas; dentre aquelas que não eram casadas com os padrinhos, observamos que 3 eram irmãs dos padrinhos e 1 era mãe.

Assim, nos parece que a decisão do apadrinhamento representava, por vezes, uma iniciativa de cunho mais familiar do que individual.

Percebemos que as pessoas escolhidas como madrinhas e padrinhos eram, em geral, indivíduos que dispunham de condições para prover a sobrevivência dos abandonados, caso fosse necessário e houvesse o real compromisso de auxiliá-los. No entanto, o hábito de tomar alguém como padrinho, ou madrinha, acabou se disseminando largamente, tendo um mesmo padrinho ou madrinha inúmeros afilhados, em razão da visibilidade e até do afeto alcançados. Nesse aspecto, muitos padrinhos e madrinhas acabam não conhecendo seus afilhados, ou mantendo uma relação mais distante com os mesmos.

De todo modo, as relações de apadrinhamento se constituíam em estratégias de relacionamento em uma sociedade desigual. Nesse sentido, Schwartz (2001, p.266) pontua que as relações de apadrinhamento tinham uma dimensão social que ultrapassava a estrutura da Igreja. Elas poderiam ser usadas para reforçar laços de parentesco já existentes, solidificar relações com pessoas de classe social semelhante ou ainda estabelecer laços entre indivíduos socialmente desiguais.

Venancio (1999, p.220) argumenta que o apadrinhamento servia como um substituto à adoção legal. Por meio do compadrio, o enjeitado estabelecia relações de parentesco espiritual. A abrangência desse vínculo era tão considerável que os parentes do padrinho e da madrinha, ascendentes, descendentes e colaterais passavam a ter algum vínculo com a criança. Kátia Mattoso (1990, p.132), por sua vez, assinala para o fato de o padrinho, assim com a madrinha, assumirem a obrigação de dar assistência ao afilhado; esse auxílio era espiritual e material, tendo sido raros no Brasil os padrinhos que não levavam a sério essas responsabilidades. Desse modo, os laços de compadrio figuravam como sendo o próprio fundamento das relações pessoais.

Em relação à freguesia de Nossa Senhora da Apresentação, na cidade de Natal, Thiago Torres de Paula (2009, p.128) chama atenção para o fato de que, apesar de o Senado da Câmara não ter subsidiado as famílias que aceitavam criar as crianças expostas, ele encontrou, na documentação pesquisada, nomes de pessoas ligadas à administração local, que se tornaram padrinhos desses expostos. Assim, pode-se perceber que a sociedade analisada pelo autor, no século XVIII, acolhia e amparava de maneira informal os pequenos órfãos.

Algumas das pessoas que receberam os recém-nascidos para apadrinhar, eram personagens que dispunham de condições econômicas para prover a sobrevivência dessas crianças abandonadas. O autor enumera militares, chefes de domicílio bem aquinhoados,

enfim, pessoas da elite que assumiam os cuidados com os expostos, fato que Thiago Torres de Paula aponta como uma compensação da apatia do Estado e da Igreja Católica em relação à parcela das crianças expostas (PAULA, 2009, p. 136).

3.3 A rede institucional: controle do governo provincial e da Santa Casa de Misericórdia sobre os expostos e órfãos

Na contramão do que existia em outras localidades, a exemplo de Recife, que desde 1789 contava com uma Casa dos Expostos, não havia um local destinado às crianças expostas e enjeitadas. Segundo o vice-presidente da Província da Paraíba, dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1857,

Este serviço é feito sem a menor conveniencia. Não há uma casa, onde sejam recebidos, e tratados os infelizes, que são abandonados por seus pais, e parentes. São entregues a amas, e criadeiras, que por uma mensalidade se encarregão de os alimentar, e pensar até certa idade. Depois são abandonados á sua sorte sem o mais leve recurso, e habilitações para viver, e tratar de seu futuro. Contra este procedimento protestão os princípios da moral evangélica, e maximas da politica. Se a Santa Casa da Misericordia ampara nos primeiros momentos da vida os infelizes, que os sentimentos da maternidade não protegem, sua obra não será meritória se não for completa. Cumpre so deixar os fracos, quando poderem dispensar os socorros. D'outro modo será o crime em regra o termo da carreira deles. É preciso criar um estabelecimento, em que os expostos, chegados a certa idade, sejam educados, recebem lições de moralidade, e se deem a um trabalho, que lhes proporcione meios de viver honestos, e decentes. É só assim que se criarão Cidadãos proveitosos a si, e a sociedade. Da instituição, como está, não se tirão vantagens.⁹⁹

Quatro anos depois, o mordomo Felizardo Toscano de Brito afirmou que

Tanto pela falta que temos de recursos, como pela falta de local e acomodações próprias, não se pode dar á essas crianças aposento conveniente e a educação indispensável. En'este caso é mister, que os expostos chegado a certa idade, sejam entregues ao Juizo de Orfãos, para que lhes dêem tutores na forma da legislação vigente. O nosso compromisso nenhum à disposição contém a semelhante respeito. Segundo porem sou informado era assim, que mais intensivou e se procedia. E penso que esta pratica deve continuar, até que a provincia tenha uma casa de educandos menores, tão indispensavel para amparo e educação dos mininos

⁹⁹ Relatório pronunciado na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da Província, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857, p.18.

abandonados e sem recursos.¹⁰⁰

Na década de 1860, Lindolpho José Corrêa das Neves, que ocupou o cargo de provedor da Santa Casa em três momentos (década de 1860, 1870 e 1880), reiterou a necessidade de construção de uma Casa para os Expostos:

Continuo a pensar, que é necessário o estabelecimento de uma **casa de expostos interna**, e pelos motivos, que de outra ves sois informados. Infelizmente nossos recursos são minguados; mas não devemos descansar, pois não é possível, que a Assembleia provincial se esqueça por mais tempo d'esse importante objecto, que tem merecido em todos os países aos cuidados dos que governam.¹⁰¹

Em 1881, o provedor Lindolpho Corrêa volta a fazer o apelo que se iniciou dezoito anos antes:

Não repitirei o que expandi em meu ultimo relatório [1878] sobre a necessidade de da **criação de azylos para a infancia desvalida**, visto como nossos recursos não nos permitem emprehendel-o, e minhas vozes não echôam fora d'este recinto.¹⁰²

No ano seguinte, em 1882, ele faz o mesmo pedido: “Não cessarei de lamentar, que não nos seja possível crear um **collegio de orphãos, e de educandos** devido ao arrefecimento dos sentimentos de caridade nas pessôas, que dispoem de meios n'esta Província.”¹⁰³ Nos excertos dos relatórios citados, verificamos o uso de três expressões distintas pelo provedor Lindolpho Corrêa das Neves para se referir a lugares para os expostos: primeiro, em 1863, trata de uma “casa dos expostos”; em 1881, de “asilos para a infância desvalida”; e em 1882, do “colégio de órfãos”. Qual seria, então, a diferença entre os três?

Inicialmente, é importante observar o que foi mencionado no Capítulo 1: os provedores e mordomos da Santa Casa costumavam usar indistintamente os termos “órfão”, “exposto” e “enjeitado”. Sabemos que há uma diferença entre “órfão” e “exposto”: nem sempre o primeiro tinha sofrido exposição. É importante ressaltar que a criança abandonada nem sempre era ilegítima. Por vezes, havia situações em que a família, fosse apenas a mãe, ou

¹⁰⁰ Relatório feito pelo mordomo Felizardo Toscano de Brito, ASCM/PB, 1865, grifo nosso.

¹⁰¹ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1863, grifo nosso.

¹⁰² Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1881, grifo nosso.

¹⁰³ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1882, grifo nosso.

o casal, não tinha condições de oferecer os cuidados necessários para a manutenção do bebê. Em alguns casos, os filhos eram deixados na Santa Casa, e havia a esperança de recuperá-los.

Em outras situações, a criança encontrava-se sem os genitores e sem parentes próximos, e acabava por ser deixada aos cuidados dos religiosos. Assim, algumas crianças órfãs chegaram a ser acolhidas na Santa Casa em razão da morte dos pais. Para ilustrar essa situação, destacamos uma observação feita no Livro dos Expostos, datada de 1904, mas sem registro de autoria; apesar de não se inserir no recorte temporal desta pesquisa, é interessante para trazer a motivação da falta de mãe, pai ou parentes para justificar a permanência na Santa Casa: “Entreguei ao Senhor João Evangelista de Moura por ordem do Ilustríssimo Senhor Mordomo Major Jacinto José a criança de nome Severino que existia neste Hospital de Santa Izabel, por ter falecido os Paes. Paraíba 19 de setembro de 1904”.

As situações de pobreza extrema eram potenciais ensejadoras de casos de abandono. No conto “Pai contra mãe”, de Machado de Assis, publicado em 1906, encontramos um enredo que envolve o enfeitamento de crianças na Roda dos Expostos do Rio de Janeiro. Clara, órfã de 22 anos que morava com a tia e era, juntamente com esta, costureira, se relaciona com Cândido, “caçador” de escravos fugidos. Apesar do desejo do casal em ter um filho, a convivência torna-se difícil em razão de problemas financeiros.

Cândido decide levar o filho à Roda dos Enfeitados, para que o bebê não morresse de fome. No caminho, encontra Arminda, uma escravizada fugitiva e a persegue, após deixar seu filho, momentaneamente, com um farmacêutico. Cândido captura a mulher; ela suplica liberdade, afirmando que está grávida e não quer que o filho viva nas mesmas condições impostas pela escravidão. Cândido ignora a súplica, e entrega a mulher a seu dono. Arminda, “levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta” sofre um aborto, enquanto o protagonista recebe o valor pela caça – 100 mil réis – e retorna com algum meio financeiro para sustentar seu filho e esposa.

O conto finaliza com Cândido beijando o filho, e “batendo-lhe ao coração” o seguinte pensamento: “Nem todas as crianças vingam.”. É interessante que, ao longo do conto, a tia de Clara alerta sobre a falta de recursos do casal, ao qual responde que “Deus há de ajudar” e “Nossa Senhora dará o que comer”. Essas frases dão o tom de irônica realidade, pois imaginamos que o abandono na Roda pode ter significado, em muitos casos, entregar a criança aos cuidados de Deus. Não é demais lembrar que muitas crianças expostas, no ato do batismo, tinham como madrinha “Nossa Senhora”, como pudemos ver no Capítulo 2. A prática de nomear santos, ou as versões de Nossa Senhora, como padrinhos era considerada comum no Brasil colônia, perpetuando-se ao longo do período imperial brasileiro, como

pontua Diane Valdez (2003, p.22).

Na Província da Paraíba, os efeitos da seca acabavam se tornando um complicador da pobreza. Inclusive, chegaram a ser um fator de pedido de auxílio na Santa Casa, como mencionamos no Capítulo 2. Desse modo, crianças desvalidas, órfãs, e expostas ou enjeitadas, que se encontravam sob a responsabilidade da Santa Casa, foram inseridas no âmbito da preocupação com os “expostos”. Afinal, eles se assemelhavam em um ponto comum: o de não ter família, ou alguém que se responsabilizasse por sua criação. É importante atentarmos para o fato de que as crianças órfãs que ficavam sob a proteção da Santa Casa eram aquelas pobres, com pouco ou nenhum recurso financeiro.

Uma criança órfã de família abastada dificilmente seria abandonada. Ela poderia ter familiares próximos ou padrinhos que assumissem a função de tutor, sendo o Juiz de Órfãos o responsável pelos trâmites legais das crianças nessa condição. Como exemplo, vemos o caso publicado no jornal “A Regeneração”, de 20 de abril de 1861. Nele, Álvaro Nestor de Albuquerque Melo, Juiz de Órfãos, anuncia que no dia 22 de abril, às quatro horas da tarde, a requerimento do tutor Júlio da Costa Cirne, irá à praça para ser arrematado em hasta pública a metade do valor do escravizado Pedro, crioulo, com idade aproximada de quarenta anos de idade, cuja metade do valor é avaliada em 400 mil réis, pertencente ao órfão Pedro da Cunha Cirne. Vemos, então, Pedro, adulto, escravizado do também Pedro, criança órfã, mas oriunda de família bem aquinhoadada. Assim, as condições econômicas de uma criança seriam determinantes para o seu futuro: se seria deixada a cargo de instituições de caridade como a Santa Casa, ou se haveria interesse dos familiares e padrinhos com os seus cuidados.

A necessidade de um espaço dedicado aos expostos, enjeitados e órfãos pobres era reiterada continuamente nos relatórios dos presidentes da Província e nos relatos dos provedores e mordomos da Santa Casa. Esses pedidos nos permitem perceber que a acomodação e a destinação dessas crianças se constituíam em um problema relevante, ao menos em um discurso civilizatório propagado pela elite e pelas autoridades. Essa era uma questão que despertava a atenção de religiosos, médicos, cronistas e viajantes em todo o território brasileiro, tendo sido registrado em documentos oficiais e em outros meios, tais como livros de memórias, romances e crônicas de viajantes¹⁰⁴. No entanto, em termos práticos, na Província da Paraíba o governo pouco fazia para evitar o abandono de crianças, assim como para cuidar daquelas que já se encontravam em situação de abandono.

¹⁰⁴ *Vide* o livro de memória de “O Tambiá de minha infância”, de Coriolano de Medeiros; o romance “Rosaura, a enjeitada”, publicado em 1883, de autoria de Bernardo Guimarães; e os relatos do viajante Henry Koster, no século XIX, intitulados “Viagens ao Nordeste do Brasil”.

Essa situação revela que não havia um lugar adequado para a acomodação das crianças expostas, assim como as órfãs, na Santa Casa. Pelo que pudemos verificar nos relatórios, não havia espaços salubres e organizados não apenas para o abrigo dos expostos e órfãos, mas também para qualquer pessoa que recorresse à Santa Casa.

Em 1859, D. Pedro II, quando esteve na Paraíba, considerou inadequadas as condições das enfermarias, principalmente por não haver alas para as mulheres, como pudemos ver no Capítulo 2. Nas décadas posteriores, as reclamações são contínuas em relação à ausência de locais adequados para atendimentos específicos. Lindolpho José Corrêa das Neves, provedor em 1875, menciona a necessidade de hospícios para o tratamento dos “loucos”. Em 1876, o provedor Lindolpho Corrêa continuou a criticar a inexistência de cômodos próprios para o tratamento de saúde e os problemas causados pela falta de recursos:

A loucura, uma das enfermidades mais envenenadoras que affligem a humanidade, é impossível de ser tratada em casas particulares, não encontra em nosso hospital regimem proficuo, e somos privados de pensão, e falta de commodos, os infelizes della acometidos que permanecerão, que, por essa razão, nos causam incalculaveis prejuizos, alem de encommodo nos outros enfermos.¹⁰⁵

Loucos, portadores de tísica, de doenças gastrointestinais, cólera, sífilis, febre amarela, mulheres doentes e crianças expostas e órfãs eram atendidos no mesmo espaço. A falta de organização e de separação de cômodos conforme os casos a serem tratados se chocavam contra os preceitos higienistas de controle e asseio das pessoas e dos ambientes. Desse modo, fazia-se necessário compartimentar as pessoas conforme as necessidades e deficiências identificadas.

O termo “asilo” era comumente utilizado para designar um espaço próprio para a assistência às pessoas pobres, tais como mendigos, idosos e crianças abandonadas. A diferenciação do uso de termos como “asilo”, “hospital” e “cadeias” será mais aprofundada nas primeiras décadas do século XX, como podemos observar no Decreto nº 951 de 1918, que reorganizava as atribuições da polícia no então Estado da Paraíba do Norte:

A auctoridade policial ou qualquer agente de segurança que encontrar ou a quem for apresentado qualquer indivíduo vadio, mendigo, vicioso, ébrio, louco ou perigoso, o porá em custódia ou o apresentará para que seja posto em custódia ao posto policial mais próximo ou Cadeia. [...] Em qualquer hyphotese os mendigos serão recolhidos aos asylos próprios. Quanto ao louco, [...] se for miserável e não houver pessoa que por ele se

¹⁰⁵ Relatório de autoria do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1876.

responsabilize, requisitar-se-ão providencias da autoridade administrativa competente que o fará internar em estabelecimento apropriado.¹⁰⁶

Assim, os mendigos, loucos, crianças abandonadas, enfim, quem fosse encontrado perambulando pelas ruas deveriam ser “caçados” pela polícia e levados para os espaços apropriados: asilo, hospital ou cadeia. É importante remarcar que, no século XIX, podemos observar as preocupações com a destinação de espaços específicos, conforme as necessidades identificadas pelo Estado, pela Igreja e pela medicina.

Imaginamos que as diferenças entre “asilos”, “casa dos expostos” e “colégio dos órfãos” estejam mais relacionadas à própria nomenclatura do que a diferenças substanciais na função. Castro (2011, p.53) informa que fora mapeada, no país, no período de 1818 a 1925, cerca de 75 instituições com finalidades similares, mas nomes distintos. Desse modo, existiam casas de educandos, asilos, escolas, institutos, colégios, orfanatos, colônias, seminários, externatos e liceu de artes e ofícios.

A diferença principal, segundo o autor, seria que as casas, institutos ou colégios de educandos artífices adotavam, além de uma formação primária e profissional, os métodos pedagógicos utilizados pelas escolas dos arsenais de guerra; funcionavam em espaços próprios; e eram mantidos pelos cofres provinciais. Ou seja, podemos perceber que a existência de um Colégio, Asilo ou Casa dos Expostos seria conveniente para a Santa Casa de Misericórdia, pois direcionaria as crianças para fora do espaço da Santa Casa, desobrigando esta dos cuidados que acabavam por ultrapassar os recursos financeiros e o prazo legal estipulado de responsabilidade.

Na ausência de abrigos destinados aos expostos e órfãos, essas crianças habitualmente ficavam nas casas de suas respectivas criadeiras. Elas eram mulheres em sua maioria pobres, traço apontado pelo provedor Gama e Mello, em relatório de 2 de julho de 1886: “Todas [as crianças] estão confiadas ao zêlo de mulheres pobres que preenchem a tarefa desprezada pelas mães, que abandonam nas portas do Hospital os fructos de suas entranhas”.

Segundo relatório escrito pelo mordomo Felizardo Toscano de Brito, em 2 de julho de 1865, as criadeiras recebiam a gratificação mensal de 7 mil réis cada uma. Esse valor foi reafirmado no relatório feito pelo provedor J. Bezerra Cavalcante, escrito em 2 de julho de 1884. Desse modo, visualizamos a permanência do valor de sete mil réis mensais em um período de 19 anos, evidenciando que esse salário não acompanhava as mudanças econômicas

¹⁰⁶ Collecção de Leis e Decretos, 1920, p.156.

próprias de uma sociedade capitalista, mostrando-se defasado em relação à aquisição de itens de subsistência como alimentação e vestuário. No Recife, Alcileide Cabral do Nascimento (2008, p.141) informa que o valor pago às amas-de-leite, em 1827, era de 6 mil réis.

Para termos uma ideia do que era possível adquirir com o valor pago às criadeiras, Maria Adenir Peraro (2010, p.281) informa que em Cuiabá, na década de 1850, as arrobas de farinha, arroz e feijão custavam 6 mil réis, 10 mil réis e 8 mil réis respectivamente¹⁰⁷; além desses gêneros básicos, o café custava 16 mil réis e o toucinho, 13 mil réis. Na cidade da Paraíba, segundo informações do jornal “O Tempo”, de 20 de julho de 1865, a arroba do açúcar bruto custava 1 conto e 200 réis; a arroba do açúcar branco fino custava 4 contos, e a do “açúcar ordinário”, 3 contos e 800 réis. A arroba de “couros salgados”, 4 contos de réis. Tomando como parâmetro esses valores, ponderamos que o salário pago às criadeiras era sofrível, além de desatualizado, não sendo suficiente para garantir uma condição econômica razoável.

Para situar o salário das criadeiras com outros pagos na Província da Paraíba, no Capítulo 2 informamos que o valor pago aos médicos na capital pelo governo foi de 600 mil réis em 1831, passando para 800 mil réis em 1832 e chegando a 1 conto de réis em 1835. Em 1879, no relatório da provedoria da Santa Casa, o provedor afirma que em razão do aumento dos trabalhos, foi feito um reajuste no salário dos profissionais de saúde. Antônio da Cruz Cordeiro, o “primeiro médico, cirurgião- mor”, recebeu uma gratificação de 800 mil réis; Abdon Felinto Milanez, médico, recebeu a gratificação de 600 mil réis; o enfermeiro José dos Santos e sua consorte, que atuava também como enfermeira, receberam respectivamente 360 mil réis e 40 mil réis. Além deles, há menção ao escriturário da Santa Casa, que também passara a receber 20 mil réis.

Como pudemos constatar, a criação dos expostos não era, em princípio, um bom negócio. Nas Santas Casas do Rio de Janeiro e da Bahia, no século XIX, a remunerações recebidas pelas criadeiras poderiam chegar aos doze mil réis mensais, conforme Renato Pinto Venâncio (1999, p.83). Ainda segundo o autor, nem mesmo os soldados, categoria marginalizada na sociedade brasileira do século XIX, ganhavam tão pouco quanto as criadeiras. Todavia, acabava por se constituir em um meio de sobrevivência para mulheres

¹⁰⁷ A arroba é uma unidade de massa largamente utilizada em Portugal e no Brasil. À época, 1 arroba equivalia a 14,688 kg. Ainda hoje é usada em Portugal para avaliar a massa de cortiça, cereais e batatas; no Brasil, continua a ser a medida de referência para suínos e bovinos, tendo sido arredondada para 15 kg. Na década de 1870, a conversão do sistema de pesos e medidas utilizados no sistema métrico francês, representando uma quebra da tradição popular, somada às altas cobranças de impostos e ao recrutamento militar gerou, entre meados de 1874 e 1875, a Revolta do Quebra-Quilos em algumas províncias do Norte. A revolta, como explicada anteriormente, na nota 97, iniciou-se na Paraíba, estendendo-se a Pernambuco, Rio Grande do Norte e Alagoas.

pobres, haja vista as criadeiras que acumulavam crianças. O sentimento de piedade e a demonstração de fé alegadas pelos provedores não foram, então, as únicas motivações para a criação dos expostos.

Nos Assentos de Batismo, podemos visualizar três menções a criadeiras. A viúva Francisca Maria das Neves, que criava o pequeno Antonio, pardo, 1 mês, enjeitado no Hospital da Santa Casa da Misericórdia. Anna Maria da Conceição, viúva, parda, que criava Antonio, pardo, exposto na Santa Casa de Misericórdia. E Anna Bonifacia do Rozario, crioula, forra, casada com Manoel da Costa Ramos, que criavam Manoel, pardo, 1 mês, exposto na Santa Casa, tendo sido batizado em risco de morte.

Sobre Anna Maria da Conceição, ao cruzarmos os dados dos Assentos de Batismo e do Livro dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, verificamos menções a seu respeito como criadeira, pela primeira vez, em 1847, com o pequeno Antônio, ano em que é citada a sua condição de viuvez. Em 1897, ela esteve responsável por duas crianças, recebendo a “paga” da Santa Casa de Misericórdia: Eulália, branca, tendo por volta de 2 meses de idade, e Francisco, pardo, com idade aproximada de 10 meses, tendo ficado sob a responsabilidade da Santa Casa em razão da morte da mãe. Esse espaço de 50 anos causou surpresa: se ela tivesse ficado viúva por volta dos 20 anos, em 1847, continuaria a ser criadeira aos 70 anos de idade.

Nos Assentos de Batismo, verificamos que ela ainda fora madrinha de Joaquim, criança exposta, em 30 de abril de 1839; e de Vicente, pardo, filho de “pais incógnitos”, exposto na casa de Mathias Gomes da Silveira e batizado em 24 de junho de 1855. Ao pesquisar sobre a intrigante Anna Maria da Conceição, encontramos 190 registros nos Assentos de Batismo. Ao perscrutá-los, observamos que muitos dados se chocavam, em especial em relação aos filhos legítimos e, sobretudo, à quantidade de maridos. Os dados apresentados sobre Anna Maria da Conceição neste trabalho referem-se aos que se relacionavam, de algum modo, às crianças expostas.

Nesse sentido, é interessante ver a análise de Luiz Felipe de Alencastro (2011, p.55) sobre os nomes no período imperial. Não havia nenhuma lei que fixasse como deveria ser feita a atribuição de nomes, tendo sido fixadas a partir do Código Civil de 1916. As pessoas poderiam batizar seus filhos com os nomes da mãe, do pai ou dos avós. Irmãos poderiam ter sobrenomes diferentes, e muitas mulheres não adotavam os nomes dos maridos, como podemos constatar nos nomes dos casais no Apêndice A. Aparentemente, também era fácil mudar de sobrenome, e o hábito de se anexar “Filho”, “Júnior” ou “Neto” ainda era raro. Para ilustrar, podemos ver nos Assentos de Batismo o registro de “Anna Maria da Conceição Velha”, mãe de Joaquina, branca, filha legítima, tendo por volta de 3 a 5 anos em 1848.

Provavelmente, o “Velha” foi acrescentado ao longo da vida desta Anna Maria da Conceição, para indicar que passara a existir uma “nova” Anna Maria.

A condição de pobreza das criadeiras era afirmada nos relatos nos quais provedores e mordomos apontavam as condições precárias em que essas mulheres viviam, e como dependiam da pensão recebida para sustentar as crianças pelas quais se responsabilizavam:

Abandonar aos nenhuns recursos das criadeiras indigentes, ou ás **Antonias**, que protegem os órfãos em misteres assés, como se observa, aquellas pobres crianças que não baste á morte no começo de sua existência, seria uma crueldade.¹⁰⁸

A referência às “Antonias” citada no trecho acima, pode ser relacionada à Congregação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio. Elas optaram por uma espiritualidade franciscana, buscando inspiração também em Santo Antônio. Desse modo, o seu compromisso de vida estava no amor a Deus e auxílio aos pobres. Professavam pobreza absoluta, identificando-se como “irmãs do povo”, “irmãs dos pobres mais pobres”¹⁰⁹.

De acordo com o relatório mencionado a seguir, em relação às pensionistas da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, podemos identificar que muitas criadeiras eram viúvas:

Tem o estabelecimento á seu cargo 19 pensionistas, sendo **13 viúvas** e 1 orphã por deliberação da mesa administrativa, com que despense 1:174:\$800 rs., e **4 viúvas** e 1 orphã por acto legislativo, na importancia de 1:240:\$000 rs. É sem duvida um dos misteres mais importantes deste estabelecimento, desde que estes auxílios á pobreza forem devidamente distribuídos, conforme me assegura o digno Provedor, e eu acredito em vista do zelo, com que exerce o seu cargo.¹¹⁰

Várias dessas mulheres também assumiam os cuidados de mais de uma criança, como pudemos observar no caso de Anna Maria da Conceição. Há relatos de criadeiras que se apegavam aos seus filhos de criação, mostrando-se consternadas ao presumirem que poderiam ser retirados de seus cuidados. Em relatório datado de 1889 a 1890, de autoria do provedor José Ferreira de Novaes, foi citado o exemplo de uma criadeira, de nome Joanna, que renunciou à mensalidade recebida pela criação da exposta Maria, dando continuidade aos seus cuidados gratuitamente: “Na penultima sessão que a mesa celebrou à 25 de junho, a createira

¹⁰⁸ Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Lindolfo José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1863, grifo nosso.

¹⁰⁹ O carisma missionário da Congregação das Irmãs Missionárias Franciscanas de Santo Antônio é explicitado em seu fundamento e missão na página: <<http://franciscanadesantoantonio.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 1 out. 2013.

¹¹⁰ Relatório feito pelo mordomo da Santa Casa Luis da Veiga Pessoa Cavalcante, ASCM/PB, 1863, grifo nosso.

Joanna renunciou d'esde então sua mensalidade pela criação da exposta, Maria, que gratuitamente continua a seu cargo.”

Em outro documento, de autoria do mordomo Felizardo Toscano de Brito, de 2 de julho de 1865, vemos

As creadeiras tem para com essas crianças o amor de mãe, e ficam sobretudo contrariadas quando presumem que se pretende tirar de seo poder esses seus filhos de criação. Quasi todas preferem não receberem a paga, que lhes dá o estabelecimento, com tanto que não se lhes tire os expostos. Tudo isto é por certo muito humano, por que prova que a S. Casa tem sido feliz na escolha das creadeiras dos expostos, e demonstra que é o sentimento de humanidade, e não vil interesse que anima essas mulheres.¹¹¹

Podemos identificar nos relatos dos provedores avaliações favoráveis à dedicação e ao zelo dessas mulheres. Em 1875, Lindolpho José Corrêa das Neves considera:

Existem actualmente 11 expostos, número que não é excessivo para a população. Tinham passado do anno Compromissal, atrazando 11, e durante o findo nenhum entrou. Continuo a observar o mesmo zelo e dedicação da parte das creadeiras.¹¹²

No relatório do ano seguinte, o provedor reafirma:

Mais uma vez tenho de louvar o zelo, verdadeiro dote materno, das creadeiras, e talvez que não dizendo-nos, que é quase certo, que muitos expostos são mais felizes entregues a seu zelo, do que se deixassem no poder de suas mães naturaes. Entretanto ellas tem soffrido atrazos no modico pagamento de seus trabalhos.¹¹³

O fato de algumas mulheres entregarem suas filhas e seus filhos à Santa Casa, ou de os abandonarem em locais públicos, era encarado como uma negação da maternidade. Nos relatórios da Santa Casa, os autores, sejam provedores ou mordomos, se compadecem do destino dado aos chamados “infelizes”: “A respeito da sorte dessa infeliz, abandonada, que os que lhes derão o dom, como algumas vezes o fazem por actos de imoralidade são pois motivos de juízo.”¹¹⁴ No relatório do provedor Gama e Mello, de 1886, também podemos identificar a censura às mães dos enjeitados, o elogio às criadeiras e a crítica à falta de asilos para a infância:

¹¹¹ Relatório do mordomo Felizardo Toscano de Brito, ASCM/PB, 1865.

¹¹² Relatório do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1875.

¹¹³ Relatório do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1876.

¹¹⁴ Relatório de autoria do provedor Francisco de Assis Pereira Rocha, ASCM/PB, 1861.

O número de expostos attinge onze. Durante o anno compromissal foram expostos duas creanças, uma das quais falleceu. Todas estão confiadas ao zêlo de mulheres pobres que prehenchem a tarefa despresada pelas mães, que abandonam nas portas do Hospital os fructos de suas entranhas. Tractando d'este assumpto, não posso deixar de lamentar a falta de azilos próprios para a educação das creanças abandonadas. Aos poderes públicos compete meditar sobre a fundação do estabelecimento d'esta natureza, nos quais as creanças de um e outro ser continham as esperanças no futuro, que não lhes pode ser posto por suas **mães adoptivas**.¹¹⁵

Nos relatórios dos provedores e mordomos da Santa Casa, o já mencionado louvor ao zelo materno das criadeiras é uma constante. Os cuidados dessas mulheres, sobretudo o chamado “amor materno” era considerado mais confiável e seguro do que os das mães biológicas. Essa distinção é reveladora da percepção, partilhada por vários provedores, sobre o caráter duvidoso da maternidade de mulheres que abandonavam seus filhos.

Vemos no relato do provedor Gama e Mello que, apesar da dedicação das criadeiras, a tarefa originária das mães, que deveriam abarcar a educação e os cuidados básicos, não podia ser desempenhada totalmente pelas “mães adoptivas”, nos termos utilizados por Gama e Mello. Além de configurar uma fuga da responsabilidade das mães biológicas, a exposição de crianças onerava o Estado. Dessa forma, o enjeitamento e a exposição são atos que não são passíveis apenas de repreensão moral: eles deveriam ter uma resposta da justiça terrena, para que se puna o desvio de quem, originariamente, deveria conceder o dom da vida e que acabou por desobrigar-se de seu compromisso materno.

O abandono de crianças, como apontamos, representava aos olhos dos provedores da Santa Casa uma fuga do dever materno. Del Priore (1995, p.333-335) pontua que a concepção da “santa-mãezinha” fora gestada no interior de uma sociedade metropolitana e aplicada na Colônia, sobretudo pela Igreja e pelo Estado. Essa imagem forjada ganhou força, ao longo da história colonial e imperial, diante de mulheres que se assemelhavam a “[...] um úbere fadado a gerar bastardos, mestiços, desclassificados e marginais.” Incluímos, nesse catálogo, os filhos expostos. Apesar de existir certa tolerância com os “filhos do pecado”, por meio de um aparato institucional que acolhia os pequenos, a prática do abandono e da exposição de crianças era uma situação que deveria ser extirpada da sociedade.

Desse modo, a imagem da “santa mãe” passou a figurar como a chave de um sistema

¹¹⁵ Relatório do provedor Gama e Mello, ASCM/PB, 1886, grifo nosso.

mental articulado com o universo social (DEL PRIORE, 1995, p.335). Assim, esse sistema tinha como função repassar e reproduzir estruturas por meio de valores, ritos e comportamentos cotidianos. A mulher, quando assumia os papéis de esposa, mãe e filha, contribuía para essa continuidade. Ao rejeitar os papéis que lhe foram atribuídos, ela acabava por interferir em um processo compreendido como natural.

Quando a criança exposta estava sob a guarda da Santa Casa de Misericórdia, a responsabilidade pelo seu sustento até os sete anos de idade, de acordo com a legislação, cabia às Câmaras Municipais, atribuição incorporada posteriormente pelas Assembleias Provinciais. Acreditamos que essa mudança na esfera de responsabilidade deveu-se ao fato de que, apesar de não existir Santas Casas em todos os municípios, elas acabavam incorporando pessoas oriundas de outras cidades que precisavam de auxílio.

Nesse sentido, era comum, como já mencionamos, que indivíduos e famílias inteiras migrassem, saindo do interior da Província para a capital, em busca de auxílio e melhores oportunidades de sobrevivência. Assim, os cuidados com os necessitados ultrapassaram os domínios locais, exigindo uma maior intervenção do poder público, em termos de atuação e de recursos.

Em relação aos cuidados com as crianças expostas, o procedimento, em geral, consistia em pagar amas-de-leite, para cuidar das crianças lactantes, e amas secas, para aquelas crianças que já haviam sido desmamadas. Muitas amas-de-leite foram mulheres escravizadas. Como aponta Julita Scarano (2004, p. 114), quando uma escravizada dava à luz, era possível que o seu proprietário ganhasse dinheiro empregando-a como ama-de-leite.

O aleitamento materno era considerado muito importante tanto pela Igreja quanto pelos conceitos médicos da época. Desse modo, cativas que dispunham de leite eram empregadas como fornecedoras de alimento para crianças de diversas categorias sociais.¹¹⁶ A seguir, podemos visualizar uma imagem de uma ama-de-leite com uma criança.

¹¹⁶ A propósito das amas-de-leite na cidade da Paraíba, recomendamos a leitura de Elaine Cristina Jorge Dias (2011). Dias analisa como mulheres escravizadas eram representadas nas páginas de jornais, no período de 1850 a 1888. Nesse sentido, é possível identificar diversos anúncios em que se buscam e se oferecem os serviços de aleitamento materno.

Figura 5 – Eugen Keller e sua ama-de-leite no estúdio de Alberto Henschel, Recife, 1874



Fonte: Koutsoukos (2009, p.315)

Por vezes, as mulheres responsáveis pelos cuidados com os expostos e órfãos incorporavam essas crianças como agregadas aos seus núcleos familiares, como já abordamos anteriormente. Após os sete anos completos, os expostos eram entregues à jurisdição dos Juízes de Órfãos, que deveriam encontrar famílias para essas crianças. Em relatório do mordomo Felizardo Toscano de Brito, de 1865, ele abordou a tutela dos expostos:

En'este caso é mister, que os expostos chegada a certa idade, sejam entregues ao Juizo de Orfãos, para que lhes dêem tutores na forma da legislação vigente. O nosso compromisso nenhum à disposição contém a semelhante respeito. Segundo porem sou informado era assim, que mais intensivou e se procedia. E penso que esta pratica deve continuar, até que a provincia tenha uma casa de educandos menores, tão indispensavel para amparo e educação dos mininos abandonados e sem recursos.¹¹⁷

De acordo com as Ordenações Filipinas, base do direito português, tendo sido aplicadas no Brasil até o Código Civil de 1916, os órfãos não possuíam juízes privativos, sendo os juízes ordinários encarregados de lhes fazerem justiça. Afirmava-se que

¹¹⁷ Relatório do mordomo Felizardo Toscano de Brito, ASCM/PB, 1865.

o crescimento da população do Brasil, e suas especiais circunstancias moverão o governo da Metropole à crear nas villas onde houvesse Juizes Ordinarios, Juizes de Orphãos triennaes, consignando-lhes um Regimento que foi promulgado com o Al. de 2 de Maio de 1731.¹¹⁸

Com a organização judiciária do Império, que procurou adequar a legislação da realidade colonial para a de um país independente, estes juizes eram escolhidos pelo governo local, dentre uma lista proposta pelas Câmaras Municipais contendo três bacharéis em Direito que exercessem a advocacia, para servir durante um período de três anos. Entretanto, a lei n. 261 de 3 de dezembro de 1841 revogou essa disposição; os Juizes de Órfãos seriam, a partir de então, nomeados diretamente pelo Imperador, fossem eles ou não vinculados às Câmaras Municipais. Exigia-se o bacharelado em Direito e a prática da advocacia por pelo menos um ano.

Na função de Juiz de Órfão, eles passariam a receber o ordenado, a princípio, de 400 mil e, depois, de 600 mil réis. Para os Juizes de Órfãos da Corte, as exigências eram diferenciadas. Eles deveriam ser Juizes de Direito, e recebiam a remuneração de 1:600\$000 mil réis, valor que acompanhava o aumento concedido aos Juizes de Direito das comarcas.

Ao completar sete anos de idade, os expostos e órfãos já não estavam, em teoria, sob a responsabilidade da Santa Casa. No entanto, como já mencionamos, percebemos que havia algumas situações que fugiam à regra. No relatório do provedor Maximiano José de Inojosa Varejão, referente aos anos de 1891 e 1892, vemos o seguinte depoimento em relação à criação e educação dos expostos:

Quando atingem a idade de 10 annos por mais ou por menos, permanecem ordinariamente em poder de quem os crie, sem receberem mais auxilio algum da Santa Casa, que infelizmente ainda não pode fundar também um collegio ou recolhimento de órfãos desvalidos.¹¹⁹

É importante verificar que as opiniões retratadas pelos provedores e mordomos da Santa Casa, assim como os presidentes da Província, estão alinhadas a uma perspectiva filantrópica. No Brasil, as ideias relacionadas à filantropia, trabalhadas no Capítulo 2, tiveram como ancoradouro inicial a Corte imperial, sendo o Rio de Janeiro um foco de difusão desse

¹¹⁸ Ordenações Filipinas, Livro I, Título LXXXVIII– “Dos Juizes de Órfãos” – p. 206, nota 4.

¹¹⁹ Relatório feito pelo provedor Maximiano José de Inojosa Varejão, ASCM/PB, 1891-1892.

novo conhecimento, apoiado na ciência, que se expandia para as demais localidades.

A filantropia é vista por Maria Martha de Luna Freire (2009, p.67) como uma herdeira da caridade que, no Brasil, é representada por ações historicamente vinculadas à fé católica. No entanto, a filantropia tem um caráter essencialmente laico, diferenciando-se nesse aspecto da caridade. Isso não quer dizer que instituições religiosas não pudessem exercer atividades filantrópicas. No Brasil, a filantropia passou a ser incentivada pelo Estado e este se encontrava, durante o curso do século XIX, formalmente vinculado à religião católica.

A prática filantrópica diferenciava-se das atividades caritativas por um deslocamento de foco, que passava a residir no bem comum e no progresso moral da sociedade. Como destaca Luna Freire (2009, p.67), era considerada prioritariamente como gesto de utilidade, buscando soluções para a melhoria da vida cotidiana. Uma das características interessantes da filantropia, que também a distanciam da ideia de caridade, diz respeito à abdicação da necessidade de anonimato. Como pontua Luna Freire (2009, p.67), havia estímulos à visibilidade dos seus praticantes, transformando-se em instrumento de ação social. No Brasil, a prática filantrópica esteve fortemente atrelada ao higienismo¹²⁰, tendo um de seus pontos altos nas primeiras décadas do século XX. Todavia, podemos encontrar o embrião do seu pensamento no país no século XIX.

No relatório do ano de 1876, ainda sob a responsabilidade de Lindolpho José Corrêa das Neves, podemos perceber observações semelhantes ao ano anterior:

Existem actualmente seis expostos, cinco do sexo fiminino, e um do masculino. Apesar da economia, que me tenho imposto, ainda não recusei, e nem Deus permitta, que me seja obrigado a recusar socorros a qualquer infeliz, a quem os carinhos maternas faltam entrar na vida, entretanto, em consequencia da diminuição da subvenção provincial, contra o costume adoptado por esta Administração, foi mister suspender os socorros a três expostos, que tinham completado a idade. Não deixamos, porem, de auxiliar o casamento de uma outra, que tomou esse estado.¹²¹

Esse relato traz aspectos diferentes do anterior: neste, o provedor aborda a diminuição de recursos, ocorridos em razão da subvenção fornecida pelo governo provincial, reduzida a oito contos de reis por ato da Província de 27 de setembro de 1875. Com a Lei Provincial n. 635 de 26 de julho de 1876, elevou a nove contos e duzentos e trinta dois mil réis os subsídios

¹²⁰ Sobre esse assunto, além dos trabalhos já mencionados de Maria Martha de Luna Freire (2009), José Gondra (2004), Jurandir Freire Costa (2004), Magali Engel (2004) e Lilia Moritz Schwarcz (1993), outros estudos importantes discorrem sobre as práticas filantrópicas, médicas, higiênicas e inclusive eugênicas no país, especialmente no século XX: D'ÁVILA, Jerry. D'Avila (2006), Pietra Diwan (2007) e Vera Marques (1994).

¹²¹ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1876.

fornecidos à Santa Casa. Em 1879, o provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo reitera as observações realizadas pelo padre Lindolpho José Corrêa. Além disso, como nos outros relatórios, podemos ver que o número de meninas abandonadas era superior à quantidade de meninos: “ [...] no Hospital existem 41 crianças, sendo 16 do sexo masculino e 26 do sexo feminino”.¹²²

Essa informação é reafirmada nos dados que foram encontrados no registro do Livro dos Expostos. Assim, podemos verificar, através de anotações feitas sobre as crianças que viviam sob os cuidados da Santa Casa, representadas no Quadro 3, na página 88, a prevalência de meninas. A seguir, poderemos visualizar um quadro sistemático com dados sobre as crianças expostas, de 1869 a 1897.

Quadro 4 – Descrições de crianças expostas e nomes das respectivas criadeiras com base em registros do Livro dos Expostos

Nomes dos expostos	Cor	Idade	Data de exposição	Data de batismo	Nome das criadeiras
Etelvina	Branca	1 dia	17 de janeiro de 1869	20 de março de 1869	Serafina Maria do Carmo
Maria	Parda	8 dias	3 de fevereiro de 1890	4 de fevereiro de 1890	Ignes Maria do Rosário
Izabel	Parda	4 dias	22 de fevereiro de 1872	22 de abril de 1872	Rosa Joaquina dos Santos
Julia	Preta	1 dia	24 de maio de 1874	Não consta	Jovina Maria da Conceição
Maria	Preta	49 dias	11 de setembro de 1896	16 de setembro de 1896	Josepha Guilhermina da Luz
Eulalia	Branca	Em torno de 2 meses	3 de julho de 1897	- julho de 1897	Anna Maria da Conceição
Continua na próxima página					

¹²² Relatório do provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo, ASCM/PB, 1879.

Continuação					
Carolina	Branca	Em torno de 4 dias	24 de julho de 1897	2 de agosto de 1897	Ricarda de Sousa Cruz
Francisco	Pardo	10 meses	Ficou no estabelecimento em razão da morte da mãe	Já chegou batizado no estabelecimento	Anna Maria da Conceição

Fonte: Dados presentes no Livro dos Expostos, relacionados ao período de 1869 a 1897.

Infelizmente, faltam muitos dados e inclusive páginas do Livro dos Expostos, em razão do desgaste da má conservação. Das informações possíveis de elencar, havia uma distribuição aproximadamente igual de pardas, com três crianças; pretas, com duas crianças; e brancas, com três crianças.

Sobre os 122 expostos nos Assentos de Batismo, distribuídos no Quadro 2, na página 82, podemos visualizar os nomes e as cores das crianças. No entanto, não se menciona a cor de todas. Das informações disponibilizadas nos Assentos, 27 foram classificadas como brancas; 2 semibrancas; e 42 pardas. As duas fontes – Livro dos Expostos, de 1869 a 1897, e Assentos de Batismo, de 1833 a 1860 – nos fornecem informações distintas. Contudo, é importante lembrar que se referem a períodos distintos, e que a primeira fonte, o Livro dos Expostos, nos indica apenas uma pincelada de um quadro de informações que foram perdidas.

Sobre as prováveis origens étnicas das crianças, é interessante trazer as considerações de Russell-Wood (1968, p.245): o autor pondera que a criança ilegítima – e acrescentamos as crianças expostas, pois uma condição não implica a outra – nem sempre era fruto de pais oriundos de classes menos privilegiadas, e nem a mãe era sempre negra. A honra das moças brancas era um valor que deveria ser preservado a qualquer custo, motivação que poderia levar ao enjeitamento de crianças.

Segundo Russell-Wood (1968, p.246), os registros feitos nos livros dos enjeitados da Santa Casa de Misericórdia de Salvador, que datam de outubro de 1757, revelam que nos últimos três meses do mencionado ano, foram deixadas vinte e três crianças na Roda. Apenas quatro delas eram negras ou mestiças, e as dezenove restantes eram brancas. Em 1758, foram deixadas setenta e nove crianças, sendo cinquenta e cinco brancas e vinte e quatro negras ou mestiças. Nos anos subsequentes, os registros continuam a demonstrar predominância de crianças brancas enjeitadas.

Lília Lobo (2008, p.292) afirma que a condição de mães solteiras entre escravos, ou

negros livres, não era infamante. Uma criança sem pai seria absorvida pela família da mãe, sendo também protegida pelos padrinhos, que em razão da força do compromisso do batismo normalmente se esforçavam em ajudar a criar os afilhados. Desta forma, podemos inferir que a mancha desonrosa, na existência de um filho ilegítimo, talvez fosse um fardo demasiado pesado, que acompanharia as mães solteiras. Essa mácula não recairia apenas sobre elas, mas também sobre suas famílias, em especial aquelas que se encontravam bem quistas aos olhos da sociedade, ou, ao menos, bem situadas economicamente. Nesse sentido, é interessante o relatório de João Capistrano Bandeira de Mello, em 1854, presidente da Província:

Uma das causas mais fecundas de assassinatos premeditados é a vingança de actos atentatórios da honra do sexo feminino, e depois a vingança do sangue derramado, tomada pelos parentes da victima. Dá-se n'esta matéria uma filiação de cauzas que reagem e se reproduzem. Os crimes a que alludo são por certo mais frequentes no interio da Província pouco populosos, onde não lavra a prostituição, e onde parece que o valor da honra no seio da famílias é apenas excedido pelo da vida.¹²³

No relato acima, podemos visualizar os valores que permeavam a sociedade paraibana da época. Violações aos padrões de honra e virtude das mulheres figuram como razão primeira de assassinatos premeditados. Não era surpresa que esse tipo de crime acontecesse em uma sociedade na qual o comportamento das mulheres estava baseado na reclusão e regramento de suas condutas, enraizado em uma moral católica.

Em alguns trechos dos relatórios, podemos inferir que os representantes da Santa Casa não se mostravam felizes com as despesas e obrigações oriundas dos cuidados dispensados aos expostos, apesar de o discurso da instituição ser pautado nas práticas caritativas: “Não tenho razão para falar contra a criação dos expostos, que a S. Casa é obrigada a receber por força de fim humanitário de sua instituição”.¹²⁴

No relatório de 1880, no qual não há menção de autoria, há uma observação que se distancia das condenações anteriormente vistas, e que revela uma reflexão diferenciada sobre o fenômeno do abandono de crianças: “Já de outra vêz tive ocasião de dizer que eram mais humanitário, e econômico, educar a geração vindoura, do que crear meios de repressão, que raras vezes corrigem e moralisam”.¹²⁵

¹²³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo Excelentíssimo Presidente da Província o Dr. João Capistrano Bandeira de Mello, 1854, p.4.

¹²⁴ Relatório de autoria do mordomo Felizardo Toscano de Brito, ASCM/PB, 1865.

¹²⁵ Relatório sem referência à autoria, ASCM/PB, 1880.

Nesse caso, os “meios de repressão” são dispensados, mas permanece o apelo à formação do povo a fim de que haja, nas gerações futuras, um maior comprometimento em relação aos cuidados com as crianças. Esse pedido convivia com os constantes apelos de auxílio financeiro, relacionados às alegadas parcas condições econômicas da Santa Casa, e a necessidade de uma postura voltada ao regramento e à educação da população. Em 1882, no relatório feito pelo presidente Lindolpho José Corrêa das Neves, ao constatar que no referido ano foi abandonada apenas uma criança, o provedor conjectura: “[...] a lisonjeira suposição de que a moralidade caminha a par do desenvolvimento intelectual na Província.”¹²⁶

Em 1878, o mesmo padre Lindolpho José Corrêa das Neves reitera a admiração pelas criadeiras, e faz comentários mais incisivos sobre as mães que se separavam de suas crianças:

Existem, entregues a zelosas criadeiras, nove expostos, que continuam a ser supridos por este Pio Estabelecimento. Só tenho motivos de louvor a essas caridosas mulheres, que se encarregam desses infelizes, abandonados por mães desnaturadas, as quais substituem completamente estas. Morrendo no Hospital famílias inteiras, deixando apenas um, ou dous filhos de menor idade, ou filhas honestas, tenho-as conservado ali até que seja possível assegurar-lhes um futuro honesto. Esse infelizes reclamão seria atenção da parte desta Administração.[...].¹²⁷

Em 1879, o provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo reitera as observações realizadas pelo padre Lindolpho José Corrêa: “[...] Com o meu digno antecessor repetirei: só tenho motivos de louvor as caridosas mulheres que se encarregão desses infelizes, abandonados por mães desnaturadas, as quais substituem completamente estas.”¹²⁸ O mordomo José Bezerra Cavalcanti, em 1884, inicia o relatório realizando um elogio às criadeiras, para depois denunciar a falta de responsabilidade e compromisso dos genitores. Sem o apoio dos pais, e com os módicos recursos da Santa Casa, o provedor faz um contraponto entre as atitudes generosas das “carinhosas” e “desveladas” criadeiras, com o que compreende ser uma fuga do dever humano e religioso de cuidado e criação dos filhos:

Os serviços que prestão essas desveladas e carinhosas mulheres na criação dos aludidos expostos, repudio de paes ingratos e desnaturados que, com o fim exclusivo de eximirem-se a par da despeza com a manutenção de seus filhos, obliterão os sagrados deveres de humanidade e da religião, digo-aos são dignas de vossa estima e protecção.¹²⁹

¹²⁶ Relatório de autoria do presidente Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1882.

¹²⁷ Relatório do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1878.

¹²⁸ Relatório do provedor Benjamim Franklin de Oliveira e Melo, ASCM/PB, 1879.

¹²⁹ Relatório de autoria do provedor J. Bezerra Cavalcante, ASCM/PB, 1884.

É interessante verificar que as percepções dos provedores sobre as criadeiras e mães se encontram vinculadas; na medida em que se tecem considerações sobre a virtude das primeiras, as segundas têm seus valores e posturas questionados. Afinal, abdicaram do papel de mãe. Del Priore (1995, p.110), assinala que ao enumerar defeitos e censurar comportamentos considerados inadequados, a Igreja e seus representantes deixavam transparecer o único percebido como aceitável, louvável e útil: o da santa mãe. Além de louvar as benesses do comportamento ideal, a mulher que não se enquadrava nos preceitos emoldurados para o sexo feminino era atacada.

Na ausência da maternidade das mães biológicas, as criadeiras cumpriam um importante papel: o de mães sociais. Era através do seu trabalho compreendido como “abnegado” e “caridoso”, assim visto pela comunidade religiosa, em especial pelos provedores e mordomos, que essas mulheres ressocializavam as crianças enjeitadas e redimiam a maternidade posta de lado pelas mães originais.

No texto de Coriolano de Medeiros (1994)¹³⁰, em seu livro de memórias intitulado “O Tambiá da minha infância”, o autor relata que em 1880 foi morar no Tambiá, o bairro mais populoso da cidade da Paraíba, junto com a família. Ele nos traz relatos de diversos moradores do Tambiá, inclusive mulheres que assumiam a função de criadeiras. Ele descreve a vida familiar de uma criadeira conhecida como sinhá Tetê:

Não muito distante, numa casa de oitões livres, se alojara Galdino Bairroalto, vivendo maritalmente com a roliça e preta sinhá Tetê. Ocupava-se em serviços da Santa Casa de Misericórdia, naquele tempo com hospital para doentes pobres, celas para loucos, roda para enjeitados, tudo ali às ilhargas da igreja. Galdino trazia, para sinhá Tetê criar, às expensas da pia instituição fundada por Duarte da Silveira, a maior parte dos expostos na roda, por isto tinham em casa vários órfãos, entre pequenos e grandes. (MEDEIROS, 1994, p.33).

Há um contraponto entre a ideia defendida pelos provedores, de mulheres necessariamente virtuosas, e o que nos é trazido por Coriolano de Medeiros. O autor também nos traz o caso de uma criança trazida em um baú de folha de flandres e deixada na residência de uma criadeira de nome Maria Benedita, mulata, casada com o alfaiate Severino:

¹³⁰ Como mencionado na Introdução deste trabalho, “O Tambiá da minha infância” foi publicado pela primeira vez em 1942.

[...] numa casinha recuada, de oitões estroncados, morava o alfaiate Severino, casado com Maria Benedita, de uma honestidade que somente o marido não punha em dúvida. Maria Benedita era mulata de boas proporções, saboreando com prazer bebidas espirituosas, e por isso ria muito, cantava muito, falava muito e trabalhava pouco. Certa ocasião entrou-lhe em casa um tipo de boa aparência, acompanhado de um serviçal conduzindo, à cabeça, um baú de folhas de flandres, fechado a cadeado. Conversaram em particular, saíram os dois homens e o baú ficou. Passados os primeiros minutos, Maria reuniu quase todos os vizinhos para mostrar-lhes o que haviam deixado – uma criança branca, recém-nascida! Apesar de tudo, nunca revelou a procedência do enjeitado. Como este tinha sofrido muito com a reclusão, passou imediatamente a outra casa, onde trataram de reanimá-lo. Nesse instante, um senhor Sá Pereira, acompanhado de soldados, varejou a casa de Maria Benedita, reclamando o párvulo. Gritou, ameaçou, insultou enquanto a mulata protestava desconhecer o caso. Por fim, homem e praças se retiraram. Maria Benedita criou o menino, que teve sempre por lembrança do seu primeiro berço, uma das pálpebras caídas. (MEDEIROS, 1994, p.34).

A imagem construída por Medeiros indica duas mulheres de índoles não necessariamente exemplares: sinhá Tetê, que “vivia maritalmente”, ou seja, provavelmente essa frase revela que o relacionamento de Tetê com Galdino era uma relação de concubinato. Além disso, pela maneira com a qual a descreve, aponta que motivação subentendida na criação dos expostos seria a arrecadação da pensão paga pela Santa Casa de Misericórdia; essa seria a razão de ter em casa vários órfãos, entre pequenos e grandes.

Maria Benedita, mulata casada, tem seu comportamento desacreditado no início do relato a seu respeito: “de uma honestidade que somente o marido não punha em dúvida”. Gostava de beber, rir, conversar e trabalhar pouco, comportamentos que, se passaram a não ser bem vistos para os homens, para as mulheres eram similares a uma condenação moral. Nesse excerto sobre Maria Benedita, observamos que a Santa Casa não era a única opção para que deixassem crianças enjeitadas, como constatamos nas palavras do autor: “Frequentes eram então o abandono de crianças nas portas ou na roda, fato hoje raríssimo graças aos recursos de que podem servir-se as transviadas...” (MEDEIROS, 1994, p.34).

No caso de Maria Benedita, podemos observar que os cuidados com a criança indesejada não passaram pela mediação da Santa Casa de Misericórdia. Era possível que as pessoas que entregaram a criança tivessem negociado diretamente com Maria Benedita e o esposo, mediante algum tipo de retribuição, a responsabilidade pela criação do bebê branco e provavelmente oriundo de classe social economicamente representativa, dadas as características informadas pelo autor.

Em relatório de 1884, feito pelo provedor J. Bezerra Cavalcante, podemos observar a

condenação atípica dos pais, de uma maneira generalizada. A atipicidade, nesse caso, ocorre em razão da reprovação incidir também sobre o pai; a condenação por parte dos religiosos, em geral, se direciona na maior parte das vezes à mãe, como já pudemos constatar.

Ao longo deste trabalho, percebemos que não era necessariamente vantajoso ser criadeira. Mas, para quem não tinha recurso algum, a remuneração paga era um meio de sobrevivência, apesar de o recebimento estar sujeito a atrasos. Renato Pinto Venâncio (1999, p.65) aponta que, em Portugal, as criadeiras e suas famílias obtinham maiores vantagens além da remuneração mensal: filhos e maridos das criadeiras poderiam solicitar dispensa do serviço militar, além de serem isentos dos impostos cobrados pelas Câmaras e das contribuições solicitadas para reformas de pontes, calçadas e fontes. Entretanto, essas leis que garantiam esses privilégios às criadeiras, promulgadas no século XVI, aparentemente passaram despercebidas pelas Mesas diretoras e pelas criadeiras brasileiras.

Apesar de terem existido expostos que foram novamente abandonados ou até mesmo vendidos como escravos, conforme assinala Venâncio (1999, p.67), ou inseridos no cotidiano como mão-de-obra, é considerável a quantidade de relatos que nos abrem espaço para refletir sobre outras possibilidades. Assim, podemos imaginar que, além da motivação pecuniária, a criação dos filhos enjeitados de outras mulheres poderia, em grande parte das vezes, assumir um caráter de sensibilidade para com a criança, com algumas criadeiras buscando tratar os órfãos expostos como até prováveis integrantes da família. Desse modo, havia realidades distintas que por vezes conviviam, nem sempre harmonicamente: os laços porventura existentes entre criadeiras e crianças abandonadas; e a necessidade de aferição de renda, através da existência da criadeira profissional ou mercenária.

O acolhimento das crianças expostas e órfãs, em especial o das meninas, representava, de acordo com as ideias contidas nos relatórios de provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, um resgate feito às crianças condenadas desde o nascimento por sua própria genitora. Desse modo, buscava-se inserir essas crianças no seio da doutrina católica, tentando redimi-los para que os meninos não se desviassem do caminho considerado correto e que as meninas, por sua vez, não repetissem o erro das mães biológicas: “Aquellas são filhas do Estabelecimento, e a caridade de acordo com a sociedade exigem que façamos d’estas boas mães de famílias.”¹³¹ Seria o resultado benéfico e salutar que deveria ser dado à sociedade; se não foi possível que viesse pela atuação das mães, no exercício da maternidade, seria dado pelo ofício caridoso da Santa Casa.

¹³¹ Relatório de autoria do presidente Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1863.

No próximo capítulo, analisaremos as destinações dadas às crianças expostas e órfãs. A Santa Casa de Misericórdia e o governo provincial objetivaram encaminhar essas crianças para que fossem úteis à sociedade, sendo o trabalho e o casamento os principais meios encontrados para que meninos e meninas se tornassem cidadãos exemplares. Assim, espaços educativos e corretivos foram utilizados para promover a ordem, e corrigir os desvios que essas crianças poderiam apresentar.

CAPÍTULO 4

EDUCAÇÃO PARA O TRABALHO E CASAMENTO: POSSIBILIDADES DE VIDA DAS CRIANÇAS EXPOSTAS E ÓRFÃS

A instrução contribue poderosamente para o bem estar do individuo, e promove ao mesmo tempo o progresso da sociedade. O Estado não tem melhores auxiliares do que aquelles que souberão por si mesmos e com seu próprio trabalho, na esfera da sua justa atividade, adquirir honrosa independencia. (Exposição circunstanciada sobre o Colégio dos Educandos Artífices dirigida ao Governo Provincial da Paraíba, elaborada pelo diretor Antonio de Souza Gouvêa, 1875, p.2)

4.1 Os mundos da educação, do casamento e do trabalho: inserções das crianças expostas e órfãs pobres na sociedade paraibana

Alcileide Cabral do Nascimento (2008, p.239) assinala que as crianças expostas não tiveram possibilidades de escolher seus destinos. Elas foram inseridas em estratégias governamentais de controle, preservação, prevenção e aproveitamento, pois estavam no meio da população considerada potencialmente perigosa, vivendo à margem do sistema. No entanto, algumas não aceitaram o que lhes eram imposto, e buscaram outros meios de viver, fazendo uso do corpo e da liberdade de maneira diversa daquela pretendida pelo Estado.

Os dispositivos de controle baseavam-se nos critérios de cor e na concepção de gênero. Desse modo, pessoas de pele clara eram mais valorizadas em detrimento dos mestiços e daqueles que tinham pele escura, sendo essa percepção reflexo do *ethos* de uma construção sociocultural. Nesse restrito meio no qual poucos eram valorizados, as mulheres também se enquadravam em limitações.

Alcileide Nascimento (2008, p.240) aponta que, na realidade de início do século XIX em Recife, para os meninos e meninas de pele mais clara, destinava-se uma instrução que possibilitasse a formação de trabalhadores urbanos e de mães de família exemplares. Aos meninos e às meninas de pele mais escura, as possibilidades eram reduzidas: trabalhar em casas de famílias, oficinas ou engenhos. Havia ainda uma instituição disciplinar, formadora de técnicos e artesãos. Na cidade da Paraíba, a situação era um pouco diferente. Como dito, não havia uma Casa dos Expostos, ficando as crianças a cargo das criadeiras e sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia até os 7 anos de idade. Como vimos, essa

idade, por vezes, acabava se prolongando. De acordo com os relatórios de provedores e mordomos, era comum as crianças permanecerem sob os cuidados da Santa Casa até os 10 anos de idade.

Assim, em relação à formação educacional, as crianças recolhidas não recebiam educação regular. A falta de um colégio de órfãos e de um local apropriado para as órfãs eram reclamações recorrentes nos textos dos provedores e mordomos da Santa Casa, como podemos observar nas considerações do mordomo Felizardo Toscano de Brito, no ano de 1865, sobre as condições dos expostos e a ausência de um local apropriado para sua educação:

Tanto pela falta que temos de recursos, como pela falta de local e acomodações próprias, não se pode dar á essas crianças aposento conveniente e a educação indispensavel. En'este caso é mister, que os expostos chegado a certa idade, sejam entregues ao Juizo de Orfãos, para que lhes deem tutores na forma da legislação vigente. O nosso compromisso nenhum á disposição contém a semelhante respeito. Segundo porem sou informado era assim, que mais intensivou e se procedia. E penso que esta pratica deve continuar, até que a provincia tenha uma casa de educandos menores, tão indispensavel para amparo e educação dos mininos abandonados e sem recursos.¹³²

A proposta da existência do ensino obrigatório, e a educação e o trabalho como sendo fundamentais para o futuro da nação, são ideias que podem ser visualizadas nos textos oficiais, a exemplo do que encontramos no relatório do presidente Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, em 1874:

[...] Fallo do ensino obrigatório, que é preciso estabelecer-se, logo que a Província puder comportar tão utilíssima reforma, e que por toda parte, e muito especialmente na cultivada Europa, e adiantadíssima America do Norte, vai merecendo geral e sympathica aceitação.¹³³

Desse modo, percebemos que a Europa e a América do Norte são modelos ideais nos quais o Brasil deveria inspirar-se. Se o ensino obrigatório estava rendendo frutos naquelas

¹³² Relatório feito pelo mordomo da Santa Casa de Misericórdia Felizardo Toscano de Brito, em 2 de julho de 1865.

¹³³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. sr. dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1874, p. 29.

terras, era necessário aplicar essas medidas nestas paragens. Aqueles eram símbolos de civilização que as elites brasileiras buscavam tomar como referência. É importante ressaltar que no Brasil do século XIX, “educar” e “civilizar” haviam se tornado sinônimos. Estes passaram a ser dispositivos de construção da realidade que o Estado objetivava: uma sociedade sã, educada, higiênica e, por conseguinte, civilizada. Para atingir esse objetivo, fazia-se necessário ter uma nova população com uma nova conduta.

Conforme Wellington Aguiar (1999, p.65), o analfabetismo era predominante na cidade da Paraíba do século XIX. O autor chega a fazer uma projeção de que 80% da população da capital da Província era analfabeta sem, contudo, apresentar dados que refutem ou confirmem essa afirmação. Malgrado a falta de precisão, podemos imaginar que em uma cidade nortista, assolada por sérios problemas estruturais e com as características já apresentadas no Capítulo 2, inclusive os dados oriundos do Censo de 1872, o índice de pessoas letradas era baixo.

É importante frisar que no século XIX passou a existir iniciativas legais em relação à difusão da educação no país. A Lei de 15 de outubro de 1827 instituiu oficialmente o ensino primário no país, adotando o método de ensino mútuo, conhecido também como sistema de Lancaster¹³⁴. Esse método fora adotado nas Casas e Colégios de Educandos Artífices, como forma de diminuir as despesas da instrução e controlar o desempenho dos alunos por meio de práticas que estimulassem o mérito da conquista. O Ato Adicional de 1834 também foi importante em relação à instrução, pois conferiu poder às províncias para legislarem sobre o ensino secundário e elementar. Todavia, o acesso à educação ainda era restrito, e poucos eram alfabetizados.

Em 1839, o reverendo Daniel Kidder registrou em seus diários de viagens sua passagem nas províncias do Norte, inclusive trazendo relatos sobre a Província da Paraíba. Kidder (1980) relatou que, por volta das 4 horas da tarde, estava se alimentando em Tambaú, bairro litorâneo que, à época, ficava a “seis milhas da Paraíba”, esperando a possibilidade de encontrar alguém para o transporte de suas bagagens. Um rapaz de uns catorze ou dezesseis anos veio sentar-se ao seu lado, e eles começaram a travar o seguinte diálogo:

- Há alguma escola por aqui?
- Sim, há uma.

¹³⁴ Como aponta César Augusto Castro (2011, p.47), o sistema de Lancaster consistia em fazer com que os rapazes ensinassem uns aos outros. Cada escola era dividida em classes de rapazes com idades e progresso escolar aproximado; o lugar de cada um era determinado por seu adiantamento. Desse modo, deveriam fazer estudar as lições, vigiar o comportamento dos demais e auxiliar na manutenção da ordem na classe. Dessa maneira, acabavam por participar dos meios de controle utilizados nos Colégios de Educandos Artífices.

- Onde?
- No Palácio.
- Quantos alunos tem?
- Não sei. Uns três bancos cheios.
- Você também a frequenta?
- Não. Terminei o curso o ano passado.
- Sabe escrever?
- Não. Nem ler nem escrever.
- Então, o que foi que você aprendeu na escola?
- Nada. (KIDDER, 1980, p.160).

Kidder (1980, p.160) continua o relato afirmando que não duvidara da veracidade da última afirmativa, apesar de sentir-se “penalizado” diante da “incompreensível indiferença” pela instrução, que o próprio governo estimula por meio de uma “política liberal, mas um tanto errada”. De acordo com Kidder (1980, p.160) o garoto do diálogo, ao deixar a escola, voltara a atenção para a pescaria. O jovem era o mais novo de seis irmãos, e ninguém da família sabia ler; aparentemente, não viviam em condições precárias. O reverendo Kidder entregou-lhe “um ou dois folhetos”, na esperança de que o interesse pelas letras pudesse ser despertado, ou servir para algum dos seus colegas.

Vemos, na descrição dessa situação, a opinião desfavorável de um viajante estrangeiro sobre as condições da instrução pública e da formação educacional dos cidadãos. Os estrangeiros que andaram pela *terra brasilis*, assim como os brasileiros que viajavam para o exterior, traziam em sua bagagem ideias que contribuíram para a formação do pensamento liberal, tais como os preceitos positivistas de Comte e Durkheim. Aspectos como a educação, a higiene, os costumes e a segurança eram assuntos recorrentes nos textos dos viajantes, que teciam observações críticas sobre as situações das localidades brasileiras.

Os problemas relativos à educação perduraram nas décadas posteriores. Segundo o presidente da Província em 1873,

A instrução pública secundaria está ainda mais decadente do que a primaria. Ella é dada no Lycêo e nas 3 cadeiras de latim avulsas das cidades de Mamanguape, Arêa e Pombal. As sete cadeiras do Lycêo pouca, ou nenhuma frequência teem. O estabelecimento está despovoado de alunos.¹³⁵

É importante destacar que a educação, no Brasil Império, dividia-se entre os liceus, centros educacionais preparatórios para o ensino superior nos espaços economicamente

¹³⁵ Fala dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. presidente da Província, dr. Francisco Teixeira de Sá, 1873, p.21.

importantes, e as chamadas escolas normais. (CASTRO, 2011, p.47). O Colégio de Educandos Artífices, por sua vez, foi destinado àqueles que estavam na situação de excluídos e não podiam participar dos espaços de formação elementar públicos e particulares.

No relatório do vice-presidente Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1857, ele descreveu a situação do ensino primário na Província da Paraíba,

Há na Provincia 44 escolas do ensino primário, sendo destas 39 para o sexo masculino e 5 para o sexo feminino.[...] Parece insuficiente o numero de escolas para o sexo feminino. E reclamado o aumento delas. Esta questão depende de informações precisas sobre a conveniência do estabelecimento das escolas pedidas, e das finanças da Provincia, que embaraço os melhores desejos de dar toda extensão ao derramamento das luzes. Procurarei atender a esta necessidades no limite da minha autoridade. Frequenttão as escolas publicas em o anno passado 1,370 alumnos. Destes, são do sexo masculino 1,218 e do feminino 122.¹³⁶

No relato do vice-presidente, percebemos que as escolas na Província paraibana eram esparsas¹³⁷. Além disso, o número de meninos na escola é consideravelmente superior ao de meninas. No relato, também podemos visualizar a conveniência do aumento de número de escolas, em especial para o sexo feminino, como fator para “o derramamento das luzes”. No jornal “Echo Escolástico”, definido como “periódico científico, litterario e noticioso”, a edição de 13 de agosto de 1877 tem, na sua primeira página, uma citação de Shakespeare “De Deus é maldição a ignorância / nas azas da instrução ao céu subimos”. Na primeira página, o jornal expunha que a instrução pública

É na verdade digno da atenção da illustrada Assembléa da Parahyba do Norte o desejo do povo parahybano. Ella compreende bem que na instrucción está a prosperidade de um paiz, o engradecimento de um povo e as pomposas vantagens da civilização. Toda a medida que se tomar á favor da Provincia sem ter em frente a instrucción do povo será inútil: será *imbrem in cribrum gerere*.¹³⁸

¹³⁶ Relatório apresentado na Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da Província dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha em 1 de agosto de 1857, p.13.

¹³⁷ Sobre a distribuição das escolas na Província da Paraíba, formação dos professores e conteúdos disciplinares, ver a tese de Rose Mary de Souza Araújo (2010). Na página 122, ela organiza em um quadro informações sobre o número de escolas primárias na província da Paraíba, classificadas conforme o sexo a que eram destinadas, no período de 1838 a 1883. Observamos um movimento oscilatório no tocante à oferta e/ou expansão da escolarização à população. Em todos os casos do período mencionado, a oferta de escolas para meninos era superior à quantidade de escolas para meninas.

¹³⁸ Jornal “O Echo Escolastico”, 13 de agosto de 1877, p.1.

O uso da expressão de origem latina, que significa “trabalho em vão” ressalta o caráter de erudição do redator. O ar de intelectualidade, em conjunto com o apelo à instrução, esteve inserido em um contexto de mudanças expressivas na instrução pública paraibana, em especial nas décadas de 1860 a 1880. Como afirma José Gondra (2004, p.19), “os anos oitocentos foram, portanto, um tempo propositivo. Sobre o que se queria superar, a incidência do discurso negativo, da crítica; e sobre o que se queria constituir, discursos positivos, de projetos.”. Um dos passos foi afastar-se de Portugal e seguir o exemplo ilustrado da França, Inglaterra e dos Estados Unidos da América, tão próximos e, ao mesmo tempo, tão distantes.

O processo civilizatório dessas sociedades, que serviram de inspiração ao Brasil, estava associada à transformação social dos costumes. Para atingir o ideário de civilização, a sociedade brasileira deveria passar por uma série de modificações nos campos da infraestrutura urbana, economia, transporte, política, segurança e cultura. A educação constituía-se em um instrumento fértil para modificação de condutas e comportamentos. Por meio do doutrinamento do intelecto, este se tornaria mais refinado e apto a absorver os valores relacionados ao trabalho e à instrução que proporcionaram ao Brasil o tão desejado *status* de civilização bem-sucedida.

Desse modo, o indivíduo civilizado seria aquele que, graças à instrução, tornara-se apto para corroborar a moral burguesa e cristã. Nesse sentido, os jornais deram importante contribuição no que diz respeito à afirmação da instrução como o caminho que deveria ser seguido para a transformação individual e coletiva dos sujeitos sociais da Província da Paraíba. Os provedores e mordomos da Santa Casa de Misericórdia, como homens letrados, participavam ativamente das publicações jornalísticas. No Quadro 1, na página 64, podemos visualizar algumas informações sobre a participação dos provedores nos jornais paraibanos.

Como Norbert Elias (1993, p.196) chama a atenção, no processo civilizatório há uma busca em adequar e regular o corpo social para atender a padrões de comportamento incorporados pelos indivíduos, especialmente por meio da educação e da religião. Para que isso ocorra, é necessário que os grupos de formação de opinião e também de coerção de condutas estejam afinados em discursos semelhantes. Nesse sentido, percebemos que os jornais, os médicos, os legisladores, os provedores da Santa Casa, os presidentes da Província, enfim, diversas pessoas inseridas em grupos representativos da elite encontravam-se em sintonia sobre o que desejavam: a constituição de uma sociedade civilizada.

A educação era um passo importante na disciplinarização dos expostos e órfãos pobres. A partir de processos educativos, essas crianças teriam corpos e mentes instruídos,

aptos para assimilarem os valores de uma sociedade que buscava ser civilizada. Nos discursos dos provedores, era uma necessidade, a fim de que não repetissem os erros provocados por aqueles que lhe deram “o dom da vida”:

Existem nas casas de createiras 3 expostos do sexo masculino e 7 do femenino. Não é possível fiscalizar o bom tractamento e conveniente educação. Temos infelizes, que entram no mundo sob a protecção da caridade pública. Para mim seria muito mais cuidado na educação. S'isto, do que mesmo, seja me lícito diselho, no tractamento d'aquelles, que, por uma vida má, estragarão sua saúde. Sei bem, que a verdadeira caridade não faz essas distinções, mas n'este Pio Estabelecimento essa é auxiliada em sua missão humanitária pelos dinheiros da sociedade, e esta tem mais a esperar dos primeiros, recebendo uma boa educação, do que dos segundos, que a não tiverão. Somente vos digo isto para torna-nos sensível ao abandono, em que nossa falta de recursos ainda nos obriga a deixar aquelles infelizes, que a providencia nos confiou, de graves nós poderíamos fazer optimos cidadãos, artistas, industriosos e bons paes de família. ¹³⁹

Apesar das dificuldades relatadas pelo provedor Lindoplho Corrêa, o provedor José Ferreira de Novaes afirma que eram feitos esforços, percebidos como quase sobre-humanos, na tentativa de oferecer bom tratamento e educação às crianças expostas:

É entretanto de justiça reconhecer que os expostos em idade própria frequentão com decencia as escolas publicas de ensino primário, são medicadas á tempo pelos medicos do estabelecimento, vestidas e alimentadas alem das forças de igual consignaçon.¹⁴⁰

Alcileide Nascimento (2008, p.240), como mencionado anteriormente, afirma que pôde identificar, na cidade do Recife, dispositivos de enquadramento social que diferenciavam os expostos conforme a cor e o gênero. Nos documentos estudados da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba, não podemos afirmar que ocorria o mesmo em relação aos expostos paraibanos, ao menos não no tocante à cor, pois não encontramos referências que pudessem corroborar a ideia de que poderia haver uma destinação diferenciada dos expostos de pele mais clara, ou daqueles com a tez mais escura.

No entanto, havia meios de controle e enquadramento social que distinguiam gênero: em relação à educação dos meninos expostos, os Juizes de Órfãos buscavam encaminhá-los

¹³⁹ Relatório de autoria do provedor Lindoplho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1862.

¹⁴⁰ Relatório do provedor José Ferreira de Novaes, ASCM/PB, 1889-1890.

para aprendizes de algum ofício, preferencialmente a alfaiataria e o trabalho de sapateiro. Em relação às meninas, os Juízes encarregavam-se de sua tutela e do seu casamento. Se nem sempre era possível transformar todos os estudantes em médicos, engenheiros ou advogados, especialmente os expostos e órfãos pobres, seria possível ao menos encaminhá-los para algum ofício, tais como o de carpinteiro, alfaiate ou sapateiro, que os afastassem da mendicância e da vida à margem da lei. É importante frisar que estamos analisando uma sociedade escravista, que começara a sentir perecer seu sustentáculo no trabalho escravizado, sobretudo nas décadas de 1850, graças à Lei n.581, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, e na década de 1870, em virtude da Lei n. 2.040, conhecida como Lei do Ventre Livre.

No entanto, até a abolição da escravidão, houve momentos oscilatórios na economia, com a prática do tráfico interprovincial, especialmente na década de 1870, em razão da seca e da crise da lavoura paraibana. Apesar dessas oscilações, a população de escravizados tendeu a declinar. Conforme Ariane Sá (2009, p.39), em 1852 o número de escravizados na Província da Paraíba correspondia a 13,4% do total da população, existindo uma diminuição dessa cifra em 1872, quando o Censo Demográfico realizado no país detectou 5,7% de escravos do total de habitantes da Província.

Desse modo, era importante familiarizar expostos e órfãos pobres aos valores da disciplina e do trabalho. Com o declínio da escravidão, tornara-se premente utilizar os homens – e crianças – livres e pobres em todos os setores da economia paraibana. Segundo Ariane Sá (2009, p.74), na Província da Paraíba, assim como em todo o Norte, a figura do morador-agregado foi a relação de trabalho mais utilizada, acompanhada do recebimento de salários e da ampliação do sistema de parcerias. Conjecturamos que muitos desses trabalhadores possivelmente não usufruíram de salários pagos em espécie, recebendo abrigo, alimentação, roupas e calçados pelo tempo trabalhado.

Edna Araújo (2001, p.35) aponta que com a formação dos Núcleos Coloniais na segunda metade do século XIX, afastavam-se os retirantes da capital, numa tentativa de diminuir o espetáculo da pobreza nas ruas e acabar com o ócio dos desvalidos. Os pobres encaminhados para esses núcleos passaram a ser chamados de “indigentes válidos”. Em, 1889, Araújo (2001, p.35) indica que a força de trabalho dessas pessoas era trocada por ½ litro de farinha, 300 gr de carne verde, ¼ raso de feijão, toucinho, sal e tempero. Desse modo, recebiam itens de subsistência em troca do trabalho, evitando-se assim que ficassem vagando pelas ruas.

Outra forma de utilização da mão-de-obra livre das crianças era a soldada. Conforme Sá (2009, p.74), essa relação ocorria quando um indivíduo, normalmente proprietário rural,

era autorizado pelo juiz para exercer a tutela de crianças órfãs, ou filha de pais com condutas consideradas irregulares, até que atingisse a maioridade. Nesse ínterim, a pessoa responsável pela criança órfã deveria garantir-lhe os meios necessários para sua sobrevivência, tais como abrigo, alimentação, vestuário, e ensinar-lhe um ofício. Cabia aos juízes de órfãos essa tarefa. Eles deveriam anunciar, por meio de pregão em suas audiências, que havia crianças órfãs menores disponíveis para soldadas, ou para obrigação de casamento. Maria Vitória de Lima (2010, p.303) chama a atenção para o fato de que as Ordenações Filipinas determinavam que as crianças órfãs deveriam, preferencialmente, serem mantidas em ambientes que conheciam. Assim, uma criança órfã que fora filha de um lavrador, deveria ser encaminhada para ser também uma lavradora. Caso a criança órfã tivesse parentes vivos, ela deveria ser com eles mantida, a fim de preservar a ordem familiar.

A condição de soldada era precária, como podemos imaginar. Maria Vitória de Lima (2010, p.302-303) apresenta trechos de um ofício endereçado pelo vice-presidente da Província, Felizardo Toscano de Brito – que também foi mordomo da Santa Casa de 1864 a 1865 –, em 30 de março de 1864, para o Ministro da Justiça do Império, Zacarias de Goés e Vasconcellos¹⁴¹. Nesse documento, Toscano de Brito revela os abusos que existiam no município de Mamanguape, localizado na zona açucareira paraibana, a respeito de órfãos que foram retirados do poder de seus parentes para serem entregues a pessoas que iriam “usufruir dos seus serviços”. Após o levantamento de informações sobre os órfãos, as denúncias sobre as queixas mostraram-se verdadeiras.

Segundo o relato de Lima (2010, p.303), o antigo juiz municipal de Mamanguape, Augusto Carlos d’Almeida e Albuquerque, ao se tornar diretor do Partido Conservador naquela localidade, utilizou-se da sua posição de autoridade judicial e política para pagar os serviços dos seus correligionários com os órfãos menores. As crianças eram postas para trabalharem “no ganho”, eram escravizadas ou utilizadas nos serviços de agricultura. Antônio Henrique d’Almeida, o então juiz municipal que auxiliou Felizardo Toscano de Brito na acareação de informações, constatou que nos livros do cartório do juizado de órfãos de Mamanguape havia o registro de 530 crianças, apesar de calcularem em mais de 700 o número total de órfãs¹⁴². Descobriu-se, nesse processo, que oficiais de justiça, policiais, inspetores de quarteirões, o subdelegado e qualquer pessoa que gozasse de sua proteção

¹⁴¹ O ofício de autoria de Felizardo Toscano de Brito, pesquisado por Maria Vitória de Lima, encontra-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

¹⁴² Maria Vitória de Lima (2010, p.305), apresenta, no quadro 9, informações sobre senhores e crianças envolvidas na situação de soldadas, em Mamanguape, no ano de 1864. São citadas 45 crianças, envolvidas com 27 tutores, sendo 23 homens e 4 mulheres. Das crianças, 32 eram do sexo masculino, e 13 do feminino.

participavam desse ignominioso ato de retirar, forçosamente, as crianças órfãs das casas de seus acolhedores e/ou familiares.

Desse modo, percebemos que o mundo que aguardava expostos e órfãos pobres, na maioria das vezes, não era acolhedor. Existiam desvios, abusos e, talvez, alguma possibilidade de melhoria de vida, para aqueles agraciados pela sorte. As instituições criadas para formalizar a nova mentalidade voltada para a valorização do trabalho, com foco nessas crianças, foram as Colônias Agrícolas, discutidas no Capítulo 2, o Colégio dos Educandos Artífices e as Casas de Caridade. É sobre as duas últimas que nos debruçamos a seguir.

4.1.1 Colégio dos Educandos Artífices

Após passarem para os Juizes de Órfãos, as crianças deveriam praticar alguma atividade que as mantivessem ocupadas. Essa determinação fazia parte de uma postura que buscava enquadrar os órfãos em uma estratégia de controle e disciplinamento. Eles se encontravam em um limbo, pois estavam em meio a uma situação potencial de periculosidade, podendo viver entre a mendicância e a contravenção. Desse modo, era essencial para o governo encaminhar essas crianças para uma política de controle e de preservação que pudesse afastá-los da prostituição, do ócio e da vadiagem.

Pela lei n. 6 de 1 de outubro de 1859, o governo da Província da Paraíba foi autorizado a criar uma casa de Educandos Artífices. As crianças que lá poderiam estudar eram os expostos; os meninos abandonados nas ruas, que não tinham responsáveis por sua educação e podiam ser recolhidos ao Colégio pelo Juiz de Órfãos, pároco ou qualquer outra pessoa; os filhos de mães desvalidas – solteiras ou viúvas –, que eram recolhidas a pedido da mãe; e também os menores cujos pais não tinham condições de prover sua educação, sendo recolhido pelo Juiz de Órfãos, ou por qualquer outra autoridade policial, independentemente da vontade de seus familiares. Entretanto, os poucos recursos da Província fizeram com que o Colégio oferecesse apenas um pequeno número de vagas, a fim de oferecer assistência mínima aos seus alunos. (LIMA, 2008, p.54).

Apesar disso, segundo Lima (2008, p.55), havia muitos pedidos de pais e, principalmente, de mães pobres e viúvas, para que seus filhos fossem matriculados no Colégio. Essas pessoas acreditavam que seria uma forma de dar às suas crianças, além de uma educação, um teto e uma boa alimentação. No entanto, a entrada dessas crianças para formar o corpo discente do Colégio não era uma tarefa fácil de conseguir. De acordo com o artigo n.29

de seu Regulamento, os requerentes deveriam apresentar um “atestado de pobreza” emitido pelo pároco ou autoridade e policial. (LIMA, 2008, p.55).

A seguir, podemos ver o parecer do presidente da Província sobre a finalidade e utilidade do Colégio dos Educandos Artífices:

Baseado na lei n. 6 de 1 de outubro de 1859, pela qual se acha autorizado o Governo para a criação de uma casa de Educandos Artífices, poderei com o vosso indispensável concurso levar á efeito essa obra tão útil, quanto caritativa; tão cheia de bons resultados materiaes, como ainda de melhores resultados moraes. Será isso semear muito futuro, e, se a semente cahir em terreno preparado com desvelo teremos dado um grande passo para o melhoramento real desta terra.¹⁴³

Segundo José Baptista de Mello (1996, p.51)¹⁴⁴, a solenidade de inauguração ocorreu no próprio prédio da escola, em um sobrado onde hoje se localiza o Hospital Santa Isabel, na Cruz do Peixe, no dia 27 de outubro de 1866. O primeiro diretor foi o padre Joaquim Vitor Pereira, e a instituição contava com 9 alunos pobres. As matérias consistiam em disciplinas do curso primário e nos ofícios de alfaiate e sapateiro, sendo criada uma banda de música posteriormente. As Casas e Centros de Educandos Artífices fundadas no Brasil utilizavam-se de métodos pedagógicos rígidos e eram mantidas pelos cofres provinciais. O Colégio dos Educandos Artífices teve vida efêmera, durando nove anos, tendo sido extinto em 1875.

Nos relatórios presidenciais, podemos identificar críticas à não existência da escola e, após a sua abertura, passaram a censurar a estrutura do local e o seu funcionamento. Em 1857, dois anos antes da autorização do funcionamento da escola, podemos visualizar um pedido de abertura do Colégio de Educandos Artífices na Paraíba direcionado à Assembleia Legislativa, a fim de que a Província pudesse seguir o exemplo de outras no país, que contavam com a instituição:

A sorte dos expostos abandonados, como são pela Santa Casa da Misericórdia, depois de criados, dos órfãos e menores pobres, e desvalidos, é entre nós pouco segura. Nada se há feito para ampara-los por parte dos recursos públicos. Tudo neste assumpto depende da caridade particular, e dos esforços de nossos Juizes de Órfãos. Posto que se deva confiar muito nos salutaes efeitos da caridade individual, nem por isso está a autoridade dispensada de procurar os meios convenientes de assegurar o futuro dos

¹⁴³ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte no dia 1 de outubro de 1864 pelo presidente, dr. Sinval Odorico de Moura, 1864, p.9.

¹⁴⁴ A edição utilizada neste trabalho – a terceira – é de 1996, mas o livro “Evolução do ensino na Paraíba” foi publicado pela primeira vez em 1936.

órfãos pobres. É de reconhecida vantagem criar, e educar homens, que possam ser membros uteis da sociedade. Deixo á vossa apreciação o decidir, se o serviço dos Juizes de Orphãos entre nós é tão regular e proveitoso, que torne inútil qualquer tentativa em desfavor dos desvalidos, e desprovidos de fortuna. Em quase todas as províncias do Imperio existem estabelecimentos destinados para receber menores educandos artífices. Carecemos ainda desta vantagem. Esta pratica é digna de ser imitada, posta a instituição nos termos dos nossos recursos financeiros.¹⁴⁵

Na continuação, o vice-presidente da Província, Manoel Clementino Carneiro da Cunha, aborda a finalidade e como deveria ser a organização administrativa do Colégio:

O fim da instituição deve ser o ensino dos princípios, que constituem a instrução primaria, e das artes, e officios mecânicos que assegurem aos educandos meios honestos de viver na sociedade. A solução completa deste pensamento é trabalho próprio do Regulamento de sua criação. Esta instituição pode ser organizada de modo que, a Província seja, se não no todo, ao menos em parte, indemnizada da despeza feita com sua sustentação por meio do producto do trabalho dos aprendizes. Por esta forma se diminuirão as dificuldades financeiras, que embaraço a criação della. Cabe á vossa sabedoria, e dedicação pelos melhoramentos da Província resolver, se convirá autorizar a instituição, de que trato.¹⁴⁶

No relatório de Silvino Elvidio Carneiro da Cunha em 1869, na função de vice-presidente da Província, ele fez considerações sobre as condições de funcionamento, estrutura e utilidade pública do Colégio de Educandos Artífices:

Esta instituição de reconhecida utilidade no presente, e de vantagem no futuro, uma vez que se lhe dê o devido, necessario, e indispensavel desenvolvimento, não póde actualmente prestar o serviço, que era para desejar, em consequência da pequenez do edificio, em que funciona. Predio, que não foi edificado para semelhante fim, e sim para um particular de reduzida família, apenas comporta muito mal o pequeno pessoal de 36 educandos, que ali existem, e por se ter nelle feito alguns reparos e melhoramentos. E urgente a construção de uma enfermaria e cosinha, para o que a Assembléa Provincial votou o anno proximo passado, na Lei do orçamento, a quantia de 1:500\$000 rs. Senti haver entrado para a Administração da Província em época, em que não podia dispor de tal quantia para obras tão necessárias, mas que V. Exc. poderá realizar, logo que a próxima futura safra lhe dê os precisos recursos. Já o meu antecessor, em

¹⁴⁵ Relatório recitado na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da Província, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857, p.18.

¹⁴⁶ Relatório recitado na abertura da Assembleia Legislativa da Paraíba do Norte pelo vice-presidente da Província, o dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, em 1 de agosto de 1857, p.18.

seu Relatório á Assembléa Provincial, fez notar a falta de semelhantes obras principalmente daquela, o que obrigavam á serem tratados os educandos enfermos nos dormitórios comuns, senão no Hospital da Santa Casa de Misericórdia. Não preciso aduzir os inconvenientes de qualquer dos alvitres. Em minha opinião o estabelecimento precisa de mais um salão para os dormitórios comuns; por isso que os existentes muito mal preenchem o seu fim, ainda mesmo se conservando o actual pessoal dos educandos. V. Exc., porém, examinando por si as necessidades deste estabelecimento, fará o que julgar mais acertado, quando tiver de instalar a Assembléa Provincial, solicitando, ou não, a devida autorização para semelhante obra. O pessoal dos educandos, que é de 36 meninos, conforme fica dito, se distribue pelo ensino do modo seguinte: na música marcial 17, na música oral ou de rudimentos e solfejos 9; na officina de alfaiate 21, e na de sapateiro 13¹⁴⁷. ¹⁴⁸

Percebemos que na exposição do presidente, havia uma notória insatisfação com o lugar do Colégio dos Educando Artífices. Ele era considerado inapropriado em vários sentidos: pequeno, improvisado, com poucos recursos. O valor destinado à construção de uma enfermaria e de uma cozinha, aprovado pela lei orçamentária, não pôde ser destinado ao fim que lhe cabia pela razão alegada de o governo não dispor dessa quantia. A ideia era repassar a responsabilidade para o sucessor, a fim de que algo pudesse ser feito no futuro.

Em seguida, Silvino Elvidio Carneiro da Cunha aborda o conjunto de funcionários da escola:

O pessoal, á cujo cargo se acha o estabelecimento, se compõe de **um Director, um Professor do ensino primario**, que acumula o **lugar de Secretario, um Medico, um Porteiro, um Mestre de musica, um Mestre da officina de alfaiate, e outro de sapateiro**. [...] O estabelecimento **precisa de um Capellão**, que celebre missas aos domingos e dias santificados, como outr'ora, quando era dirigido por um sacerdote.[...] Em minha opinião, ainda que maior fosse o ônus, que dele resultasse, deveria ser mantido, e até desenvolvido, segundo as forças da Provincia, atento o importante proveito moral e industrial de semelhante instituição.¹⁴⁹

Vemos que havia alguns profissionais mobilizados para o treinamento das crianças por meio da instrução, da saúde, das artes e do ofício. O presidente reclamava a ausência de um

¹⁴⁷ Observa-se que há um erro de cálculo, já que a divisão de atividades se refere a um total mencionado de 36 meninos; no entanto, consideramos apropriado transcrever o texto tal qual se encontra disponível na página: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u509/000013.html>>. Acesso em 5 mar. 2014.

¹⁴⁸ Relatório com que o Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1º vice-presidente, passou a administração da Provincia da Parahyba do Norte ao Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisbôa em 11 de junho de 1869, p.13-14.

¹⁴⁹ Relatório com que o Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1º vice-presidente, passou a administração da Provincia da Parahyba do Norte ao Sr. Dr. Venâncio José de Oliveira Lisbôa em 11 de junho de 1869, p.14-15, grifo nosso.

sacerdote, para que pudesse celebrar missas nos domingos e dia santos, deixando transparecer que faltava, além das lacunas da estrutura física, suporte religioso e moral para os educandos. Era um aspecto que deveria ser solucionado, mas que não inviabilizava os trabalhos desenvolvidos no Colégio de Educandos Artífices. Afinal, apesar da falta de um capelão, havia um empreendimento normativo, alinhado ao discurso da medicina social, da higiene, da legalidade e do trabalho, que buscava orientar os educandos nos preceitos de uma vida regrada e salutar.

As orientações relacionadas às normas médicas, como pontua Nayana Mariano (2014, p.165), eram apresentadas no ato da matrícula. Não se admitiam educandos que não estivessem vacinados ou que padecessem de alguma moléstia, assim como seriam despedidos aqueles que fossem diagnosticados com doenças contagiosas ou enfermidades que os impossibilitasse de exercer algum ofício. Desse modo, é perceptível que os preceitos médicos eram utilizados como referências para o bom funcionamento de estabelecimentos dessa natureza. Assim, os médicos passaram a construir e a difundir sua autoridade em diversas instâncias da vida pública e privada.

A seguir, podemos visualizar um quadro com os números de educandos no Colégio de Educandos Artífices, de 1866 a 1874. No Anexo E, encontram-se elencados os alunos matriculados e suas respectivas qualificações – o que sabiam ler e como escreviam.

Quadro 5- Número de educandos admitidos no Colégio de Educandos Artífices durante os anos de 1866 a 1874

ANO	NÚMERO DE EDUCANDOS
1866	9 alunos na inauguração em setembro, subindo para 29 nos meses seguintes
1867	39 alunos no início do ano e 33 em maio
1868	29 alunos em março e 34 em junho
1869	36 alunos
1873	36 alunos
1874	35 alunos

Fonte: LIMA (2008, p.51)

César Augusto Castro (2001, p.50) aponta que as intervenções médicas eram requisitadas por todos os diretores das Escolas e Colégios de Educandos espalhadas pelo

Brasil. Era uma maneira de utilizar a prática médica como inibidora dos surtos epidêmicos que acometiam os educandos, tais como cólera, beribéri, febres intermitentes e doenças venéreas. Por isso, havia a recomendação da construção de enfermarias, sistemas de evacuação, arejamento de espaços como cozinha e dormitórios e cuidados com a alimentação. A existência de enfermaria também tinha outro propósito: evitar o encaminhamento dos educandos para os hospitais gerais e o da Santa Casa, dificultando o contato dos educandos com pessoas doentes e outros “anormais”, tais como criminosos e portadores de lepra, uma vez que podiam contaminar, física e moralmente, os jovens em formação. Dessa maneira, estabelecia-se uma relação entre instrução e medicina como forma de saneamento e educação da sociedade.

No ano de 1874, vemos as considerações sobre a formação dada aos alunos do Colégio pelo presidente da Província Silvino Elvidio Carneiro da Cunha. Ao tratar da educação e das oficinas aqui ministradas, o presidente aproveita para traçar uma comparação com o Colégio dos Educandos Artífices da Província do Maranhão, onde anteriormente ele havia atuado como administrador, na presidência¹⁵⁰:

Esse estabelecimento d’educação, ainda que acanhado em suas proporções, vai prestando alguma utilidade. É pena que a Provincia actualmente não esteja em condições de dar-lhe maior desenvolvimento. Vindo d’uma Provincia, onde encontrei um estabelecimento desta ordem, talvez como não haja outro no Imperio, comprehendes que as minhas vistas naturalmente deveriam para elle volver-se. Actualmente contém 34 alumnos que recebem a seguinte educação: Música instrumental....13; Dita vocal....21. Nas oficinas: De alfaiate....22; De sapateiro....12.¹⁵¹

César Castro (2011, p.54) destaca que as Casas e Colégios de Educandos Artífices eram instituições que, mesmo dirigida por religiosos, aplicavam métodos pedagógicos militares. Havia um esquema de disciplinamento de conteúdos escolares, gestos, trabalhos e linguagem, com o fim de exercer controle efetivo sobre os educandos baseado em relações de “docilidade-utilidade”, evitando que houvesse balbúrdia e desordem. Esses mecanismos de poder eram empregados não apenas no curso das aulas, mas também durante toda a estada dos

¹⁵⁰ Em Vasconcelos e Vasconcelos (1918, p.27-28), na obra “Archivo Nobiliarchico Brasileiro”, podemos encontrar informações biográficas sobre Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, sendo alguns dados sobre sua vida apresentados no Capítulo 2. Ele foi presidente das províncias da Paraíba, de 16 de abril a 11 de junho de 1869, de 17 de outubro de 1873 a 10 de abril de 1876, do Rio Grande do Norte, de 22 de março de 1870 a 11 de janeiro de 1871, de Alagoas, de 28 de maio de 1871 a 22 de dezembro de 1872, do Maranhão, de 4 de março a 4 de outubro de 1873.

¹⁵¹ Relatório apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo Presidente Exm. Sr. Dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1874, p.31.

jovens. Os atos de vigilância e punição também eram meios de controle exercidos pelo aparelho disciplinador.

No Colégio de Educandos Artífices, além dos conteúdos já mencionados, os educandos eram os responsáveis pela confecção dos fardamentos e sapatos utilizados pelos soldados. (LIMA, 2008, p.47). Essa era uma maneira de, além de manter os educandos ocupados, auferir renda para a instituição. De acordo com o relatório do diretor do Colégio, em 1875, cogitou-se aplicar oficinas de encadernação, marcenaria e para a formação de ferreiros, mas ao que parece, não foi posta em prática.

O diretor do Colégio defendia o fim a que se destinava, apesar dos percalços encontrados. A educação e a autoridade do professor eram algumas das pedras basilares que levariam ao sucesso dos jovens desvalidos:

O professor é indubitavelmente um elemento poderoso para a civilização de um povo. Onde houver uma escola ou um roteador de intelligencias, pode-se dizer que existe um marco de conquista contra a barbaria. Por mais perversa que seja uma sociedade, e por mais arbitrario que seja um governo, desde que se facilitar a instrucção ás classes populares, não haverá nada a temer pela liberdade e pela regeneração dos costumes. A instrucção é uma luz e uma força esclarecida do direito, que se sopêa, mas que se não vence, e que finalmente triumphá, ainda que para isto seja preciso encandescer-se até produzir a ebulição social, que derrama e expele as fezes que lhe entorpecem a marcha providencial.¹⁵²

A educação era um instrumento ativo da civilização. Civilizar era uma ação que exigia a atuação de diversos profissionais encarregados de levar à frente esse projeto. A saúde, a higiene, a família, todos esses aspectos convergiam para a construção de uma sociedade civilizada. A educação, por sua vez, encontrava-se difusa em diversos matizes. Por meio dela, objetivava-se construir o autocontrole e a disciplina do corpo e da mente. Apesar de o diretor do Colégio justificar a utilidade da instituição, e do potencial que ela apresentava na disseminação da “luz” representada pela instrução, pedindo mais recursos para o desenvolvimento do ensino profissional, no mesmo ano de 1875 a escola foi fechada. No relatório de 1875, de autoria de Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, então presidente da Província, podemos acompanhar a justificativa para o fechamento da instituição:

¹⁵² Exposição circunstanciada sobre o Colégio dos Educandos Artífices dirigida ao Governo Provincial da Paraíba, elaborada pelo diretor Antonio de Souza Gouvêa, 1875, p.2.

Tendo-se ali educado, durante o mesmo período [ano de 1865], 13 alunos, resulta que cada um custou á Província 10:344\$261! Adicionemos, porém, 12 alumnos maiores, que forão eliminados no dia 18 do mez passado, e sobre os quaes addimittamos que se realisasse a educação mais ou menos completa, e teremos para cada alumno o dispêndio de...5:379\$015! Nestas condições, e quando a Província exigia medidas economicas d'alcançe, não hesitei em decretar a extinção d'aquelle estabelecimento, como fiz, autorizado pelo art. 25 § 1º da lei nº 592 de 12 de outubro do anno passado, transferindo para a companhia de aprendizes marinheiros os menores, que tinham a idade legal, e forão julgados aptos em inspecção de saúde, sendo eliminados nesta occazião 15, 12 dos quaes erão maiores de 17 annos, e como taes não podião ter ingresso naquela utilíssima instituição, e 3 julgados incapazes. Deste modo fiz um grande beneficio á tantos desvalidos, que se achavão sôb a proteção da Província, que os não podia manter, ao passo que o Governo Imperial empenha-se com esforço, á fim de dar todo desenvolvimento á companhia de aprendizes marinheiros nas províncias.¹⁵³

Manter escolas na cidade da Paraíba também era dispendioso. De acordo com Guaraciane Lima (2008, p.78), os dirigentes provinciais trabalhavam com a possibilidade de que o Colégio de Educandos Artífices pudesse se manter com recursos próprios, oriundos das atividades empreendidas nas oficinas. Entretanto, a instituição dependia cada vez mais dos repasses do Tesouro Provincial. Esses custos “[...] representavam ¼ de todos os investimentos destinados à instrução primária do sexo masculino de toda a Província paraibana”. (LIMA, 2008, p.78).

Segundo César Augusto Castro (2011, p.51), a oferta do ensino profissionalizante, como encontrados nas Escolas dos Educandos espalhadas no território brasileiro, seguia o fluxo econômico das províncias. Essas oscilações da economia influenciavam na abertura, melhorias ou fechamento das escolas. Quando as províncias alcançavam um maior desenvolvimento econômico, havia um maior progresso dos estabelecimentos dos artífices. Nesse sentido, o capital acumulado nas atividades agropecuárias em São Paulo, no Maranhão, no Piauí, no Amazonas e no Pará proporcionaram estrutura e organização mais elaboradas das escolas nessas províncias. De modo contrário, nas escolas do Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas e Paraíba, houve o encerramento das atividades. Nas províncias de Goiás e Sergipe, não houve sequer a instalação das instituições. (CASTRO, 2011, p.51).

Desse modo, encontramos um cenário no qual a Província da Paraíba sofria com problemas ocasionados pela seca, fome e por epidemias constantes. Além disso, era

¹⁵³ Relatório dirigido à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. presidente da Província, dr. Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, 1875, p.39.

considerado pequeno o número de desvalidos atendidos na instituição. Diante desse cenário, fora preferível para o governo provincial enviar os menores em idade hábil para serem aprendizes de marinho. Era uma maneira de direcionar os jovens a um ofício, objetivo buscado pelo Colégio, e finalizar essa instituição cuja formação representava um ônus talvez pesado demais – ao menos no parecer dos documentos oficiais.

Apesar do período curto de funcionamento, o Colégio dos Educandos Artífices desempenhou um duplo papel relevante: recolher crianças desvalidas do sexo masculino, e dar-lhes instrução básica para que pudessem desenvolver atividades manuais, além de educação religiosa e moral. Por outro lado, cumpria o papel de ocupar as crianças e recompensá-las por meio de práticas meritórias, afastando-as da mendicância, vadiagem e criminalidade. Nesse sentido, o Colégio atuava em consonância aos ideais de ordem, civilidade, utilidade e progresso propagados pelas elites.

4.1.2 Instrução das meninas e as Casas de Caridade do Padre Ibiapina

A mulher paraibana conquistou o direito de estudar com um projeto de escola para o sexo feminino em 18 de abril de 1828, levado à frente pelo padre Joaquim Antônio Leitão. (MELLO, 1996, p.35). Apesar dessa iniciativa, o ensino voltado para o sexo feminino era parco e insuficiente. Em relação às meninas expostas, enjeitadas, órfãs e pobres, não havia uma escola ou lugar específicos voltados para sua educação. Em algumas cidades do interior da Província da Paraíba, ao lado das casas de caridade destinadas ao recolhimento de órfãos, existiram escolas de primeiras letras para o sexo feminino, espaços levados à frente pelo padre Ibiapina¹⁵⁴. Essas escolas foram fundadas não apenas na Paraíba, mas também no Rio Grande do Norte e Ceará, este último lugar de nascimento do padre. No relatório da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1880, que se encontra sem autoria, há uma observação sobre a ausência de um asilo para a infância e sobre as obras do Padre Ibiapina:

Sinto, como elle, que nossos recursos nos não permittam crear um azylo para

¹⁵⁴ José Antônio Maria Ibiapina nasceu na Província do Ceará, na cidade de Sobral, em 5 de agosto de 1806 e faleceu em 19 de fevereiro de 1883, na cidade de Solânea, na Província da Paraíba, aos 77 anos. Formou-se em Direito, exerceu cargos na magistratura e na Câmara dos Deputados; posteriormente, decidiu seguir a vida religiosa católica e ordenou-se padre. Aos 47 anos, iniciou obras missionárias, percorrendo a região Nordeste em missões evangelizadoras, atuação que inspirou o Padre Cícero e Antônio Conselheiro. Mais dados biográficos encontram-se em Mariz (1997).

essas e outras crenças, que estão tornando-se vagabundas n'esta cidade.[...] Em alguns lugares do interior da provincia, por iniciativa do virtuoso Sacerdote, D. Ibiapina tem sido estabelecidos, á expensas particulares, azylos que vão dando muito bons fructos, infelizmente, porem, nesta Capital inutil é tentar semelhantemente empresa sem os cofres públicos.¹⁵⁵

De acordo com Andréa Bandeira (2003, p.01), entre 1860 e 1876, o padre Ibiapina foi responsável pela construção de vinte e duas instituições, nas províncias supracitadas, as quais foram chamadas de Casas de Caridade. Elas foram implantadas em terras doadas e cultiváveis, sendo construídas em lugares onde havia problemas estruturais e também naturais, a exemplos dos lugares castigados pela seca. Para as elites, era um meio de controlar a população e para a Igreja, havia ainda o acréscimo do exercício da caridade. Existia, então, uma soma conveniente da religiosidade popular e de medidas paliativas contra a miséria e a injustiça social.

Em uma leitura crítica da postura do padre Ibiapina, Andréa Bandeira (2003, p.02) afirma que a tão esperada divisão de terras, pelos pobres, nunca aconteceu. As terras da caridade “pertenciam” ao povo por meio da ligação religiosa que mantinha com o padre, que desta maneira se sentia recompensado por meio dos serviços prestados. Havia, portanto, uma relação de dependência e veneração. Os prédios que acomodavam enfermos e enjeitados eram lugares passageiros que, após o falecimento do Padre Ibiapina, foram reformados, devolvidos aos seus donos ou entregues à custódia de alguma ordem religiosa oficial, perdendo a sua função inicial.

Como afirma Maria Célia Nascimento (2009, p.89), com exceção da capital, o interior da Província era desprovido de ensino gratuito. Desse modo, as mulheres, em especial as pobres, ficavam impossibilitadas de frequentar ambientes escolares. Vemos que desde o período colonial, quando os jesuítas eram responsáveis pela educação, o sistema educacional no Brasil era restrito. Após a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, o Estado passou a nomear diretamente os professores que atuavam em todo o país. Essas aulas, conforme Antônio Carlos Pinheiro (2002, p.06), limitavam-se à alfabetização e deveriam ser custeadas pelo chamado “subsídio literário”, imposto criado à época e que, no entanto, em boa parte era desviado para Portugal. Essa forma de ensino perdurou por volta de 1822, época de instauração do Primeiro Reinado, sendo posteriormente substituída por escolas de primeiras letras nas cidades e vilas mais populosas do país.

¹⁵⁵ Relatório sem autoria, ASCM/PB, 1880.

O direito à instrução gratuita, no Brasil, veio outorgado junto à Constituição de 1824. Todavia, apenas foi regulamentado três anos depois, com a publicação da primeira lei imperial – a Lei de 15 de outubro de 1827 – que estabeleceu as diretrizes públicas para a instrução pública no Brasil (PINHEIRO, 2007, p.06). Por meio dessa lei, houve a criação de estabelecimentos de ensino nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos do Império, e abriu a possibilidade de instalação de escolas de meninas. Essa lei determinou que o presidente de Província, em conjunto com as Câmaras Municipais e/ou Conselhos Gerais, deveria indicar as localidades onde seriam instaladas as novas escolas, sendo responsável também pela nomeação, fiscalização e suspensão dos professores.

Os encargos com a instrução pública passaram a ser repassados para as províncias a partir do Ato Adicional de 1834; esse ato também criou as Assembleias Legislativas nas províncias, substituindo os Conselhos criados pela Constituição de 1824. Em razão das possibilidades de atuação dadas pelo Ato Adicional, foi criado o Liceu Paraibano de 1836, assim como se realizou um concurso público para a contratação de professores e professoras (PINHEIRO, 2008a, p.09).

De todo modo, é importante atentar para o fato de que a instrução pública, no Brasil, era seletiva, sendo direcionada à preparação das elites em detrimento da educação do povo. Algumas localidades, a exemplo da comarca de Pilar, em 1821, solicitaram disciplinas de primeiras letras ao poder público para o ensino de meninos, a fim de torná-los hábeis para o trabalho na Província. É importante ressaltar que funções administrativas na nova nação eram ocupadas por representantes da elite agrária e mercantil, restando à população pobre e escrava a educação religiosa (PINHEIRO, 2008b, p. 16).

Em relação à educação das meninas, destacamos as obras desenvolvidas pelo Padre Gabriel Malagrida, na Paraíba, e pelo Frei Caetano de Messina, em Pernambuco. Assim como Padre Ibiapina, esses religiosos desenvolveram suas obras de caridade no interior das províncias nortistas, enquanto outras irmandades – a exemplo da Irmandade da Misericórdia – tinham por praxe situar seus trabalhos nas capitais das províncias. Maria Célia Nascimento (2009, p.91) destaca que Frei Caetano de Messina, em Pernambuco, erigiu um abrigo e colégio para meninas pobres na localidade de Bom Conselho, mas funcionou apenas entre os anos de 1851 a 1853, não resistindo aos problemas econômicos e estruturais, agravados pela seca.

O Padre Gabriel Malagrida, por sua vez, iniciou antes do Frei Messina seus trabalhos de caridade. Malagrida nasceu na cidade italiana de Menaggio, em 1689, e faleceu em 1761 na cidade de Lisboa. De acordo com Maria Célia Nascimento (2009, p.91), ele foi fundador

dos primeiros recolhimentos para mulheres “de má reputação” no Norte do Brasil. Em Pernambuco, na localidade de Igarauçu, ele fundou, juntamente com o Padre Miguel Rodrigues de Sepúlveda, um abrigo para as “madalenas arrependidas”. No geral, como alerta Nascimento (2009, p.91) e Marcílio (2006, p.164), esses abrigos, até as primeiras décadas do século XIX, não ofertavam nenhum tipo de instrução, funcionando mais como casas de recolhimento. As pessoas ali recolhidas encontravam-se desobrigadas de atividades educacionais, religiosas ou voltadas para o trabalho.

O trabalho realizado pelo Padre Ibiapina foi inspirado naquele realizado por seus antecessores, o Padre Malagrida e o Frei Messina. De acordo com Celso Mariz (1980, p. 116), a educação pública voltada para o sexo feminino “estaria abaixo de toda apreciação” se não fosse pelos colégios do Padre Ibiapina. Além das prendas, profissões e letras, buscava-se especializar algumas moças – aquelas que viviam em melhores condições – tornando-as “mestras públicas”, a fim de facilitar-lhes “estado”; ou seja, a ideia era proporcionar condições a essas moças de realizar matrimônio e, possivelmente, conseguir uma profissão, normalmente relacionada à docência.

A realização do matrimônio, sobretudo para uma menina exposta ou enjeitada, era de extrema importância na sociedade à época. Sobre essa situação, visualizamos em relatório do ano de 1875, redigido pelo padre Lindolpho José Corrêa das Neves:

Existem actualmente 11 expostos, número que não é excessivo para a população. Tinham passado do anno Compromissal, atrazando 11, e durante o findo nenhum entrou. Continuo a observar o mesmo zelo e dedicação da parte das createiras. Todos os expostos são bem tractados, e alguns frequentam ás escolas. Sem querer renovar as considerações que tenho feito em outros relatorios, sobre a necessidade de usar Hospicio para recolhimento dos expostos, e educação das expostas, não posso deixar de insistir sobre a realização d’esta Idea de grande alcance para o futuro. No anno findo foram distribuidos entre elles roupas. **Vae casar uma exposta, e nós, possuidos do verdadeiro espírito de charidade, doamos um pequeno auxilio para as despezas.**¹⁵⁶

Nos excertos que se seguem, de autoria do mesmo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, podemos identificar o

Existem actualmente seis expostos, cinco do sexo fiminino, e um do masculino. Apezar da economia, que me tenho imposto, ainda não recusei, e nem Deus permitta, que me seja obrigado a recusar socorros a qualquer infeliz, a quem os carinhos maternaes faltam entrar na vida, entretanto, em

¹⁵⁶ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1875, grifo nosso.

consequencia da diminuição da subvenção provincial, contra o costume adoptado por esta Administração, **foi mister suspender os socorros a três expostos, que tinham completado a idade. Não deixamos, porem, de auxiliar o casamento de uma outra, que tomou esse estado.**¹⁵⁷

No ano seguinte, observou os sobreviventes da mortalidade que atingia muitas famílias que haviam se abrigado no hospital: “Morrendo no Hospital famílias inteiras, deixando apenas um, ou dous filhos de menor idade, ou **filhas honestas, tenho-as conservado ali até que seja possível assegurar-lhes um futuro honesto.**”¹⁵⁸

Nesse sentido, destacamos três aspectos importantes nos relatos do provedor: a influência do dote na sociedade, o sentimento de gratidão à atuação das criadeiras e a necessidade de melhores condições para os cuidados com os expostos. Em relatório de 2 de julho de 1883 escrito pelo presidente da Santa Casa, Dr. Antonio de Sousa Gouvêa, afirma-se que havia onze expostos e com eles despendia-se a quantia de novecentos e quatro mil réis mensais.

Em geral, havia um cofre destinado ao recolhimento de órfãs, habitualmente pobres, assim como das expostas criadas nas Santas Casas; esse cofre era mantido através de doações. Assim, dote e honra eram aspectos que convergiam para a destinação ao casamento.

Segundo Margareth de Almeida Gonçalves (1987),

O regime de casamento prevalente, na colônia e em parte do século XIX, estava conduzido por meio de relações de interesse; pela aliança se garantia a perpetuação e crescimento do patrimônio econômico e social da família. A instituição do dote adquiria importância na regulação das trocas matrimoniais. A mulher sem dote estava provavelmente fadada ao não-casamento. (GONÇALVES, 1987, p.42).

Desse modo, as Casas de Caridade do Padre Ibiapina recebiam não apenas mulheres pobres e meninas órfãs e enjeitadas, mas também moças de posses, que buscavam instrução para um casamento e/ou a possibilidade de um ofício. No entanto, como pondera Maria Célia Nascimento (2009, p.92), alguns pais preferiam manter as filhas analfabetas, numa tentativa de evitar a troca de correspondências com namorados. Era corriqueiro que filhas de famílias importantes vivessem e morressem sem aprender a ler ou escrever; muitas, no máximo,

¹⁵⁷ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1876, grifo nosso.

¹⁵⁸ Relatório feito pelo provedor Lindolpho José Correa das Neves, ASCM/PB, 1878, grifo nosso.

apenas aprendiam a escrever o nome.

Essa postura em relação à submissão da mulher pode ser vista, como abordado anteriormente, na sociedade europeia, consolidando-se no Brasil por meio da influência portuguesa. A exportação dos costumes, da fé católica e da mentalidade da época para o Brasil definiu o papel social da mulher, visto primordialmente como um instrumento para gerar filhos. Entretanto, as atitudes contraditórias masculinas diante do feminino eram comuns, e fizeram-se presente nas artes e também na religião ao longo do tempo.¹⁵⁹

A falta de um lugar apropriado para a educação das crianças expostas, a ausência de “amor materno”, os riscos da indolência e o perigo da criminalidade eram temores que reiteradamente eram repetidos nos discursos dos provedores. A educação das meninas expostas era considerada importante para que elas pudessem ser boas mães de família; a vadiagem e a prostituição eram ameaças que poderiam levar ao declínio de uma civilização incipiente. As rendas, bordados e trabalhos domésticos fariam com que essas meninas pudessem ser donas de casa exemplares, revelando o triunfo dos cuidados e da instrução sobre a barbárie.

Existem dez expostos soccorridos, e alimentados pelo estabelecimento, e durante o anno morreu um. Essa mortalidade manifesta o zelo com aquelles infelizes, aos quais cedo faltavam os naturaes animos, são tractados pelas carinhosas mulheres, que d'elles se encarregam. É como sabeis uma idade bem exitica a infância, mas tal é a disposição d'essas mulheres, que apenas um infeliz sucumbio durante o anno. **Entre esses expostos existem algumas meninas maiores de sete annos; mas nós, sempre caridosos, attendendo à que n'essa idade estas necessitam de educação e ensinno, resolvestes conserva-lhes as pensões, no que obrastes a meu ser esse acordo ao fim d'esta Instituição.** Abandonar aos nenhuns recursos das createiras indigentes, ou ás Antonias, que pregem os orphãos em misteres assés, como se observa, aquellas pobres crianças que não bastes à morte no começo de sua existencia, seria um crueldade. **Aquellas são filhas do Estabelecimento, e a caridade de acordo com a sociedade exigem, que façam os d'estas boas mães de famílias.** Continuo a pensar, que é necessário o estabelecimento de uma casa de expostos interna, e pelos motivos, que de outra ves sois expres. Infelismemente nossos recursos são minguidos; mas não devemos descansar, pois não é possível, que a Assembleia provincial se esqueça por mais tempo d'esse importante objecto, que tem merecido em todos os países aos cuidados dos que governam. Existem nove pensionados

¹⁵⁹ José de Anchieta, missionário jesuíta, contrapunha visões distintas de mulheres: em seus autos, a figura feminina aparecia comumente associada à Virgem Maria, como um ideal de santidade; ou à Velha indígena, personagem referenciada em alguns autos, que se constituía em uma representação da mulher diabolizada. Sobre esse tema, é interessante a análise empreendida no artigo “As representações do feminino no teatro de José de Anchieta”, de Eldécio Mostaço e Carla Ladeira Machado. Nele, analisam a sexualidade feminina e o papel no teatro nas Américas, enfatizando como Anchieta caracterizou aspectos da sexualidade das mulheres no processo de catequese indígena.

pelo estabelecimento. Seu estado de indigencias nnos soa a compaixão, e aquelles infelizes sentem a mão benefica da caridade, mitigam-lhes o sofrer.¹⁶⁰

No relatório referido, o provedor Lindolpho José Corrêa das Neves reafirma a importância da Santa Casa e da caridade, como instrumento de cuidados e redenção. Abaixo, podemos ver um trecho do relato dos mordomos do Hospital e dos expostos sobre a difícil situação dos expostos, e o temor de males como a exploração materializada, sobretudo, na prostituição:

Em outras provincias é melhor amparada a sorte dos expostos; aqui porém é digna de commiserção, como todos sabemos porque sem a necessaria educação a única profissão que lhe destina sua mãe de criação é a criadagem quer para um, quer para outro sexo! Afim de se subvertirem com os seus alugueis! É a exposta que chega a mocidade frequentemente se entrega a prostituição pela má educação que lhe deo sua ama de leite ou mãe de criação!¹⁶¹

No mesmo ano, José Bezerra Cavalcanti, ao assumir a provedoria da Santa Casa, em outro relatório, endossa as ideias defendidas anteriormente:

E para lamentar, porém, que a S. Casa e o governo da provincia não disponham de meios para o estabelecimento de um azilo orphanologico, destinado a edificação dessas crianças e d'outros tantos que infelizmente inundão as ruas de nossa capital, **e mais tarde, talvez, impellidas pela lei fatal de necessidade, serão forçadas a precipitar-se nos vossos desejos da prostituição e da miseria.**¹⁶²

Se havia o medo de que as meninas expostas e órfãs fossem desviadas para o “mau caminho”, representados pela prostituição e miséria, a realidade trazida pela educação também não era das mais fáceis. No jornal “O Tempo”, observamos duas publicações que revelam problemas relacionados à instrução pública feminina. Em 26 de junho de 1865, vemos a seguinte publicação:

¹⁶⁰ Relatório do provedor Lindolpho José Corrêa das Neves, ASCM/PB, 1863, grifo nosso.

¹⁶¹ Relatório de autoria dos Mordomos José Bezerra Cavalcanti d'Albuquerque e Rufino Olavo da Costa Machado, ASCM/PB, 1884.

¹⁶² Relatório de autoria do mordomo J. Bezerra Cavalcanti, ASCM/PB, 1884, grifo nosso.

Pergunta Innocente. Porque é que todas as classes vão vigorando até as mais íntimas alimentadas de privilégios e garantias e somente a da pobre instrução pública primaria, tão desfavorecida e desabrigada, vai definhando, esmorecendo e vacillando a borda do abysmo, onde muitos a querem sepultar, cheia de miséria e desprezo? Esperamos do distincto Sr. Director Interino, que salvará esta miserável órfã, sua tutelada, do abandono em que vive e fará brilhar no meio da sociedade esta infeliz classe de mendigos ou peregrinos como lhe quizerem chamar como uma nobre classe de empregados públicos. Orphã de Caridade¹⁶³

Imaginamos que, pela escrita, crítica e solicitação apresentadas, tratar-se de uma professora que pede melhores condições para os funcionários que se dedicam à educação pública. É interessante ver que ela se apresenta como “órfã de caridade”, numa referência à condição de abandono à qual a educação pública se encontrava. Em 26 de outubro do mesmo ano, foi publicada uma reclamação, também destinada ao diretor da instrução pública. O autor, sob o pseudônimo de “Um por todos”, denuncia a situação das cadeiras de primeiras letras do sexo feminino na vila de Bananeiras:

Para o Sr. Director da instrução pública lêr. Pede-se ao Illm. Sr. Director da instrução pública que lance suas vistas sobre a cadeira de primeiras letras do sexo feminino, da villa de Bananeiras, onde as respectivas alumnas estão constantemente expostas a ouvirem as palavras mais deshonestas, devido ao estado de constante embriaguez em que vive o marido da professôra. É fácil de avaliar quanto se torna prejudicial semelhante facto a educação das crianças que o presencião quasi todos os dias, e suppomos fazer um beneficio denunciando-o pela imprensa e pedindo providencias contra sua continuação. Há pouco aconteceu o seguinte caso digno de todo o reparo, e que foi testemunhado por grande número de pessoas. Chegando, pela 5ª ou 6ª vez, ao conhecimento do subdelegado Manoel Nunes que várias famílias honradas e honestas eram constantemente insultadas por Jovino, marido da professora mencionada, deu ordem o _____mo subdelegado ao cabo José _____pe para prende-lo e recolher á _____ apenas o encontrasse ébrio pel_____ da villa. Passados poucos dias _____no, apesar de avisado, apresentou-se no estado mais deplorável insultando a todos que encontrava, como de costume. É-lhe intimada a ordem de prisão, porém infelizmente não pôde ser realizada, em consequência de se lhe oppor João Neves, protector do mesmo Jovino! Ridicularisada assim publicamente a ordem do subdelegado Manoel Nunes, segue Jovino cambaleando para casa, onde, não obstante estar funcionando a escolla, dirige da porta d’aula tantos insultos e immoralidades, que a professora para poder contê-lo e acabar com tamanho escândalo, deu immediatamente por findos os seus trabalhos, despedindo as discípulas ás 11 do dia! Fiado na protecção de que hoje goza, Jovino tem-se tornado ainda mais insupportavel, occasião há em que apresenta-se na escolla com a maior indecencia... A vista destes factos, presenciados aqui por

¹⁶³ Jornal “O Tempo”, 26 de junho de 1865, p. 3.

todos, e que já perdemos a esperança de ver reprimidos, não podemos deixar de recorrer ao sr. director, a quem pedimos com instancia que ponha um paradeiro a tanta immoralidade, como lhe cumpre, em que beneficio manifesto da mocidade desta vila. Bananeiras 10 de outubro de 1865. Um por todos ¹⁶⁴

Observamos que as meninas, assim como a professora, sofreram de, pelo menos, duas maneiras: com os sucessivos abusos de Jovino, marido da professora; e com o conseqüente prejuízo no andamento das aulas. Não sabemos se as devidas providências foram tomadas contra Jovino. Em razão da proteção que ele gozava, talvez ainda tenha continuado com o seu comportamento violento.

Percebemos que toda influência vista como perniciosa e imoral deveria ser afastada, especialmente das meninas, percebidas como seres frágeis, a fim de que sua educação não fosse prejudicada. Como alerta Luciana Gandelman (2005, p.57), desde a Época Moderna, as mulheres, especialmente as viúvas, e as crianças, sobretudo as órfãs, ganharam centralidade na configuração dos necessitados de auxílio, os chamados, *miserabiles personae* – pessoas miseráveis. Esse caráter de miserabilidade conferido especialmente às mulheres e órfãs, aliado ao espírito cristão de compaixão, influenciou sobremaneira nas ações caritativas no que se refere às crianças órfãs e abandonadas, inclusive nas terras d’além-mar da colonização portuguesa. Marcílio (2006, p.29) atenta para o fato de os cristãos perceberem especialmente os enjeitados como *alumni* de Deus, concepção reforçada pela literatura cristã. A partir do século V, houve estímulo à *aliena misericordia* – a misericórdia do outro – de modo mais explícito em toda a Europa, tendo sido essa concepção reforçada nas terras brasileiras.

Percebemos, assim, que as condições de pobreza e a assistência principalmente para as mulheres e crianças era diferenciada. Essa ideia pode ser compreendida como fruto das próprias diferenças estruturais na pobreza dita masculina e na feminina, e na fragilidade que passou a ser percebida nas crianças. Luciana Gandelman (2005, p.58) aponta que a primeira estaria mais ligada a elementos conjunturais, ou seja, momentos críticos de crise; a pobreza feminina, por sua vez, tenderia a ser estrutural, ou seja, as mulheres tenderiam a ter mais risco de caírem na pobreza em circunstâncias não necessariamente de crise econômica, mas ligadas, por exemplo, ao ciclo de vida. Para os meninos, objetivava-se principalmente a qualificação para o trabalho; para as meninas, a formação de boas esposas e mães de família; para ambos, a disciplina.

A vulnerabilidade das mulheres no tecido social não se caracterizava somente pela

¹⁶⁴ Jornal “O Tempo”, 26 de outubro de 1865, p. 3.

exclusão das instituições laborais, pelo impedimento de transmissão de patrimônio e limitações na gestão dos bens, mas igualmente derivava do problema da administração das honras familiares associadas à honra sexual das mulheres e as conseqüentes tentativas de limitar sua atuação no espaço público (GANDELMAN, 2005, p.59). Desse modo, em uma realidade na qual preconceitos de cor e gênero vincavam a sociedade, podemos conjecturar que a condições de vida das mulheres, inclusive das meninas órfãs, relacionam-se a uma dinâmica social duradoura que inseria cada indivíduo segundo o gênero em um sistema material e simbólico determinado, deixando as mulheres numa posição de desvantagem.

4.2 O que reserva o porvir? Projeções para os expostos e órfãos pobres em fins do século XIX

Os trabalhos exercidos pela Santa Casa de Misericórdia fundaram-se na caridade cristã. Esta noção estava ligada à ideia de que os bens vinham de Deus. A ideia de caridade era responsável por dois tipos de circulação de recursos, segundo Isabel dos Guimarães Sá (1998, p.37): a vertical e a efetuada entre vivos e mortos. A primeira refere-se ao percurso da acumulação de recursos junto aos mais abastados até a distribuição por certos grupos considerados necessitados ou vulneráveis. Essa forma de circulação, como observa Sá, acarreta por um lado a concretização das distinções e hierarquizações sociais e por outro, relações de obrigação e clientela. A segunda, que diz respeito à caridade entre vivos e mortos, compreende a troca de benefícios caritativos: os vivos rezavam e velavam pelos seus mortos, enquanto estes, no mundo espiritual, trabalhavam pela proteção dos seres vivos.

A caridade, porém, não era isenta de princípios retributivos. Nem sempre os pobres recebiam sem ter que oferecer algo em troca. Rezas pelas almas dos benfeitores e obrigação de acompanhar enterros faziam parte dos elementos de reciprocidade que não poderiam ser ignorados. O sofrimento, para o bom pobre, era um meio de chegar à salvação. E quem era o bom pobre? Era aquele que rezava, comungava e ostentava certa retidão moral. Apesar dos percalços impostos pelo sofrimento, era dever da caridade cristã evitar a morte ao abandono, sem o conforto proporcionado pelos sacramentos. Era obrigação moral de o cristão oferecer consolo às dores do corpo e da alma. Nesse sentido, como reflete Lília Ferreira Lobo (2008, p.282), a busca pela ajuda aos necessitados, aliada à moralização dos costumes, constituía-se

em atos de controle que se disseminaram em conjunto com a preocupação religiosa da salvação das almas. Além disso, foram práticas que conferiram poder às pessoas que participavam dos quadros da instituição.

As crianças expostas e órfãs, então, não estavam livres das obrigações que deveriam prestar à comunidade religiosa e à própria sociedade. Por terem sido salvos pela caridade, elas deveriam retribuir a vida, a criação e a educação que tiveram. O trabalho e uma vida pautada na disciplina e na moralidade eram os caminhos pelos quais os expostos e órfãos beneficiariam a sociedade, presenteando-a pela oportunidade de viver.

Em relação à educação, quando o Colégio dos Educandos Artífices foi fechado em 1875, poucas opções surgiram para a educação elementar dos meninos órfãos. A presença da Escola Normal, criada na cidade da Paraíba em 1883, tendo sido fundada apenas em 1885, veio como o princípio de uma abertura escolar mais ampla para meninos e meninas. A Escola Normal baseava-se nos ideais positivistas de civilização, regeneração e ordem. A proposta era dar acesso à cultura e à civilização à população, ideias herdeiras do iluminismo francês. (ARAÚJO, 2010, p. 82). Além disso, tanto docentes quanto discentes deveriam encontrar-se alinhados ao discurso que pregava a propagação da moral e dos bons costumes. Em fins do século XIX, a educação, com a criação de novas escolas, harmonizava-se amplamente com a defesa da instrução pública e com outras realidades europeias, inserindo-se no projeto civilizador e moralizante brasileiro, compreendido como necessário à modernização e ao progresso das províncias brasileiras¹⁶⁵.

A educação era restrita, e o trabalho e o casamento não eram opções que todos queriam, ou conseguiam. Em relação ao trabalho, com o fechamento do Colégio dos Educandos Artífices, os expostos poderiam ser encaminhados para os Aprendizes do Arsenal da Guerra ou para a Escola de Aprendizes de Marinheiro, no Recife. Além disso, acabavam por constituir-se em uma mão de obra complementar quando eram incorporados em algumas casas de famílias. Por vezes, eles exerciam atividades domésticas, sem que os chefes de domicílios tivessem a obrigação de pagá-los. Para Renato Pinto Venâncio (1999, p.147), essas práticas chegavam a se confundir com a escravidão. Inclusive, Alcileide Nascimento (2008, p.215) aponta que muitos expostos corriam o risco de serem vendidos como escravos por suas amas, mulheres que se articulavam numa espécie de “contrabando de crianças”.

Para os meninos, havia ainda a possibilidade de seguir o caminho do sacerdócio.

¹⁶⁵ Sobre a Escola Normal na cidade da Paraíba e a elaboração de um projeto educacional civilizador em fins do século XIX, ver Rose Mary de Souza Araújo (2010).

Renato Pinto Venâncio (1999, p.147) assinala que o sacerdócio “purificava socialmente” o exposto, abrindo possibilidades de ascensão social, seja por meio da burocracia eclesiástica, seja por meio da atividade política, práticas sociais que comumente encontravam-se interligadas no Brasil Império. Paulo César Garcez Marins (2002, p.55) informa um exemplo dessa situação: o padre Diogo Antônio Feijó, nascido no ano de 1784 e exposto na soleira de uma porta, batizado como exposto e declarado filho de pais incógnitos. Ele se constituía em um bom exemplo para ser seguido pelos jovens expostos, como uma maneira de encontrar seu espaço na sociedade.

Outra personalidade cuja origem remete à Roda dos Expostos foi o escritor José de Alencar. O escritor português Ramalho Ortigão, que idealizou em conjunto com Eça de Queirós a revista mensal “As Farpas”, lamentava em janeiro de 1878 a morte de Alencar, ocorrida em dezembro de 1877:

A morte de José de Alencar, o auctor do Guarany e de Luciola, representa uma das maiores perdas para a litteratura brazileira, tão notavel nos ultimos tempos pela cooperação dos seus poetas e dos seus pensadores. Na sociedade do Brazil, que o principio da escravidão desviou por tantos annos tenebrosos do seu destino e do seu desenvolvimento natural, a organização moderna do trabalho livre é ao mesmo tempo a criação de um novo elemento social—o povo. José de Alencar, romancista, poeta, jornalista, tribuno, influenciando poderosamente o seu tempo pela penna e pela palavra, era a imagem synthetica d'esse poder que se chama a Plebe, que procede da lama, e decide da sorte dos imperios. Elle, que alcançara um dos mais luminosos logares entre os homens mais celebres e mais prestigiosos do seu tempo, **sahira do esgoto da cidade, procedera da roda dos expostos. Esse engeitado era a personalisação mais gloriosa da soberania do trabalho**, affirmando elle mesmo o seu direito, desembainhando no throno da arte a sua larga espada de justiça, vestindo a tunica e a dalmatica azul, calçando as esporas de ouro nos coturnos hordados de lizes, e fazendo-se ungir e sagrar pelas multidões como os antigos eleitos do senhor. E era a elle, como a todo o artista victorioso e triumphante, que se deveria dizer como Samuel ao rei Saul: «Deus te elegeru para reinar sobre a sua herança e para livrar os povos das mãos dos seus inimigos.» (ORTIGÃO, 1878, p.5, grifo nosso).

Não foi por acaso que, na obra literária de José de Alencar, a temática dos expostos foi recorrente. No drama “O Jesuíta” e no romance “Til”, nos deparamos com as dificuldades enfrentadas por personagens que sofreram com a exposição e o abandono¹⁶⁶. Desse modo,

¹⁶⁶ A peça teatral “O Jesuíta”, escrita em 1861 e encenada em 1875, recria o ambiente político que antecedeu a expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759, apresentando o protagonista e a Ordem como os mais capazes para implantar o projeto de Nação no Brasil. Sobre esse drama, ver Fleck e Tavares (2009). O romance “Til”, publicado em 1872, tem seu enredo situado no interior paulista, em 1846. Til é uma filha “ilegítima” que foi criada por uma viúva e, após passar por uma série de provações, acaba por conhecer suas origens, vinculadas a uma família da elite do interior de São Paulo. O romance aborda questões como a escravidão e as disputas pelo

para o bem da civilização, era importante que os jovens expostos pudessem ter em quem inspirar-se, a fim de que tomassem como exemplo possíveis heróis que, conforme sua trajetória de vida, demonstravam que podiam superar-se e inserir-se em outros círculos sociais.

Nesse sentido, a primeira trajetória da criança exposta e enjeitada na sociedade era o seu batismo; pela água batismal, o exposto imergia na comunidade, adquirindo um nome e um lugar social, apesar de esse lugar resultar em uma série de restrições. Ao receberem educação, trabalharem e se casarem, os expostos consolidavam seus lugares sociais na comunidade por meio dos valores do trabalho honesto; da participação na construção de um ideal de família chancelado pela Igreja; e da não-perpetuação da ilegitimidade aos seus filhos, pois estes seriam inscritos nos Assentos de Batismo revestidos da legitimidade da filiação. Desse modo, demonstravam que os esforços da civilização tinham rendido frutos, e que a comunidade, enfim, poderia traçar o rumo do progresso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ano de 2013, a Rede Globo exibiu uma novela chamada “Lado a Lado”, cujo recorte temporal compreendia fins do século XIX e início do século XX, no Rio de Janeiro. Uma das personagens principais, a negra Isabel, conseguiu sair da situação de pobreza em que vivia porque fora enviada para a França, por uma estrangeira que vivia no Brasil, e lá conquistou sucesso realizando exposições culturais de raízes africanas, por meio de espetáculos de dança.

No episódio exibido em uma segunda-feira, dia 14 de janeiro de 2013, Isabel, ao conversar com uma amiga, explicava suas razões para fazer uma apresentação de dança em um evento beneficente promovido por um determinado senador. Isabel revelou que antes de sair do Brasil, ao saber que estava grávida de um homem branco da elite – e solteira – chegou a pensar em deixar seu filho na roda dos desvalidos. Ela afirmou que entendia a dor das mulheres que por alguma razão abandonaram suas crianças. E, em virtude disso, iria dançar em um evento organizado pelas classes abastadas. A motivação não era apenas levar a dança de matriz africana para um meio social diferente, meio esse que costumava desprezar as manifestações da cultura negra, mas principalmente auxiliar as crianças expostas e os órfãos pobres.

Apesar de se tratar de uma obra ficcional, com foco na sociedade carioca, a novela abordou uma situação que ocorreu em diversas localidades do país: o abandono e a exposição de crianças. As motivações para esses atos nem sempre chegaram às mãos dos pesquisadores. Nesse sentido, os escritos dos memorialistas, a literatura e outras manifestações de arte nos sugerem as possíveis situações, as emoções, as cores, os odores de um passado que buscamos resgatar. A motivação da Isabel ficcional pode ter sido a mesma que angustiou inúmeras outras Isabel, Ana, Maria, Joanna, mulheres que independentemente do nome e da região, compartilharam um sentimento similar.

Vimos que as crianças expostas e órfãs pobres eram tratadas de uma maneira parecida: pequenos sem lar, sem família, que passariam a ter como mãe a pátria, e como madrinha, em muitos casos, a Igreja. Assim, elas deveriam mostrar-se úteis ao Estado e à sociedade que, em um movimento contraditório, rejeitavam, mas também acolhiam essas crianças.

Ao longo dos capítulos deste estudo, percebemos que a Província da Paraíba buscava alinhar-se ao discurso de formação do Estado-nação, tornando-se mais higiênica, organizada e, por conseguinte, civilizada. Civilizar pressupunha ações, tanto no campo do estímulo

positivo, sobre o que deveria ser feito, como também no estímulo negativo, disciplinando o que não deveria acontecer. A morte de crianças nas ruas, principalmente ocasionadas por alguns dos gêneros de morte violenta como a asfixia, pisoteamento ou ataque de animais, como pontuava o padre Lindolpho José Corrêa das Neves, era uma realidade que não cabia numa sociedade civilizada. Os progenitores das crianças, especialmente as mães, deveriam responsabilizar-se por suas crias, exercendo o ofício materno, percebido como uma dádiva de Deus.

Assim, no discurso civilizatório que também passou a ser defendido pela elite paraibana, a barbárie da sujeira, da doença e da morte pública de crianças deveria ser evitada a todo custo. Observamos que a maior parte dos abandonos acontecia nas “soleiras das portas”, aparentando ser preferível deixar essas crianças aos cuidados de famílias ao invés da Santa Casa de Misericórdia. Essa preferência, provavelmente, é reveladora do que não confirmamos em relação aos dados de mortalidade na Santa Casa da Paraíba, mas que a historiografia nacional vem demonstrando nas suas pesquisas: o número de morte de crianças era alto, e a Santa Casa nem sempre era a primeira opção quando se pensava em garantir a vida dos pequenos expostos.

Desse modo, nem sempre o abandono realizado pelas mães representava um ato de desamor: quando os pequenos eram deixados nas soleiras das portas, havia uma preocupação com a destinação dessas crianças. Talvez, as possibilidades que aguardavam os pequenos expostos tivessem a probabilidade de serem mais auspiciosas do que a permanência na companhia dos seus genitores.

A propósito da realidade da Santa Casa, e a título de reflexão, situações atuais parecem nos oferecer um panorama do que poderia ter acontecido nesses locais de recolhimento no passado. Em 4 de junho deste ano, foram descobertos quase 800 esqueletos de crianças, em um cemitério clandestino localizado em um convento católico na Irlanda, que abrigou mães solteiras, em sua maioria internadas à força pelas famílias, entre 1926 e 1961. Os documentos apontam que 796 crianças morreram por doenças, desnutrição e maus tratos em um período de 35 anos¹⁶⁷. Em 16 de julho, também deste ano, 458 crianças foram encontradas vivendo em condições de abuso, insalubridade e de quase escravidão no orfanato “La Gran Familia”, no

¹⁶⁷ Sobre o cemitério de crianças encontrado no convento irlandês, ver notícia disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo/quase-800-esqueletos-de-bebes-foram-encontrados-em-convento-da-irlanda-12714560>>.

México¹⁶⁸. Malgrado essas situações terem ocorrido em outros países, nos séculos XX e XXI, e termos de respeitar as particularidades históricas, imaginamos que situações como as apresentadas não se restringiram a uma determinada localidade, região ou temporalidade.

Na cidade da Paraíba, no século XIX, na falta de uma Casa dos Expostos, de um Asilo ou Colégio de Órfãos, as crianças eram destinadas a viver com suas criadeiras. Para aqueles pequenos que conseguiram sobreviver, ou não foram vendidos ou trocados no meio do percurso, e para as crianças órfãs que sobreviveram às suas famílias nas constantes secas que abalaram a Província e acabaram sob a proteção da Santa Casa, o mundo da disciplina, do trabalho e do casamento os aguardava. Nesse sentido, nem sempre as criadeiras, comumente tão elogiadas pelos provedores, eram exemplos de amor maternal mais forte ou confiável do que os das mães biológicas.

Era importante evitar que essas crianças passassem de órfãos, “filhos rejeitados”, “filhos de ninguém” a “filhos da rua”. As crianças abandonadas, sem proteção e orientação, vagavam soltas pelas ruas da cidade, cometendo pequenos furtos, contraindo e disseminando doenças, estando destinadas à miséria, à mendicância e à prostituição, conforme os olhares críticos dos provedores da Santa Casa e dos presidentes da Província.

Era necessário pôr fim a essa realidade, oferecendo formação a essas crianças que passavam a representar o futuro do país. O Colégio dos Educandos Artífices, as Colônias Agrícolas e as Casas de Caridade eram os espaços nos quais as crianças expostas e órfãs sentiam seus corpos e mentes se dobrarem diante da disciplina. O Colégio, de vida curta, encaminhou algumas crianças para a Escola de Aprendizes Marinheiros, no Recife. As meninas, por sua vez, aprendiam as primeiras letras, mas a sua educação era voltada para a vida doméstica: bordados, rendados, cozinha, maternidade e casamento eram os aspectos da vida que lhes eram destinados.

No entanto, percebemos que a formação das crianças órfãs e abandonadas era um ideal, em se tratando da realidade da Província da Paraíba. Os cuidados com essas crianças aparentavam estar inseridos majoritariamente no âmbito do discurso, pois poucas ações governamentais foram mobilizadas a fim de salvaguardar e educar os pequenos expostos. Vimos que em outras localidades, a exemplo do Recife, na Província de Pernambuco, havia uma Casa dos Expostos destinada ao recolhimento dessas crianças. Na Província da Paraíba, não havia uma instituição que pudesse dar guarida às crianças abandonadas. A Santa Casa de

¹⁶⁸Sobre o caso do orfanato no México, ver a notícia disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1486650-mexico-encontra-mais-de-450-criancas-em-condicoes-desumanas-em-orfanato.shtml>>.

Misericórdia abrigava os expostos temporariamente. As crianças enjeitadas, abandonadas e órfãs que ficassem sob a responsabilidade da Santa Casa de Misericórdia eram destinadas, em grande parte, a viverem com suas criadeiras, ou até mesmo estavam sujeitas às manobras irregulares de pessoas que viam no trabalho forçado dos pequenos uma modalidade menos dispendiosa e, por conseguinte, mais lucrativa. Além disso, as experiências institucionais relacionadas à educação e ao trabalho foram efêmeras, como pudemos observar nos casos das Colônias Agrícolas e do Colégio dos Educandos Artífices.

Nos documentos analisados da Santa Casa de Misericórdia, não encontramos informações sobre o destino da maioria das crianças. Em alguns casos, como vimos ao longo do trabalho, algumas crianças foram destinadas para viver com “boas” famílias, ao casamento ou a continuar na companhia de suas criadeiras. Não temos informações sobre quantas crianças seguiram esses rumos, nem sobre o que aconteceu posteriormente, ao longo de suas vidas. Também não identificamos dados que pudessem associar as crianças das Colônias Agrícolas, o Colégio dos Educandos Artífices e as Casas de Caridade com aquelas que ficaram abrigadas e tiveram seus dados registrados nos documentos da Santa Casa de Misericórdia.

Desse modo, a sobrevivência das crianças expostas relacionava-se mais ao acolhimento familiar, intermediado em parte dos casos pela Igreja Católica, com pouco envolvimento do Estado nas questões relacionadas a sobrevivência dos pequenos. Assim, a entrada dessas crianças no mundo dos adultos, muitas vezes, iniciava-se em tenra idade, e a sua permanência na vida dependia mais dos laços de apadrinhamento e da caridade dos seus acolhedores.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

a) Fontes manuscritas do Arquivo da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba (ASCM/PB)

Livro dos Expostos, 1869-1897.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha, 1861.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1862.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1863.

Relatório feito pelo mordomo da Santa Casa de Misericórdia Luís da Veiga Pessoa Cavalcante, 1863.

Relatório feito pelo mordomo da Santa Casa de Misericórdia Felizardo Toscano de Brito, 1865.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1874.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1875.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1876.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1878.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Benjamim Franklin de Oliveira e Melo, 1879.

Relatório do provedor da Santa Casa de Misericórdia – sem identificação do autor –, 1880.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1881.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Lindolpho José Corrêa das Neves, 1882.

Relatório feito pelo presidente da Santa Casa de Misericórdia Dr. Antonio de Sousa Gouvêa, 1883.

Relatório feito pelo mordomo e pelo vice-presidente da Santa Casa de Misericórdia – Relação de Expostos –, 1884.

Relatório feito pelos mordomos José Cavalcanti d'Albuquerque e Rufino Olavo da Costa Machado, 1884.

Relatório feito pelo provedor interino da Santa Casa de Misericórdia J. Bezerra Cavalcante, 1884.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Dr. Gama e Mello, 1886.

Relação de Expostos, 1887.

Relatório feito pelo provedor da Santa Casa de Misericórdia Silvino Elvídio C. da Cunha, 1888.

Relatório do provedor da Santa Casa da Misericórdia Dr. José Ferreira de Novaes, 1889 a 1890.

Relatório do provedor da Santa Casa da Misericórdia Maximiano José de Inojosa Varejão, 1891 a 1892.

b) Fontes digitalizadas

ARQUIVO Eclesiástico da Paraíba (AEPB). **Assentos de batismo**, 1833-1860, CD-ROM.

c) Fontes disponíveis na Internet

Dados

BRASIL. Recenseamento do Brasil em 1872. Disponível em:
<<http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72/>> Acesso em: 15 maio 2014.

Compromisso

COMPROMISSO da Santa Casa de Misericórdia de Lisboa. Disponível em: <<http://purl.pt/13349>> .
Acesso em: 4 jan. 2014.

Exposição, Fala e Relatório dos Presidentes de Província da Paraíba

EXPOSIÇÃO circunstanciada sobre o Colégio dos Educandos Artífices dirigida ao Governo Provincial da Paraíba, elaborada pelo diretor Antonio de Souza Gouvêa, 1875. Disponível em:
<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/000076.html>> Acesso em: 5 fev. 2014.

FALLA dirigida à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. 3.o vice-presidente da Província, dr. José Evaristo da Cruz Gouvêa em 7 de junho de 1872. Paraíba, Typ. Conservadora, 1872, p. 13. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/599/000013.html>> Acesso em: 5 set. 2013.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo Presidente Antônio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de maio de 1852. Disponível em:
<<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/hartness/index.html>>. Acesso em: 18 nov. 2013.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo presidente da província, o dr. João Capistrano Bandeira de Mello, na abertura da sessão ordinária em 5 de maio de 1854. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/581/>> Acesso em: 20 nov. 2013.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte em 20 de setembro de 1858 pelo presidente Henrique de Beaufort Rohan. Paraíba, Typ. de José Rodrigues da Costa, 1858. Disponível em: < <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/585/000004.html>> Acesso em: 15 jan. 2014

RELATÓRIO com que o ill.mo e ex.mo snr. barão de Mamanguape recebeu do ill.mo e ex.mo snr. dr. Luiz Antonio de Silva Nunes, a administração da Província da Paraíba do Norte a 17 de março de 1861. Paraíba, Typ. de J.R. da Costa, 1861. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/589/000011.html>> Acesso em: 15 jan. 2014.

RELATÓRIO apresentado a Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. dr. Francisco d'Araujo Lima na abertura da sessão ordinária de 1863. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/592/000009.html>> Acesso em: 15 jan. 2014.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte no dia 1 de outubro de 1864 pelo presidente, dr. Sinval Odorico de Moura, 1864. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/592/000001.html>> Acesso em: 16 jan. 2014.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo vice-presidente Felisardo Toscano de Brito, em 3 de agosto de 1866. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/594/000015.html>>. Acesso em: 15 jan. 2014.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa Provincial da Paraíba do Norte pelo exm. sr. presidente da Província, dr. Venancio José d'Oliveira Lisboa, em 17 de fevereiro de 1870. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/597/000001.html>> Acesso em: 16 jan. 2014.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. Sr. Doutor Silvino Elvidio Carneiro da Cunha, em 7 de agosto de 1874. Paraíba, Typ. Do Jornal da Paraíba, 1874. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/601/000035.html>> Acesso em: 5 fev. 2013.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa da Província da Paraíba do Norte pelo presidente, exm. Sr. Doutor Esmerino Gomes Parente, em 12 de agosto de 1877. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/604/000037.html>>. Acesso em 15 nov. 2012.

Jornais

A REGENERAÇÃO, de 20 de abril de 1861. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/A_REGENERA%C3%87%C3%83O/N_01_A_88/A%20REGENERA%C3%87%C3%83O_20-04-1861.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2014.

ECHO ESCOLASTICO, de 13 de agosto de 1877. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/ECHO%20ESCOLASTICO_13-08-1877.pdf> Acesso em: 30 jul. 2014.

O CONSERVADOR, de 27 de junho de 1877. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/O%20CONSERVADOR_27-06-1877.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

O IMPARCIAL, de 15 de abril de 1861. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/jornais_diversos/1861-1899/O%20IMPARCIAL_15-04-1861.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2014.

O LIBERAL, de 8 de novembro de 1877. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/PERIODICOS_PARAIBANOS/1826%20A%201959/O%20LIBERAL_08-11-1877.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2014.

O TEMPO, de 26 de junho de 1865. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/O_TEMPO/27-02_A_28-12-1865_E%20_14-10-1899/O%20TEMPO_26-06-1865.pdf> Acesso em: 1 ago. 2014.

_____, de 3 de agosto de 1865. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/O_TEMPO/27-02_A_28-12-1865_E%20_14-10-1899/O%20TEMPO_03-08-1865.pdf> Acesso em: 1 ago. 2014.

_____, de 26 de outubro de 1865. Disponível em:

<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisfolhetins/acervo/O_TEMPO/27-02_A_28-12-1865_E%20_14-10-1899/O%20TEMPO_26-10-1865.pdf> Acesso em: 1 ago 2014.

THE PARAHYBA TIMES, de 1894 a 1899. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/>> Acesso em: 9 jul. 2014.

Revistas

ORTIGÃO, Ramalho; QUEIRÓS, Eça. **As farpas**: chronica mensal da politica, das letras e dos costumes. Terceira série, tomo I, janeiro de 1878. Disponível em: <[http://www3.universia.com.br/conteudo/livros/As_farpas_cronica_mensal_da_politica_das_letras_e_dos_costumes\(1873-01\).pdf](http://www3.universia.com.br/conteudo/livros/As_farpas_cronica_mensal_da_politica_das_letras_e_dos_costumes(1873-01).pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2014

REVISTA TRIMENSAL DO INSTITUTO HISTÓRICO, GEOGRAPHICO E ETHNOGRAPHICO DO BRASIL. Tomo XXIX, parte primeira. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1868. Disponível em: <books.google.com.br/books?id=2S4mDsI4JUMC>. Acesso em: 22 set. 2013.

d) Fonte impressa

CONSTITUIÇÕES primeiras do arcebispado da Bahia. **Livro Primeiro**, Título XI, § 40, p. 17.

REFERÊNCIA LEGISLATIVA

a) Constituição

BRASIL. Constituição política do império do Brasil, de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao24.htm>. Acesso em: 1 set. 2013.

b) Leis e decretos

BRASIL. Código criminal do império do Brasil, Lei de 16 de dezembro de 1830. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm> Acesso em: 4 jan. 2014.

_____. Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm> Acesso em: 5 mar. 2014.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/14p949.htm>>. Acesso em: 10 nov. 2012.

PARAÍBA. **Livro de leis e decretos:** 1860-1861. Arquivo histórico Waldemar Duarte. João Pessoa: Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego.

_____. **Livro de leis e decretos:** 1918. Arquivo histórico Waldemar Duarte. João Pessoa: Fundação Espaço Cultural José Lins do Rego.

LIVROS

AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. **A velha Paraíba nas páginas de jornais.** João Pessoa: A União, 1999.

_____; MELLO, José Octávio de Arruda. **Uma cidade de quatro séculos:** evolução e roteiro. João Pessoa: Governo da Paraíba, 1985.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes e imigrantes. In: NOVAIS, Fernando. A (Coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.) **História da vida privada no Brasil: Império.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

ALMEIDA, Angela Mendes de. **Mães, esposas, concubinas e prostitutas.** Rio de Janeiro: Seropédica/EDUR, 1996.

ALMEIDA, Maurílio Augusto de. **Presença de D. Pedro II na Paraíba.** 2. ed. João Pessoa: Ex Libris, 1982.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família.** 2. ed. Tradução: Dora Flakman. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

ARISTÓTELES. **On the generation of animals.** Trad. em inglês: Arthur Platt. Disponível em: <<http://ebooks.adelaide.edu.au/a/aristotle/generation/>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

ASSIS, Machado de. Pai contra mãe. In: MORICONI, Italo (org.). **Os cem melhores contos brasileiros do século.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.19-27.

d'ÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura:** política social e racial no Brasil (1917-1945). Trad. Cláudia Sant'Ana. São Paulo: UNESP, 2006.

BADINTER, Elisabeth. **¿Existe el amor maternal?:** historia del amor maternal, siglos XVII a XX. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1981.

BARBOSA, Cônego Florentino. **Monumentos históricos e artísticos da Paraíba**. 2. ed. João Pessoa: A União, 1994. [1953]

BEAUVOIR, Simone de. **La femme indépendante**. Paris: Gallimard, 2008.

CASTRO, César Augusto. Ordem, trabalho e pobreza: as representações das Casas dos Educandos Artífices no Brasil Império. In: CURY, Cláudia Engler; ROCHA, Solange Pereira da (Orgs.). **Culturas e sociabilidades no Oitocentos**: possibilidades de pesquisa. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2011, p.47-64.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1982.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar**. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

COUTO, Mia. **A confissão da leoa**. Lisboa: Caminho, 2012.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil colônia. 2. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1995.

_____. (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do estado e da civilização. Trad. Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: 1993.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores**: saber médico e prostituição no rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Brasiliense, 2004. [1989]

FREIRE, Maria Martha de Luna. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

GALLIZA, Diana Soares de. **O declínio da escravidão na Paraíba**: 1850-1888. João Pessoa: UFPB, 1979.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe; CHARTIER, Roger (Orgs.). **História da vida privada 3**: da renascença ao século das luzes. Trad. Hildegard Feist. 2. ed. 2010, p.311-330.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Expostos, roda e mulheres: a lógica da ambiguidade médico-higienista. In: ALMEIDA, Ângela Mendes de (et al). **Pensando a família no Brasil**: da colônia à modernidade. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo/UFRRJ, 1987, p.37-52.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e açúcares**: política e economia na Capitania da Parayba (1585-1630). Bauru, SP: EDUSC, 2007.

GONDRA, José. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na corte imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GUERRA, Paulo de Brito. **A civilização da seca**: o Nordeste é uma história mal contada. DNOCS, 1981.

GUIMARÃES, Bernardo. **Rosaura, a enjeitada**. Associação Acervos Literários: Biblioteca digital, 2005. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/sitedobg/Home/downloads>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

LEITÃO, Deusdedit de Souza. **Bacharéis paraibanos pela faculdade de Olinda**, 1832-1853. João Pessoa: A União, 1989.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2011, p.19-52.

LOBO, Lilia Ferreira. **Os infames da história**: pobres, escravos e deficientes no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Eliane Cristina. **O revelar do pecado**: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII. São Paulo: Annablume: FAPESP, 1998.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARINS, Paulo César Garcez. Mulheres de elite, filhos naturais – São Paulo, séculos XVIII e XIX. In: FUKUI, Lia (Org.). **Segredos de família**. São Paulo: Annablume/Menge, 2002, p.43-60.

MARIZ, Celso. **Apanhados históricos da Paraíba**. João Pessoa: UFPB, 1980 [1922]

_____. **Ibiapina**: um apóstolo do Nordeste. 3 ed. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 1997. [1942]

MARQUES, Vera Regina Beltrão. **A medicalização da raça**: médicos, educadores e discurso eugênico. Campinas, SP: UNICAMP, 1994.

MARTIN, Emily. **A mulher no corpo**: uma análise cultural da reprodução. Trad. Júlio Bandeira. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

MESGRAVIS, Laima. **Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1599?-1884)**. São Paulo: Ed. Conselho Estadual de Cultura, 1976.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados**: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832). São Paulo: Anablume/FINEP, 2008.

NEVES, Guilherme Pereira das. A religião do império e a Igreja. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume I: 1808-1831**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p.377-428.

NEVES, Margarida de Souza. Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.119-154.

NEVILLE, Brad W.; DAMM, Douglas D.; WHITE, Dean K. **Atlas colorido de patologia oral clínica**. 2 ed. Trad. Luiz Carlos Moreira. Rio de Janeiro: Guanabara, 2001.

NÓBREGA, Humberto. **As raízes das ciências da saúde na Paraíba: medicina, farmácia, odontologia e enfermagem**. João Pessoa: Editora Universitária, 1979.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. Uma senhora na rua do Imperador: população e transformações urbanas na cidade de São Paulo, 1879-1890. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (Org.). **O Brasil imperial, volume III: 1870-1889**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p.155-198.

PARENTE, Temis Gomes. **O avesso do silêncio: vivências cotidianas das mulheres do século XIX**. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

PERARO, Maria Adenir. Expostos e ilegítimos em Cuiabá: sociabilidades, estratégias e parentesco espiritual, século XIX. In: VENÂNCIO, Renato Pinto (org.). **Uma história social do abandono de crianças: de Portugal ao Brasil, séculos XVIII-XX**. São Paulo: Alameda/ Editora PUC Minas, 2010, p. 273-296.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da era das cadeiras isoladas à era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, São Paulo: Universidade São Francisco, 2002.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas**. Org. Raul Antelo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

ROCHA, Solange Pereira da. **Gente negra na Paraíba oitocentista: população, família e parentesco espiritual**. São Paulo: UNESP, 2009.

ROHDEN, Fabíola. **A arte de enganar a natureza: contracepção, aborto e infanticídio no início do século XX**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.

RUSSELL-WOOD, A.J.R. **Fidalgos and philanthropists: the Santa Casa da Misericórdia of Bahia, 1550-1755**. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, 1968.

SÁ, Ariane Norma de Menezes. **Escravos, libertos e insurgentes: Paraíba (1850-1888)**. 2 ed. João Pessoa: UFPB, 2009.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5 ed. São Paulo: EDUSP, 2009 [1982]

SCARANO, Julita. Crianças esquecidas das Minas Gerais. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. **Segredos internos**. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

_____. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad. Jussara Simões. Bauru: EDUSC, 2001.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **Santa Casa de Misericórdia da Paraíba**: 385 anos. João Pessoa: Santa Marta, 1987.

VALDEZ, Diane. **História da infância em Goiás**: século XVIII e XIX. Goiânia: Alternativa, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. **Famílias abandonadas**: assistência à criança de camadas populares no Rio de Janeiro e em Salvador – séculos XVIII e XIX. Campinas, SP: Papyrus, 1999.

VIDAL FILHO, Francisco. Nossa capital em 1850. In: AGUIAR, Wellington; OCTÁVIO, José. **Uma cidade de quatro séculos**: evolução e roteiro. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1985, p.89-92.

DISSERTAÇÕES E TESES

a) Dissertação

ARAÚJO, Edna Maria Nóbrega. **Uma cidade, muitas tramas**: a cidade da Parahyba e seus encontros com a modernidade (1880-1920). Dissertação (Mestrado em História), UFPE, 2001, 162 f.

GUEDES, Kaline Abrantes. **O ouro branco abre caminhos**: o algodão e a modernização do espaço urbano da cidade da Parahyba (1850-1924). Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), UFRN, 2006, 165 f. Disponível em: <<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/1/11481/1/KalineAG.pdf>>

Acesso em: 29 jun. 2014.

LIMA, Guaraciane Mendonça de. **O colégio de educandos artífices – 1865-1874**: a infância desvalida da Parahyba do Norte. Dissertação (Mestrado em História), UFPB, 2008, 102 f. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2008_mest_guaraciane_lima.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.

NASCIMENTO, Maria Célia Marinho do. **Filhas e irmãs do padre Ibiapina**: educação e devoção na Paraíba (1860-1883). Dissertação (Mestrado em História), UFPB, 2009, 167f. Disponível em: <http://www.cchla.ufpb.br/ppgh/2009_mest_maria_nascimento.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2014.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de Nossa Senhora da Apresentação**: capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII. Dissertação (Mestrado em História), UFRN, 2009, 196 f. Disponível em: <<ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/ThiagoNT.pdf>>. Acesso em: 24 maio 2014.

SÁ, Nirvana Lígia Albino Rafael de. **A cidade no despertar da era higiênica**: a cidade da Paraíba e o movimento higienista (1854-1912). Dissertação (Mestrado em Geografia), UFPB, 2009, 154 f. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/nirvana_ligia.pdf> Acesso em: 15 jan. 2014.

SILVA, Hebe Cristina da. **Imagens da escravidão**: uma leitura de escritos políticos e ficcionais de José de Alencar. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária), UNICAMP, 2004, 230 f. Disponível em:

<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000318256>>. Acesso em: 1 ago. 2014.

b) Tese

ARAÚJO, Rose Mary de Souza. **Escola Normal na Parahyba do Norte**: movimento e constituição da formação de professores no século XIX. Tese (Doutorado em Educação), UFPB, 2010, 319 f. Disponível em: <http://bdtd.biblioteca.ufpb.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1441>. Acesso em: 5 jul. 2014.

_____. **Mulheres para um Império**: órfãs e caridade nos recolhimentos femininos da Santa Casa da Misericórdia (Salvador, Rio de Janeiro e Porto – século XVIII) (tese de Doutorado). Campinas, SP: Unicamp, 2005, 374 f. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000374340>> Acesso em: 10 jan. 2014.

LIMA, Maria da Vitória Barbosa de. **Liberdade interdita, liberdade reavida**: escravos e libertos na Paraíba escravista (século XIX). Tese (Doutorado em História), UFPE, 2010, 378 f. Disponível em: <http://www.bdtd.ufpe.br/bdtd/tedeSimplificado/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=869> Acesso em: 6 jul. 2014.

SÁ, Lenilde Duarte. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. O Serviço de Higiene Pública, 1895 a 1918. Tese (Doutorado em Enfermagem), Universidade de São Paulo, 1999, 291 f.

OBRAS DE REFERÊNCIA

BLAKE, Augusto de Sacramento. **Dicionário bibliográfico brasileiro**. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/221681>> Acesso em: 6 jul. 2014.

HERCKMAN, Elias. Descrição geral da Capitania da Paraíba. **Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano**, 1886, p.239-288. Disponível em: <http://biblio.wdfiles.com/local-files/herckman-1886-parahyba/herckman_1886_parahyba.pdf> Acesso em: 19 jan. 2014.

KIDDER, Daniel Parish. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1980. [1845]

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 10 ed. Prefácio e tradução de Luís da Câmara Cascudo. Recife: SEC; Departamento de Cultura, 1978. [1816- Londres][1942-Brasil]

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da minha infância**. João Pessoa: A União, 1994. [1942]

MOURA, Francisco Coutinho de Lima e. **Reminiscências**: figuras e factos da Parahyba. João Pessoa: Imprensa Oficial, 1938.

PINTO, Irineu Ferreira. **Datas e notas para a História da Paraíba**. Volume 1. João Pessoa: UFPB, 1977. [1908]

SANEAMENTO da Capital: estudos e opiniões. **Almanach Administrativo, Histórico e Commercial do Estado da Parahyba para 1911**, UFPB/Biblioteca Central, Coleção de Referência.

VASCONCELOS, José Smith de; VASCONCELOS, Rodolfo Smith de. **Archivo nobiliarchico**

brasileiro. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918. Disponíveis em:<
<https://archive.org/details/archivonobiliarc00vascuoft>>
 e <http://pt.wikisource.org/wiki/Arquivo_nobiliarchico_brasileiro>. Acesso em: 12 fev. 2014.

ARTIGOS

ALVES, Laura Maria Silva Araújo. Proteção e assistência à infância desvalida do Pará (1912-1934). **IX Seminário nacional de estudos e pesquisas** “história, sociedade e educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/4.22.pdf> Acesso em: 5 jun. 2014.

BANDEIRA, Andréa. Uma análise de gênero sobre as casas de caridade do padre Ibiapina (1860-1883). **Anais da ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA**, João Pessoa, 2003.

BROAD, K.D.; CURLEYAND, J.P.; KEVERNE, E.B. Mother–infant bonding and the evolution of mammalian social relationships. **Philosophical Transactions of the Royal Society.** B(2006)361,2199–2214 doi:10.1098/rstb.2006.1940, versão *online* publicada em 6 de novembro de 2006. Disponível em: <<http://rstb.royalsocietypublishing.org/content/361/1476/2199>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

CARRARA, Sérgio; CARVALHO, Marcus. A sífilis e o aggiornamento do organicismo na psiquiatria brasileira: notas a uma lição do doutor Ulysses Vianna. **História, Ciências, Saúde –Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.17, supl.2, dez. 2010, p.391-399. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hesm/v17s2/07.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2014.

DIAS, Elaine Cristina Jorge. A representação da mulher escravizada nos anúncios de jornais da Paraíba oitocentista (1850-1888). **Anais do III Seminário nacional de gênero e práticas culturais: olhares diversos sobre as diferenças**, João Pessoa – Pb, 2011. Disponível em: <<http://www.seminariogeneroufpb.org/3/02/06.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

FLECK, Eliane Cristina Deckmann. TAVARES, Mauro Dillmann. Um apóstolo da independência do Brasil: o projeto de Estado-nação em “O Jesuíta” de José de Alencar. **Anos 90** (Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul), v.16, n.29, 2009. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7619/5966>> Acesso em: 1 ago. 2014.

FRAGUAS, Alessandra; MARTINS, Thais. O *habitus* e o hábito de D. Pedro II: novos olhares sobre os diários do imperador. **Anais Anpuh** 2011. Disponível em: <http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1312459780_ARQUIVO_ArtigoAnpuh.pdf> Acesso em: 1 jun. 2014.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX.** Set-Dez, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400006>. Acesso em: 2 fev. 2013.

GILMAN, Sander L. Black bodies, white bodies: toward an iconography of female sexuality in late

nineteenth-century art, medicine, and literature. **Critical Inquiry**, Vo.12, n.1. “Race”, writing and difference (autumn, 1985), p.204-242. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/1343468?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104475650753>>. Acesso em: 9 jul. 2014.

HARSIN, Jill. Syphilis, wives, and physicians: medical ethics and the family in late nineteenth-century France. **French historical studies**, v. 16, n.1 (spring, 1989), p.72-95. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/286434?uid=3737664&uid=2&uid=4&sid=21104475650753>> acesso em: 9 jul. 2014.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. “Amas mercenárias”: o discurso dos doutores em medicina e os retratos de amas – Brasil, segunda metade do século XIX. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, abr.-jun. 2009, p.305-324. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v16n2/03.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2014.

MAIA, Doralice Sátyro. As intervenções urbanísticas e as transformações das ruas da cidade da Parahyba. **Anais Anpuh XXII**, João Pessoa, 2003. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/?p=14548>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

_____. Uma cidade em (re)construção: a cidade da Parahyba no século XIX. **Scripta Nova -revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. X, núm. 218 (38), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-218-38.htm>> Acesso em: 10 jun.2014

MARIANO, Nayana. Higienismo e infância desvalida: o colégio dos educandos artífices da Paraíba do Norte (1865-1874). In: CARVALHO, Jean Carlo de; ANANIAS, Mauricéia; ARAÚJO, Rose Mary de Sousa (orgs.). **Temas sobre instrução no Brasil imperial (1822-1889) – volume II**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2014, p.151-173.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro; MARIANO, Nayana R.C. O medo anunciado: a febre amarela e o cólera na província da Paraíba (1850-1860). **Fênix – Revista de História e Estudos Culturais**. Setembro/ Outubro/ Novembro/ Dezembro de 2012 Vol. 9 Ano IX nº 3 ISSN: 1807-6971. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF30/DOSSIE_ARTIGO_5_SERIOJA_RODRIGUES_CORDEIRO_MARIANO_E_NAYANA_R_C_MARIANO_FENIX_SET_OUT_NOV_DEZ_2012.pdf> Acesso em 23 ago.2014.

MOSTAÇO, Eldécio; MACHADO, Carla Ladeira. As representações do feminino no teatro de José de Anchieta. **Ceart – Revista da pesquisa**, volume 2. Disponível em:<http://www.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume2/numero2/ceniclas/Edelcio%20-%20Carla.pdf> Acesso em: 19 abr. 2014.

OLIVEIRA, Jane Souto de. “Brasil, mostra a tua cara”: imagens da população brasileira nos censos demográficos de 1872 a 2000. **Escola Nacional de Ciências Estatísticas**, n.6, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2434.pdf>>. Acesso em: 8 jun. 2014.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. A instrução na Província da Parahyba do Norte e a formação da sociedade brasileira (1821-1834). In: **Anais do XXIV Simpósio Nacional de História: história e multidisciplinaridade- territórios e deslocamentos**. São Leopoldo, RS: Unisino, 2007, p.1-10. (CD-ROM).

_____. O “Ato Adicional de 1834” e a instrução na Província da Parahyba do Norte: momentos de incertezas e inseguranças institucionais (1834-1840). In: **Anais do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação: cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto, Portugal: Faculdade de

Psicologia e Ciências da Educação, 2008a. (CD-ROM), p.1-11.

_____. A instrução pública e suas práticas ordenadoras na Província da Parahyba do Norte (1840-1852). In: **Anais do I Encontro de História do Império Brasileiro: múltiplas visões: Cultura histórica no oitocentos**. João Pessoa, PB: Universitária/UFPB, 2008b. (CD-ROM).

SÁ, Isabel dos Guimarães. A reorganização da caridade em Portugal em contexto Europeu (1490-1600). In: **Cadernos do Noroeste**. Braga: ICS-Universidade do Minho, vol. 11 (2), 1998, pp. 31-63. Disponível em: <<http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/3383>> Acesso em: 31 jan. 2014.

SOARES JÚNIOR, Azemar dos Santos. Corpos em fúria: levante de mulheres famintas na cidade da Parahyba (1889). **Seminário Nacional de Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa (PB): Editora UFPB, n. 01, p. 20-31, 2009. Disponível em: <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/14791307/levante-de-mulheres-famintas-na-cidade-da-itaporanganet>>. Acesso em: 14 jun. 2014.

_____. A fervura dos corpos: cenários de insalubridade na cidade da Parahyba (1850-1889). **Histórica** – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo, nº 45, dez. 2010. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao45/materia02/>>. Acesso em: 16 jul.2014.

SOLAR, Ma Dolores Villaverde. Achaques, dolencias y padecimientos en la mujer a través de la pintura. **Revista internacional de ciências podológicas**, 1 janeiro de 2010. Disponível em: <<http://www.readperiodicals.com/201001/1978998861.html>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

VALENTIN, Agnaldo. **O registro de batismo de ingênuos no Vale do Paraíba paulista** (1871-1888). Disponível em: <<http://www.fea.usp.br/feaecon/media/fck/File/seminarioHC0608.pdf>> Acesso em: 6 jun. 2014.

DOCUMENTOS ELETRÔNICOS

a) Dados

CONGREGAÇÃO das Irmãs missionárias franciscanas de Santo Antônio. Disponível em: <<http://franciscanadesantoantonio.blogspot.com.br/>> Acesso em: 1 out. 2013.

b) Dicionário

BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Org.). **Pequeno dicionário dos escritores/jornalistas da Paraíba do século XIX: de Antonio da Fonseca a Assis Chateaubriand**. João Pessoa:UFPB, 2009. Disponível em:<<http://www.cchla.ufpb.br/jornaisefolhetins/>>. Acesso em: 10 set. 2012.

SALVADOR, Carlos Corral; EMBIL, José M^a Urteaga Embil. **Dicionário de Direito Canônico**. Disponível em: <http://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf> Acesso em: 2 ago. 2013.

c) Notícias

O GLOBO. Quase 800 esqueletos de bebês foram encontrados em convento da Irlanda, 4 de junho de 2014. Disponível em <<http://oglobo.globo.com/mundo/quase-800-esqueletos-de-bebes-foram-encontrados-em-convento-da-irlanda-12714560>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

FOLHA de São Paulo. México encontra mais de 450 crianças em condições desumanas em orfanato, 16 de julho de 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/2014/07/1486650-mexico-encontra-mais-de-450-criancas-em-condicoes-desumanas-em-orfanato.shtml>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

d) Referências legislativas

BRASIL. Estatuto da criança e do adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 5 mar. 2014.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Quadro com informações sobre nome, cor e estado civil das pessoas acolhedoras de crianças expostas (1833-1860)

Nome do acolhedor (a)	Cor	Estado Civil
Alexandre Bandeira	Pardo	Viúvo
Antonia Maria	Parda	-
Antonia Maria Cabral de Mello	-	-
Antonia Maria da Conceição	Parda	-
Antonia Maria do Espírito Santo	-	Viúva
Antonio Hipollito de Moraes	-	Casado
Antonio Martins	-	-
Apolinária da Conceição	-	Viúva
Brigadeiro Francisco Ignácio do Valle	-	Casado
Ciriaca Maria de Goes	-	-
D. Anna Tenória de Aragão	-	-
Eloiza Maria	-	-
Estevão Jozé da Rocha	-	-
Felis Joze do Sacramento Santos	-	Casado
Francisca de Tal	Parda	-
Francisco Antonio dos Santos	-	-
Francisco Pereira Vieira	-	-
Francisco Ramalho	Pardo	-
Ignacia Thereza de Jesus	-	-
Illoia Maria da Conceição	-	-
Jerônima Maria da Conceição	Parda	Casada

Joanna Maria da Conceição	-	-
João Francisco Valério	-	-
João Gonçalves de Vasconcellos Júnior	-	-
Joaquina Maria do Espírito Santo	Parda	-
Joaquina Maria do Nascimento	-	-
José Bento Ferreira Machado	-	-
Joze Egidio de Sousa	-	Solteiro
Joze Francisco do Rego	-	Casado
Joze Joaquim da Lapa	-	-
Jozefa Maria da Piedade	-	-
Julliana da Rocha	Parda	-
Lauriana de Tal	--	-
Lourenço da Silva Ramalho	-	-
Luis Rodrigues da Anunciação	-	-
Manoel Antonio do Carmo	-	-
Manoel Fernandes	-	-
Manoela Maria do Rozario	-	-
Manoella Maria do Nascimento	Parda	-
Maria de Tal	Índia	-
Maria Francisca	-	-
Maria Francisca das Neves	-	-
Maria Joanna das Neves	-	Solteira
Maria Joaquina do Espírito Santo	-	-
Maria Joze da Conceição	-	Viúva

Mathias Barboza	-	-
Rita Maria	Parda	-
Ritta Maria de Jesus	-	-
Urçula Joaquina	Parda	-
Alexandre		
Amaro José de Barros	-	-
Antonia	-	Viúva
Antonio da Silva de Moraes	-	-
Antonio Nunes de Lima	-	-
Apolinaria Maria da Conceição	-	-
Archanja Roza da Conceição	-	-
Bernardo Gomes da Silva	-	-
Camila Maria das Neves	-	-
D. Marcolina Fellipa da Conceição	-	-
Doutor José Camêllo	-	-
Francisco José Macário	-	-
Germana Maria da Conceição	Branca	Casada
Gervazio Renovato Pereira Campos e Josefa Laurentina de Lima Souza	-	Casados
Idalino Cavalcante de Albuquerque	-	-
Jacinto José de Mello Correia	-	-
Joaquim de Santana Medeiros	-	Casado
Joanna de Carvalho Pinto	-	-

João Ignácio Cardoso	Branca	-
João José da Matta	-	-
João Soares Cardozo	-	Casado
Joaquim (escravizado)	Pardo	-
José Bras Pinto Vianna	-	-
José do Rego	-	-
José Francisco Moura e sua mulher D. Porfíria D'Ávila Lins	-	-
José Gonçalves de Medeiros Furtado	Branco	Casado
José Joaquim da Silva Braga	-	-
José Pedro Rodrigues da Silva	-	-
José Pereira do Rosario	-	-
Leonardo de Tal e sua mulher Galdina de Tal	-	Casados
Luisa de Barros	-	-
Luzia Francisca da Luz	-	-
Manoel Antonio do Nascimento	-	-
Manoel Pereira do Nascimento	-	-
Manoel Simplicio do Nascimento Leiros e Antonia Vicencia	-	-
Maria	-	-
Maria da Conceição	-	-
Maria de Vasconcellos	-	-
Maria José da Conceição	-	-
Mathias Gomes da Silveira	-	-

Nazario Izidio de Lucena	-	-
Reverendo Francisco de Paula e Mello Cavalcante	-	-
Rosa Henriqueta do Carmo	-	-
Vigário Joaquim Antônio Marques	-	-

Fonte: Banco de dados dos Assentos de Batismo (1833-1860) – CD-ROM

APÊNDICE B – Quadro com informações sobre nome e cor dos padrinhos das crianças expostas (1833-1860)

Nome	Cor	Nome	Cor
Amaro Rodrigues de Campos	-	Manoel da Costa Ramos	Branco
Antonio Bastos	-	Manoel Domingues Moreira	-
Antonio Francisco Moitinho	-	Major Manoel Francisco de Oliveira e Mello	-
Major Antonio Henriques do Carmo	-	Matheus Vaz d'Oliveira	Branco
Antonio Hipollito de Moraes	-	Major Pedro Julio da Silva	-
Antonio Joaquim do Espírito Santo	-	Raimundo Francisco Xavier	-
Antonio José Rodrigues de Miranda	-	Satiro Pereira Marques	-
Antonio Joze Rodrigues	-	Senonio da Natividade Victor	-
Doutor Antonio Manoel d'Aragão e Mello	-	Silvestre Rodrigues de Carvalho	Pardo
Cypriano Antonio Rodrigues	-	Theodoro Antonio de Brito	-
Felis Joze do Sacramento Ramos	-	Victorino Pereira Maia	-
Fellippe da Cunha Ribeiro	-	José Alves Vianna Junior	-
Francisco de Souza Carvalho	-	Adriano Francisco Ferreira Neves	-
Brigadeiro Francisco Ignacio do Valle	-	Cadete Antonio Alves da Cunha	-
Francisco Xavier de Mello	-	Antonio da Silva Marcos de Araújo	-
Sargento Mor Francisco Xavier Monteiro da Franca	-	Antonio Felix do espirito Santo	-
Galdino Joze de Passos	-	Antonio Jose Lopes	-
Gonçallo Rodrigues Moreira	-	Antonio Nunes de Lima	-
Grizario Hernesto de Tomargo	-	Antonio Ricardo Rego	-
Januario Domingues de Oliveira	-	Benedicto Luis Castanhola	-
João Francisco da Rocha	-	Boaventura Dinis da Conceição	-
João Francisco de Sales	-	Carlos Agostinho Galzio	-
João Gonçalves de Vasconcellos Junior	-	Cypriano José Soares	-
João Ignacio Cardozo	-	Felinto Leoncio Victor	-

		Pereira	
Padre Joaquim Antonio Leitão	-	Felippe José Rodrigues (escravizado)	-
Joaquim Ferreira da Conceição marques	-	Felippe Pereira de Oliveira	-
Joaquim Tavares Bastos	-	Fortunato José Dias de Sampaio	-
José Ribeiro Guimarães	Branco	Francisco Antonio de Oliveira	-
Reverendo padre Joze Antonio Lopes da Silveira	-	Francisco Carneiro	-
Reverendo Padre Joze Bernardo da Silva	-	Padre Francisco de Paula e Mello Cavalcante	-
Joze de Oliveira Pinto		Francisco José Macário	-
Joze Egidio de Souza	-	Doutor Francisco Lucas de Sousa Rangel	-
Joze Gomes Jardim da Fonceca	-	Francisco Rufino Victor Pereira	-
Joze Gonçalves dos Prazeres	-	Frutuozo dos Santos Falcão Cavalcante	-
Joze Joaquim da Lapa	-	Gervazio Renovato Pereira Campos	-
Joze Joaquim da Silva Braga	-	Tenente Coronel Gonçalo Soares de Moraes	-
Joze Luis de Moraes	-	Idalino Cavalcante de Albuquerque	-
Alferes Joze Luis Nogueira de Moraes	-	Jacinto José de Mello Correia	-
Joze Ramos Travassos	Pardo	Joacquir de Santana Medeiros	-
Joze Theotonio de Vasconcellos	-	João Baptista de Albuquerque Gandra	-
Lourenço da Silva Ramalho	-	João de Assis Pereira Roza	-
Luis Joze	-	Cirurgião-Mor João José Innocencio Poggi	-
Luis Rodrigues da Anunciação	-	João José Lopes Pereira	-
Luis Theodoro Pereira	-	Reverendo vigário Joaquim Antonio Marques	-
Manoel Antonio do Carmo	Pardo	Tenente José Dias d'Sampaio	-
Joaquim da Silva Barbosa	-	José Francisco de Mello Barreto	-
Joaquim da Silva Coelho	-	José Francisco Moura	-
Joaquim Maria Lima Junior	Branco	José Gomes Jardim	-
Joaquim Moreira Lima Junior	-	Jose Joaquim da Silva Braga	-
José Antonio Rodrigues da Costa	Branco	José Rodrigues dos Santos	-

José Bras Pinto Vianna Junior	-	Lino José Pereira de Castro	-
José de Freitas Rodrigues (escravizado)	-	Manoel d'Oliveira Lima	-
Mathias Gomes da Silveira	-	Manoel Evangelista de Vasconcellos	-
Nazario Isidio de Lucena	-	Marinho da Silva e Medeiros	-
Doutor Victorino do Rego Toscano Barreto	-		

Fonte: Banco de dados dos Assentos de Batismo (1833-1860) – CD-ROM

APÊNDICE C – Quadro com informações sobre nome e cor das madrinhas das crianças expostas (1833-1860)

Nome	Cor	Nome	Cor
Nossa Senhora das Neves	-	Maria Magdallena da Conceição	-
Dona Apolinaria Maria do Ruzario Henriques	-	Anna Maria da Conceição	-
Dona Anna Isabel Bandeira de Mello	-	Maria Joaquina da Conceição	Parda
Luiza de Oliveira Chaves	-	Mariana de Menezes Moreira	-
Manoella Maria da Conceição	-	Troilana Amellia Carolina Martins	-
Maria Inocencia de Moraes	-	Ciriaca Maria de Goes	-
Dona Cosma Maria Joaquina	-	Maria Antonia da Silva	-
Francisca Maria do Rozario	-	Maria Izabel da Conceição	-
Juliana da Rocha Freires	-	Joanna Gomes de Oliveira	-
Sarafina do Carmo	-	Idalina Simflora da Fonceca Milanez	-
Rozalina Maria Ramos	-	Anna Maria das Neves	-
Antonia Maria do Espírito Santo	-	Antonia Lourenço da Conceição	-
Luiza de Oliveira Chaves	-	Theodora Maria dos Reis	-
Angelica da Lapa	-	Josefa Maria da Conceição	-
Maria Joaquina do Espírito Santo	-	Anna Rosa do Carmo Guimarães	-
Felismina Maria da Conceição	-	Nossa Senhora	-
Dona Anna Umbelina de Albuquerque	-	Dona Maria da Gloria Aranha	-
Dona Anna Ferreira da Silva	-	Maria Francisca da Conceição	-
Dona Antonia Alexandrina Rangel de Medeiros	-	Dona Theonila do Carmo Franca Victor	-
Maria do Espírito Santo	-	Dona Emilia Selestina Margarida de Oliveira	-
Dona Izabel Thereza de Jesus	-	Dona Anna do Nascimento de Jesus	-
Dona Felisbella Augusta da Costa	-	Dona Anna Joaquina do Espírito Santo	-
Dona Braulia dos Passos Coelho	-	Maria Francisca de S. Lourenço	-
Dona Silvana Josephina Moreira Lima	-	Nossa Senhora do Rozário	-
Dona Maria Francisca das Neves Vianna	-	Germana Maria da Conceição	Branca
Dona Porfiria D'Avila Lins	-	Dona Felicia Francisca do	-

		Espírito Santo	
Dona Joaquina Maria da Conceição		Marcina Januaria da Silva	-
Severina Maria do Sacramento	-		
Maria da Conceição	-		

Fonte: Banco de dados dos Assentos de Batismo (1833-1860) – CD-ROM

ANEXOS

ANEXO A – Relatório da provedoria interina de José Lucas de Sousa Rangel, 1861

2.º volume.

M.º Sr. D.º José Lucas de Sousa Rangel, Provedor Interino da Santa Casa de Misericórdia de Paraíba, 1861.

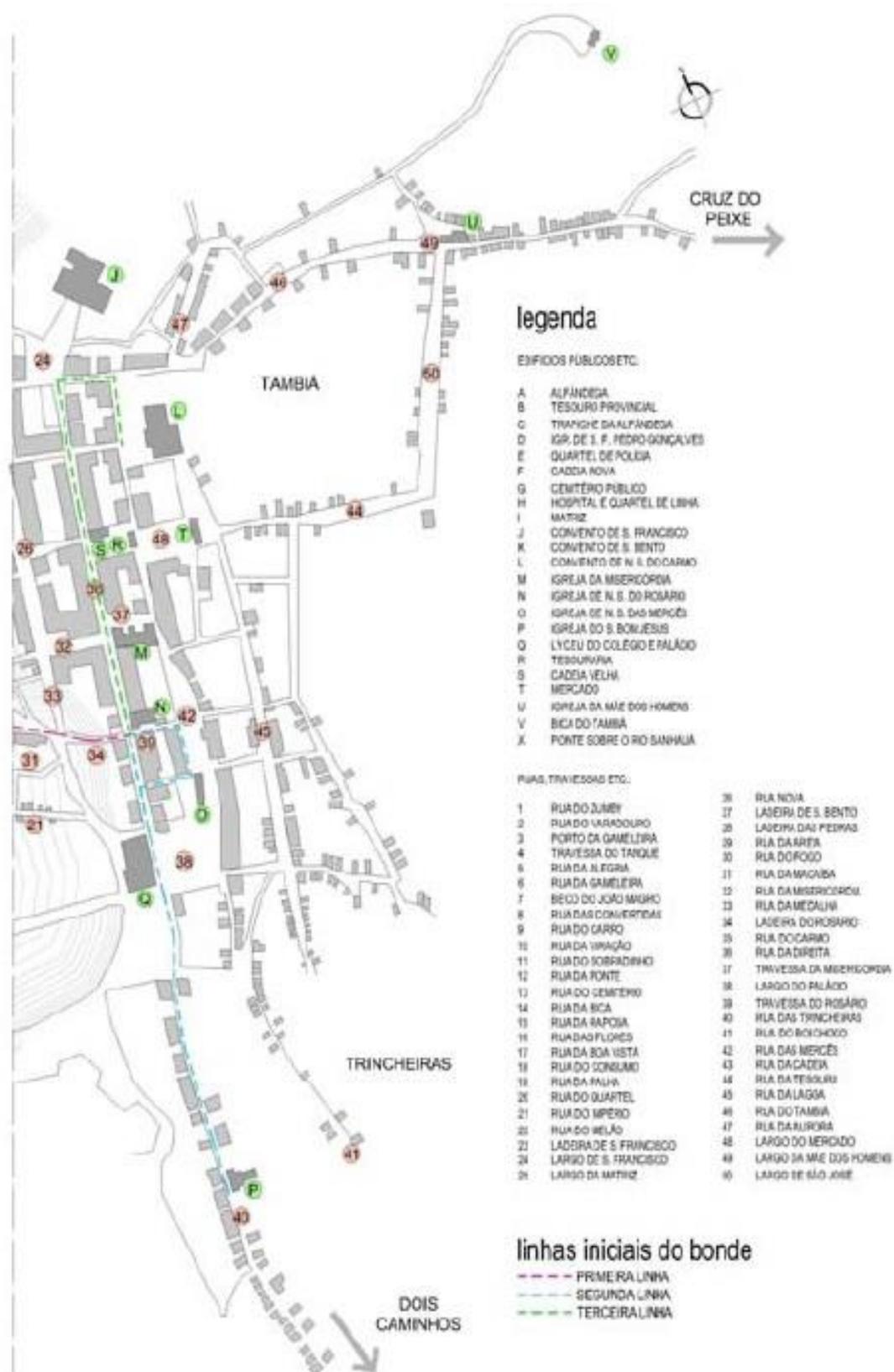
Na qualidade de Curador do Albergado, g.º hoje exato, e na ausência do Sr. D.º José Lucas de Sousa Rangel, que a preside, e que foi deixo o nicho cargo de Juiz de Direito Especial do Cassuário em Província de Pernambuco, para onde seguiu no dia 15 de Junho antecedente, vou me expor para cumprir o preceito do art. 29 do novo Código de Processo, expondo as succesões occorridas durante o anno temporariaal referido, assim como as medidas que foram adoptadas para a melhoramento da Administração. Os poucos dias de ausencia do d.º e minha interina providencia a Albergado, não permitiram poder me orientar na materia de que me occupo; e este motivo, e sufficiente para desculpar as faltas que ha de haver no presente expozido, o que expozido.

Mensagens do Hospital

Foram tractadas no Hospital, de 2 de Junho de 1860 até hontem 334. Enfermos, inclusive 42 que ali existiam noquelle dia. Deste numero de curados 254, faleceram 39, e existiam em tratamento 38; segue-se que tanto que curados como enfermos falecidos em proporção dos tractados, este no mes de Maio de 1860, e existiam em tratamento de 17. Devese attender que ha de haver parte dos Enfermos, que se recolhem ao Hospital de Caridade, e foram, em quanto ao tratamento

Fonte: Arquivo da Santa Casa de Misericórdia, Paraíba

ANEXO B – Planta da cidade da Paraíba em 1855



Fonte: Guedes (2006, p.90)

ANEXO H.

SAUDE PUBLICA.

Ill.^{ma} e Ex.^{ma} Senhor.

Tendo presente a ordem de V. Exc. constante do officio n.º 5124, que me dirigio em fins do anno proximo passado, determinando que eu no presente mez informasse sobre as occurrencias havidas no estado sanitario da Provincia durante o anno findo, a fim de que podesse V. Exc. satisfazer a exigencia do Exm. Sr. Ministro do Imperio, vou dar cumprimento a esse dever, expondo a V. Exc., em continuação ao meu ultimo relatorio confeccionado para o mesmo fim, o que ha a tal respeito.

Nenhuma molestia, felizmente, se desenvolveu durante as variações das estações com symptomas e caracteres de uma epidomia, a não ser o sarampo, que affectou indistinctamente todas as classes desta população, com preferencia ás crianças, isso de meiado do anno para cá. Mas se esta molestia constituiu uma epidemia pelo facto de haver affectado um numero crescido de pessoas em seu desenvolvimento, força é confessar tambem que sua benignidade foi tamanha, que raras forão as victimas que succumbirão sob sua influencia.

Fallando de febres eruptivas, devo dizer que a variola desaparecera desta Capital, á excepção de algum caso muito particular; mas affectou um ou outro ponto do interior da Provincia, sem constar-me, entretanto, que essa molestia houvesse feito estrago sobre a população de taes lugares, de que tive communicação, como fosse da povoação de Lucena, e da Villa do Pilar, para cujos povoados remetti laminas com pús vaccinico, para proceder-se á inoculação, e levar de alguma fórma aos individuos não affectados esse meio prophylatico de tão reconhecida virtude.

Nenhum caso de escarlatina se deu aqui, como se receiava, em razão da vizinhança com a Provincia de Pernambuco, onde se desenvolveu tal molestia. Apenas apparecerão alguns casos de angina com symptomas e caracter benigno.

Tenho proseguido na vaccinação nesta Capital, e felizmente com bom resultado; outro tanto, porém, não posso asseverar em relação aos commissarios vaccinadores da Provincia, visto como não tenho tido delles communicações regulares, que me habilitem a dar uma exacta informação ácerca deste ramo de serviço publico.

A febre amarella continúa a poupar as tripulações dos navios surtos em nosso porto, mas, uma vez por outra, apparece esse terrivel inimigo sporadicamente, para arrebatat do seio desta população uma victima, sem que se pos-

B

sa conhecer-lhe a causa, porquanto surge insidiosamente e desaparece como o abutre levando em suas garras a isolada preza, como, ha uma semana, se deu um exemplo igual nesta Capital, sendo victima um estrangeiro robusto e forte.

No decurso do anno passado se derão cinco casos fataes de febre amarella nesta Cidade, de que tenho conhecimento; é verdade que acompanhãrão o seu desenvolvimento funesto circumstancias especiaes. Forão estas victimas: 2 presos da cadeia publica e 3 soldados do corpo de guarnição; acontecendo que os primeiros acabavão de chegar de uma Villa do interior da Provincia, fazendo uma jornada de vinte e duas leguas a pé, e os segundos, sendo praças do corpo de guarnição, tinhão vindo, havia pouco tempo, do Sul para esta Provincia, cujo clima differe muito em temperatura, assim como em variações atmosphericas do clima do Sul. Não tenho comtudo a pretensão e vaidade de querer explicar por meio destas simplicies razões a causa proxima da molestia, tanto mais porque vejo muitos outros presos e soldados nas mesmas circumstancias vivirem isentos dessa molestia, e sem que ao menos soffrão a menor alteração de saúde.

Nada mais tenho a referir acerca do desenvolvimento da febre amarella, sinão que desvanecêrão-se completamente os boatos que se havião espalhado nos primeiros mezes do anno passado relativamente ao seu apparecimento em Malta-vingem, visto como nenhuma reclamação de providencia appareceu das autoridades de lá para com o Governo da Provincia, como é costume proceder-se em taes casos.

As outras molestias que affectão ordinariamente as outras classes da população são tão variadas, que impossivel seria tratar de cada uma dellas; entretanto farei menção daquellas mais constantes, e que affligem-nos sempre, quer na estação do calor ou do verão, quer na estação do frio ou do inverno. Na estação do verão, achando-se a atmosphera rarefeita sob a influencia directa do calor, e perdendo por conseguinte as qualidades necessarias ás funcções respiratorias e essenciaes ao equilibrio da saúde, influe consideravelmente sobre as vias da absorpção e exalação; e por fim altera o movimento da circulação, as funcções do systema nervoso e da vitalidade; o que dá lugar a apparecerem nos meninos as convulsões, exauthemas, desinterias e febre; nos adultos irritações, febres inflammatorias, biliosas, cephalalgias, fluxos hemorrhoïdaes, &c.; nas mulheres flatulencia, gastralgias, amenorrhœas, neurases, &c. Na estação invernosa a impressão pesada e humida da atmosphera, communicando ao aparelho respiratorio e gastrico diversas modificações, produz as affecções das vias correspondentes; e tambem as molestias occasionadas por alteração de liquidos. No primeiro caso temos a bronchites e suas consequencias, as laryngites, pleuresias, &c. Nos segundos temos as febres intermitentes, os engorgitamentos do estomago, do figado e do baço; chlorozes, anasarcas, ascites, e finalmente muitas outras molestias perigosas e incommodas, como o rheumatismo, que sobremaneira atormenta nesta estação a grande parte da mocidade, e aos pobres velhos, nos quaes tem a molestia tomado um caracter chronico e goloso.

As causas mencionadas não são as unicas que dão lugar a taes molestias, é uma verdade, mas são as mais constantes que determinão muitas outras a influir nas suas produções e desenvolvimentos.

A phisica e a syphiles entre nós affectão indistinctamente os adultos de todas as classes, quaesquer que sejão suas condições, fazendo sem duvida maior numero de victimas nas classes baixas e pobres, do que nas mais abastadas;

Saude P.



o que é devido à falta de recursos e meios da parte daquellas, e aos commodos indispensaveis de que dispõem estas no tratamento de taes molestias.

Estas molestias se desenvolvem sem reserva em todas as estações, e de baixo de influencias diversas. Quando entramos nos hospitaes, quando somos porventura chamados para mediar a individuos de baixa condição, quando examinamos o quadro da mortalidade, vemos avultar e predominar a syphiles em primeiro lugar, e em segundo essas molestias de peito, cuja marcha invariavel e quasi sempre fatal, é muito para temer. Qual a origem dellas? E como se ha de prevenir em parte a sua propagação?

A origem principal, creio eu, existe nos variados focos morbidos, que se achão dessemuinados entre a população, quero fallar dessas casas de prostituição, onde não ha a menor inspecção nem policial, e nem medica. A causa da moral e da saude publica imperiosamente reclama que sobre os lupanares exerça-se rigorosa inspecção, uma vez que é dalli que a syphiles, revestida de enganosas fórmas e de fingidos prazeres, ataca aos incautos, irradia-se e finalmente propaga os seus estragos em um grande numero de victimas. De todas as molestias que podem affectar a especie humana por via do contagio, diz um escriptor celebre e pratico nesta especialidade, não ha mais grave, mais perigosa, e mais temivel, do que a syphiles, porque, accometendo de preferencia a mocidade, que é a força e riqueza do Estado, tras porisso mesmo os maiores prejuizos á sociedade. A syphiles vem enervar esta população no momento mesmo de sua existencia, em que, pelas leis da natureza, se acha ella em estado de procrear seres vigorosos; e se por acaso a não torna esteril, os infelizes que della provêm formão uma raça bastarda, tão impropria ás funcções civis, como ao serviço das armas; o que é por certo grande mal para a sociedade de um paiz como o nosso novo e rico, onde se faz preciso porisso mesmo vigor, saude e desenvolvimento aos seus filhos para fazê-los caminhar pelo caminho do progresso ao brilhante futuro a que é destinado.

Em frente de um mal tão hediondo, cujas falaes consequencias longe de terminarem-se no individuo affectado, transmitem-se, quer directa, quer hereditariamente ao seio das familias, ainda mesmo virtuosas; o Governo jámais deverá cruzar os braços e ficar impassivel á vista dos seus estragos. Não! a intervenção da hygiene administrativa é neste caso alta e poderosamente reclamada, a exemplo de outros paizes, cuja observancia pratica tem dado beneficos resultados em beneficio de suas populações.

Os dominios da hygiene são de tamanha amplitude, abrangem questões de alcance tão elevado, que não poderão por certo ser convenientemente ventilados neste pequeno relatorio confeccionado antes pela força de vontade e bons desejos, do que pelos conhecimentos scientificos de que disponho.

E pois, referindo-me ao que já expuz ácerca de algumas medidas hygienicas no meu relatorio anterior, apenas agora direi poucas palavras sobre outros assumptos, que não podem deixar de merecer a attenção das autoridades que teem a seu cargo o velar sobre a saude publica.

E' util alliviar e curar, mas quanto não he mais util e agradavel ao mesmo tempo dirigir todas as investigações para o estudo dos meios adoptados e proprios a prevenir as molestias que affligem a população?! E' uma lucta afanosa, é verdade, mas sempre digna e louvavel, para cujo fim devem encaminhar-se as vistas da sciencia moderna, e a execução pratica e rigorosa do Governo.

(O estado desta Capital está longe de reunir a muitos respeito as neces-

Saule P.

4

sarias condições hygiennicas, e de offerecer, por conseguinte, aos seus habitantes aquellas vantagens e commodidades que serão para desejar.

Toda a Cidade, ou melhor, toda a agglomeração de habitações deve ser solidamente edificada, bem arejada, e de um accesso facil, bem esclarecida, enxuta e acoiada, guardando em suas devidas dimensões aberturas correspondentes e regularmente dispostas. Cada uma destas condições encerra um principio e um germen fecundo ás bases e elementos da hygiene publica.

Ora, se isto é verdade; se isto está prescripto e provado em todos os livros do hygiene publica e particular, quão distantes estamos ainda de attingir esse aperfeiçoamento?

Quando olhamos para as nossas habitações, quer publicas, quer particulares, vemos que são estas construidas com esquecimento das leis hygienicas e prejuizo da salubridade publica; entretanto é esse um objecto sobre que a nossa municipalidade, aliás a competente para delle cuidar, não se digna de lançar as suas vistas.

A legislação municipal a tal respeito ou é mui esteril e exotica, ou então não he fielmente executada.

Seria mui conveniente e de summa vantagem, que, sem offensa dos direitos e da liberdade individual, e no interesse da segurança e salubridade publicas, se effectuassem reformas sobre este ponto, de modo que os preceitos da hygiene fossem observados em todas as construcções, e não sacrificados, como soem ser aos caprichos e vontade de cada um. A promulgação de medidas e leis que tendessem a semelhante fim, e sua exacta e fiel execução revertiriam em beneficio da população e do aformoseamento da Cidade. Então cessariam as construcções irregulares que todos os dias se fazem nas ruas mais publicas, as quaes estão em perfeito antagonismo com as boas condições de salubridade. Não é o conselho pretencioso, nem a censura irritante que aqui deixamos escriptos, não só porque não pretendemos dar lições a ninguem, como tambem porque não temos a pretensão de crer que tudo quanto apontamos é util e exequivel; não! é a indicação singela que a Inspectoria de saude tem o direito de fazer ouvir; e aquelles a quem é dirigida podem com igual direito acceitar ou recusar. Cremos que os Srs. Vereadores, reflectindo sobre o que deixamos dito, dispersarão, e temos robusta fé que encontrarão valioso apoio na Administração, para consecução dos seus fins.

Outros objectos não menos interessantes, e sobre os quaes me cumpre solicitar providencias são quanto á inspecção dos alimentos, que são expostos aos mercados publicos, quanto ao accio e limpeza da Cidade, e quanto ás causas que produzem a variação do ar atmosphérico.

Bons alimentos e bom ar são as condições essenciaes á boa saude; cumpre portanto haver sobre isso rigorosa inspecção, perseguindo-se aos sophisticatedores, que se prevalecem das epochas e da oportunidade para especularem com a fome e com a miseria, expondo ao consummo alimentos alterados e insalubres. O bom ar é o que não é viciado por emanações deleterias de materias organicas corrompidas; e no enlanto os monturos, os esterquilinios, as aguas estagnadas, a decomposição de substancias organicas vegetaes e animaes ali estão dia e noite a envenenar-nos o sangue e a vida.

E' por isso que as molestias miasmaticas, as febres de máo character, e a phthisica figurão em grande escala nas causas da mortalidade.

Já se vê portanto que o ar que respiramos não é o mais saudavel; visto

Saude P.

agglomerarem-se no seio desta Cidade causas palpaveis que infelizmente correm para lhe dar qualidades inteiramente oppostas.

E' neste ponto capital que se devem concentrar as meditações dos escolhidos do Municipio em beneficio daquelles que os elegêrão, tomando providencias quanto à inspecção dos alimentos, que são expostos aos mercados publicos, quanto ao azeite e limpeza da Cidade, quanto ás causas que produzem a viciação do ar, tão pernicioso á saude publica.

Não se vai de um salto á perfeição, é verdade, porquanto nação alguma assim chegou a esse ponto, por mais alto que tenha subido na escala da civilisação. E' pouco e pouco que se caminha, mas é preciso andar sempre e não esmorecer, tanto mais porque nós temos muito, ou antes quasi tudo para caminhar; cumpre começar portanto, que é tempo.

Reportando-me ácerca de outros assumptos ao que tenho indicado em meus relatorios anteriores, continuo a persistir nas reclamações que tenho feito sobre a mudança do matadouro publico, do lugar em que existe para aquelle já indicado; sobre a limpeza deste e dos talhos, onde ficão todos os dias fragmentos organicos e outras materias putriciveis, verdadeiros depositos de sanie e viveiro de moscas; sobre o encanamento das aguas, o dessecamento de alguns pantanos, e sobre o concerto das fontes que existem arruinadas e obstruidas no maior abandono.

Continuo a persistir em fim sobre as reclamações e medidas que os meus illustrados collegas os Srs. Deutores Krausé e Cordeiro lembrãrão, ha poucos dias passados a V. Exc. em Palacio, por occasião de haver V. Exc. nos convocados em reunião para tratarmos da hygiene e dos meios preventivos, que serião convenientes pôr em pratica, á vista das participações officiaes do Governo de Pernambuco, em que communicava, e asseverava mesmo, que o cholera tinha se desenvolvido em alguns pontos do interior daquela Provincia, e que por conseguinte nos ameaçava.

Então tratou-se de varias medidas e principalmente do azeite e limpeza da Cidade; é mister que esses conselhos continuem a ser postos em pratica, e que em breve não prevaileçam os máos habitos. e a proverbial negligencia em tudo quanto é de utilidade da população.

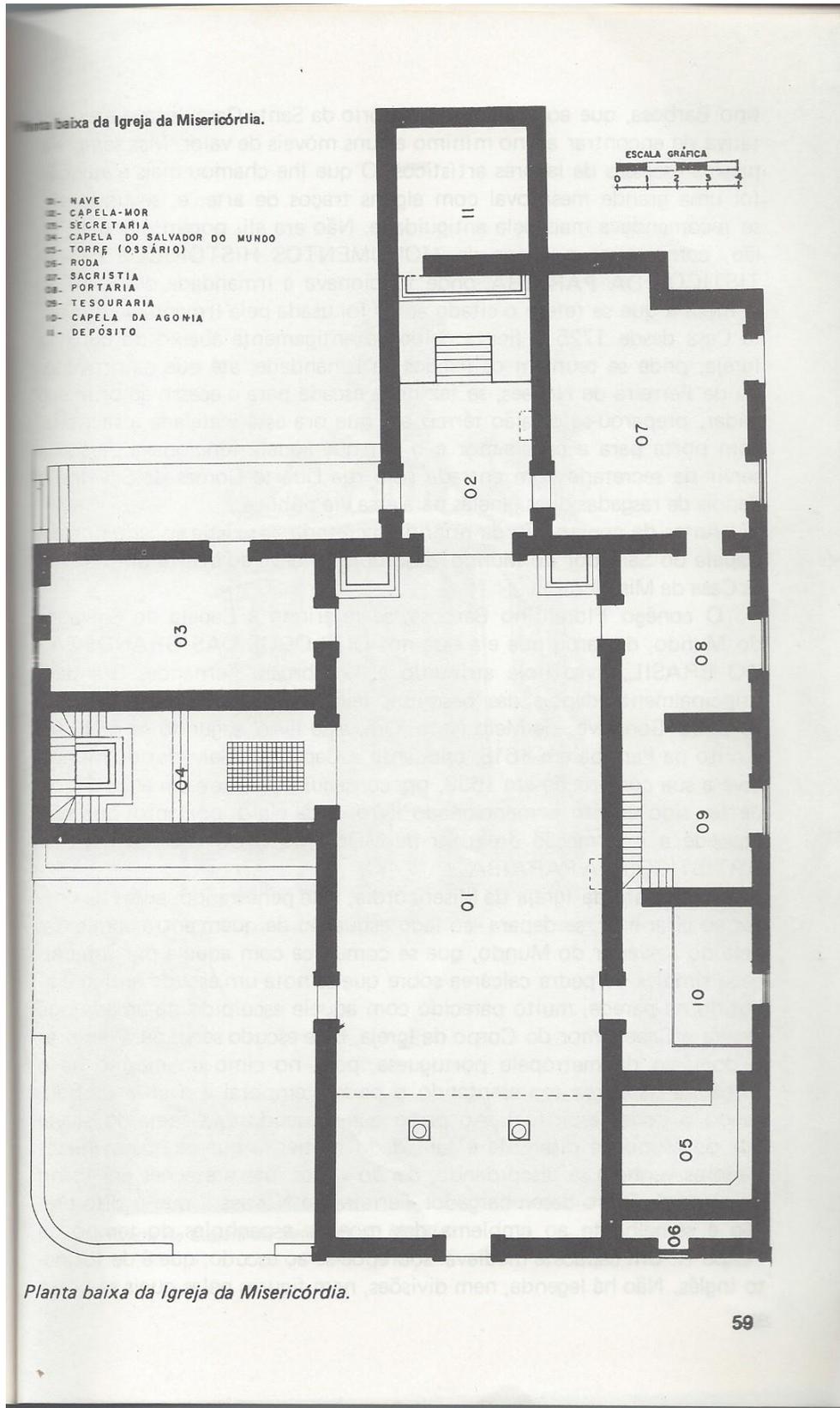
Ao terminar este relatorio dirijo a V. Exc. o meu reconhecimento pelo zelo que tem mostrado sobre a marcha da salubridade publica, e faço votos para que esse ameaçador e terrivel inimigo se extinga na propria localidade que lhe deu origem; livrando-nos assim do terror que vai espalhando sobre a nossa população.

Deos Guarde a V. Exc. Parahyba e Inspectoria de Saude Publica, em 14 de Janeiro de 1862. — Illm. e Exm. Sr. Dr. Francisco de Araujo Lima, Presidente desta Provincia.

João José Innocência Boggi,

Inspector de Saude Publica.

ANEXO D – Planta baixa da Igreja da Misericórdia



Fonte: Seixas (1987,p.59).

ANEXO E – Mapa dos alunos que frequentaram a aula de instrução primária do Colégio de Educandos Artífices da Província da Paraíba do Norte nos anos de 1866 e 1867

Número	Nome	Idade	Período de matrícula			Estado em admissões	Estado do adiantamento atual
			Dia	Mês	Ano		
1	Antonio Apolinário da Silva	13	18	Outubro	1866	Cartilha, algarismos arábicos e romanos	Livro, aritmética, divide e escreve notas
2	Braz Francisco d'Andrade	8	22	“	“	ABC	Cartilha, algarismo, soma e escreve com rascunho
3	Jovino Alves Pereira	12	-	“	“	Cartilha, algarismo, bastardinho e soma	Livro, aritmética, multiplica e escreve com pausa
4	Manoel do Nascimento	7	-	“	“	Analfabeto	Nomes, tabuada e soma
5	Francisco Dias Ferreira	11	24	“	“	Livro, algarismo, multiplicava e escrevia com pausa	Gramática nacional, soma quebrados e escreve notas e já deu aritmética
6	Antonio Felix de Borges	10	25	“	“	Sílabas	Catecismo, conta romana somma e escreve bastardo.
7	Francisco Antonio dos Santos	12	-	“	“	Livro, algarismo, multiplicava e escrevia com pausa	Gramática nacional, soma quebrados, escreve notas e já deu aritmética
8	Leandro José Lourenço de Brito	10	26	“	“	Analfabeto	Cartilha, algarismos, soma e escreve abtardo
9	Manoel Antonio do Sacramento	8	-	“	“	Idem	Sílabas, tabuada e soma

10	Odilon Climerio d'Aquino	-	27	“	“	Sílabas	Catecismo, definições de peso e medidas, soma e escreve bastardo
11	-	-	-	“	“	-	Obs. Deixou de ser admitido depois do despacho
12	Eduardo José de Souza	7	14	Novembro	“	Sílabas	Cartilha, algarismos, domina e escreve com rascunho
13	Julio José Barbosa	12	-	“	“	Sílabas	Nomes, algarismos, somma e escreve com rascunho.
14	Manoel José Pereira Avelino	10	-	“	“	Idem	Idem, idem, idem, idem
15	João Antonio da Costa Alves	13	5	-	“	ABC	Cartilha, definições de peso e medidas, somma e escreve bastardo.
16	Antonio Luiz de França	10	20	“	“	Analfabeto	Nome e taboada
17	Ignácio Ferreira das Neves	8	17	“	“	Idem	Idem, idem.
18	João Cláudio de S. José	7	27	“	“	Idem	Cartilha, algarismo, soma e escreve com rascunho.
19	Sandro Gomes de Lima	10	18	Dezembro	“	ABC	Idem, idem, idem e escreve bastardo
20	Rufino Apolinário Santos Chaves	13	21	Janeiro	1867	-	Nomes, idem, idem e escreve bastardo.
21	Batósimo	10	6	Fevereiro	“	ABC	Cartilha,

	Venute do Espírito Santo						definição de pesos e medidas, soma e escreve bastardo
22	Francisco José Justiniano	-	11	“	“	Analfabeto	Sílabas
23	Manoel João Nepo	7	13	“	“	Idem	Idem
24	Jovino Marcos de Mello	8	20	Março	“	Idem	Idem
25	João Monteiro da Franca	9	21	“	“	Idem	Idem
26	Vital Thiberio da França G. Chaves	7	7	Maio	“	Idem	ABC
27	José Ferreira d’Anunciação	13	8	Junho	“	Idem	ABC
28	Seandino Bergartino da Silva	10	-	Novembro	1866	ABC	Cartilha, algarismos, soma e escreve bastardo.
29	João da Silva Brandão	9	-	“	“	Analfabeto	Nomes, tabuada e soma idem Obs. Externo.
30	Joaquim José de Santa Anna	8	-	“	“	Idem	Cartilha, algarismos soma e escreve com rascunho idem, idem. Adido ao comº
31	Porfirio Antonio dos Santos	7	-	Maio	1867	Idem	Nomes e tabuada.
32	Avelino Barros dos Santos	12	11	Abril	“	Idem	Idem, Idem
33	Benedicto Ignácio da Silva	9	-	“	“	Idem	Idem

Fonte: Lima (2008, p.72)